

HISTÓRIA EM DEBATE: FRONTEIRAS, MIGRAÇÕES E SOCIEDADE

IV Seminário de Pesquisa do
PPGH/UFFS e IV Seminário de
Pesquisa em História da UFFS

7 A 10 DE OUTUBRO DE 2019

Anais História em Debate: Seminário de Pesquisa do
PPGH/UFFS e Seminário de Pesquisa em História da UFFS
Volume 2, número 1
Novembro de 2019

Organizadores:
Marlon Brandt
Samira Peruchi Moretto
Renato Viana Boy

ISSN 2675-0635

Organização:



**Mestrado
em História**

**COLEGIADO
DE HISTÓRIA
CAMPUS CHAPECÓ**

Coordenação Geral

Prof. Dr. Marlon Brandt (UFFS)
Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto (UFFS)

Comissão Organizadora

Professores

Prof. Dr. Antonio Miskyw (UFFS)
Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva (UFFS)
Prof. Dr. Fernando Vojniak (UFFS)
Prof. Dr. Jaisson Lino (UFFS)
Prof. Dr. Marlon Brandt (UFFS)
Profa. Dra. Mirian Carbonera (UNOCHAPECÓ)
Prof. Dr. Renato Boy (UFFS)
Profa. Dra. Renilda Vicenzi (UFFS)
Prof. Dr. Ricardo Machado (UFFS)
Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto (UFFS)
Prof. Dr. Vicente Ribeiro (UFFS)

Graduandos e Mestrandos

Adriano Vanderlei Micheloti Rodrigues	Clovis Alceu Cassaro
Andreza Bazzi	Izadora Parckert
Daiana Varotto	Janaí Trindade
Daiane Frigo	Luís Henrique Grolli Ivanowski
Jordan Brasil dos Santos	Michely Cristina Ribeiro
Letícia Venson	Rafael Luiz Albani
Sandra Kuester	Sandra Nazario
Angela Lauchzer	Tailana Benelli
Adriana Seitenfus	Thalia Faller
Carlos Eduardo Cardoso	Tiago Rafael

Comitê científico

Profa. Dra. Claudia Wasserman (UFRGS)
Prof. Dr. Ely Bergo de Carvalho (UFMG)
Prof. Dr. Jó Klanovicz (UNICENTRO)
Prof. Dr. Marcos Gerhardt (UPF)
Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva (UEG)
Profa. Dra. Susana Cesco (UFF)

**História em Debate: IV Seminário de Pesquisa do
PPGH/UFFS e IV Seminário de Pesquisa em
História da UFFS**

ANAIS

Chapecó, Santa Catarina

07 a 10 de outubro de 2019



Apresentação

O evento tem como objetivo fomentar, por meio de conferências, mesas-redondas, oficinas, apresentações de trabalhos, minicursos e atrações culturais, o debate acadêmico acerca das temáticas propostas, visando trazer importantes contribuições para a atualidade do Brasil e da Fronteira Sul.

Junto ao evento, temos a realização do IV Seminário de Pesquisa do PPGH/UFSU e IV Seminário de Pesquisa em História da UFSU. Esses eventos são os únicos dentro da área de história realizados com periodicidade anual no Oeste de Santa Catarina. Estes, no entanto, são eventos de caráter local, veiculados ao curso de graduação e ao Programa de Pós-Graduação em História. O História em Debate visa um público mais amplo, trazendo temáticas e convidados de abrangência nacional, trazendo, para essa primeira edição a temática “fronteiras, migrações e sociedade”.

Para debater essas temáticas, o evento organizou três Simpósios Temáticos, aos quais estarão vinculadas as mesas redondas e a apresentação dos trabalhos. As pesquisas em História que lidam com as Fronteiras vão além das reflexões sobre demarcações que espaços geopolíticos. Elas também separam espaços cronológicos, étnicos, linguísticos, culturais, religiosos, entre outros. Fronteira é o eixo estruturante, articulador e propositivo. Este eixo temático pretende reunir trabalhos que abordem as fronteiras como um espaço de reflexão e análise histórica e/ou historiográfica, tendo em vista suas diversas possibilidades. Essas variantes podem estar vinculadas ao estudo da fronteira como elemento de divisão e segregação, como marca dos limites da ação política, como espaço de redefinição ou distinção de temporalidades e culturas ou, ainda, como sendo, ela mesma, um espaço geográfico, temporal ou cultural, à qual os historiadores devam dedicar suas reavaliações e reconstruções.

A temática das Migrações tem se demonstrado cada vez mais atual, considerando as inúmeras situações vividas nos últimos anos, seja no âmbito regional ou mais universal, provocando discussões acerca da construção ou reconstrução dos diferentes sentidos de fronteira. Nessa perspectiva, este Simpósio Temático objetiva debater e reunir resultados



parciais e/ou finais de pesquisas relacionadas às diferentes facetas das Migrações, entre as quais as pertinentes aos processos migratórios, podendo abordar relações interculturais, experiências de relações sociais ou com o ambiente, - conflituosas ou de convivência integrativa -, experiências econômicas de extrativismo, de produção agrícola ou industrial, de circulação de bens, entre outras.

O simpósio temático Sociedade prioriza o diálogo com os seguintes temas: relações entre escravizados, libertos e livres; homens e mulheres de cor; memórias da escravidão e da liberdade; religiosidade e sociabilidade; trajetórias de libertos e livres; famílias negras e brancas; comunidades quilombolas; associativismos; campesinato; arqueologia pré-colonial; arqueologia histórica; história e cultura indígena; patrimônio cultural; história da cultura material, conflitos interétnicos, entre outros temas afins.

Chapecó, outubro de 2019

Comissão Organizadora



Sumário

Influências Estadunidenses no Panorama Educacional de Passo Fundo/RS (1920-1957) <i>Roberto Biluczyk</i>	11
Relato de experiência no estágio docência no Ensino Fundamental e Ensino Médio Integral em Tempo Integral (EMITI) na E.E.B. coronel Ernesto Bertaso <i>Alessandra do Amaral Pereira Marcelino, Everton Pereira Martins e Eliriane Ana Tonatto dos Santos</i>	17
Limites e possibilidades da docência no Ensino Fundamental: residência pedagógica e a prática docente <i>Janaina Mallmann Pere, Elisabete do Carmo Dal Piva e Everton Bandeira Martins</i>	21
Uma análise das estratégias de adesão ao cultivo da soja no Oeste catarinense através do Jornal da Produção (1973-1978) <i>Saionara Solange Frantz e Claiton Márcio da Silva</i>	25
Impactos ambientais da agroindústria no Oeste Catarinense <i>Luciano Adilio Alves</i>	30
Milho híbrido e as políticas governamentais da década de 1970 <i>Luiz Fernando Perondi Hanauer e Claiton Márcio da Silva</i>	36
As fronteiras e os campos de Palmas em tempos de Revolução (1893/1895) <i>Antonio Marcos Myskiw</i>	41
Singularidade Fronteiriça: a Floresta com Araucária entre Brasil e Argentina <i>Débora Nunes de Sá</i>	48
Monocultura e relações econômicas no Oeste de Santa Catarina <i>Adriana Elizabeta Seitenfus e Samira Peruchi Moretto</i>	53



A representação do imigrante judeu na literatura do Rio Grande do Sul: Cágada e O exército de um homem só <i>Gláucia Elisa Zinani Rodrigues</i>	57
A influência dos monges do Contestado nas práticas populares de rezas e curas com ervas medicinais <i>Josiane Suelen Kamin e Delmir José Valentini</i>	61
Estado novo e o Oeste Catarinense: uma análise da relação entre fronteira e os ideais de progresso <i>Kelvin Francisco Bonsere e José Carlos Radin</i>	65
A identidade Kaingang da terra indígena de Palmas/PR: desafios contemporâneos <i>Ivan Rodrigues e Mirian Carbonera</i>	70
O “róque colono”: a construção da identidade local presente nas músicas da banda Repolho <i>Mateus Felipe Socha</i>	75
História em canção: letras que problematizem aspectos da sociedade brasileira <i>Cesar Capitano</i>	81
A História do patrimônio cultural no estado de Santa Catarina à luz dos arquivos judiciais <i>Ana Cristina Pandolfo e Jaisson Teixeira Lino</i>	87
Nação e identidade nacional como construções <i>Mônica Abramchuk</i>	92
História e Jogos eletrônicos: representações históricas em Kingdom Come Deliverance <i>Diego Neivor Perondi Meotti</i>	96
Indígenas no século XXI no oeste catarinense: cultura e representações <i>Géssica Pinto Rodrigues e Jaisson Teixeira Lino</i>	101
Província do Paraná e a região dos Campos de Palmas: atuação do poder público na defesa e povoamento do território (1853 – 1889) <i>Alessandro Luiz Serafini e Miguel Xavier Mundstock de Carvalho</i>	105



Dinâmicas do transporte rodoviário de passageiros no norte do Rio Grande do Sul entre as décadas de 1940 e 1960 <i>João Henrique Zöhler Lemos</i>	111
De "terras do monge" a "terras dos gafanhotos de aço" a expansão da monocultura e alterações sócio-ambientais na região de Xanxerê (1970-1980). <i>Tiago João Benetti</i>	117
Ser negro nos Campos de Lages – Santa Catarina: a trajetória dos ingênuos pela liberdade (1888-1918) <i>Jasmini Letícia Maurer e Isabel Rosa Gritti</i>	123
O veneno nosso de cada dia <i>Letícia Solivo e Samira Peruchi Moretto</i>	129
Mediação e ocupação na Fazenda Annoni em Marmeleiro (1983) <i>Eleandro de Moraes Vieira</i>	135
Memória da Resistência: O Movimento dos Atingidos por Barragens em Itapiranga SC <i>Rudinei José Cenci e Emerson Neves da Silva</i>	141
Imperialismo e Raça no Contestado (1906 - 1916) <i>Rafael Guindani Huntmann e Renilda Vicenzi</i>	147
As influências das políticas governamentais na cooperativa Cooper familiar no período de 1995 a 2010 <i>Matheus do Nascimento Petter</i>	152
A escrava Esperança e a esperança de liberdade <i>Maria Ivoneide Leal</i>	158
Merenciana e a liberdade negra: gênero, raça e classe nos Campos de Palmas (1880-1900) <i>Thalia Faller e Renilda Vicenzi</i>	161
A primeira prefeita brasileira Alzira Soriano: o voto feminino e o poder político coronelístico, Lages/RN, 1928 <i>Isabel Engler e Renilda Vicenzi</i>	164



Agroecologia comercial em Chapecó-SC e o protagonismo feminino <i>Janaí Jucéia de Oliveira Trindade e Samira Peruchi Moretto</i>	169
As Mulheres Sem-Terra e a Ressignificação da Produção e Comercialização de Alimentos <i>Raquel Forchesatto</i>	173
Centro de Documentação e Laboratório de História Oral: a construção de um espaço de preservação da memória. <i>Daiana Paula Varotto, Carla Barros e Poliane Rosa</i>	176
A região Oeste de Santa Catarina e o desenvolvimentismo civil-militar (1968-1979): considerações iniciais sobre a modernização agrícola e as transformações na paisagem <i>Marina Andrioli e Marlon Brandt</i>	183
A “favela do ‘Cabo Dito’”: uma tentativa de reconstrução da memória do cortiço <i>Rafael Baldin</i>	186
Fontes Orais e Sistemas de Informação Geográfica na Pesquisa com benzedeadas e Curandeiras em Chapecó/SC <i>Alex Junior Rapczynski</i>	192
Perceval e a narrativa do mito do Graal nos séculos XII e XIII <i>Wesley Bruno Andretta e Renato Viana Boy</i>	198
Migrar para um espaço em descompasso <i>Vanderlei Antonio Kuhn, Marlon Brandt</i>	203
“Entre Nacionais e Estrangeiros, preto Jeronymo e russo Carlos Romback”: O pós-abolição em Palmas/PR. <i>Carlos Eduardo Cardoso e Renilda Vicenzi</i>	208
Normatização do espaço urbano: Um estudo da Avenida Getúlio Vargas. Chapecó, 1937-1945. <i>Janaina Mallmann Peres</i>	215
A tecnificação da agricultura na imprensa do Oeste de Santa Catarina na década de 1970 <i>Mirair Kempfer, Marlon Brandt</i>	220



Desmatamento e transformação da paisagem no Oeste catarinense <i>Michely Cristina Ribeiro e Samira Peruchi Moretto</i>	225
Imprensa e modernização da suinocultura em Chapecó entre 1920 e 1970 <i>Clóvis Alceu Cassaro e Marlon Brandt</i>	230
Futebol e paisagem na colonização do Oeste de Santa Catarina <i>Jean Deivid Flores e Marlon Brandt</i>	235
Futebol e lazer na paisagem das serrarias do município de Palmas, PR <i>Janete Chaves Carlin e Marlon Brandt</i>	240
A atuação da Companhia Territorial Sul Brasil nas florestas do Oeste catarinense (1925-1978) <i>Adriano Vanderlei Michelotti Rodrigues e Samira Peruchi Moretto</i>	245



Influências Estadunidenses no Panorama Educacional de Passo Fundo/RS (1920-1957)

Roberto Biluczyk

Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH-UPF). Bolsista Prosuc II – Capes.
104666@upf.br.

Introdução/Justificativa

Este trabalho busca apresentar parte da história do ensino na cidade de Passo Fundo/RS, especialmente no que alude à ação de membros da Igreja Metodista, originários dos Estados Unidos, na cidade. Durante quase quarenta anos, variados educadores estadunidenses se mobilizaram em prol da criação e consolidação do Instituto Ginásial – atualmente chamado de Instituto Educacional Metodista de Passo Fundo –, dirigindo o referido educandário.

Na historiografia relativa à cidade, diversas “pontas soltas” dificultavam o pleno entendimento do processo que levou à mobilização metodista, especialmente quanto à criação da referida escola. Em pesquisa realizada para a concepção de um capítulo de livro a ser lançado em novembro de 2019, os resultados se mostraram amplos, ao desvendarem particularidades sobre o trabalho missionário da Igreja Metodista voltado para Passo Fundo.

Objetivo

Objetiva-se, com esse trabalho, apresentar um panorama histórico de Passo Fundo na área do ensino e da religião, ao que se refere a seus primeiros desdobramentos. No contexto, o município contava com uma estrutura de ensino incipiente e precária (GEHM, 1976, p. 19). Os esforços do poder público atendiam a poucos alunos por meio de pequenas escolas, desde os tempos imperiais, situação que não teve grandes transformações com o advento da



República. A Igreja Católica, religião predominante na sede do município, também sentiu dificuldades em promover a instalação de obras educacionais.

Por ação da Igreja Metodista, que paulatinamente se instalava na cidade desde o início do século XX, o cenário se transformou, contribuindo ao processo de fortalecimento do ensino na cidade. Juntamente com a comunidade local, missionários estadunidenses, motivados pelo ideário metodista, influenciaram os acontecimentos observados entre 1920, ano de fundação da escola, e 1957, visto que no ano letivo seguinte, a instituição passou a ser gerida por brasileiros.

Metodologia

Empregou-se, nesta pesquisa, basicamente, a clássica abordagem de estudo de fontes proposta por Laurence Bardin (2000), a Análise de Conteúdo, para obter os resultados a seguir detalhados. O uso de fontes alternativas, como jornais locais de Passo Fundo e periódicos editados nos Estados Unidos pela Igreja Metodista, além de documentos armazenados em sites de genealogia, também foi fundamental para a obtenção de grande número de informações e indicativos de acontecimentos.

Da mesma forma, pode-se notar a repercussão social da presença metodista em Passo Fundo. Transformações próprias das movimentações historiográficas favoreceram o uso de novas fontes, além dos documentos oficiais, como os periódicos da imprensa. Igualmente, buscou-se no que já estava escrito, formas de comparação dos dados, a fim de comprová-los. Textos inexplorados, como o artigo de Robert W. Sledge (2006), ampliaram os conhecimentos adquiridos sobre o tema.

Resultados

Como resultado da pesquisa, percebe-se que a influência de estadunidenses em Passo Fundo foi fundamental ao processo de instalação do educandário. Ao mesmo tempo, o esforço de lideranças no próprio país da América do Norte também foi decisivo à materialização das atividades escolares.



Surgido na Inglaterra, em meados do século XVIII, como forma de avivamento da fé dentro da Igreja Anglicana, o metodismo se tornou uma religião autônoma, em 1784, nos Estados Unidos (NASCIMENTO, 2003, p. 94). Durante o século XIX, a Igreja Metodista estadunidense¹ chegou ao Brasil, disposta a promover a fé protestante e o trabalho missionário educacional (LONG, 1968). É próprio das religiões protestantes tradicionais incentivarem a leitura e interpretação da Bíblia pelos próprios fiéis, motivo pelo qual se faz indispensável, nos locais onde se instalam, a fundamentação de estruturas escolares de qualidade (KARNAL, 2016, p. 48).

No Rio Grande do Sul, uma missão advinda do Uruguai foi responsável pelos primeiros trabalhos da religião. Em seguida, houve integração das ações com os demais metodistas atuantes no Brasil, conduzidos pela Igreja Metodista Episcopal do Sul (LONG, 1968). Assim sendo, o trabalho missionário se intensificou, abrindo portas para novas experiências.

Em 1915, o Reverendo Jerome Walter Daniel foi transferido de Uruguaiana/RS, onde atuava há um ano no Colégio União, de propriedade da Igreja Metodista, para comandar as atividades religiosas em Passo Fundo/RS (SLEDGE, 2006, p. 6). Estadunidense de nascimento, o missionário se graduou pela Universidade do Texas em Austin, sendo aluno de Mary Elizabeth Decherd.

Nos Estados Unidos, Decherd, além de oferecer boas referências sobre J. W. Daniel, fundamentais para a efetivação no cargo, ainda liderou uma iniciativa de arrecadação de fundos, dentro de um grupo de jovens denominado Liga Epworth, visando a concretização das atividades a serem promovidas pelo Reverendo na cidade. Alunos metodistas da Universidade doavam quantias para que a instalação da religião se fortalecesse em Passo Fundo (SLEDGE, 2006, p. 6).

Graças a isso, em pouco tempo, foi construído o templo de alvenaria da religião. Após a doação de um terreno público, a Igreja também ganhou oportunidade de criar uma escola em

¹ Salienta-se que a Igreja Metodista nos EUA sofreu uma divisão em 1844, por razões ideológicas. Assim, havia a Igreja Metodista Episcopal, que promovia, no final do século XIX, missões em países latino-americanos, como o Uruguai, e a Igreja Metodista Episcopal do Sul, que estava presente no Brasil. A primeira experiência metodista sul-rio-grandense se deu através de outro ramo metodista, alheio ao resto do Brasil, mas com apoio da organização que no país atuava. Em 1899, optou-se pela padronização da ação da Igreja do Sul no Brasil, abarcando-se, dessa maneira, o Rio Grande do Sul em 1900 (LONG, 1968).



Passo Fundo, o Instituto Ginásial, fundado em 1920, cujas majestosas estruturas de alvenaria foram finalizadas entre 1922 e 1923. A primeira sede do educandário foi um pavilhão de madeira nos fundos da Igreja (NASCIMENTO, 1992, p. 54).

J. W. Daniel foi promovido a líder regional da religião, por sua boa gestão à frente das ações passo-fundenses. Por isso, a partir de 1921, passou a morar na cidade de Cruz Alta/RS. Posteriormente, transferiu-se para Porto Alegre/RS, ganhando maior projeção. Decherd, por sua vez, seguiria apoiando a obra educacional até cerca de 1930, quando a crise financeira estadunidense, a autonomia da Igreja Metodista no Brasil e a retirada do apoio da Universidade do Texas às ligas de arrecadação de fundos impediram a continuidade dos atos liderados pela professora de Matemática (SLEDGE, 2006, p. 14).

Entre 1921 e 1957, outros missionários estadunidenses dirigiriam a escola. Daniel Lander Betts foi responsável pela construção dos prédios acima referidos, chamados Texas e Daniel – cujos nomes homenageavam, respectivamente, a Universidade do Texas e o fundador do educandário, Jerome Walter Daniel –, bem como pela implantação dos primeiros atos que tornariam a escola um referencial na cidade (GEHM, 1976, p. 24). Outros dois missionários serviriam em Passo Fundo, no papel de diretores: Charles Herbert Marshall, também ex-aluno da Universidade do Texas, e Eugene Chesson.

A partir de 1930, William Richard Schisler se tornaria vice-diretor do educandário, alcançando em 1933, o cargo de diretor geral. Apesar de sua gestão já não contar com a influência direta da Igreja estadunidense, Schisler se distinguiria por sua forte liderança, mesmo em períodos de licença, onde trabalhou em outras missões ou usufruiu de férias em seu país natal² (O NACIONAL, 1971, p. 6). Sua esposa, Frances Purcell Schisler, também ocuparia posição de destaque no educandário e na sociedade (O NACIONAL, 1958, p. 4).

Com a aposentadoria de Schisler, em 1957, o educandário passaria a contar definitivamente com lideranças brasileiras à sua dianteira. Missionários estadunidenses ainda ocupariam funções docentes após esse período, em menor escala, até meados dos anos 1970. As marcas deixadas por essas lideranças, porém, repercutiriam ao longo dos anos, em virtude

² Schisler tirou três licenças no período em que ocupou o cargo de diretor. Nas duas primeiras, a escola seria comandada interinamente por brasileiros: José Pedro Pinheiro, pastor metodista, em 1935, e Aurélio Amaral, professor, entre 1944 e 1945. Em 1952, retornaria à cidade por um ano, o estadunidense Daniel Lander Betts, em sua terceira gestão.



da permanência do Edifício Texas³ e das características metodistas da criação da escola, que em 2020 festejará seu centenário.

Salienta-se que os referidos estadunidenses, com sua iniciativa educacional e religiosa, não buscaram com os atos supracitados fundar uma colônia em Passo Fundo. As experiências dos missionários no campo do ensino e da religião influenciaram a constituição do educandário e se adaptaram ao contexto brasileiro, absorvendo e somando características próprias de ambos os países.

Referências

ALVO de expressiva homenagem de despedida o casal William Schisler. **O Nacional**, Passo Fundo, p. 4, 06 fev. 1958.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2000.

CÉSAR, Ely Eser Barreto. O projeto de escola metodista confessional sob a luz da espiritualidade wesleyana. **Revista de Educação do Cogeime**, São Paulo, n. 22, p. 59-68, jun. 2003.

CORPO Docente do Instituto Gymnasial de Passo Fundo para o ano lectivo de 1928. **O Nacional**, Passo Fundo, 25 jan. 1928.

DE LUCA, Tânia Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

ESCOTT, Clarice Monteiro; POLIDORI, Marlis Morosini. Avaliação e Inovação com TI no Centro Universitário Metodista – IPA. In: LEITE, Denise (org.). **Inovação, Avaliação e Tecnologias da Informação**. Porto Alegre: Pacartes, 2010. p. 126-148.

FALECEU, ontem, nos Estados Unidos, o prof. William Richard Schisler. **O Nacional**, Passo Fundo, p. 6, 12 maio 1971.

FONSECA, Denise Grosso da. A educação metodista no Brasil e no Rio Grande do Sul: (re)visitando a história. **Ciência em Movimento**. Ano XI, n. 22, p. 75-83, 2009/2.

GEHM, Delma Rosendo. **Cronologia do ensino em Passo Fundo**. Passo Fundo: Berthier, 1976.

JAIME, Eduardo Mena Barreto. **História do Metodismo no Rio Grande do Sul**. Imprensa Metodista, 1963.

³ Em 21 de julho de 1994, o Prédio Daniel foi destruído por um incêndio.



KARNAL, Leandro. Educação e Religião. In: KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2016. p. 47-51.

LONG, Eula Kennedy. **Do meu velho baú metodista**. São Paulo: Igreja Metodista do Brasil, 1968.

MEDEIROS, Márcia Maria de. **Cara ou Coroa**: Católicos e Metodistas no Planalto Médio Gaúcho (Início do Século XX). Passo Fundo: UPF Editora, 2007.

MESQUITA, Zuleica de Castro Coimbra. Metodismo e educação missionária no Brasil: uma jornada em busca das fontes orais. **Revista do Cogeime**, São Paulo, n. 15, p. 127-139, dez. 1999.

NASCIMENTO, Amós. O projeto de escola metodista confessional sob a luz da espiritualidade wesleyana. **Revista de Educação do Cogeime**, São Paulo, n. 22, p. 89-104, jun. 2003.

NASCIMENTO, Welci. **Conheça Passo Fundo, tchê!** Passo Fundo: Pe. Berthier, 1992.

ROCHA, Isnard. **Pioneiros e Bandeirantes do Metodismo no Brasil**. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1967.

SLEDGE, Robert W. A model home base for missions: Mary Decherd, The University of Texas Epworth League, and the Brazil Mission. **Methodist History**. V. 45, n. 1, p. 4-15, 2006.

VERGUEIRO, Nicolau Araújo. **A História do Ensino em Passo Fundo**. Passo Fundo: Faculdade de Filosofia de Passo Fundo, 1967.



**Relato de experiência no Estágio Docência no Ensino
Fundamental e Ensino Médio Integral em Tempo Integral (EMITI) na
E.E.B. Coronel Ernesto Bertaso**

Alessandra do Amaral Pereira Marcelino

Graduanda do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Residente do Projeto de Residência Pedagógica como bolsista da CAPES

Everton Bandeira Martins

Orientador do Programa de Residência Pedagógica do curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da CAPES
everton.martins@uffs.edu.br

Eliriane Ana Tonatto dos Santos

Professora de História da E.E.B. Coronel Ernesto Bertaso, preceptora do Projeto de Residência Pedagógica e bolsista da CAPES
elirianeana@gmail.com

O presente trabalho tem em sua estrutura o relato da experiência como docente no período de Março a Julho de 2019, no estágio supervisionado, onde foi aplicado a regência no Ensino Médio Integral em Tempo Integral e no 8º ano do ensino fundamental na E.E.B Coronel Ernesto Bertaso, situada à Rua Castro Alves, nº 1140 – Bairro São Cristóvão-Chaçecó – Santa Catarina. Assim foi produzido um artigo, visando o preenchimento dos requisitos necessários referentes ao estágio supervisionado do curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul Campus de Chapecó S.C. Tal estágio está vinculado ao Projeto de Residência Pedagógica, financiado pela CAPES.

Essa inserção na escola ocorreu no ano de 2018 visando cumprir, ao que se refere à implementação as Residência Pedagógica nos cursos de licenciatura, onde o objetivo da CAPES (2018) ao lançar e implementar o Projeto de Residência Pedagógica, tem em seu edital de abertura de nº 06/ 2018 item 2.1 o seguinte;



2.1 O Programa de Residência Pedagógica visa:

- I. Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;
- II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;
- III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores.
- IV. Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (CAPES, 2018)

Portanto tendo como objetivo principal o relato de experiência durante o período em questão, no qual foram percebidos alguns comportamentos dos alunos do 8º ano e do 1º ano EMITI⁴, que foram brevemente debatidos no artigo.

Para tal debate foram utilizados alguns autores tais como Martins, Pezzini e Szymanski entre outros, o PPP⁵ da escola, a BNCC⁶, mas também com a utilização de alguns autores, discutir alguns Supervisionado, na E. E. B. Coronel Ernesto Bertaso, Percebeu-se principalmente no comportamento dos alunos do ensino fundamental, assim durante o tempo passado com os alunos, observou-se que alguns alunos agem tentando despertar a atenção do(a) professor(a), como por exemplo ficar andando na sala, falta de interesse na aula, conversas paralelas, etc., esse tipo de atitude por parte dos alunos acaba por frustrar o(a) professor(a) que almeja outro tipo de comportamento deles, segundo Pezzini e Szymanski (2007), ao produzirem uma pesquisa referente a esse desinteresse por parte dos alunos nas escolas em geral;

Dentre todas as dificuldades pelas quais passa a educação no Brasil, destaca-se, atualmente, um grande desinteresse por parte de muitos alunos, por qualquer atividade escolar. Frequentam as aulas por obrigação, sem,

⁴ Ensino Médio Integral em Tempo Integral, Projeto do Instituto Ayrton Senna ao qual a escola está vinculada desde 2017.

⁵ Projeto Político Pedagógico da EEB Coronel Ernesto Bertaso.

⁶ Base Nacional Curricular Comum



contudo, participar das atividades básicas. Ficam apáticos diante de qualquer iniciativa dos professores, que se confessam frustrados por não conseguirem atingir totalmente seus objetivos. (p. 1)⁷

Porém ao final da regência pode ser constatado que os alunos estavam um pouco mais interessados na matéria de História, matéria esta que muitas vezes é tida como “chata e enfadonha” e como puramente teórica como nos relata Moretti (2013),

Aprender História está intimamente relacionado a uma disciplina de leitura e escrita. Um dos maiores desafios que o ensino de História enfrenta na atualidade é a dificuldade em promover junto aos alunos um real interesse pela disciplina enquanto possibilitadora de compreensão da realidade. (p.2)

Outro tema brevemente citado, foi a questão do quadro caótico em que a educação no Brasil se encontra, em que se vê claramente a atitude dos governos, que deixam e muito a desejar no que diz respeito a manutenção das escolas públicas e as políticas educacionais, que estão só no papel, na maioria dos casos.

Ao final desse período, e mesmo diante de um quadro muitas vezes caótico, percebeu-se, que ainda há esperança, que vale a pena correr em busca de uma educação verdadeira, e lutar por seus ideais profissionais. Essa vivência mostrou-se desafiadora, mas também satisfatória, ao término desse período tão curto de docência, ao perceber que se conseguiu alcançar os objetivos propostos, tanto no âmbito de execução de planos de aulas, como no convívio em sala de aula, e buscou-se uma relação saudável entre professor estagiário e alunos, que também foi alcançada. Isso pode ser constatado com a leitura das avaliações regidas pelos próprios alunos, no que se refere à estagiária em questão, e na vivência dos pós estágio, onde os alunos demonstram carinho e dizem “estamos com saudade”.

Referências

BRASIL, Governo Federal/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **EDITAL CAPES nº 06/2018**. 2018. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>>. Acesso em: 02 Jun. 2019.

⁷ o artigo não tem muitas informações disponíveis como data de publicação, página e local de publicação, mas está disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/853-2.pdf>>. Acesso em: 02 Jun. 2019. Obs: o artigo não possui número de paginação, portanto os números constantes são do equivalente o PDF.



ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria Estadual de Educação- 4ª GERED. **Projeto Político Pedagógico da E.E.B. Coronel Ernesto Bertaso.** Chapecó, 2017.

MORETTI, Francielie. **O Estágio Supervisionado em História: Limites e Possibilidades na atuação docente do acadêmico de História.** Uniamérica: Anais do IV Congresso Internacional de Educação, VII Semana Acadêmica do Curso de Pedagogia da Uniamérica: 2013.

PEZZINI, Clenilda Cazarin; SZYMANSKI, Maria Lidia Sica. **Falta de Desejo de Aprender: Causas e Consequências.** In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2007. Curitiba: SEED/PR., 2011. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/853-2.pdf>>. Acesso em: 02 Jun. 2019.



Limites e possibilidades da docência no Ensino Fundamental: Residência Pedagógica e a prática docente

Janaina Mallmann Peres

Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista do Programa de Residência Pedagógica/CAPES

Elisabete do Carmo Dal Piva

Preceptora do Programa de Residência Pedagógica/CAPES

Everton Bandeira Martins

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Docente Orientador do Núcleo de História do Programa de Residência Pedagógica/CAPES
everton.martins@uffs.edu.br

Introdução/Justificativa

Ao refletir sobre que discussão fazer neste trabalho, levou-se em consideração a experiência de docência no ensino fundamental anos finais, por caracterizar uma turma com um grau de dificuldade maior, em comparação com outras turmas observadas e que tiveram a prática docente no ano de 2019. A turma em questão, um nono ano, apresenta alunos com dificuldade de aprendizado, refletindo no andamento do estágio e das práticas da Residência Pedagógica.

Sobre estas dificuldades, pode-se pensar o fato de estarem frequentando pelo primeiro ano a E.E.B. Tancredo de Almeida Neves, localizada no Bairro Efapi, município de Chapecó – SC, vindos de outras escolas circundantes da unidade de ensino em questão. Em diversos momentos de conversa com a professora regente da turma e preceptora do Programa de Residência Pedagógica (PRP), notou-se como seria necessária uma postura distinta da apresentada nas turmas de Ensino Médio. Tal análise ocorreu tendo em vista a ideia de limites e de autoridade deveriam ser levadas em consideração, com uma postura até autoritária em alguns momentos, na intenção de manter o controle da turma.



Em relação à configuração da turma, pode-se apontar um fato interessante, se comparada com as demais turmas observadas, pertencentes ao Ensino Médio (regular e inovador), a turma tem um número superior de meninos ao de meninas, em que estes meninos apresentam comportamentos destoantes. Enquanto alguns são centrados nas discussões das aulas, outros demonstram total desinteresse pelos debates e quaisquer atividades apresentadas.

Pensa-se, para fomentar estas discussões de como agir em sala de aula, tendo em vista a agitação da turma e dificuldade em manter os alunos centrados em atividades e debates, apresentar as ideias de indisciplina escolar, de normatização a partir da organização da escola, bem como refletir sobre o papel da História, enquanto componente curricular na articulação dos saberes com a formação de cidadãos críticos. Estes conceitos serão pensados a partir de diversos autores, que discutem o papel da escola na formação integral do aluno, bem como questões mais pontuais como a problemática de controle em sala e as perspectivas educacionais relacionadas com a formação psicológica destes indivíduos.

Objetivo

Este trabalho tem por finalidade discutir as implicações da docência, ao pensar nos limites e possibilidades de atuação no Ensino Fundamental Anos Finais. É tema central, também, neste trabalho debater como a Residência Pedagógica pode auxiliar a prática docente ao apresentar uma modalidade diferente de Estágio Supervisionado Obrigatório. Refletir-se-á a partir da ideia de ensino de História nos anos finais, a partir da experiência de docência com a turma 94, na E.E.B. Tancredo de Almeida Neves, ao longo do primeiro semestre de 2019.

Metodologia

Este trabalho faz parte da produção do Programa de Residência Pedagógica, que tem por objetivo relatar as experiências ao longo das inserções em sala de aula. Portanto, as metodologias utilizadas compõem um Relato de Experiência do processo de observação e docência na E.E.B. Tancredo Neves, neste caso, com uma turma do ensino fundamental (nono ano). Para que este escrito fosse possível fora necessário refletir sobre o papel da História como disciplina escolar, aliado aos novos moldes da educação mundial, que está voltada ao mercado de



trabalho, deixando o caráter de formação para a cidadania em segundo plano. Considerou-se, também, as alterações psicológicas por qual passam os educandos no período da puberdade, que faz com que seu desempenho na escola seja afetado, positivamente ou não. Outro ponto importante analisado é como a escola pensa estas relações de mudança comportamental, associada aos novos modelos de educação numa perspectiva de normatização dos corpos numa disciplina rígida e limitada nas escolas.

Resultados

Com o encerramento desta etapa do estágio supervisionado, ficou evidente o quão desafiador é estar em uma sala de aula e de como ser professor requer responsabilidade e dedicação. Os problemas detectados não são novos e estão longe de uma solução eficaz e definitiva, já que a todo momento as relações empreendidas em uma escola se alteram e os sujeitos que compõe o ambiente escolar não são os mesmos, com alterações constantes em curtos espaços de tempo.

Entender que os adolescentes também estão passando por transformações constantes, faz com que condicionemos as práticas educativas para que estas sejam totalizantes, na ideia de envolver os alunos de maneira integral, dentro das especificidades de cada indivíduo. A faixa etária que constou como análise deste trabalho é bombardeada com mudanças e reconfigurações psíquicas constantemente, o que ocasiona ressonâncias na forma como aprendem e se relacionam com o outro.

Associada a estas limitações em sala de aula, temos o descaso das políticas públicas, que estão a serviço de um sistema segregador, que preza pelo lucro e pela supressão de direitos. É na escola que notamos o quão necessária é a discussão de elementos estruturais da sociedade e como os componentes curriculares que questionam estas estruturas são necessários. Perceber que a educação é utilizada como moeda de troca em campanhas políticas, que são reconfiguradas a cada pleito é mais que necessário, é crucial para entender como estas limitações impostas a todo conjunto educacional, em todos os seus níveis e entes federados, pode condicionar uma população que não questiona o que lhe é determinado, com a aceitação de absurdos e idolatria de sujeitos, tidos como heróis e “salvadores da pátria”.

A educação deve estar a serviço da criticidade, rompendo com elementos estruturais



que pregam “verdades absolutas” e que dificultam o acesso de melhores condições de vida aos indivíduos. Para isso, é importante que se tenha a noção de que a escola configura decisivo espaço de questionamento e de rupturas de pensamentos hegemônicos, espaço de discussões e de debates constantes e que necessita de melhores condições de trabalho, na ideia de oferecer uma formação voltada para a criação de uma consciência crítica.

Referências

AQUINO, Júlio Roberto Groppa. **A indisciplina e a escola atual**. Educação e Pesquisa (USP), São Paulo, v. 24, n.2, p. 181-204, 1998

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016

FONTES, Virgínia. **Capitalismo em tempos de uberização: do trabalho ao emprego**. Marx e o Marxismo, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan./jun. 2018

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987

MARTINS, Everton Bandeira. **Estágio supervisionado em ensino de história: uma análise a partir das experiências em sala de aula conjugando teorias e prática**. PUC, 2009.

OLIVA, Alfredo. **Desenvolvimento da personalidade durante a adolescência**. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar. Vol 2. Porto Alegre: Artmed, 2004, pp. 335 – 349.

PANIAGO, M.aria de Lourdes Faria dos Santos; FERNANDES, Eliane Marquez da Fonseca. **O CORPO EDUCADO: A ESCOLA COMO DISPOSITIVO DISCIPLINADOR NA SOCIEDADE DE CONTROLE**. REDISCO – Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo, v. 2, p. 68-77, 2013

RIKOWSKI, Glenn. **Privatização em educação e formas de mercado**. Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n.21, p.393-413, jul./dez.2017



Uma análise das estratégias de adesão ao cultivo de soja no Oeste Catarinense através do Jornal da Produção (1973-1978)

Saionara Solange Frantz

Graduanda do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Claiton Marcio da Silva

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

claiton@uffs.edu.br

Introdução/Justificativa

No Oeste Catarinense, a agricultura tradicional era identificada como sendo um modelo atrasado e arcaico, como responsável pelo atraso do desenvolvimento nacional. O desenvolvimento do país encontrava-se nos obstáculos que o Brasil agrário impunha ao Brasil do progresso (Claiton Marcio da Silva (2001, p. 65). Para então modificar-se tal modelo, era necessário para além de investir em mecanização e em insumos, “legitimar as vocações da região Oeste como celeiro e do agricultor como o sujeito responsável por este processo” (Claiton Marcio da Silva 2001, p. 69). Uma das alternativas adotadas pelas autoridades locais, foi trazer novos habitantes, sobretudo imigrantes alemães e italianos principalmente do estado vizinho do Rio Grande do Sul, e com esses imigrantes, trouxera-se:

Uma ideia de trabalho e a expectativa de que este trabalho geraria excedentes a serem comercializados, e com isso o crescimento e o desenvolvimento da região e do país. Esses fatores, ao que parece, influenciaram o comportamento dos camponeses na sua inserção no novo espaço, nas relações que mantiveram com os outros grupos e no seu desenvolvimento social, econômico e cultural (Odilon Luiz Poli 2001, p. 46).

Buscava-se com estes imigrantes, atender demandas da produção agrícola. O oeste catarinense apresentava-se como “um lugar propício para o desenvolvimento da agricultura, uma importante fonte para o desenvolvimento da nação” (Claiton Marcio da Silva, 2001, p. 74; 75). A agricultura era a base do desenvolvimento e os meios para melhor firmar-se é atra-



vés do uso de técnicas e tecnologias modernas, com o uso de insumos modernos, mecanização do campo conjuntamente com uma mudança de hábito dos agricultores (Claiton Marcio da Silva, 2001), assim então, seria consolidado o crescimento desejado da economia catarinense e do país, isso dava-se através de “discursos que procuraram legitimar a agricultura como sendo a base da economia (...) e a região Oeste como Celeiro Catarinense, sendo o campo um lugar privilegiado para propiciar desenvolvimento ao país (uma espécie de mola propulsora) (Claiton Marcio da Silva 2001, p. 63).

A partir de 1940, com as famílias de italianos e alemães e com a abertura de estradas, estrutura-se na região um mercado regular para produtos agrícolas. O oeste catarinense passou então a ser caracterizado por uma agricultura voltada à produção de excedentes, estabelecendo um contato com o mercado e organizando então a produção visando as necessidades que o mercado apresentava (Odilon Luiz Poli, 2001, p. 31). Assim, passou a existir produtos os quais, sua produção estava diretamente destinada a atender as necessidades do comércio, dentre estes, a soja

Nesse sentido, com a pesquisa, visa-se ver para além do que levou os agricultores ao plantio da soja, compreender quais políticas de incentivos estavam por de trás destes fomentos ao plantio da leguminosa, tendo em vista que, tem-se muitas poucas produções que trabalhem com a inserção da soja no Oeste Catarinense. E com isso, quais as modificações decorrentes do processo que são possíveis de serem notas na região Oeste de Santa Catarina, a partir do incentivo ao plantio da soja e as utilizações das tecnologias que substituem o modelo de agricultura familiar que estava em vigência até então, para adaptar-se ao modelo que, por mais que fosse sustentável economicamente, trouxera consigo consequências ambientais e grandes modificações na paisagem da região Oeste Catarinense.

Objetivo

O objetivo da pesquisa é estudar o processo de inserção da sojicultura no Oeste de Santa Catarina e quais as maneiras de persuasão/convencimento por parte das cooperativas e dos meios de comunicação para com os agricultores, fazendo com que os mesmos aderissem ao cultivo da soja, em substituição à cultura que desenvolviam anteriormente. Até meados dos anos de 1970 no oeste de Santa Catarina, tem-se a predominância do cultivo do milho e prin-



principalmente do trigo. A partir de 1970 é possível notar na região, a inserção e crescimento do cultivo da soja. Analisa-se quais foram os grupos/agentes que incentivaram o crescimento do cultivo de soja.

Metodologia

Com o auxílio do Jornal da Produção, visa-se analisar qual era o discurso utilizado por este periódico para fazer com que os agricultores aderissem ao cultivo de soja. Como, por meio do jornal, foi possível convencer os agricultores da região oeste de Santa Catarina, que seria vantajoso plantar soja, ou como utilizaram destes meios para então convencer que por meio do plantio de soja seria possível utilizar uma nova forma de fertilização do solo, para então, tornar mais rentável o plantio de outras culturas como a do milho ou trigo. Para a análise do jornal, segue-se a perspectiva de Carlo Ginzburg, que no livro *Mitos, Emblemas e Sinais*, visa dar destaque ao paradigma indiciário. Através do paradigma indiciário, o autor irá trabalhar com casos bem específicos em regiões pequenas e específicas, mas de forma minuciosa para analisar cada caso de cada região.

Durante a pesquisa, as fontes serão analisadas de maneira detalhada para se chegar ao ponto final, o que levou os agricultores a aderirem ao cultivo de soja? Assim, a análise será feita buscando primeiramente ver o que está em evidência, qual incentivo se dava para eles aderirem ao plantio de soja e posteriormente, visa-se analisar o que está por detrás do discurso, o que se buscou, quais as intenções dos jornais ou das editoras, ao incentivar os agricultores a aderirem ao cultivo de soja? Quem eram os responsáveis pelos jornais?

Também, será dado destaque para a análise da representação utilizado pelas mídias. Para Roger Chartier, as representações do mundo social, “à revelia dos seus atores sociais, trazem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, R. (1990, p. 19). Assim, visa-se analisar como o Jornal da Produção / periódico, tinham por intenção, representar a soja e a sojicultura como uma forma de ascensão social.



Resultados

O argumento deste trabalho, demonstra como uma das hipóteses de convencimento dos agricultores para produzirem soja era o fato da leguminosa ser viável para a realização da fertilização dos solos. Assim como destacado no Jornal da Produção que tem como manchete: *Santa Catarina Recupera Solos Agrícolas.*

Em 1972 foram gastos pelos agricultores catarinenses 172 mil toneladas de calcários e 25 mil toneladas de adubos, recuperando a fertilidade de 25 mil hectares de terras. [...] A utilização de calcário e adubo aliada a outras recomendações técnicas como combate a erosão, uso de boa semente, irrigação e drenagem, controle de pragas, doenças e insetos, “stad” perfeito e época de semeadura certa proporcionaram altos rendimentos por hectare. [...] Comparando esses dados com os rendimentos médios do Estado, podemos constatar aumentos de 170%, 215% e 115% em relação ao milho, soja e arroz respectivamente, provocados pelo uso de tecnologias recomendadas. [...] Os 30 mil hectares de terras recuperadas em sua fertilidade apresentaram um aumento total de 80.800 toneladas de milho, soja e arroz. [...] A renda líquida total dos agricultores que recuperaram suas terras, mostra que eles estão 14,4 milhões de cruzeiros mais ricos que no início de 1972. [...] É efetivamente o dinheiro a mais que ficou no bolso do agricultor e que poderá ser gasto ou em investimentos para aumentar sua empresa rural, ou para lhe proporcionar melhor habitação, vestuário, alimentação, saúde, educação e lazer. [...] É fundamental que o número cada vez maior de agricultores e mais rapidamente sigam esse exemplo para obterem os mesmos resultados, contribuindo dessa forma para a o desenvolvimento do País (Jornal da Produção, 1973, n3, p. 2).

A rotação de culturas através do binômio Soja-Trigo também é utilizada em noticiários como fonte de recuperação do solo. Com a rotação, visavam-se lucros maiores, já que, caso fosse cultivada uma cultura apenas, está degradava o solo, assim, os agricultores buscavam fazer a rotatividade de modo obter-se melhores resultados. Os jornais buscavam usar recursos como fotos, figuras ilustrativas, representando as possíveis vantagens do cultivo da soja sobre outras culturas. Faziam também uso de títulos que ressaltavam as possíveis vantagens da soja sobre outros monocultivos, assim como, os lucros que se obtinham com a plantação, para convencer os agricultores a aderirem ao cultivo da leguminosa.



Referências

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.

POLI, O. L. Camponeses no Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, p. 12– 79, Dezembro 2001. ISSN 2175-0173

PUNDEK, M. Santa Catarina recupera solos agrícolas. **Jornal da Produção**, Florianópolis, n. 3, p. 2 –, Abril 1973.

SILVA, C. M. da. Modernização da agricultura e difusão dos clube 4-S no Oeste Catarinense (1970-75). **Cadernos do CEOM**, Chapecó, p. 63 – 79, dezembro 2001. ISSN 2175-0173.



Impactos Socioambientais da Agroindústria no Oeste Catarinense

Luciano Adilio Alves

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Introdução/Justificativa

O propósito deste trabalho é contextualizar o processo de colonização na região Oeste de Santa Catarina, apontar a implantação e consolidação da agroindústria enquanto um dos segmentos econômicos mais expressivos nos últimos 50 anos. Pretende-se evidenciar os principais impactos socioambientais provocados pela expansão dessas indústrias cuja matéria-prima são grãos e animais de corte (suínos e aves). É um trabalho em construção, com uma temática de grande relevância, que vem merecendo atenção, não apenas dos estudos acadêmico-científicos, mas também de preocupações sociais.

A colonização do Oeste de Santa Catarina iniciou na década de 1920 e se estendeu até o final dos anos 1950 (CORAZZA, 2016, p.298). Os migrantes, em sua maioria colonos, vindos principalmente do Rio Grande do Sul, buscavam novas áreas de terra para o cultivo agrícola e criação de animais. Ao se instalarem nessas novas terras, os colonos passaram a derrubar a floresta para a formação de lavouras cuja produção era voltada à comercialização de seus produtos, principalmente o trigo e o milho (BRANDT; NODARI, 2011, *apud* MORETTO e BRANDT, 2019).

Assim, a pecuária e a produção de grãos estiveram entre as primeiras atividades econômicas de destaque, segundo Bavaresco (2003). Muare eram criados para fazer o transporte de mercadorias levadas pelas tropas a São Paulo e alguns animais, como os porcos, eram criados inicialmente para consumo doméstico e depois, gradativamente, foram se constituindo em importante produto para o comércio.

Na região em questão, no início do século XX, o sistema de criação de porcos era considerado bastante primitivo. Corrêa (1970), escreve que predominava “a criação do porco



alçado (soltos no mato), alimentados exclusivamente daquilo que a vegetação fornecia, sobretudo os frutos silvestres tombados ao chão dos quais o pinhão era o mais alimentício”. Dos animais abatidos era retirada a pequena porção de carne e processada a banha, vendida ao Rio Grande do Sul e à Argentina. Parte dos animais também era transportada a pé, por tropeiros, e comercializados em São Paulo, onde, após um processo de engorda, eram finalmente abatidos. (BAVARESCO, 2003).

Em paralelo com o desenvolvimento do comércio e da atividade suinícola, houve o desenvolvimento de atividades agrícolas alicerçadas no cultivo de milho, feijão, mandioca, entre outros. O gradativo acúmulo de capital decorrente da produção agrícola dos colonos possibilitou o surgimento dos primeiros abatedouros de suínos. Em 1940, foram criados os frigoríficos da Sadia e o da Perdigão. Em 1952, a S.A. Indústria e Comércio Chapecó (SAIC, conhecido, depois, como Chapecó Alimentos), e em 1956, o Seara. Já em 1962 foi a vez do Frigorífico Itapiranga e, em 1969, a Cooperativa Central Oeste Catarinense, com sede em Chapecó (CORAZZA, 2016).

A partir da instalação dos primeiros frigoríficos ocorreram mudanças profundas no sistema de criação dos animais de corte. Os porcos passaram a ser criados em confinamentos, com uma alimentação baseada principalmente no milho. A opção pela criação e pelo processamento da carne de porco ocorreu porque os criadores perceberam que os animais “convertem cerca de um quinto do que comem em alimento para consumo humano, contra aproximadamente um vigésimo dos bovinos, além do menor trabalho e tempo necessário para o abate ou comercialização” (LAGO, 1988, *apud* MORETTO e BRANDT, 2019).

Conforme a Epagri/Cepa (1976), no ano de 1970 foram abatidos 1,26 milhão de suínos em Santa Catarina, o que resultou na produção de 77,8 mil toneladas de carnes e derivados. Em 1977 foram abatidos 2,14 milhões de animais que proporcionaram 122,6 mil toneladas de carnes e demais produtos. Em 1975 o rebanho de suínos chegava a 3,15 milhões de cabeças em Santa Catarina. Em 2002, o rebanho suíno chegou a 4,7 milhões de cabeças, com produção de 665 mil toneladas de carne. No ano de 2017 o plantel de suínos alcançou 8,09 milhões de animais (EPAGRI/CEPA, 2017).

Depois dos suínos os pecuaristas catarinenses descobriram o potencial econômico da



avicultura. Conforme Espíndola (1999), em 1952 a Perdigão instalou a primeira unidade para o abate e processamento industrial de aves no município de Videira. No mesmo ano também foi fundada a primeira fábrica de rações.

A avicultura catarinense registrou o abate de 3,32 milhões de animais em 1970, o que resultou na produção de 4.650 toneladas de carnes e derivados. Sete anos depois, em 1977, foram abatidos exatos 70 milhões de animais, com 98 mil toneladas de carnes e derivados. Com 1,87 milhão de toneladas de carnes e derivados produzidos em 2018, Santa Catarina respondeu por quase 15% da produção nacional, ficando atrás somente do estado do Paraná, que produziu 4,31 milhões de toneladas e liderou o ranking nacional da produção avícola (EMBRAPA, 2018).

Para alimentar rebanhos desse porte, foi preciso ampliar a área cultivada de grãos. Dados da Epagri/Cepa (1976), divulgados por meio da Síntese Informativa Sobre a Agricultura Catarinense, mostram que na safra 1969/1970 o milho foi plantado em 563.604 hectares, com um rendimento médio de 1.919 quilos por hectare e uma produção total de 1,08 milhão de toneladas. O mesmo levantamento aponta que na safra de 1973 a produção de milho atingiu 1,56 milhão de toneladas. Já em 1974 a produção do cereal aumentou para 2,2 milhões de toneladas. Nesse ano o milho foi 80% cultivado no Oeste, ocupando 166 mil agricultores.

Diante deste cenário, o **objetivo** deste trabalho é compreender o processo de colonização do Oeste Catarinense, evidenciando a implantação e consolidação da agroindústria. Nesse contexto destaca os principais impactos socioambientais decorrentes da expansão desse segmento industrial.

O trabalho está sendo produzido a partir da utilização de diversas fontes de pesquisa, como artigos de pesquisadores da área da história ambiental, publicações oficiais, periódicos da época e notícias veiculadas em sítios eletrônicos de órgãos públicos e privados.

Resultados

Como o cultivo de animais e a expansão das lavouras ocorreram na direção das florestas, a cobertura vegetal sofreu a primeira transformação. A Floresta Estacional Decidual



(FED) é um dos ecossistemas mais devastados no Brasil, com agravante de que em território catarinense não há reserva legal dessa tipologia que, em levantamentos recentes, apontou um remanescente menor do que 3% da mata original (NODARI, 2010). Conforme a autora, entre os principais motivos apontados para explicar o desmatamento estão os longos períodos de exploração comercial da madeira nativa e a limpeza de áreas florestais para promover o avanço da agricultura e da pecuária.

Moretto e Brandt (2019) apontam que as matas nativas de Chapecó, mapeadas pelo IBGE em 1970, totalizavam 49.371 hectares. O mesmo estudo mostra que 15 anos depois, em 1985, essa cobertura vegetal não passava de 10.639 hectares. Por concentrar grandes lavouras de grãos (milho, trigo, soja, entre outros) e alguns dos maiores frigoríficos de aves e suínos do Brasil, o município é sede da região que é classificada como o maior polo agroindustrial de Santa Catarina.

Para ampliar a produção de milho e soja, os agricultores catarinenses optaram pela adoção de defensivos agrícolas. Com o Censo de 1975, constata-se de forma clara como o uso de agrotóxicos tinha se disseminado em Santa Catarina nos anos anteriores. Dos 206.505 estabelecimentos ou propriedades rurais, 180 mil (cerca de 87%) declararam usar “defensivo animal” e/ou “vegetal”. (CARVALHO; NODARI; NODARI, 2017)

Em 1985 foram mapeados 234.973 estabelecimentos em Santa Catarina. Destes, 195.936 usavam fertilizantes e outros 201.707 declararam que usavam algum tipo de defensivo agrícola, sendo que pelo menos 86 mil deles estavam localizados em municípios do Oeste.

Os incentivos governamentais ao uso de agrotóxicos, a falta de fiscalização e a falta de cuidados com a saúde humana trouxeram impactos quase imediatos. Segundo levantamento realizado pelo Centro de Informações Toxicológicas de Santa Catarina, citado por Carvalho, Nodari e Nodari (2017), foram mapeados 5.436 casos de intoxicação por agrotóxicos no Estado entre os anos de 1984 e 2002. No mesmo período, há registro de 180 óbitos.

Em novembro de 2003 a então ministra do meio ambiente, Marina Silva, esteve em Santa Catarina para participar da criação de um grupo de trabalho cujo objetivo central era a adequação dos criatórios de suínos à legislação ambiental. Na visita a Xavantina a ministra



conheceu o tamanho do problema. “O município, então com 4.500 habitantes, possuía, na época, um plantel com mais de 200 mil animais. Distribuídos em 900 pequenas propriedades rurais, a atividade gerava um milhão de litros de dejetos por dia que, sem investimentos e assessoria técnica para o tratamento adequado, eram apontados como os principais agentes poluidores do solo e das águas” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2003)

O médico e prefeito na época, Elisandro Modesti, relatou que naquele ano os casos de câncer na região estavam acima da média. A expansão da doença seria motivada pela contaminação da terra por nitrato de sódio encontrado na urina dos porcos. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2003)

Conclui-se, portanto, que a expansão agroindustrial no Oeste Catarinense impactou diretamente e indiretamente na supressão da cobertura vegetal existente, na poluição ambiental, como a contaminação do solo e, principalmente, na intoxicação que resultou em inúmeras mortes nas últimas décadas.

Referências

BAVARESCO, Paulo Roberto. **Ciclos Econômicos Regionais: Modernização e Empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2005.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **História, ciência, saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 75-91, jan. 2017.

CEPA/EPAGRI. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina**. 1976. Disponível em: <<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/publicacoes/sintese-anual-da-agricultura/>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

CEPA/EPAGRI. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina. 2017**. Disponível em: <<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/publicacoes/sintese-anual-da-agricultura/>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, p. 87-98, jan/mar. 1970.

CORAZZA, Gentil. Fronteira Sul: Traços da Formação Econômica. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó:



UFFS, 2016. p. 298-317.

EMBRAPA. **Estatísticas de Frango de Corte no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias/estatisticas/frangos/brasil>. Acesso em 08 de julho de 2019.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: (O Caso Sadia)**. Chapecó: Grifos, 1999.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229 - 254, jan./abr. 2019.

NODARI, Eunice Sueli. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História ambiental. **História: debates e tendências**. Passo Fundo, v. 9, n. 1, jan-jun. 2009, p. 136-150, 2010.



Milho híbrido: e as políticas governamentais da década de 1970

Luiz Fernando Perondi Hanauer

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Claiton Marcio da Silva

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
claiton@uffs.edu.br

Introdução/Justificativa

No decorrer do século XX são diversas as mudanças ocorridas no cenário agrário brasileiro, a necessidade de adequar-se aos grandes padrões de produção dos países desenvolvidos, tornou-se uma realidade para o crescimento industrial no Brasil. A alteração da natureza, tornou-se cada vez mais contínua e intensa, o Governo Federal, começou a intervir de maneira gradativa, nas políticas públicas voltadas ao meio rural, ganhando maior destaque, após o golpe civil militar de 1964, quando passa a atuar como mediador das relações econômicas nas mais diversas áreas de produção.

Durante a década de 1970, o Brasil passou pelas mais diversas transformações na economia nacional, a agricultura é um dos setores que passa a ganhar destaque nas ações institucionais do Estado. Programas como Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), Metas e Bases para a Ação do Governo – MBAG (1970-1973), I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1972-1974), II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1975-1979) ganham destaque na política econômica nacional⁸.

Ainda na primeira metade da década de 1970, o Governo Federal lança o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) - PND, criado para nortear as políticas

⁸ Há grandes continuidades ideológicas em relação aos planejamentos realizados na década de 1960, para Matos (2002), O MBAG (1970-1973), produzido no auge do Milagre Econômico brasileiro, aponta que duas das principais prioridades do governo estão focadas na agricultura e o avanço no desenvolvimento científico e tecnológico. Na década de 1970, por sua vez, o diferencial é o emprego de recursos, em escalas bem maiores que na década anterior, para impulsionar o modelo de desenvolvimento tecnológico e “avançado” que colocaria o Brasil no competitivo mercado internacional.



governamentais brasileiras. Colocando a necessidade de tecnicizar e aumentar a produção do campo, para suprir o crescimento da indústria, o Estado, centraliza o ato de planejar o desenvolvimento, em especial, o econômico⁹. Segundo Wenceslau Gonçalves Neto¹⁰:

Os programas desenvolvidos nas décadas de 1970 e 1980 para o planejamento econômico brasileiro, também influenciaram os debates e mudanças de estratégias estaduais, que se assemelhavam a desenvolvida em esfera federal. Tratando-se de uma política pensada de cima para baixo, não foi diferente sua influência e estrutura nas esferas regionais.

Estava em jogo o processo de expansão e solidificação do capitalismo no campo. Para além da necessidade de produção agrícola do campo, para subsidiar as necessidades da indústria urbana, estavam inseridos outros fatores, tais como a necessidade de incorporar produtores agrícolas ao modelo capitalista de produção de lucro, a proletarianização do campo, o êxodo rural (mais especificamente, dentro do projeto de Estado e poder vigentes, a necessidade de se manter o homem no campo para que lá ele incorporasse a nova face do capitalismo nacional brasileiro).

Carregado de um viés ideológico muito forte, esse novo projeto de país e de desenvolvimento econômico contou com grande amparo dos meios de comunicação e mídias disponíveis. Os jornais destinados aos agricultores demonstravam a necessidade de se adequar às novas tecnologias, anunciando por exemplo as vantagens de se adequar as novas transformações propostas pelo governo e, pelas instituições privadas.

Durante a década de 1960, no estado de Santa Catarina, houve grande emprego de recursos orçamentários e políticas de desenvolvimento voltadas para a implantação e crescimento das indústrias e setores a ela ligados, como transporte e energia. Nesse contexto a agricultura recebeu parcela bem menos significativa de recursos.

A partir da década de 1970, evidenciou-se uma mudança no foco de investimentos e políticas do estado catarinense, que voltavam-se agora para a agricultura. Na década

⁹ O I PND, estabeleceu como estratégias para o setor agrícola, a modernização de estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas, com a melhoria na estrutura de transportes, programas de créditos aos produtores rurais, industrialização de produtos agrícolas, em parceria com a transformação tecnológica no setor agrícola, o que facilitou a incorporação de investimentos públicos e privados.

¹⁰ O resultado desta postura se encontra na maciça presença do Estado na economia brasileira, com o desenvolvimento de uma máquina que perpassa todas as etapas da atividade produtiva: planejamento, produção, fiscalização, determinação de preços, estocagem, circulação e comercialização dos produtos, exportações, etc. (NETO, 1997, p.142)



predecessora os esforços estavam voltados para implantação da estrutura das indústrias, mas era necessário pensar e planejar seu funcionamento e manutenção, já que em Santa Catarina há um expressivo número de agroindústrias e outras que utilizam produtos derivados da agricultura¹¹.

Os jornais distribuídos para os agricultores catarinenses na década de 1970, elucidavam a necessidade de aumentar a produção do milho, produto que tornou-se fundamental para o abastecimento e crescimento da agroindústria.¹² O Jornal da Produção, de 1973, destaca em várias edições a importância da assistência técnica para aumentar a produtividade¹³. Durante esse período, são diversos os concursos de produtividade lançados em Santa Catarina, no qual, os agricultores que atingem o maior patamar, são premiados.

As opções de financiamento destinadas aos agricultores facilitaram ainda mais a adesão as novas técnicas de produção, dissolvidas também, pelos técnicos de cooperativas e instituições privadas. Os jornais estampavam em suas páginas as possibilidades de financiamentos. A edição do Jornal da Produção de junho de 1973, página 2, notícia que “O negócio é financiar o progresso”¹⁴.

Durante o regime ditatorial no Brasil, o meio rural passa a se alinhar ao planejamento do governo, tanto em esfera federal quanto estadual, e o resultado da política de crescimento econômico acelerado propicia uma mudança significativa na disponibilização de crédito rural, conforme dados do jornal da produção, em relação aos financiamentos rurais contratados pelo Banco do Estado de Santa Catarina¹⁵.

¹¹ Com o objetivo de integrar as regiões ainda isoladas do Estado, o PCD tinha um claro propósito de integração regional, que se constituía na síntese do Projeto. Era a busca concreta da unidade econômica catarinense. Dentro dos objetivos do IBGE, com o intuito de descentralizar as políticas econômicas, o Estado foi subdividido em 13 microrregiões. Dos CR\$ 5,6 bilhões previstos para o PCD, 71,1% deveriam provir de fontes de terceiros, e 28,9%, do Tesouro. Do total dos recursos, 22,7% eram destinados à agricultura; 21,98%, à indústria; 21,0%, aos transportes; 14,9%, a saneamento; apenas 5,6%, à energia; 3,8%, a telecomunicações; 0,2%, à modernização administrativa; e 3,7%, a outros (Salles, 1971). (FILHO, 2005. p. 637)

¹² Em reportagem do Jornal da Produção n.3 edição de abril de 1973, intitulada “Sul do Estado quer multiplicar a produção de milho”, o jornal faz menção ao concurso de produtividade lançado para os agricultores, com premiações que variam entre trator, trilhadeira, pulverizador, entre outros. Destaca-se o auxílio disposto pela assistência técnica, e o cultivo do milho “dentro da moderna tecnologia agrônômica”.

¹³ É muito milho. Jornal da Produção. Ano I – Florianópolis. Santa Catarina. Mar. De 1973 n°2.

¹⁴ Crédito Rural Educativo, fornecidos pelo Banco de Santa Catarina – BESC. No ano de 1962, o valor de financiamentos rurais contratados pelo BESC foi de Cr\$27.111,00, no início da década de 1970, o valor sobre para Cr\$13.906.080,00, chegando a um montante de Cr\$39.852.063,00, em 1972. (O negócio é financiar o progresso. Jornal da Produção. Ano I – Florianópolis. Santa Catarina. Jun de 1973 n°5).

¹⁵ O desenvolvimento pregado nos planos e políticas governamentais, reafirmados e legitimados pelos meios de



Nesse sentido, se coloca fundamental lançarmos olhares sobre tais fatos e, a história ambiental nos permite empregar análise sobre esse nosso passado recente, pois, como lembra Worster (1991, p. 2) “a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e ‘super-natural’, de que as consequências [sic] ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas”.

O Brasil incorporou muito bem a tarefa de manter o *status quo* de poder das classes hegemônicas dominantes, com ares de desenvolvimento para todo país. Estava em jogo, inclusive a forma de compreender a natureza e o homem. Não se pode deixar de lembrar que é na década de 1960-1970 que o Brasil começa empregar técnicas da chamada “Revolução Verde”.

Nesse contexto, ao fechar os olhos às consequências dessa política de crescimento desenfreado, legitimada pelo Governo e pelos meios de comunicação, o Brasil enquanto Estado, negligenciou efeitos como o desmatamento para cultivo em larga escala, com uma significativa alteração nos ecossistemas e formas de manejo dos solos e sementes além das consequências sociais ligadas as relações sociais do campo.

Objetivo

Analisar a conjuntura política em favor do desenvolvimento econômico do setor agrário no Brasil, tendo como recorte histórico o início da década de 1970 até 1985.

Metodologia

Por meio da análise de documentos oficiais da União e Estado de Santa Catarina, bem como do exame de reportagens de jornais procura-se explicar, sob o enfoque teórico da História Ambiental a relação entre desenvolvimento econômico e o setor agrário e rural.

comunicação, oculta seu caráter fortemente ideológico conservador. Se por um lado grandes esforços foram empregados para o crescimento econômico da nação, muitas outras questões importantes não ganharam o mesmo destaque, não por acaso. Essa política de fomento ao crescimento, desconsiderou em grande parte, os aspectos sociais e ambientais diretamente impactados, isso se deve às estruturas de pensamento hegemônicas.



Resultados

Com a implantação e desenvolvimento dos PND's no território nacional, a busca por respostas a curto prazo para o avanço da agricultura brasileira construiu um cenário favorável para a implantação de sementes selecionadas, como o caso do milho híbrido. A veiculação de notícias pelas mídias destinadas aos agricultores, aos poucos legitimou a tecnicização dos meios de produção, bem como, o controle sobre a produção.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972/74**. Brasília. 1971. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74. Acesso em 06 de out. de 2019

BRASIL. Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 - 1979)**. Brasília. 1974. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF. Acesso em 06 de out. de 2019.

FILHO, Alcides Goularti. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 627-660, jun. 2005. O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/2096/2478>. Acesso em 06 de out. de 2019.

MATOS, P. O. **Análise dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. Piracicaba: USP, 2002 (Dissertação de Mestrado).

NETO, Wenceslau Gonçalves. **ESTADO E AGRICULTURA NO BRASIL: POLÍTICA AGRÍCOLA E MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA 1960-1980**. Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

WORSTER, Donald . Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.



As fronteiras e os campos de Palmas em tempos de Revolução

Antonio Marcos Myskiw

Professor do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
amyskiw@uffs.edu.br

Introdução

A Revolução Federalista (1893/1895) é fruto dos desdobramentos da Proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889. Nos primeiros anos do Brasil República, a vida política e social no Brasil passou por mudança significativa. A forma de Estado deixou de ser Unitária para ser Federativa; o sistema de governo deixou de ser Parlamentarista para ser Presidencialista; o regime de governo deixou de ser Monárquica para se tornar Republicana. Essas e outras mudanças lideradas pelo Marechal Deodoro da Fonseca e por Benjamin Constant depositaram grandes expectativas no povo brasileiro. Acreditava-se que os males do Império seriam estirpados com a República. (CARVALHO, 1990)

No entanto, com o passar destes primeiros anos, os políticos e a população passaram a perceber que as velhas mazelas que assombravam a vida imperial, rondavam, igualmente, a vida republicana. A reforma eleitoral, possibilitando a ampliação do universo de votantes, não garantiu a plena democracia e, com isso, a vontade da Nação distanciava-se da vontade dos proclamadores da República (até então, os “donos do poder”). A instabilidade política e social passou a ser acompanhada pelo abalo econômico, decorrentes das constantes emissões de papel moeda, da substituição do trabalho escravo pela mão de obra livre e da industrialização incipiente fora do eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A substituição dos “velhos” políticos liberais e conservadores do Império pela nova geração de “jovens políticos” desarticulou a máquina burocrática nos Estados que atendiam, sobretudo, aos interesses das elites agrárias. (FAORO, 1996)

A ala jovem republicana lotada em importantes cargos administrativos e



governamentais passou a cultivar ira política das forças tradicionais do tempo do Império, gerando grande tensão política e o prenúncio de revoltas armadas em fins de 1891, levando o Marechal Deodoro da Fonseca à renúncia ao posto de Presidente do Brasil. Assumiu o poder o vice-presidente, Marechal Floriano Peixoto, que buscou apoio político nos Estados na tentativa de impor limite à tensão política e de manter-se no poder. No Rio Grande do Sul, Floriano Peixoto obteve apoio de Júlio de Castilhos, simpático a um governo militarista (autoritário), rival político de Gaspar Silveira Martins, que defendia uma República parlamentarista. A instabilidade política no Rio Grande do Sul tomou fôlego no decorrer de 1892, irrompendo em Guerra Civil quando da posse “arranjada” a Julio de Castilhos ao Governo do Rio Grande do Sul, em fevereiro de 1893. (SILVA, 2005)

Gumercindo Saraiva e Joca Tavares, estancieiros da região de fronteira com o Uruguai, possuíam grupos de combatentes próprios, formado por brasileiros e uruguaios civis. Deram apoio ao federalista Silveira Martins. Do lado do republicano Júlio de Castilho, havia igualmente estancieiros e latifundiários que contavam com o apoio de forças e armamento do Exército Nacional. Foi imposto o recrutamento forçado, pago com recursos do governo. Floriano Peixoto enviou tropas federais sob o comando do general Hipólito Ribeiro para garantir o governo de Castilhos, denominadas de legalistas. Em meados de fevereiro de 1893, Joca Tavares e Gumercindo Saraiva ocuparam Dom Pedrito e Alegrete, de onde desfecharam vários ataques aos legalistas. Em novembro de 1893 adentraram em território Catarinense. Algumas semanas depois ocuparam Desterro (atual Florianópolis) com forte apoio naval do almirante Custódio de Mello. Após a conquista de parte do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, os revoltosos estabeleceram planos de submeter o Paraná, para depois tomar São Paulo e seguir em direção ao Rio de Janeiro. O Paraná seria atacado em três frentes: Paranaguá, pelo mar, cortando a saída da capital; Tijucas do Sul seria invadida por Santa Catarina e; a tomada da Lapa, deixando Curitiba indefesa, com apoio dos latifundiários dos Campos Gerais e dos Campos de Palmas à Revolução Federalista. (CARNEIRO, 1982)

O legado da Revolução Federalista, no entender de Ruy Christovam Wachowicz não foram as milhares de mortes e os prejuízos materiais, mas a crueldade e a barbárie praticada por ambos os lados: “Houve degolamentos realizados por ambas as partes, assaltos e



destruição de hospitais, massacre de prisioneiros que se rendiam com promessa de vida e garantias, sendo depois impiedosamente exterminados, as centenas”. (WACHOWICZ, 1995, p. 164-165). Entre os militares presos, considerado traidor, estava o General José Bernardino Bormann, comandante da fronteira dos Campos de Palmas.

Justificativa

A história e os desdobramentos da Revolução Federalista nos campos e fronteiras de Palmas em fins do século XIX ainda estão por ser escritos. A historiografia sobre o tema, quando muito, tece rápidas considerações sobre a passagem das tropas revolucionárias pelos caminhos, campos e florestas que faziam parte das povoações, vilas e cidades de Palmas, Clevelândia e as Colônias Militares de Chapecó e Chopim. Existem documentos históricos de diferentes tipologias para a escrita desta história, que são: Relatórios de Governos, memórias de militares, jornais e periódicos de circulação local, regional e estadual, processos crimes, documentos de ordem policial e paroquial.

Objetivo

O exercício que faremos neste texto é um ensaio inicial visando um estudo de maior fôlego sobre os Campos de Palmas durante a Revolução Federalista tendo como fonte documental principal as memórias do General José Bernardino Bormann inscritas no livro *Dias Fratricidas* (1901), de sua autoria, narrando a sua versão da Revolução Federalista em terras paranaense.

Metodologia

Em meados de 1901, o general José Bernardino Bormann publicou o livro *Dias Fratricidas: memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná*, editado em dois volumes pela Tipografia da Livraria Econômica Annibal Rocha & Cia, de Curitiba. Não era apenas um livro de memórias, mas uma resposta (ainda que tardia) a aqueles que o acusaram de traição à pátria republicana por ocasião da Revolução Federalista em território paranaense. (BORMANN, 1901) A acusação, em abril de 1894, em desfavor ao General Bormann,



culminou na ordem de prisão a ser cumprida nas dependências do 5º Distrito Militar e, por extensão, na dispensa dos cargos de Diretor da Colônia Militar de Chapecó e de Comandante da Fronteira de Palmas. Poucos meses depois, em fins de julho de 1894, José Bernardino Bormann teve a ordem de prisão revogada e, em sua fé de ofício, foram registrados por ordem do Comandante do 5º Distrito Militar a seguinte nota: “Ainda mais uma vez, o distinto coronel demonstrou que conservou inalteráveis os sentimentos elevados que lhe dão lugar saliente entre os valentes que ilustraram o nome brasileiro nos campos do Paraguay. Sua coragem, sua resignação, nas privações sem número por que passou, seu patriotismo, seu amor à ordem, tornam-se credor de reconhecimento da Pátria.” (SILVA, 1944, p. 28)

Para Bormann, havia a necessidade de reafirmar que ele não havia sido traidor da Pátria em 1893/1894 e, ao mesmo tempo, de zelar pelo seu nome perante seus pares e à sociedade paranaense, tendo em vista que ele era uma figura pública. Era necessário apresentar aos leitores a sua versão da história da Revolução Federalista, sobretudo aquela vivenciada nas fronteiras de Palmas, local em que, com o auxílio de soldados militares e de colonos assentados na Colônia Militar de Chapecó, promoveu distintas ações frente aos revolucionários federalistas oriundos do Rio Grande do Sul.

Ao assumir o ofício de historiador, José Bernadino Bormann tinha a clareza de suas limitações e os percalços existentes ao escrever sobre uma revolução cujas “paixões estão vivas e perduram os odios e os ressentimentos” (BORMANN, 1901, p. 9), bem como a dificuldade de manter-se imparcial ao narrar os fatos do passado: “Geralmente deixa-se às gerações futuras o trabalho de narrar os factos do passado, porque os contemporaneos desses grandes e sanguinolentos abalos sociais, contaminados pelas paixões do tempo, não podem legar aos posteros uma narração fidedigna, nem também uma critica em que a imparcialidade se destaque fiel e constante”.(BORMANN, 1901, p. 9) Imparcialidade. Fidelidade. Verdade. Eis, aqui, novamente, traços do historiador positivista com toques de romantismo e cientificismo característico da escrita histórica de fins do século XIX.

Resultados

Como apontado acima, em abril de 1893, o general Bormann foi nomeado comandante da guarnição de fronteira de Palmas (via portaria do Ministério da Guerra), acumulando a



função de Diretor Geral da Colônia Militar de Chapecó que, neste período passou a ter o efetivo militar-civil de 300 (trezentos) homens, segundo as memórias de Aristóteles Xavier, filho do tenente João Batista Xavier (que comandou 60 homens na unidade de cavalaria): “E os preparativos prosseguiam. Todos os colonos mobilizados foram fardados, armados e equipados. Intensificou-se a instrução em ordem unida e de combate. O destacamento do Exército adestrou-se no manejo da artilharia”.(XAVIER, 1944, p. 108) A missão do General Bormann era vigiar e proteger a fronteira a Sudoeste e Sul do Paraná contra possíveis avanços das frentes de combate federalistas em território paranaense, via Passo do Goio-En, no Rio Uruguai. O perímetro de ação da guarnição da fronteira de Palmas, sediada na Colônia Militar de Chapecó, se estendia dos Campos de Palmas até o Rio Uruguai, ao Sul, e entre os rios Peperi-Guaçu (fronteira com a Argentina) e o Rio do Peixe (agregando os Campos do Erê e parte da região do Contestado).

A historiografia sobre a Revolução Federalista, em terras paranaense, afirma que parcela significativa dos habitantes da área rural dos Campos de Palmas, Campos de Guarapuava e dos Campos Gerais do Paraná (Ponta Grossa, Castro, Jaguariaíva) eram simpáticos aos princípios e objetivos dos federalistas, também conhecidos como “maragatos”. Rafael Augusto Sêga afirma que “nem só membros da sociedade camponesa do Paraná tradicional aderiram aos revoltosos gaúchos, mas também os imigrantes polacos” (SÊGA, 2005, p. 194), estes últimos, como forma de protesto aos descasos por parte dos governos republicanos federal e estadual relativo à política imigratória e o tratamento dado aos imigrantes já assentados em áreas coloniais. O general José Bernardino Bormann tinha uma dupla missão: resistir aos ataques dos federalistas, pois era sabido que o ataque a fortificações militares era uma ação levada a cabo pelos federalistas com o objetivo de conseguir armas e munições e; evitar o enfrentamento entre os grupos políticos rivais (pró e contra o federalismo) existentes nos campos de Palmas.

Entre fins de 1893 e maio de 1894, Bormann teve mobilizar seus soldados a distintas missões de patrulhamento, observação e de apoio a outros grupamentos militares legalistas. A Colônia Militar de Chapecó, por situar-se junto aos caminhos terrestres que ligavam-se ao Passo do Goio-En e Nonoai, também teve de dar apoio e residência temporária a um número



significativo de migrantes gaúchos que, por desavenças e perseguições políticas resultantes da guerra civil, buscaram refúgio em terras paranaense: “Migrantes políticos às centenas, provenientes principalmente de Passo Fundo e Palmeiras das Missões, refugiaram-se em várias regiões do Paraná”, destaca Ruy Christovam Wachowicz, que continua: “Clevelândia, Mangueirinha e Campo Erê foram polos de atração desse elemento humano” (WACHOWICZ, 1987, p. 58).¹⁶ Com o término da guerra civil e o recuo dos federalistas que combateram no Paraná, a migração rumo às fronteiras do Paraná com o Rio Grande do Sul perdeu fôlego, mas não cessou. Foragidos da justiça paranaense, catarinense e gaúcha migraram para a região de fronteira com a Argentina, junto aos rios Peperi-Guaçu, Chapecó, Santo Antônio, Antas e Capanema.

Referências

BORMANN, José Bernardino. **Dias Fratricidas**: memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná. 2 vol. Curitiba: Tipografia da Livraria Econômica Annibal Rocha & Cia, 1901.

CARNEIRO, David. **O Paraná e a Revolução Federalista**. 2. ed. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte: Indústria Gráfica Gonçalves, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 10ª ed. Vol. 1. São Paulo: Globo, 1996.

SÊGA, Rafael Augusto. **Tempos Belicosos**: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907). Curitiba: Editora Aos Quatro Ventos, 2005.

SILVA, Luiz César Kreps. “Revolução Federalista”. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Cláudio Joaquim; TRICHES, Rita Inocência (Org.). **Paraná, espaço e memória**: diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Bagozzi, 2005.

SILVA, V. Benício (Org). **O Centenário do Marechal Bormann**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1944.

¹⁶ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. 2 ed. Curitiba: Vicentina, 1987. p. 58.



WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Historia do Paraná**. 7 ed. Curitiba: Vicentina, 1995.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. 2 ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

XAVIER, Aristóteles. “Xapecó: memórias de um observador” In: SILVA, V. Benício (Org). **O Centenário do Marechal Bormann**. Rio de Janeiro: Grafica Laemmert Ltda, 1944.

Agradecimentos

Agradecimentos à Letícia Maria Venson, minha orientanda de mestrado junto ao Programa de Mestrado em História da UFFS, Campus Chapecó, por ter dialogado comigo os resultados, ainda que iniciais desta pesquisa, bem como o acesso à documentos históricos manuscritos sobre José Bernardino Bormann.



Singularidade fronteiriça: a Floresta com Araucária entre Brasil e Argentina

Débora Nunes de Sá

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista CAPES
nunesdesaa@gmail.com

Introdução/Justificativa

A Floresta com Araucária ou Floresta Ombrófila Mista, de acordo com o botânico Kurt Hueck (1953), estendia-se no território brasileiro em parte dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, em altitudes de 500 a 800 metros e de 1.300 a 1.600 metros, de maneira mais fragmentada no cone leste paulista, adentrando o sul de Minas Gerais e parte do Rio de Janeiro. Sua ocorrência endêmica, que independe e é anterior aos recortes políticos administrativos, ultrapassa uma fronteira transnacional entre Brasil e Argentina, pois como afirmou Rangarajan (2011), a teia da vida desconhece as delimitações humanas e “desafia a contenção”. Dessa forma, uma parcela da Floresta com Araucária, que cobre parte do sul do Brasil, se prolonga pelo nordeste da província de Misiones na Argentina, como é possível observar na Figura 1.

A pesquisa em andamento adota, portanto, um recorte espacial que se constitui a partir do jogo de escalas (LEPETIT, 1998) e, tem como referência a Floresta com Araucária que se apresenta de maneira contínua entre a fronteira político-administrativa de Brasil e Argentina, defendendo-a como um patrimônio socioambiental transfronteiriço comum aos dois países. Nesse sentido, em determinadas análises se diminui a importância de tais “fronteiras políticas” e se historiciza as conexões e interações que se estabeleceram entre os humanos e não humanos nesse espaço. Em outros momentos se considera a fronteira política como um marco que delimita o uso, a ocupação e as políticas públicas implementadas, afetando diretamente, de formas e com intensidades variadas a floresta, a sociedade humana que vive

na região e toda a biodiversidade ali existente.

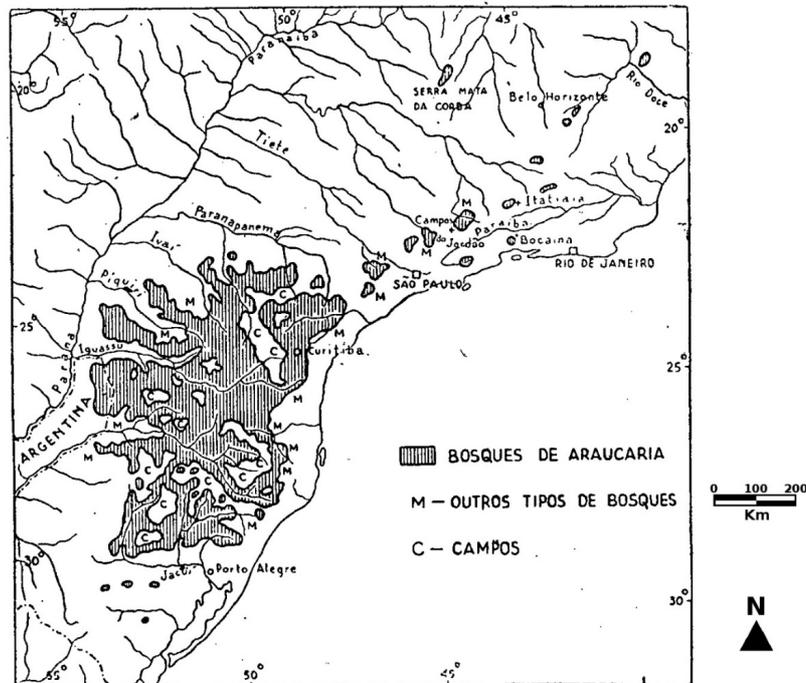


Figura 1: Área de ocorrência endêmica da Floresta com Araucária, segundo Kurt Hueck

Fonte: HUECK, Kurt. Distribuição e Habitat Natural do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*). Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo. *Botânica*. São Paulo, v. 10, nov. 1953. p. 16. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/bolfflchsb/article/view/58397>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

Entre as políticas públicas implementadas estão a constituição de áreas destinadas à conservação da biodiversidade. Em Misiones o governo provincial instituiu “*Parques Provinciales*” por toda Província que de acordo com a Lei N. 29/1992 da Província de Misiones, são: “áreas terrestres ou aquáticas em seu estado natural, que tenham interesse científico particular ou especial atrativo por suas belezas paisagísticas” (tradução livre). Três deles se encontram na área de ocorrência da Floresta com Araucária e estão situados na região que consideramos fronteira, adotada como recorte espacial para a pesquisa em andamento: no Departamento de San Pedro, instituído em 1991, há o *Parque Provincial de la Araucaria*, com 92 hectares de área. Distante 22 km, e criado no mesmo ano, está o *Parque Provincial Cruce Caballero* que possui 522 hectares de área. Ele abriga a maior área com remanescente de Floresta com Araucária na Argentina (RIOS, 2010). O terceiro Parque Provincial, o *Piñalito*, instituído em 1997, localiza-se também no Departamento de San Pedro, na



comunidade de Tobuna, e tem 3.796 hectares de área.

Além dos Parques Provinciais outras duas áreas localizadas no Departamento de General Manuel Belgrano são importantes para compreender a paisagem de Floresta com Araucária que atualmente se observa na fronteira argentino-brasileira, a *Reserva Natural Estricta San Antonio*, atualmente administrada pela divisão de *Parques Nacionales*, e o *Campo Anexo Manuel Belgrano* administrado pelo *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria* (INTA), unidade centrada em Montecarlo.

Objetivo

Problematizar o recorte espacial da investigação em andamento, que analisa e historiciza as transformações socioambientais ocorridas na paisagem transfronteiriça entre Argentina e Brasil, na segunda metade do século XX.

Metodologia

Se utiliza a metodologia da História Oral, que por meio do uso das entrevistas como fontes tem o propósito de “[...] registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais” (DELGADO, 2010, p. 8), utilizando como fonte principal a memória. No depoimento oral a trajetória tanto individual quanto coletiva é uma construção, uma narrativa, dentre tantas possíveis, e isso não significa que essa construção seja improcedente, mas sim que ela não é a única possível. Verena Alberti (2003) parte da premissa que a História Oral se concretiza quando a narrativa possibilita ao pesquisador/ra compreender e interpretar a realidade.

Os depoimentos de História Oral são analisados em conjuntos com outras fontes como as fotografias da municipalidade de San Pedro, que variam de paisagens ao cotidiano San Pedrino, e permitem observar transformações que ocorreram na paisagem transfronteiriça ao longo do tempo. Ana Maria Mauad afirmou que a fotografia, enquanto fonte histórica, “demanda por parte do historiador um novo tipo de crítica” (1996, p. 8), e que além de se constituir como um documento histórico é também um monumento.



A metodologia, portanto consiste na análise de um conjunto variado de fontes, sejam os testemunhos orais, as paisagens, as fotografias, a legislação, a imprensa periódica ou mesmo fontes já estudadas por outros historiadores/as, mas revisitadas e exploradas com outra interpretação, que possibilitam compreender as transformações e as construções das paisagens para um espaço geograficamente contínuo e com características comuns, mas que também apresentam diferenças: a Floresta com Araucária na fronteira Argentina e Brasil.

Resultados

As primeiras análises permitem afirmar que a paisagem fronteiriça é resultado de distintas e diversas interações humanas com o ambiente, vinculadas a diferentes conjunturas e processos, como as migrações e as políticas públicas adotadas pelos dois estados nacionais, Brasil e Argentina. Assim, inicialmente pode-se inquerir que ambos os estados nacionais identificaram uma mudança, relativa ao início da escassez de matéria-prima madeireira percebido pelos agentes estatais em fins da primeira metade do século XX. Isto fez com que os mesmos desenvolvessem unidades experimentais de estudos de espécies arbóreas tanto de nativas quanto de exóticas para fomentar a indústria madeireira.

No Brasil, essa demanda inicialmente teve viés econômico e foi levada a cabo pelo Instituto Nacional do Pinho (INP) durante o período de 1940 a 1960, mas com o decorrer do tempo e com as transformações no pensamento e na sensibilização ambiental internacional, as estações florestais, – como eram denominados os espaços de cultivos experimentais de espécies arbóreas – passaram a adquirir de forma lenta e gradual também uma preocupação voltada com a conservação da biodiversidade. Isso é possível de identificar quando elas passam a se encaixar como Floresta Nacionais durante a década de 1960 e com maior ênfase com a implantação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) no ano 2000.

No caso argentino ainda não é possível afirmar como ocorreu esse processo histórico. Por isso, estudar a constituição dos *Parques Provinciales*, da *Reserva Estricta San Antonio* e do *Campo Anexo Manuel Belgrano*, poderá responder a esse questionamento e auxiliar a compreender a história das paisagens que se observam na fronteira argentino-brasileira. Dessa maneira, despertando um olhar ambiental mais crítico para esse espaço, e subsídios para o debate de como pensar e aplicar novas e atuais formas de manejo que permitam a conservação



desse patrimônio socioambiental transfronteiriço, importante para todas as formas de vida, seja ela humana ou não humana.

Referências

- ALBERTI, Verena. Narrativas na história oral. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais eletrônicos**. João Pessoa, PB: ANPUH-PB, 2003. 10f.
- DELGADO, Lucília Almeida Neves de. **História oral: Memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2010.
- HUECK, Kurt. Distribuição e Habitat Natural do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*). Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. **Botânica**, São Paulo, v. 10, p. 5-24, nov. 1953. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/bolfflchsb/article/view/58397>>. Acesso em: 04 mar. 2016.
- LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise** (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 77-102.
- MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.
- PROVINCIA DE MISIONES. **Ley XVI, n. 19 (antes Ley 2932)**. Sistema de Áreas Naturales Protegidas. Disponível em: <<http://digestomisiones.gob.ar/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.
- RANGARAJAN, Mahesh. Nações, Natureza e História Ambiental. In: COULTER, Kimberly; MAUCH, Christof. (Orgs.). **O Futuro da História Ambiental: Necessidade e Oportunidades**. Rachel Carson Center Perspectives, 2011.
- RIOS, Román Carlos. **Capacidade regenerativa da Floresta Missioneira Argentina frente à distúrbios antrópicos**. 2010. 172 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.



Monocultura e relações econômicas no Oeste de Santa Catarina

Adriana Elizabeta Seitenfus

Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó, bolsista pelo PIBIC, EDITAL N° 1010/GR/UFFS/2018

Samira Peruchi Moretto

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó.

Introdução/Justificativa

A colonização que ocorreu no início do século XX na região do Oeste Catarinense trouxe consigo transformações na paisagem. O território, antes ocupado por indígenas e por caboclos, passou a receber migrantes alemães e italianos, vindos principalmente do Rio Grande do Sul. Após a quase total destruição das matas por ação de madeireiras, a monocultura e agropecuária ganharam grande visibilidade, trazendo consigo necessidade de aprimoração tanto na criação de porcos, quanto nas lavouras. A Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC) fundada em 1976, atual Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), teve grande participação nas atividades rurais, sendo a responsável por difundir ideologias referente a adubação do solo para que este tivesse mais produtividade, além de incentivar o trato com ração para a criação de porcos. O presente trabalho busca investigar principalmente as transformações ocorridas na região do Oeste de Santa Catarina, após a chegada dos colonizadores, no século XX. A metodologia usada no projeto de pesquisa está compreendida em analisar as fontes e textos no campo da disciplina de História Ambiental, assim também como relatórios de governo, censos demográficos, periódicos regionais, estaduais e a legislação federal.



Objetivo

O foco principal deste projeto de pesquisa gira em torno da problemática do por que se teve início a campanha de conservação e correção do solo no Oeste Catarinense, entre as décadas de 1960 e 1990.

Metodologia

A metodologia está compreendida na análise de fontes no campo da disciplina de História Ambiental. Levando em consideração que muitas das fontes utilizadas serão periódicos datados entre 1960 e 1990, a abordagem partirá do princípio que:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram a decisão de dar publicidade a alguma coisa. [...] A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo, tampouco se dissociam de público que o jornal ou revista pretendem atingir. (LUCA, 2014, p. 140)

Como base de apoio da pesquisa leituras relacionadas a disciplina de História Ambiental também serão de extrema importância, tendo em vista que esta “tem por objetivo principal compreender melhor como o ser humano foi e ainda é afetado pelo ambiente natural, assim também como eles afetaram e vem afetando o meio ambiente” (WORSTER, 1991, p.200), ainda segundo Worster a História Ambiental busca “ir mais fundo, até encontrar a própria terra” (1991, p.199). A provável necessidade do uso de fontes orais e outras ao longo da pesquisa não é descartada.

Resultados

A intensa colonização que ocorreu no Oeste Catarinense no início do século XX, trouxe consigo drásticas transformações na paisagem. Aos grupos indígenas e caboclos não se atribui as alterações, mas sim aos colonos, vindos principalmente do Rio Grande do Sul.



Primeiramente foram implantadas cerrarias para auxiliar na extração da madeira, a agricultura ganhou força quando o recurso madeireiro já não era suficiente para a economia da região.

O foco passou a se deter então na produção agrícola, “nas roças destinadas a agricultura, que se destinava as necessidades locais, o sistema empregado consistia na derrubada da floresta e na queimada, sendo realizada a sementeira sobre as cinzas” (BRANDT, 2018 p. 33).

O jornal Folha d’Oeste, em 1970, publicou uma matéria elencando os resultados do uso das queimadas para o solo:

O que o fogo consegue, através de sua ação, na queima da matéria orgânica, que impossibilita a existência da vida microbiana, no seu incessante devoramento, está levando o agricultor para o inferno, pois que depois virão as baixas produções, a terra torna-se cansada com mais facilidade, não reterá mais a água que escorrerá livremente, enfim, será um conjunto de coisas que redundará fatalmente na baixa produção agrícola, ou, mesmo, no rápido abandono da área. Os efeitos prejudiciais, básicos, causados pela erosão do solo agrícola são a perda de solo e água, dando origem, contudo, a uma série de outros males. (FOLHA D’OESTE, 1970)

A erosão também é apresentada como um agente que acarreta baixa produção agrícola, além da preocupação do abandono da terra após a mesma não ser mais produtiva. Outras fontes, também periódicos, apresentam em seu conteúdo a ideologia de se ter um solo corrigido para que a produção agrícola alcance melhores resultados.

A correlação entre todo o processo de colonização que ocorreu no início do século XX, as primeiras transformações significativas na paisagem por meio da derrubada da floresta e a fomentação da correção do solo, difundida no meio agrícola está presente quando tomamos conhecimento da drástica mudança na paisagem, de mata fechada para lavouras agrícolas resultando em um solo que não consegue mais repor seus nutrientes.

Referências

BRANDT, Marlon. Ampliando as pastagens pelo fogo e pela serra: pecuária e indústria madeireira nos campos do planalto de Santa Catarina. *In*: NODARI, Eunice Sueli; XAVIER DE CARVALHO, Miguel Mundstock; ZARTH, Paulo Afonso (org.). **Fronteiras Fluidas, Florestas com Araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. P 28-43.



DEAN, Waren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo. Companhia das letras, 1996. DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. P. 177-197.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções á agroindústria: suinicultura e transformação na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**. V.11, n.26 (2019). Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311262019229>.

NODARI, Eunice Sueli. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 241-260.

NODARI, Eunice. Florestas com Araucárias: uma história do Antropoceno. In: NODARI, Eunice Sueli; XAVIER DE CARVALHO, Miguel Mundstock; ZARTH, Paulo Afonso (org.). **Fronteiras Fluidas, Florestas com Araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. P 12-27.

LUCA, Tania. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3. Ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011. P 111- 154.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.4, n. 8, 1991. P. 198-215.

Referencia das fontes

ELY, José Egon. Efeitos Nocivos da Erosão. **Folha d'Oeste**. Chapecó, 16 de maio de 1970, ano VII, n. 246, p. 8.

Agradecimentos

Este trabalho apresenta parte dos resultados do projeto “As transformações socioambientais no Oeste de Santa Catarina: desmatamento e preservação (1970 a 1990)” e “Os usos do meio ambiente no Oeste de SC: medidas de conservação nas décadas de 1970 a 2000”. Bolsa de iniciação científica/UFFS.



A representação do imigrante judeu na literatura contemporânea do Rio Grande do Sul: *Cágada* e *O exército de um homem só*

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF)
gluciaelisazinani@gmail.com

Introdução/Justificativa

Este estudo trata da representação do imigrante judeu na Literatura contemporânea do Rio Grande do Sul, com o recorte na obra de Gladstone Osório Mársico (1927-1976) e Moacyr Scliar (1937-2011). A presença dos imigrantes judeus no Estado data no início do século XX, com a fundação da colônia Quatro Irmãos que também correspondia às áreas das vilas Baronesa Clara e Barão Hirsch, no espaço rural em 1909, na região norte do Rio Grande do Sul e o estabelecimento de um amplo contingente de imigrantes na capital, localizados no Bairro Bom Fim, por volta de 1914 vinculados ao comércio e profissões de ofício. Distinguiam-se dos demais imigrantes principalmente em razão da religião. Scliar de origem judaica, e Mársico, advogado da *Jewish Colonization Association* (ICA), eram testemunhas oculares da presença judaica no Estado, mesclando em suas obras literárias saberes históricos, vivências sociais e culturais. Logo, seus personagens transitam no espaço urbano e rural, carregam consigo sua cultura, sua religiosidade, seus saberes e fazeres, vivendo o seu cotidiano. O imigrante judeu, em espaços de imigração, apresenta uma identidade étnica externa homogênea, sobreposta à heterogeneidade interna, ocupando principalmente espaços urbanos, dedicando-se a atividades de ofício e comércio, representação esta reproduzida também na literatura, e de forma crítica, em relação a colonização da colônia de Quatro Irmãos, como um projeto que não foi bem sucedido mas, atingiu os objetivos de auxiliar os imigrantes judeus vítimas de discriminações de auxiliar os imigrantes judeus vítimas de discriminações nos países de leste europeu. Assim, a proposta justifica-se por analisar a



presença do judeu na literatura, justamente por sua representação de forma marginal, ora por meio da sátira, ora pela ironia.

Objetivo

Objetiva-se analisar a representação do imigrante judeu na literatura, optando pelas obras *Cágada (ou a história de um município a passo de)*, de Mársico, publicada em 1974, tendo como cenário a Fazenda Quatro Irmãos, em Erechim; e a obra *O exército de um homem só*, de Scliar, publicada em 1973, ambientada no bairro Bom Fim, em Porto Alegre.

Metodologia

O estudo, em termos teóricos metodológicos, dialoga com a História Cultural, no viés da análise da produção de literatura histórica como fonte historiográfica e o conceito de representação, conforme Roger Chartier. A pesquisa utiliza a metodologia da História e da Literatura comparada, através de um cotejo entre as obras literárias a fim de buscar a representação do imigrante judeu em suas literaturas. O cruzamento de fontes inclui revisão bibliográfica, documentos sobre a imigração por fontes orais e literárias.

Resultados

Pautado nos dados coletados, constatou-se que os dois autores circulavam nos mesmos espaços em Erechim e Porto Alegre, e que Scliar era judeu e Mársico tinha vínculo de amizade com a comunidade judaica erechinense. Suas obras permitem aproximações e distanciamentos, na organização de seus enredos e todo o processo de produção e publicação na década de 70. As duas obras literárias tratam de uma forma marginal a imigração judaica no Rio Grande do Sul, porque *Cágada (ou a história de um município a passo de)*, faz uma sátira que envolve a estagnação da colônia Quatro Irmãos devido o abandono dos imigrantes e da companhia ICA após o fim do extrativismo da madeira. Já Moacyr Scliar em *O exército de um homem só*, usa a ironia para transmitir seus ensejos da juventude, no desenvolvimento de Birobidjan e na fundação do Estado de Israel. Sobressaiu na análise cinco categorias de representação do imigrante judeu; o religioso, o judeu colonizador, o judeu capitalista, a imigrante judia,



e o judeu na política. A primeira categoria trouxe judeus que preservam a cultura, colocam em prática sua religião, participam das festividades, ingerem comidas e bebidas permitidas pelo Judaísmo. A segunda categoria, o judeu colonizador surge porque o meio rural e a cidade tornaram-se assunto de romance, os imigrantes desempenharam atividades na agricultura. Os personagens são representativos da comunidade judaica, visto que ocorre a verossimilhança com os habitantes reais, como da personagem Mister Glupp, com o diretor da ICA, Isidoro Eisenberg, e em *O exército de um homem só*, surge a representação Mayer Ginzburg, como o tio de Moacyr Scliar, chamado Henrique Scliar. É visto, que ambas obras literárias existem a representação do imigrante colonizador, que cria uma colônia na ficção, localizada no município de Cágada ou no Beco do Salso, locais inspirados na Fazenda Quatro Irmãos, e na chácara situada no bairro Santa Cecília, em Porto Alegre. Na terceira categoria trouxe a representação do imigrante judeu capitalista e do judeu comerciante, que se envolve no desmatamento e na intrusão da colônia. *Cágada (ou a história de um município a passo de)*, trouxe o imigrante que visa o lucro, caracterizado como um bom negociante que busca enriquecimento com o extrativismo da madeira, se sobressaindo também, como um vendedor a prestações, através da personagem Muja, que acaba se sobressaindo a verossimilhança com a trajetória de vida de Maurício Safro, empresário judeu erechinense e amigo de Mársico. Em *O exército de um homem só*, caracteriza o imigrante judeu como um prestador de serviços e comerciante que visa o lucro explorando o funcionário no sistema capitalista. A quarta categoria trouxe a representação da imigrante judia, sendo possível analisar o perfil das mulheres judias, como pioneiras e mães no meio rural, ou na capital, como mães e mulheres donas de estabelecimentos comerciais, versus a representação das mulheres não judias. Em ambas obras literárias, representam a posição da mulher judia imigrante, quando jovem judia é ingênua, quando mulher é decidida. O olhar de Mársico pela mulher judia veem do meio rural, por isso representa-a em *Cágada (ou a história de um município a passo de)*, como colona, superprotetora e apegada aos costumes. Já o olhar de Moacyr Scliar, provavelmente inspira-se em sua mãe, porque não traz a mulher pioneira na colonização, mas traz a mulher no espaço urbano, como dona de estabelecimentos comerciais, responsável pelos afazeres domésticos e preocupada com a alimentação dos filhos. Na última categoria, o judeu e a política, apesar de serem dois contextos dife-



rentes nas literaturas, os dois escritores viveram no mesmo período histórico da ditadura militar e da censura, que houve na capital e no interior do estado. Scliar traz a representação do imigrante judeu sionista e marxista em *O exército de um homem só*, com suas ideias políticas, ideológicas, éticas e sociais que guiam os judeus no RS, representados através da personagem Mayer, que é um líder anarquista sionista que funda ficcionalmente um Palácio de Cultura e que sempre está atento as notícias que rondam sobre a fundação do Estado de Israel, e a busca incessante de criar uma Birobidijan no Bom Fim, por isso surgem verossimilhanças com personagens históricas ligadas ou influenciadas pela teoria Marxista. Moacyr Scliar traz o espaço Clube de Cultura para sua narrativa e as ideias revolucionárias do partido comunista, e socialista. Em *Cágada (ou a história de um município a passo de)*, Mársico traz o contexto que vivia na década de 60, e inspira-se em seu colega de bancada no PTB, José Mandelli, ex-prefeito de Erechim, para a criação da personagem, Capitão Maneio. Em *Cágada (ou a história de um município a passo de)*, o imigrante judeu não é visto como um líder político, mas ele desempenha papel nas decisões da colônia, ele também participa na fundação do grupo de onze. Para finalizar, através do recurso comparativo e pautado na documentação conclui-se, que os judeus estão representados na literatura, com essas categorias, e que as duas obras literárias possuem narrativas que carregam historicidade, porque em muitos aspectos elas dialogam com a história e permitem explicar como o imigrante judeu é visto pelo olhar literário.

Referências

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Cágada (ou a história de um município a passo de)**. Porto Alegre: Ed Movimento. 1974.

SCLIAR, Moacyr. **O exército de um homem só. novela**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

Agradecimentos

Um agradecimento indispensável a minha orientadora a Prof.^a Dr.^a Rosane Marcia Neumann pela sua dedicação e outro agradecimento a comunidade judaica de Erechim e Porto Alegre por partilharem ensinamentos com generosidade.



A influência dos monges do Contestado nas práticas populares de rezas e curas com ervas medicinais

Josiane Suelen Kamin

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Delmir José Valentini

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGH-UFFS)

Introdução/Justificativa

No início do século XX, no interior do Brasil, hospitais eram raros e distantes. A população desenvolveu práticas e rituais para manter a saúde e curar as doenças, buscando recursos através de plantas e ervas existentes nesta região e que as pessoas julgavam terem poderes de cura.

Deste modo, os benzimentos e a utilização de ervas e plantas medicinais se tornaram hábitos arraigados, recebendo diferentes aplicações e significados. No oeste catarinense, a utilização das plantas medicinais apontam herança cultural dos povos indígenas e dos descendentes de caboclos que habitavam esta região. Com o passar do tempo, esses hábitos foram sendo reproduzidos e adotados pelos descendentes de imigrantes europeus que aqui se estabeleceram.

A presença de hábitos antigos é perceptível na atualidade, desde no imaginário e nas crenças populares, especialmente quando é praticado o uso de plantas e ervas medicinal. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) reforçam esta situação demonstrando que atualmente 80% da população mundial fez uso de algum tipo de planta com propriedades medicinais e que essa prática tem colaborado na prevenção e cura de várias doenças.

Neste estudo pretende-se entender os usos de plantas medicinais e sua relação com as comunidades rurais no início do século XX, bem como a presença de práticas antigas na



atualidade. Enfatizando a história, as experiências e singularidades nas práticas de cura desta região, se pretende buscar reflexões sobre a apropriação desses meios de curas, assim como as relações sociais, econômicas, ambientais e culturais. O problema de pesquisa parte da ideia de que os Monges que atuaram no Brasil Meridional (consequentemente no Contestado – Oeste de Santa Catarina) deixaram um legado e influências até hoje. Mas será que as práticas atuais dialogam com as práticas dos antigos monges?

As práticas populares de rezas e o uso de ervas consideradas medicinais, estavam presentes entre as populações indígenas e se manifestam como elemento cultural, principalmente entre a população mais simples do interior do Brasil. É remota a utilização dos recursos da natureza. Na intenção de buscar melhores condições de vida, os grupos humanos buscavam modos e procedimentos próprios para cuidar da saúde e atenuar as doenças.

Quando estudamos as práticas da medicina popular, buscamos entender que ocorria um processo cultural em cada sociedade e a saúde do indivíduo era analisado sob dois aspectos a saúde do corpo e a saúde do espírito e que uma estaria ligada a outra sendo assim utilizado para a cura plantas medicinais, juntamente com simpatias ou rezas, Maurício Vinhas de Queiroz descreve :

Os sertanejos consideravam João Maria, antes de tudo, um grande curador. Pedindo remédio, moradores das vizinhanças cercavam-lhe o pouso. A sua Medicina era, porém essencialmente mágica. Não era indispensável que examinasse e visse o doente; bastava que algum parente o procurasse, rezasse com ele e levasse a mezinha. Receitava como panaceia um chá de vassourinha do campo, também chamada vassourinha do monge. Em todos os casos que examinamos, achavam as pessoas que a virtude não estava tanto na planta, que poderia ser colhida e usada a qualquer momento, como no ato pelo qual o Monge a receitava.(QUEIROZ, 1981) .

Na segunda metade do Século XIX a presença de dois personagens com forte ascendência sobre a população do Brasil Meridional, disseminaram práticas religiosas e a utilização de ervas .João Maria de Agostini e, na sequência, João Maria de Jesus, protagonizaram um conjunto de práticas de rezas com a utilização de ervas como lenitivos que ganharam popularidade e permanecem arraigadas na tradição popular.

Neste processo de pesquisa busca-se entender a influência dos Monges aqui



reconhecidos como Monge João Maria, na participação da disseminação dessa prática Medicinal Popular na Região Oeste Catarinense, pois em suas peregrinações pela região sul, deixaram espaços conhecidos pelas suas Fontes de Águas Santas e remédios indicados para cura de males. Destacando assim a influência dos Monges do Contestado na prática da medicina popular no oeste de Santa Catarina e o processo da disseminação destas práticas.

Diante disso, esta pesquisa visa analisar e refletir sobre questões que possibilitem conhecer quem eram as famílias que utilizavam-se dessas práticas, como dialogavam nesse mesmo espaço, como se estruturam (social e culturalmente) através das práticas de cura da medicina popular com esses usos e costumes da medicina popular. Ainda, de que modo continuaram na medida em que a estrutura médica e hospitalar foi sendo implantada na região e mesmo assim muitas práticas ainda permanecem, apesar dos avanços na ciência médica.

Objetivo

Estudar as práticas de cura utilizadas na região do Contestado sua disseminação e a presença ou não dessas práticas na atualidade.

Metodologia

Para a realização deste estudo busca-se utilizar principalmente de fontes bibliográficas para fundamentação teórica. A metodologia do estudo inclui observações, estudo de campo, utilização de notícias de jornais, entrevistas orais, fotografias e consulta da documentação presente nos arquivos.

Propõem-se organizar reflexões a cerca de alguns temas e expressões definindo o que entendemos por medicina popular./ Homeopatia/ e Fitoterapia apresentando assim conceitos pois entende-se que há a necessidade de contextualizar o que entendemos por medicina popular, visto que definiremos a medicina popular, como formas de resistência política e cultural à dominação das classes sociais e às relações que as sustentam (OLIVEIRA,1985).

A partir destes temas procuraremos entendimentos sobre as práticas de cura utilizadas no território do Contestado buscando estudar as relações dessas práticas e sua presença até a



atualidade, enfim, como as práticas de cura dos Monges dialogam com as práticas atuais de cura.

Resultados

Nessa etapa incipiente do estudo procuramos as práticas de curas realizadas pelos Monges do Contestado, dialogando com o contexto histórico da época para compreender as experiências de vida da população da região e a presença constante de monges.

As práticas dos Monges João Maria de Agostini, João Maria de Jesus e José Maria, os quais só aceitavam alimentos de seus seguidores como forma de auxílio, demonstrava características de solidariedade, compreensão e alívio para seus sofrimentos e agruras e mesmo que não desejassem, encarnavam o protesto e os anseios do povo simples e explorado dos sertões. E a população “viam neles alguém em quem podiam acreditar e confiar, alguém que lhes significava um lenitivo uma esperança.” (FACHEL,1995).

Concordamos com Oswaldo Rodrigues Cabral de que esta “gente que não tinha possibilidade de cura e gente que não tinha possibilidade de procurar médico, ou que não o encontraria, senão a centenas de quilômetros de distância. Gente sem haveres para custear tratamentos. Gente sem muita esperança senão aquela [da fé no monge] [...]” (CABRAL, 1960). No entanto, sem a presença de monges na atualidade é possível identificar a utilização destes mesmos métodos? Estas e outras questões serão norteadoras deste estudo.

Referências

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **João Maria Interpretações da Campanha do Contestado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional , v. 310, 1960.

FACHEL, José Fraga. **Monge João Maria: Recusa dos Excluídos**. Porto Alegre/Florianópolis: Editoras UFRGS/UFSC, 1996.

OLIVEIRA, Elda Rizzo de. **O que é Medicina Popular**. São Paulo : Abril Cultural: Editora Brasiliense, 1985

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social(A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916)**, 3.ed. São Paulo: Editora Ática,1981.



Estado Novo e o Oeste Catarinense: uma análise da relação entre fronteira e os ideais de progresso

Kelvin Francisco Bonsere

Mestrando em História do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

José Carlos Radin

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Introdução

O presente trabalho busca elucidar as diversas ressonâncias oriundas de um arquétipo de expansão de fronteira do capital aplicadas no Oeste de Santa Catarina, mais especificamente no chamado “Velho Chapecó”, designação do município de Chapecó até meados da década de 1950, no período delimitado do Estado Novo, que se consolidou no país entre os anos de 1937 e 1945. Tal temática é fruto de um ensejo de problematizar e compreender os discursos correntes na região, que propalam uma ideia de cidade em progresso, fruto de uma colonização europeizada, a qual o período estado novista impulsionou, buscando criar na região seu bastião de brasilidade e assegurar as fronteiras do país, numa ação alinhada à sua política nacionalista, tudo isso no bojo de uma apropriação autoritária da sociedade.

Assim como propõem Ciro Flamarion Cardoso ao citar o historiador polonês Adam Schaff, que prega que “a História é reescrita repetidamente no tempo, porque os critérios de valoração dos acontecimentos passados variam de acordo com o tempo...”(CARDOSO, 2008, p. 15), fazendo assim, com que a visão e a percepção em torno de determinado evento histórico se modifique de acordo com o presente do qual o historiador emana suas concepções. Portanto, ao olhar para o presente percebemos na região o ressonar de um discurso inebriado ainda pela noção de “cidade em marcha”, muito próprio do arquétipo estadonovista que propunha levar o progresso para as regiões do país, porém agora, o discurso



ressignificado, já que a região não se considera mais como um sertão, mas sim, como um celeiro progressista e almeja ser reconhecida como tal, rememorando seu passado para justificar sua afirmativa, é nesta premissa de análise dessa construção histórica que se justifica este trabalho.

Objetivo

O presente trabalho propõe problematizar ressonâncias o arquétipo de expansão de fronteira do capital aplicadas no Oeste de Santa Catarina no período delimitado do Estado Novo, que se consolidou no país entre os anos de 1937 e 1945. Tal temática é fruto de um ensejo de problematizar e compreender os discursos correntes na região, que propalam uma ideia de cidade em progresso, fruto de uma colonização europeizada, a qual o período estado novista impulsionou, buscando criar na região seu bastião de brasilidade e assegurar as fronteiras do país, numa ação alinhada à sua política nacionalista.

Metodologia

Para que se alcancem os objetivos pretendidos, alguns caminhos podem ser mais producentes. O primeiro deles está na análise da documentação oficial que trata do governo encabeçado por Getúlio Vargas durante o período denominado Estado Novo. Deste modo analisar os discursos oficiais, como os de Getúlio Vargas se faz de suma importância. Tais documentos estão disponíveis em obras como Getúlio Vargas A Nova Política do Brasil, encontrados em versão online no site da biblioteca da Presidência da República. Trabalhar com fontes oficiais envolve não apenas transcrevê-las, como na historiografia tradicional, mas entende-las a luz do aparato administrativo da época, como se inseriram no período analisado, qual foram apenas burocracia acumulada ou efetivamente concretizadas (BACELLAR, 2005, p. 108).

Outro caminho possível de ser concretizado é através da análise da fonte jornalística, por meio dos principais periódicos que circularam na fronteira Sul no período do Estado Novo. Muitos desses periódicos são encontrados na Hemeroteca Digital do site da Biblioteca Nacional, como O Estado e O Dia do estado do Paraná, outros como A Voz de Chapecó, está



disponível no Centro de Memória do Oeste Catarinense. Tal cenário aborda a imprensa local como um veículo sobre o qual os estereótipos culturais e sociais da sociedade abordada se fazem presente, com muito mais latência no período ditatorial em qual se vivia (de Luca, 2008, p. 120).

O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político. (DE LUCA, 2005, p.129) Assim o uso da fonte jornalística de época nos faz entrar no jogo político local, buscando entender as posições, os interesses e o discurso de quem controlava esse jogo político. Analisar desta forma é ampliar o leque de interpretações, não vendo o jornal como verdade absoluta e nem com minado de ideologia, mas sim um instrumento de reconstrução de culturas sociais de determinado período.

As fontes iconográficas são outro exemplo de trabalho disponível para compreender o processo de colonização do Oeste. Vários materiais se encontram hoje disponíveis no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) e servirão de base para a pesquisa aqui pretendida. O trabalho com fotografias leva em conta a materialidade dessa fonte como instrumento de pesquisa histórica, não como reprodução da verdade, mas como uma construção e representação da realidade, suscitando múltiplas interpretações (KOSSOY, 2002. p.80). Desta forma, os registros fotográficos da exploração da fronteira Sul, permitirão analisar as representações buscadas pelos sujeitos que as produziram, jogando luz sobre como esse processo foi desenvolvido e como foi propagado. O aspecto político também se encontra inerente aos registros fotográficos, pois uma foto é também a dimensão a qual se busca focar para se perpassar ao futuro, é uma idealização de uma sociedade, de um fato ou indivíduo, de um projeto político, que se tenta emoldurar, buscando eternizar seus valores.

Resultados

A partir da análise das fontes acima arroladas pude chegar a algumas conclusões que me permitem inferir que o processo de transformação do Oeste Catarinense em uma potência



alinhada ao progresso e aos preceitos civilizatórios propalados pelo Estado Novo, é constituído nas três esferas governamentais, onde o discurso se alinha as preposições de expansão capitalista e exploração do potencial econômico. Aqui o alargamento da fronteira do capital se traduz na apropriação e máximo aproveitamento das riquezas naturais do município, desta forma, a natureza se traduz em um espaço a ser conquistado, dominado e transformado para as benesses econômicas.

Em Chapecó, o discurso propalado pelo grupo controlador do periódico *A Voz de Chapecó*, se alinha as preposições estaduais e federais. A elite aqui instalada vislumbra no projeto que prega a marcha para o progresso uma oportunidade para efetiva apropriação do território e consolidação de um ideal de civilização baseado na evolução e inculcação do capital.

Denotamos aqui, que neste momento, os interesses da elite colonizadora de Chapecó se introjetam em um processo que José de Souza Martins denominará de frente pioneira, que se configura em uma situação espacial e social onde as relações capitalistas estruturaram uma nova ordem, na qual as balizas do sertão representariam entraves para a reprodução capitalista, devendo ser implodidas pela civilização do capital (MARTINS, 1996, p.27).

Referências

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 08, n.15,p. 145-151. 1995.

BACELLAR, Carlos de A. P. Fontes documentais uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

DE LUCA, Tania. **Fotografia: múltiplos olhares**. São Paulo, contexto, 2005.

HACKENHAAR, Clayton. **O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945): política, trabalho e terra**. 2014, 236 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2014.

KOSSOY, Boris. Algumas luzes sobre a polêmica História da Fotografia. **Íris**, n.373, p.13-18, ago.1984.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.



VARGAS, Getúlio, 1883-1954. Getúlio Vargas / organização, Maria Celina D'Araújo. — Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.



A identidade Kaingang da Terra Indígena de Palmas/PR: desafios contemporâneos

Ivan Rodrigues

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Mirian Carbonera

Professora colaboradora do Mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

mirianc@unochapeco.edu.br

Introdução/Justificativa

A Terra indígena de Palmas situa-se entre os municípios de Palmas/PR e Abelardo Luz/SC e, é composta por indígenas da etnia Kaingang (Figura 1).

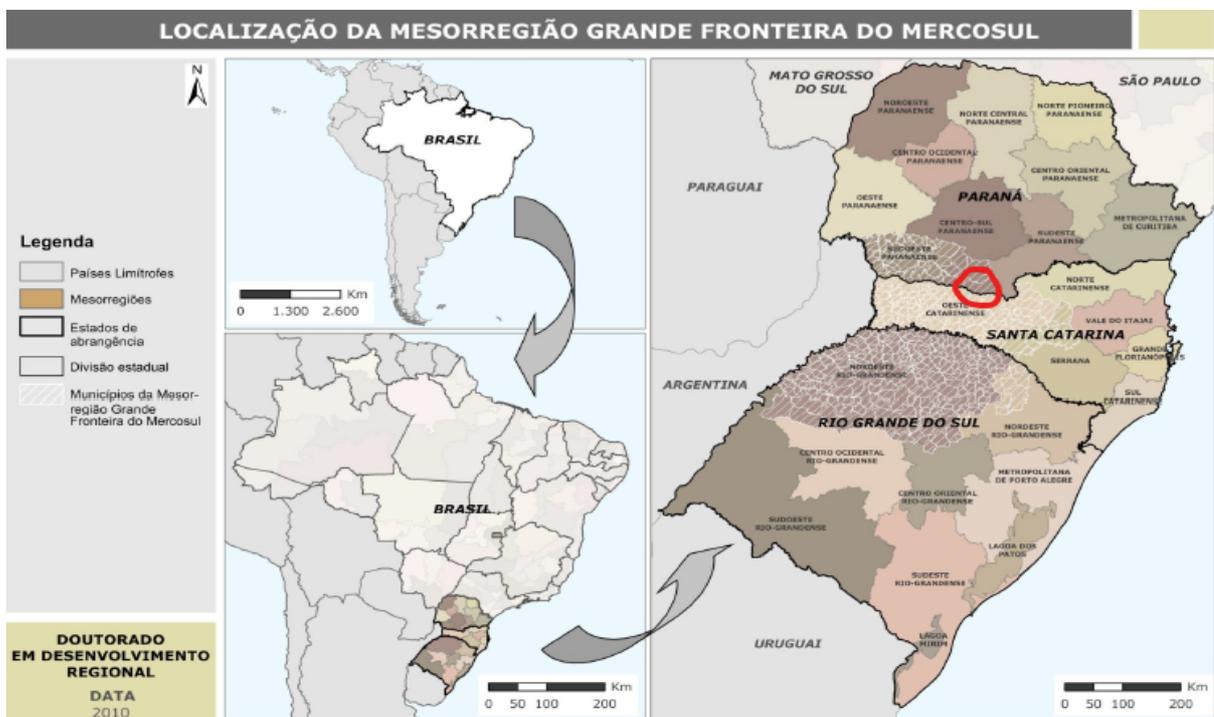


Figura 1: Localização da Terra Indígena de Palmas PR
Fonte: Piovezana (2010)



A presença dessa etnia nessa região é milenar. Segundo LINO (2014 p. 98):

Por volta de 2,5 mil anos atrás, um grupo étnico diferente começou a povoar em um primeiro momento as terras altas do Brasil meridional, e posteriormente espalhando-se de modo muito efetivo por diversos ambientes, incluindo regiões costeiras. De matriz linguística jê, estes povos muito provavelmente tem sua origem na região central do Brasil, em algum lugar entre a área do cerrado e o sul da floresta amazônica, onde encontram-se diversos povos indígenas jê com semelhanças entre si, como os xavantes, os bororos, os caiapós, dentre outros. Em tempos históricos, estas populações ficariam conhecidas, dentre denominações diversas, como os índios caingangues e xoclengues.

Os Kaingang estão entre os mais numerosos povos indígenas do Brasil. Sua cultura desenvolveu-se na área que compreende as regiões sudeste e sul do território brasileiro. Organizaram-se sobre uma economia baseada na caça, pesca, coleta e agricultura complementar. Atualmente a agricultura é a principal atividade econômica desenvolvida pela etnia.

O contato entre os Kaingang e não índios depois da chegada dos portugueses foi marcado pela concepção de civilidade, ou seja, foram recebendo ao longo do tempo diferentes formas de dominação cultural, sendo relegado os seus costumes tradicionais.

A história desse povo está relacionada a um amplo processo de luta pela terra e colonização por parte de grupos que se baseavam no mito do vazio demográfico e, portanto, deveria ser ocupado e explorado. Esse processo inicia em meados do século XIX, como proposta do governo imperial em promover o desenvolvimento econômico dessa região.

A presença dos indígenas nessa área era considerada como obstáculo a ser vencido, prevalecendo apenas, o interesse em ocupá-la e promover alguma atividade que trouxesse retorno financeiro aos envolvidos. Palmas, estando localizada em uma área propícia para a criação de animais, despertou o interesse de fazendeiros guarapuavanos que buscavam campos para invernar o gado. Pedro Siqueira Cortez foi um dos primeiros bandeirantes a chegar nesses campos, que passaram a ser ocupados e, a partir de então, tornaram-se o principal motivo dos embates entre índios e não índios, resultando na morte de vários nativos. Segundo Fernandes, citado por Souza (2014, p. 11)



Ainda hoje se mantém o “mito” de que os aborígenes, nesta parte da América, limitaram-se a assistir à ocupação da terra pelos portugueses e a sofrer, passivamente, os efeitos da colonização. [...] Todavia, nada está mais longe da verdade, a julgar pelos relatos da época. Nos limites de suas possibilidades, foram inimigos duros e terríveis, que lutaram ardorosamente pelas terras, pela segurança, pela liberdade, que lhes eram arrebatadas.

A perseguição e assassinatos dos indígenas se tornaram frequentes no processo de ocupação dos Campos de Palmas, os quais, por muitas vezes reagiam atacando o povoado e causando a morte dos colonizadores. Essa desapropriação dos povos indígenas com fins de colonização passou a gerar alguns problemas, principalmente no cotidiano da cidade.

Por volta de 1904, Aníbal Wirmond comprou da União, em Palmas, uma área considerada imensa. Consta que para pagá-la foi preciso recolher todo o dinheiro que havia em circulação em Palmas e Guarapuava. De posse da área, Aníbal achou por bem doar aos índios errantes uma parte de sua fazenda. A doação seria de três mil alqueires, a uma distância de sete quilômetros da cidade. Ali os índios passaram a residir fixamente, e a cidade ficou livre dos problemas de segurança, assalto, roubos e bebedeiras e badernas, pois os índios moravam em baixo de pontes, abrigos, como os moradores de rua hoje. Na década de 60, a área dos índios foi oficialmente reconhecida e demarcada pela Funai e passou ser conhecida como Reserva Indígena Fioravante. (ANATER, Tribuna PR - 2004)

O convívio do índio com o não índio sempre foi marcado por muito preconceito e grandes dificuldades de relacionamento, já que na visão dos colonizadores, os nativos estavam causando transtornos para a população do município. O índio era visto como um obstáculo ao povoamento e desenvolvimento dos estados do Sul, que para ser consolidado, praticamente desmantelou a sociedade nativa local. A marginalização dos indígenas é evidente em razão de seu modo de vida estar distante das propostas capitalistas apresentadas atualmente. Essa tendência de ver o indígena como inferior às demais etnias, demonstra a dificuldade enfrentada por eles para preservar seus aspectos culturais, levando em consideração que a cultura dominadora sempre se sobressai.

Justifica-se o interesse sobre este tema de pesquisa pela proximidade da reserva indígena Kaingang com a área urbana do município de Palmas, o modo de vida dos indígenas locais e como ocorre o processo de transculturação entre os habitantes da Terra Indígena de



Palmas PR.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa é identificar que estratégias são utilizadas atualmente pelos Kaingang do município de Palmas PR para preservar identidade étnica, principalmente entre os mais jovens, diante da influência e proximidade com a cultura não indígena.

Metodologia

A pesquisa relacionada com o campo da História Cultural será desenvolvida por meio de análises bibliográficas que abordem o processo histórico de ocupação e resistência dos Kaingang durante o período de colonização. A História Cultural tem sido objeto estudo em nosso país, principalmente em sociedades pré-capitalistas. Edward Thompson (1998) tem sido um dos autores cada vez mais utilizado como referência para esta modalidade de pesquisa.

Também será utilizada como recurso a pesquisa em fontes orais, por meio de entrevistas semiestruturadas, relacionadas ao cotidiano dos integrantes da comunidade indígena de Palmas PR. Espero colher informações referentes ao processo de transculturação no qual a comunidade está submetida e identificar como os indígenas atuam para que as tradições Kaingang se mantenham na contemporaneidade.

Resultados

Os primeiros resultados obtidos são referentes a análises bibliográficas, o mapeamento de livros, artigos e dissertações que abordem a história dos Kaingang, que servirão como base para o desenvolvimento das etapas posteriores da pesquisa.

Como a pesquisa ainda está em estágio inicial, espera-se que o trabalho contribua para o meio acadêmico, pois fornecerá dados relevantes relacionados à história, a cultura local e regional, além da intervenção humana sobre o meio ambiente em diferentes contextos, fundamental para a compreensão da formação de nossa região.



Referências

ANATER, Arnaldo. **A história dos índios caingangues de Palmas.** Disponível em<
<https://www.tribunapr.com.br/mais-pop/a-historia-dos-indios-caingangues-de-palmas/>>
Acesso em 07/04/2019

HELM, Cecília Maria Vieira. **Kaingang, Guarani e Xetá na historiografia paranaense.** Caxambú 1995

LINO, Jaisson Teixeira. **O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história.** In: RADIN, José C, VALENTINI, Delmir J, ZARTH, Paulo A. (Orgs), *História da Fronteira Sul*. Chapecó: UFFS, 2016.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: MEC, 2006.

MOTA, Lucio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924).** Maringá: Eduem, 2008.

PIOVEZANA, Leonel. **Território Kaingang na mesorregião grande fronteira do Mercosul – Territorialidades em confronto.** Santa Cruz do Sul, 2010. Tese (doutorado em desenvolvimento regional) Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional Universidade Santa Cruz do Sul – UNISC, 2010.

SOUZA, Almir Antônio de. **A invasão das terras Kaingang nos campos de Palmas. O processo contra a liderança indígena Vitorino Condá (1839-44).** Londrina: UEL, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



O “Róque colono”: a construção da identidade musical local presente nas músicas da Banda Repolho

Mateus Felipe Socha

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). mateus_socha@hotmail.com

Claiton Marcio da Silva

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). claiton@uffs.edu.br

Introdução/Justificativa

As estruturas globais sofreram enormes mudanças após a Segunda Guerra Mundial, revolucionando os modelos políticos, sociais e econômicos existentes, principalmente nos países ocidentais. Nas décadas de 1950 e 1960, inicia-se um forte movimento de contracultura juvenil, ou seja, a juventude desenvolveu costumes que se distanciavam dos antigos valores estabelecidos pelas gerações anteriores. Por assim ser, a juventude de grandes centros políticos, como Inglaterra e Estados Unidos, iniciou a produzir e consumir itens como o *jeans* e o *rock'n roll*, como instrumentos de expressão de um grupo em ascensão.

No Brasil, as influências destas ideias destes grupos juvenis atingiram os centros urbanos ainda em meados da década de 1960 e, em conjunto com a modernização nacional e a ampliação dos meios de comunicação em massa, sobretudo o rádio, espalharam estes novos estilos para todo o território nacional, inclusive para o Oeste catarinense. De acordo com Silvani (2004, p.54), neste mesmo período em Chapecó, recorte espacial desta pesquisa, surgem os primeiros simpatizantes do *rock* na região, referenciado na figura do grupo *Jat's* e *Os Bananas* e, na década seguinte, ampliando para a figura de *Tyto Livi* (1977) e o *Grupo Nozes* (1978) que se apropriavam de costumes locais em suas músicas, desenvolvendo um *rock* local.

Desta forma, ao longo das décadas seguintes novos grupos e bandas chapecoenses



envolveriam aspectos do tradicionalismo local em suas músicas, envolvendo e inspirando a juventude neste estilo musical. Assim, a década de 1990 é crucial neste período, pois é quando surge o maior número de bandas de *rock* em Chapecó, envolvendo estilos como o *Heavy metal*, o Punk rock e o Rock alternativo. Dentre estas, destaca-se a Banda Repolho, fundada por Roberto e Demétrio Panarotto, em conjunto com Anderson Birde Gambatto e Paulo Nadal, no ano de 1991, responsável por trazer aspectos da cultura regional para dentro de suas produções visuais e musicais. Para Ricardo Neumman (2017, p.51), a banda produzia um “rock com letras satíricas e usa um sotaque do oeste catarinense como forma de ironia nas letras, o que faz com que facilmente possamos ligar a sonoridade à região”.

Ao longo de toda década de 1990 e início dos anos 2000, a Banda Repolho desenvolvia, aquilo que os Irmãos Panarotto chamam de “Colonagem Cybernética”, ou seja, a mistura de costumes, aspectos da fala e instrumentos musicais característicos da região, com diversos estilos musicais, sobretudo o rock. Através desta experiência musical, a banda abria espaço para o reconhecimento da cultura local, que apesar de ser tratada de forma irônica, buscava valorizar estes pontos entre a juventude, construindo uma identidade colona moderna.

Assim sendo, percebendo a importância e a influência da Banda Repolho entre a juventude do período e, ao mesmo tempo, a escassez de pesquisas historiográficas sobre o tema, este trabalho busca apresentar como as produções da Banda Repolho foram responsáveis por reforçar aspectos da cultura local em suas músicas, carregando um forte tom de ironia e satírica, auxiliando na construção de uma identidade juvenil no Oeste catarinense que unia “o velho e o novo”, ou seja, que envolvia aspectos das culturas regionais e da contracultura juvenil dos anos 1990.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo identificar e compreender como a Banda Repolho utilizou-se dos costumes, trejeitos e tradições locais nas suas músicas para reforçar e inspirar uma identidade musical local que unia o tradicionalismo regional ao movimento contra cultural juvenil existente no período. De mesma forma, busca-se também estudar e valorizar a música autoral chapecoense nas décadas de 1990 e 2000, que seguiam a onda efervescente da



revolução cultural presente no cenário nacional do período, até então pouco explorada pela historiografia regional e nacional.

Metodologia

Para responder a proposta deste trabalho serão utilizadas músicas do álbum “Repolho: Volume 2” como fonte de pesquisa, que podem ser encontradas tanto em meio virtual, quanto em acervos particulares. Na questão musical, nos ateremos a analisar a música “Roque 701”, gravada em 1997, qual retrata-se os desafios e as expectativas de um “colono” ao tentar seguir a carreira de roqueiro, enfrentando os preconceitos e as dificuldades da inserção desse estilo musical no Oeste catarinense.

Ao analisarmos a música, devemos levar em consideração alguns elementos categóricos para se compreender a intencionalidade da música. Como aponta Marco Napolitano (2002, p.87), “quando pensamos em música, ou melhor, quando pensamos numa canção específica, pensamos numa obra abstrata, lembrada a partir de uma certa ‘letra’ e de uma certa ‘melodia’”. Desta forma, ao analisarmos “Roque 701”, percebemos na sua melodia a presença de vários instrumentos ligados ao *rock’n roll*, como a guitarra, a bateria e o baixo; entretanto, é perceptível a predominância da gaita dando o tom para toda música, enfatizando a mistura de ritmos que havia na música, assim como a apropriação de elementos locais para a música, criando um rock alternativo.

Além do mais, a presença da gaita se relaciona diretamente com o conteúdo da letra da música, muito presente no refrão quando a Banda afirma que o jovem colono não quer seguir os padrões sociais já existentes, como o de tocar músicas em que a gaita é presente, como o Xote gaúcho ou o fandango (estilos musicais gaúchos enraizados na cultura catarinense devido as características de colonização e trocas culturais entre os estados do Sul), mas sim de preferir o festival de música norte americano de 1969, cuja memória encontrava-se muito presente entre a juventude dos anos 1990. Contudo, a Banda Repolho demonstra que este instrumento pode ser muito bem empregado em conjunto com instrumentos cujos estilos são tão dissonantes.



Ademais, ao longo de toda a música são vistos trejeitos e a presença do sotaque local no corpo da música, além das dificuldades enfrentadas por estas bandas, geralmente iniciadas por jovens, no seu enquadramento dentro da sociedade conservadora do período. Em muitas estrofes isso é visível:

Roque 701

Ele queria ser roquêro até arrepiou os pêlo quando contou pro seu pai
Era só o que me resta roquêro nenhum presta vai planta mandioca vai
Por que tu não pega nos livro seja um rapaz querido ingual o filho do Sinvar
Ou o filho da Otília que passou em Agronomia e foi morá na capitar
Um colono tocando róque
Não qué fandango qué woodstock
Um colono tocando róque
Não toca xote, só toca róque
Ele largava da enxada e no final de tarde ia ensaiá no galpão
A batera dava o trote a guitarra se fresqueava e o baxo dava o tão
Essa música era bela e derrepente começo atraí as multidão
E o povo se chegava e ali mesmo dançava o róque de pé no chão
[...]

Permanente a ideia de que o *rock* era visto com maus olhos sobre por vários membros da região, o desejo da juventude em seguir esse caminho era logo interrompido pela figura dos pais que “arrepiavam os pelos” somente em imaginar este tipo de atitude dos filhos, ademais a música era um negócio pouco lucrativo para esta geração anterior aos anos 1980, diferente do trabalho com a terra, havendo assim as comparações com os filhos dos vizinhos e compadres que seguiram os passos dos pais. Entretanto, este argumento estava antiquado, pois como afirma Boniatti (2017, p.08),

A diluição das fronteiras entre o rural e o urbano unifica o modo de vida, fazendo desaparecer os valores camponeses, como o modo de vestir, de falar e se comportar, o rural é visto como atrasado, em contraponto a cidade é vista como desenvolvida tornando-se um atrativo para a juventude.

Assim, a juventude estava se encaminhando para mudanças que seriam inevitáveis e, como apresenta a Banda Repolho, apesar dos lamentos e preocupações dos pais, a música era algo que atraía em muito os grupos jovens que, após um árduo dia de trabalho, iam para os galpões para curtir a música guiada pelas guitarras, baixos e baterias. Não tão literal como na



música, o *rock* chapecoense atraiu a juventude de forma massiva, para shows em bares e casas noturnas que haviam na cidade, unindo-os em grupos que adotavam uma identidade comum. Logo o “róque” da Banda Repolho ganhava cada vez mais espaço, adaptando-se de acordo com as características do ambiente onde se inseria, abrangendo pontos da cultura local e tornando-se, cada vez mais aqui o Oeste catarinense, um legítimo *rock* colono.

Resultados

Este trabalho busca definir caminhos para se analisar e compreender como músicas da Banda Repolho podem representar uma das faces da música autoral chapecoense, especificamente o “*rock* colono”, ou seja, um ramo do *rock* alternativo somado aos trejeitos e costumes locais, e como esta banda trabalhava com temas ligados a sua localidade, ao nível nacional e internacional. A partir disso, busca-se delinear um mapeamento maior das bandas locais dos anos 1990 e 2000 e, desta forma, perceber como estas se enquadravam dentro deste estilo de *rock* alternativo para, assim, definir as influências da cultura local na música.

Referências

BANDA REPOLHO. **Roque 701**: Estúdio Dreher (Ecrom), 1997. Disponível em: <https://youtu.be/2GKWv4ohrsM>. Acesso em 02 out 2019.

BOONIATTI, Marlene. **Juventude rural no oeste catarinense**. 2017; Monografia de especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável. Faculdade de Itapiranga, Itapiranga, 2017.

HOBSBAWM, Eric. Revolução Cultural. In: HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Cap. 11. p. 314-336.

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música: História cultural e música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 80 p.

NEUMANN, Ricardo. **A cena musical alternativa norte-nordeste catarinense entre 1990 e 2010: das ruas aos espaços virtuais**. 2017. 219 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180884>>. Acesso em: 02 out. 2019.

SILVANI, Herman Gomes. **Uma nova música, uma outra história**. 2004. 107 f. TCC



(Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Universidade Comunitária Regional de Chapecó - Unochapecó, Chapecó, 2004.



História em canção: 6 exemplos de canções brasileiras para a sala de aula

Cesar Capitanio

Técnico em Assuntos Educacionais da UFFS, licenciado em Geografia pela Unochapecó e Mestre em História pela UFFS

Introdução

As canções poetizam o elemento de arte música e em que pese a necessidade humana por este aspecto da arte, por tudo que envolve no campo emocional, sensorial, as canções também servem para reflexões acerca da sociedade, da política, seja como crítica social, ou dando dimensão a algum problema ou fato histórico. A reflexão acerca de algumas canções brasileiras, do recorte aqui proposto, e como estas canções servem para o processo formativo, também no ambiente escolar, em análises que sirvam a História, a Geografia, a Sociologia, a Política, a Economia, são objeto desta apresentação. As canções escolhidas foram **Da lama ao caos**, da banda Nação Zumbi, **Triste, louca ou má**, da banda Francisco El hombre, **Sulamericano e Lucro**, da banda Baiana System, **Norte/Nordeste me veste**, do rapper RAPadura Xique-Chico e **Cota não é esmola**, de Bia Ferreira. O objetivo é problematizar acerca de aspectos destas canções e como isto possa ser utilizado em sala de aula. Elementos regionais, racismo, machismo, problemas sociais cotidianos, elementos históricos, são exemplos de questões que se apresentam nestas letras e que podem servir para construir discussões em sala de aula, além de propiciar por meio do exemplo, outras possibilidades, outras letras.

Objetivo

Problematizar por meio destas canções, aspectos do cotidiano brasileiro e que isto possa servir como instrumento em sala de aula, em conteúdos de História, Geografia e Sociologia, preferencialmente.



Análise das letras

Música é uma das formas da arte. A música mexe com aspectos emocionais, sensoriais, instiga felicidade, relaxamento, produz ânimo para uma atividade física, serve para festividades (danças, apresentações) apenas para situar outros exemplos do uso da música no cotidiano. É uma prática cultural e humana. A necessidade humana por aspectos concernentes às expressões artísticas, e especificamente a questão musical, vai muito além da canção enquanto ferramenta de reflexão social. Contudo, os exemplos nesta seara também existem. Frederico (1999, p. 7) indica que:

O ritmo antecedeu o som. O homem primitivo descobriu o compasso com o andar, correr, cavalgar ou exercitar qualquer tarefa com movimentos repetitivos. A origem da música foi sensorial e vocal. O sensorio é a parte do cérebro considerada o centro comum de todas as sensações. Quando o sentimento e a emoção mexem com o sistema muscular, ele, estimulado pelo prazer ou pela alegria, produz uma contração do peito, da laringe e das cordas vocais. A voz acaba sendo um gesto, e a arte musical veio das exclamações que o homem primitivo usou como sinais.

O uso de letras em sala de aula não é novidade. As letras utilizadas, as mais variadas possíveis e em diversas disciplinas escolares. História em canção, Geografia em canção, músicas nas disciplinas de Línguas (Português, Espanhol, Inglês), Arte, Sociologia, Filosofia. Contudo, o recorte posto foi para 6 canções produzidas por artistas brasileiros, em contextos históricos diferentes.

a) **Da lama ao caos** (Nação Zumbi) – a banda pernambucana Chico Science e Nação Zumbi passou a ser apenas Nação Zumbi quando Chico Science morreu em acidente de automóvel em 1997. O engajamento político das letras da Nação Zumbi tornou-se evidente, e passaram a ser enquadrados como parte do *manguebeat*¹⁷, por refletirem criticamente acerca da vida nas periferias do Recife, dos moradores dos manguezais.

Nesta canção em específico, há vários elementos neste sentido. Para começar, “ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça”, uma referência a Josué de Castro, que escreveu, dentre

¹⁷ Ver MARKMAN, Rejane. **Música e simbolização – manguebeat**: contracultura em versão cabocla. São Paulo: Annablume, 2007.



várias obras, **Geografia da Fome**¹⁸ e **Homens e Caranguejos**¹⁹, que apontou a fome como um problema político no Brasil. Na sequência da canção, “um aratu, pra lá e pra cá, e um caranguejo, andando pro Sul, saiu do mangue e virou gabiru” - a citação ao mangue, aratu (tipo de caranguejo) e a menção a gabiru, (expressão nordestina para homem de pequeno porte, condição por vezes associada à subnutrição).

Na sala de aula, nas aulas de Geografia sobre o Nordeste brasileiro, ou em Sociologia e História, ao tratarmos da questão da subnutrição ou da vida em condições de miserabilidade, pode ser utilizada como forma de aprofundar as discussões. Ainda reflete acerca da importância da organização social para lutar por algo, no trecho “com a barriga vazia não consigo dormir, e com o bucho mais cheio comecei a pensar, que eu me organizado eu posso desorganizar, que eu desorganizando posso me organizar”.

b) **Triste, louca ou má** (Francisco, el hombre)²⁰ – Francisco, el hombre, uma banda brasileira contemporânea, que conta em seu grupo, 2 brasileiros e 1 brasileira, além de 2 irmãos mexicanos. Possui este nome por conta de um personagem popular colombiano (Francisco), que usa seu acordeon para enfrentar o Diabo (Gabriel Garcia Marquez faz menção a este personagem em **100 anos de solidão**).

Esta canção tem um caráter feminista. E na sala de aula, em especial para a Sociologia, pode servir em discussões acerca do papel da mulher, na questão do patriarcado. A canção já começa assim “triste, louca ou má, será qualificada, ela quem recusar, seguir receita tal, a receita cultural, do marido, da família, cuida, cuida da rotina”. Em outro trecho, a denúncia a violência “fêmea: alvo de caça, conformada vítima”. Mas a toada feminista fica clara no trecho: “o homem não me define, minha casa não me define, minha carne não me define, eu sou meu próprio lar”.

c) **Sulamericano e Lucro** (Baiana System) – da banda baiana Baiana System,

¹⁸ CASTRO, Josué. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro – pão ou aço. São Paulo: Brasiliense, 1965.

¹⁹ CASTRO, Josué. **Homens e caranguejos**. Porto: Editora Brasília, 1967.

²⁰ Ver FREITAS, Virna; SOUSA JÚNIOR, Edmilson R. de; SANTOS, Wesley Silva dos; SILVA, Kaio E. de S. **“Triste, louca ou má”**: uma análise da música de Francisco, El Hombre sob o olhar histórico de Simone de Beauvoir. Anais do XVIII Colóquio de representação de gênero e sexualidades. 30 de maio a 01 de junho de 2018, Campina Grande, PB. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV112_MD4_SA13_ID223_11052_018155021.pdf>.



escolhemos duas canções.

Em **Sulamericano**, um dueto com o cantor basco-francês Manu Chao, vários aspectos para a História latino-americana. Citações a Obama, Guevara (Che), golpe de estado. E ainda a lembrança de Eduardo Galeano, no trecho “nas veias abertas da América Latina, tem fogo cruzado queimando nas esquinas”. É uma canção que pode servir para a discussão acerca de ditaduras, golpes militares, outras variáveis de golpes, na América do Sul e América Latina como um todo.

Em se tratando da canção **Lucro**, sugere-se para Geografia ou Sociologia, quando de discussões acerca de cidades, planejamento urbano. É uma canção que faz crítica a especulação imobiliária, desde o início da canção - “tire as construções da minha praia, não consigo respirar” e segue “especulação imobiliária, e o petróleo em alto-mar, subiu o prédio eu ouço vaia”. O refrão satiriza sobre isto, dando a razão final da intenção a todo custo por parte do capital “lucro, é pra bater, pá, pá, máquina de louco, é pra bater, pá, pá, você pra mim é lucro”.

d) **Norte-Nordeste me veste** – RAPadura Xique-Chico²¹ é um rapper cearense, que mescla o rap aos ritmos nordestinos, forró, baião, repente. A canção tem vários aspectos culturais da região Nordeste, podendo ser utilizada nas aulas de Geografia, História e Sociologia.

Destaca elementos populares nordestinos, como exemplo “rejeitam xilogravura o cordel que é literatura”, ou “sou coco e faço cocada embolada bolo na hora”, além de citação ao papel dos retirantes no trabalho da construção civil de grandes cidades, notadamente Brasília, Rio de Janeiro e em especial São Paulo “a cidade só existe por que viemos antes, na dor desses retirantes com suor e sangue imigrante, rapadura eu venho do engenho rasgo os canaviais”.

e) **Cota não é esmola** – esta canção de Bia Ferreira, sozinha, explica didaticamente a importância das cotas raciais no Brasil. Pode servir tanto em aulas de História, Geografia, Sociologia, Arte, Língua Portuguesa.

²¹ Ver BURGOA, Karla Regina. **Rima Sertaneja que educa**: O RAP do Nordeste como educação alternativa. Trabalho apresentado na DT07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-0579-1.pdf>>.



A letra toda tem um conteúdo político, crítico. Inicia falando da condição infantil de negro e favelado, as portas que se fecham, o preconceito, as humilhações, a necessidade de trabalhar desde cedo e estudar. Inclusive como toda esta condição ajuda a baixar a autoestima dos negros, como no trecho “agora lá na rua ela é a preta do suvaco fedorento, que alisa o cabelo pra se sentir aceita, mas não adianta, todo mundo a rejeita”. Adiante, a associação com a história africana “são nações escravizadas, e culturas assassinadas, é a voz ecoa do tambor”. E a mensagem de esperança ancorada na história de resistência negra “vamo pro canto onde o relógio para, no silêncio o coração dispara, vamos reinar igual Zumbi, Dandara, Odara, Odara”.

Neste artigo dissertamos acerca da importância do uso de músicas em sala de aula. Foram usadas como exemplos 6 canções brasileiras (Da lama ao caos, Sulamericano, Lucro, Triste/ louca ou má, Norte/Nordeste me veste e Cota não é esmola) e das letras, foram feitos recortes que podem ser associados a conteúdos escolares, seja da História, seja da Geografia ou da Sociologia, ou outra disciplina escolar que porventura deseje assim problematizar.

Como metodologia, pode se iniciar contextualizando o conteúdo escolar, em aula expositiva e dialogada com os alunos. Após, entregar cópia da letra de canção da qual se deseja associar ao conteúdo e colocar a canção para ser ouvida, de preferência (se a estrutura escolar permitir), assistir algum clipe desta, podendo facilmente ser encontrados no Youtube. A problematização da canção e de aspectos desta pode partir dos alunos, permitindo que se posicionem, e associem ao conteúdo em questão. Depois o professor pode indicar outros aspectos e fazer o fechamento, com suas impressões e reflexões acerca da letra.

Como resultado, pode-se destacar alguns aspectos:

- α) O caráter lúdico da música, como possibilidade para avançar na construção do saber escolar;
- β) Potencializar nos alunos novos gostos musicais e culturais, que por vezes estão negligenciados pelo caráter comercial e mercadológico da indústria da música;
- χ) Possibilita ao estudante pensar outras canções (ou poesias, filmes, teatros), que forem do gosto dele, e a partir disto passar a refletir criticamente.



Referências

BURGOA, Karla Regina. **Rima Sertaneja que educa**: O RAP do Nordeste como educação alternativa. Trabalho apresentado na DT07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-0579-1.pdf>>.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro – pão ou aço. São Paulo: Brasiliense, 1965.

_____. **Homens e caranguejos**. Porto: Editora Brasília, 1967.

FREDERICO, Edson. **Música**: Breve História. São Paulo: Irmãos Vitale, 1999.

FREITAS, Virna; SOUSA JÚNIOR, Edmilson R. de; SANTOS, Wesley Silva dos; SILVA, Kaio E. de S. “**Triste, louca ou má**”: uma análise da música de Francisco, El Hombre sob o olhar histórico de Simone de Beavoir. Anais do XVIII Colóquio de representação de gênero e sexualidades. 30 de maio a 01 de junho de 2018, Campina Grande, PB. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV112_MD4_SA13_ID223_11052018155021.pdf>.

MARQUES, Gabriel Garcia. **100 anos de solidão**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1995.

MARKMAN, Rejane. **Música e simbolização – manguebeat**: contracultura em versão cabocla. São Paulo: Annablume, 2007.



A História do Patrimônio Cultural no Estado de Santa Catarina à luz dos Arquivos Judiciais

Ana Cristina Pandolfo

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
anapandolfo@gmail.com

Jaisson Teixeira Lino

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
lino@uffs.edu.br

A história do patrimônio cultural, bem como sua proteção jurídica, é tema que vem ganhando a atenção acadêmica nas últimas décadas, especialmente, no Brasil, após a promulgação da Constituição Federal em 1988. O Poder Judiciário brasileiro é receptáculo de todo tipo de reclamação humana, e é visto, pelo senso comum, como o responsável maior por fazer valer o arcabouço legal que representa nosso contrato social, traduzindo o Direito e aplicando sanções aos que desafiam suas regras ou ofendem bens protegidos.

Dentre estes bens dignos de proteção legal encontra-se o patrimônio cultural, cuja tutela mereceu artigo próprio na Constituição Federal promulgada em 1988, esta que representou um marco civilizatório e é instrumento máximo de sustentação dos pilares da democracia brasileira, ainda que muito combatida na atualidade.

Muito se tem estudado sobre o patrimônio cultural do Brasil e sobre sua história. Também não são poucos os estudos sobre o regime jurídico de proteção a este patrimônio histórico e arqueológico ou sobre os órgãos responsáveis por sua efetiva preservação e fiscalização. A propósito desta pesquisa, dá-se enfoque à história do patrimônio cultural no estado de Santa Catarina, especialmente àquele oriundo dos diversos povos indígenas que ocuparam esta região, com destaque ao litoral, onde se encontram sambaquis, acampamentos pré-históricos, petroglifos, oficinas líticas, dentre outros.



É sabido que o sistema jurídico brasileiro prevê um judiciário inerte, no sentido de que só pode agir e emanar decisões quando provocado. Diante disso, analisa-se quem possui legitimidade para levar à apreciação judicial pedidos de proteção de patrimônios históricos, arqueológicos e culturais ou de responsabilização por sua destruição ou deterioração.

Ainda que a legislação brasileira tenha a preocupação com a proteção ao patrimônio cultural, é imperativo estudar a história do patrimônio cultural tendo como fonte decisões e documentos judiciais, debruçando-se sobre como este emaranhado de normas é traduzido por juízes quando analisando casos concretos envolvendo pedidos de tombamento ou de responsabilização pela destruição ou má-conservação de bens históricos.

A pesquisa pretende estabelecer, com base no consenso acadêmico e científico, o conceito de patrimônio cultural e de história cultural, sua evolução, bem como tentar identificar desafios atuais. Ainda, busca-se elencar as formas legais de proteção do patrimônio cultural, material e imaterial, com destaque à tutela prevista na Constituição Federal de 1988 e legislação posterior, bem como delinear o papel e a responsabilidade de órgãos públicos, em especial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, na proteção do patrimônio cultural.

Como objetivo geral, busca-se examinar processos e decisões judiciais do estado de Santa Catarina que envolvam a proteção do patrimônio cultural, bem como aqueles que tratam de sua destruição, teorizando, por fim, sobre como esta judicialização contribui para a história cultural e material e impacta na identidade do povo catarinense e brasileiro. Para isso, os objetivos específicos são: estabelecer os conceitos de patrimônio cultural e de história cultural, sua evolução e desafios atuais; elencar as formas legais de proteção do patrimônio cultural e material, com destaque à tutela prevista na Constituição Federal de 1988 e legislação posterior; investigar o papel e a responsabilidade de órgãos públicos, em especial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, na proteção do patrimônio cultural; identificar os bens que compõem o patrimônio cultural no estado de Santa Catarina, com enfoque naqueles oriundos dos povos originários; pesquisar e analisar a história do patrimônio tendo como fonte casos e decisões judiciais catarinenses, atentando para suas motivações, legitimidade, aceitação e adequação frente ao ordenamento pátrio e



mundial, bem como seu reflexo na construção de uma história cultural e material.

Para que se alcancem os objetivos propostos, relativamente aos procedimentos, considerando o tema e a metodologia da história do patrimônio, a pesquisa bibliográfica terá grande enfoque. Proceder-se-á a levantamento bibliográfico, leitura de artigos, periódicos e trabalhos acadêmicos visando embasar a presente pesquisa. Ainda se dará a pesquisa e análise dos processos judiciais, físicos e digitais, buscando decisões que atravessam o tema da proteção do patrimônio cultural.

Os documentos que circulam pelo Poder Judiciário brasileiro, sejam eles petições ou provas, constituem os arquivos judiciais, espaços nos quais são mantidas informações públicas de cunho jurídico, social e científico e têm o poder de revelar questões sociais e culturais de uma época, podendo ser vistos como importante fonte histórica.

Chalhoub (2005, p.3) afirma que o interesse dos historiadores pelos arquivos judiciais ocorre a partir das décadas de 1960 e 1970, em um contexto de surgimento de novos sujeitos sociais coletivos - como o movimento feminista, o movimento negro, o movimento homossexual, movimento operário - que levaram a história brasileira a ser contada a partir de perspectivas diferentes das tradicionalmente utilizadas. O autor defende, ainda, que processos judiciais devem ser preservados para o futuro, mas possuem valor histórico já nos dias de hoje.

Uma busca preliminar das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, portanto em segunda instância, revela pouco mais de vinte acórdãos, desde 1999, tratando do tema do patrimônio cultural e de sua proteção. Espera-se obter um número consideravelmente maior quando da busca em primeiro grau de jurisdição e de processos anteriores à digitalização e informatização do sistema judicial.

Não se pode desprezar o protagonismo que o Judiciário tem tido na rotina brasileira e, portanto, na História. Muito do que é decidido nas cortes influencia diretamente a narrativa de nosso tempo, aí reside a contribuição que se espera dar com esta pesquisa: uma historiografia do patrimônio cultural tendo como fonte documentos e decisões produzidos no âmbito judicial.



Referências

ALEXANDRE, André Demetrio; PREVE, Daniel Ribeiro. A tutela constitucional do patrimônio cultural brasileiro. *In*: CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; ENGELMANN FILHO, Alfredo. **Patrimônio Cultural, Direito e Cidadania**. Erechim: Habilis, 2013.

BASTOS, Rossano Lopes. **Preservação, arqueologia e representações sociais**: uma proposta de arqueologia social para o Brasil. Erechim: Habilis, 2007.

BASTOS, Rossano Lopes; BRUHNS, Katiane; TEIXEIRA, Adriana. **A arqueologia na ótica institucional**: Iphan, contrato e sociedade. Erechim: Habilis, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 de abril 2019.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso de estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais. *In*: **Curso de Formações de Multiplicadores em “Políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul”**. Porto Alegre, 2005.

DANTAS, Fabiana Santos. O Patrimônio Cultural Protegido pelo Estado Brasileiro. *In*: CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; DE SOUZA, Ismael Francisco (Orgs). **Patrimônio Cultural, Direito e Meio Ambiente**: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DMITRUK, H. B. Pesquisa bibliográfica e outros tipos de pesquisa. *In*: DMITRUK, H. B. (Org.). **Cadernos metodológicos**: diretrizes do trabalho científico. 6. ed. Chapecó: Argos, 2009.

FILÓ, Maurício da Cunha Savino. Patrimônio Cultural: alcances e reflexos no Brasil. *In*: CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; ENGELMANN FILHO, Alfredo (Orgs.). **Patrimônio Cultural, Direito e Cidadania**. Erechim: Habilis, 2013.

FUXREITER, Katja Elizabeth; BANDEIRA, Dione da Rocha. O patrimônio cultural brasileiro tangível e a modalidade de responsabilidade civil a ser aplicada aos seus agressores: uma reflexão à luz da Constituição da República Federativa do Brasil/1988 e do Código Civil Brasileiro/2002. *In*: CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; ENGELMANN FILHO, Alfredo (Orgs.). **Patrimônio Cultural, Direito e Cidadania**. Erechim: Habilis, 2013.



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTISTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em: 20 de abril 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARKONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 3.ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 1991.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. **A tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do direito ambiental**. Porto Alegre/RS: Livraria do Advogado Editora, 2007.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Proteção jurídica do patrimônio arqueológico no Brasil**. Erechim: Habilis, 2007.

SOARES, Nelson Lacerda. Legislação federal de proteção de bens culturais e poder de polícia. *In*: CAMPOS, Juliano Bitencourt (Org.). **Patrimônio Cultural, Direito e Cidadania**. Erechim: Habilis, 2013.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e proteção jurídica**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1997.

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris, 17 de outubro de 2003. MISC/2003/CLT/CH14. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por>. Acesso em 20 de abril 2019.



Nação e identidade nacional como construções

Mônica Abramchuk

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF) e bolsista FUPF

Introdução/Justificativa

Para entender como de fato as identidades nacionais foram consolidadas é necessário voltar ao século XIX, foi nesse período que o historiador passou a ser considerado um cientista, como consequência foi nesse momento que a questão metodológica passou a ser uma preocupação. O século XIX profissionaliza o historiador como intelectual e profissional, e constitui a História como uma disciplina dentro da Universidade, a Escola Alemã²² foi responsável por essa profissionalização.

Segundo Theodor Mommsen a Alemanha da metade do século XVII até o XVIII, principalmente a região da Prússia passou por vários conflitos internos e externos, diante desse panorama a cultura alemã sofreu muita interferência da cultura francesa e inglesa. A partir do século XVIII e XIX houve um grande avanço da ciência na Europa, com isso a burguesia se estabeleceu enquanto classe social, a partir disso começou a surgir a necessidade de um Estado Nacional forte, ou seja, a formação de uma identidade nacional unificada, foi nesse contexto que o historicismo nasceu, ligado diretamente a questões políticas, pois era preciso evitar os ideais revolucionários e a tomada de poder pela população, a nação precisava fundamentar suas bases.

O nacionalismo era reputado, então, como o modo adequado de estabelecer os Estados, por um lado, e, por outro, como o modo de entender e escrever a história. Assim, a nacionalização da história foi basicamente oculta para os

²²A Escola histórica alemã (uma corrente historiográfica) vai se estabelecendo ao longo do século XIX e tem como características principais a cientificidade e a objetividade, com um método crítico das fontes (ditas oficiais), diferente da historiografia francesa considerada mais universalista que levou a criação da Escola dos Annales.



historiadores até meados do século 20. Após, historiadores iniciaram a fazer o experimento de dar um passo atrás do nacionalismo e concebê-lo criticamente e, desse modo, começaram a indagar-se como esse sistema de ideias acometeu a escrita da história. Eric Hobsbawm (1992) salientou a função fundamental da produção historiográfica no desenvolvimento do nacionalismo. Para o historiador britânico, nações sem passado seriam contrassensos. O que faz uma nação é o seu passado, e o que justificaria uma nação perante as outras seria o seu passado, e os historiadores são, em muitos casos, os responsáveis pela produção deste passado nacional. Assim, a profissão do historiador, que sempre se mistura com a política, torna-se um elemento efetivo da nação e do nacionalismo. (SOARES, 2018, p. 78)

Objetivo

O objetivo principal dessa discussão é demonstrar de que maneira o conceito de nação e de identidades nacionais foi construído. As sociedades sofreram mudanças ao longo do tempo, o surgimento das nacionalidades tem relação com o período em que ela surge, as culturas não são homogêneas e nem fixas, por esse motivo é importante analisar como as narrativas que falam acerca da nação se construíram e quais são as suas características.

Metodologia

Ao falar em nação, seus significados, características e representações é preciso refletir também acerca das identidades nacionais que elas são capazes de criar. Para a historiadora francesa Anne-Marie Thiesse na Europa do Oeste do século XVIII, a nação é uma ideia nova que vai contra o poder divino e o direito de conquista da sociedade monárquica, além de distinguir um agrupamento de indivíduos da nação, ela discorre sobre a criação das identidades.

A nação, diferentemente de um agrupamento da população definido pela sujeição a um mesmo monarca, coloca-se como independente da história dinástica e militar: ela preexiste e sobrevive a seu príncipe. O que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventariar este patrimônio comum, isto é, de fato, em inventá-lo. (THIESSE, 2001/2002, p. 8)

Para Stuart Hall em seu livro *“A identidade cultural na pós-modernidade”* atualmente a identidade está sendo bastante discutida. o motivo é que as velhas identidades estão dando lugar a novas identidades, fragmentando o indivíduo moderno que até aqui era visto como um sujeito unificado. O conceito de identidade ainda é muito discutido, e pouco entendido na



ciência social contemporânea, por isso, as afirmações que faz são passíveis de serem postas a prova, é impossível fazer conclusões definitivas e que não sejam suscetíveis a diferentes pontos de vistas e interrogações.

Hall descreve três concepções diferentes de identidade, o sujeito do Iluminismo em que o indivíduo é centrado, unificado e racional, consciente e ativo, o seu “centro” emerge quando o sujeito nasce e se desenvolve juntamente com ele, permanecendo essencialmente o mesmo ao longo da sua existência; o sujeito sociológico tem relação com o mundo moderno e a sua complexidade, a ideia de que o indivíduo não era auto-suficiente e que a sua identidade era formada através do contato com outras pessoas, existe uma interação do indivíduo e o meio em qual ele vive; o sujeito pós-moderno é visto como não tendo uma identidade fixa e permanente, está se fragmentando, sua definição é dada historicamente e não biologicamente, o sujeito possui diferentes identidades de acordo com o momento em que se encontra, a identidade plenamente coerente é apenas uma suposição que não se sustenta, pois, com a multiplicidade de identidades é possível que nos identifiquemos com várias mesmo que momentaneamente. A principal diferença entre as sociedades tradicionais e as modernas, é que as modernas mudam de forma rápida e constante.

As sociedades da modernidade tardia, argumenta ele, são caracterizadas pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Mas essa articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta. Sem isso, argumenta Laclau, não haveria nenhuma história. (HALL, 2002, p. 17)

A identidade nacional não é algo que nasce conosco, mas, é construída através de uma representação. “Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*” (Hall, 2002, p. 49). As culturas nacionais são uma forma moderna²³, antes a identificação era dada pelas regiões, tribos, religiões, etc.

²³ A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da



Resultados

Pensar sobre o sentido de nação, nacionalismo e identidade nacional é tarefa diretamente ligada a profissionalização do historiador, que como já foi demonstrado nasceu ligada a elementos políticos, bem como, é importante ressaltar que cada interpretação produziu sentido e foi escrita e pensada de acordo com um momento histórico específico. Ao concordar com Stuart Hall que a identidade nacional é uma das identidades culturais que mais prevalece, e que ao longo dos anos ela foi construída e não dada, por diferentes motivos, é necessário acentuar novamente que elas não são de forma alguma homogêneas, mas, que o discurso tem como tarefa principal unificá-las através dos elementos já mencionados. Como salientou Thiesse a identidade nacional precisou de anos para que fosse construída e de diferentes aparatos representativos para que fosse consolidada.

Referências

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOMMSEN, Theodor. O ofício do historiador. In: **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015. Pgs. 101-122.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. A historiografia da nação: Uma interpretação. In: Mueller, Airton Adelar; SOARES, Fabrício Antônio Antunes, (org). **Modernidade sem fronteiras: Desenvolvimento e desigualdades entrelaçadas**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ: EDIUNESC, 2018.

THIESSE, Anne-Marie. **Ficções Criadoras: as Identidades Nacionais**. Anos 90. Porto Alegre, n.15, 2001/2002.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (**CAPES**). Já que os Programas integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação e, portanto, diretamente viabilizados pela Capes.

modernidade. (HALL, 2002, p. 49-50)



História e Jogos eletrônicos: representações históricas em *Kingdom Come Deliverance*

Diego Neivor Perondi Meotti

Graduando do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Renato Viana Boy

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
renato.boy@uffs.edu.br

Introdução/Justificativa

Em diferentes sociedades, grupos humanos sempre se utilizaram dos seus passados para a construção de narrativas. Dentro destes passados que nos fascinam atualmente, o medieval é um dos em que mais encontramos representações criadas nos mais diversos meios numa cultura dita ocidental, seja nos livros, em filmes, seriados e jogos eletrônicos. Tal apropriação deste passado da Europa Ocidental em produções contemporâneas já ganhou espaço nas pesquisas de historiadores, a partir do conceito de medievalismo e mais recentemente o de neomedievalismo.

Para esta comunicação, traremos o documento primário utilizado em nossa pesquisa, o jogo eletrônico *Kingdom Come Deliverance*, lançado em fevereiro de 2018 pela desenvolvedora tcheca *Warhorse Studios*. A sua narrativa é ambientada no Reino da Bohemia, durante o início do século XV, em um conflito que fez parte de uma disputa pelas coroas do reino da Bohemia e do Sacro Império Romano Germânico entre os filhos do falecido Imperador Charles IV. A narrativa encontrada no jogo visa apresentar, em uma história localizada temporalmente e espacialmente, parte desta disputa por poder em uma região do Reino.

Ora, existem algumas razões que nos levam a pesquisar a partir de tal documento. Jogos eletrônicos são produções culturais recentemente criadas, há pelo menos sessenta anos desde os primeiros jogos digitais, e desde a década de 1980 os jogos têm sido o material



primário de pesquisas acadêmicas em variadas áreas, desde Filosofia, Literatura, Psicologia, desenvolvimento de jogos e, é claro, da História. Na historiografia, os jogos têm tido foco em pesquisas voltadas principalmente para a área da educação, pensando em como poderiam ser usados para levantar discussões além de serem objetos contemporaneamente atraentes para os jovens, prendendo a sua atenção nas aulas e as tornando mais dinâmicas a partir do conceito de *gameificação*. Outra possibilidade de trabalho por meio dos jogos como representações históricas podem ser realizadas no estudo de uma História Social. Pensar nos agentes que desenvolveram o jogo, suas intenções e temas contemporâneos presentes em uma narrativa do passado, bem como a recepção desta pelo público consumidor, também são possibilidades de pesquisa.

O jogo em questão foi apontado pelos próprios desenvolvedores enquanto o jogo eletrônico que melhor representou o passado nas últimas décadas. A partir disso nos chama a atenção pensar em como o passado é representado em *Kingdom Come*, e até onde dialoga com pesquisas historiográficas sobre o mesmo recorte. Ou seja, o passado representado no jogo se coloca como “autêntico” historicamente, mas até que ponto podemos observar essa autenticidade pondo a narrativa principal em diálogo com trabalhos de medievalistas?

Objetivo

Para a realização desta pesquisa temos como principal objetivo pensar nas possibilidades de pesquisa historiográfica a partir dos jogos eletrônicos. Tal objetivo geral, subdivido em mais três específicos, foram elaborados a partir de reflexões sobre as possibilidades do que poderia ser realizado no tempo disponível. Sendo assim, procuramos apresentar definições sobre o que seria um jogo eletrônico, apresentando teorias e metodologias de pesquisa para, com o tipo documental, realizar a descrição da fonte, seus aspectos narrativos e espaciais, presentes na trama principal e analisar especificamente as representações históricas de trechos contidas em *Kingdom Come* a partir de pesquisas de medievalistas que se debruçam sobre semelhante recorte.



Metodologia

Para construção de um trabalho historiográfico que se utiliza de um novo tipo de documento vimos como necessário trazer estudiosos de outras áreas para pensar no jogo em si. Para Salen e Zimmerman “Um *jogo* é um sistema no qual jogadores se envolvem em um conflito artificial, definido por regras, que resultam em um resultado quantificável.” (SALEN; ZIMMERMAN, 2004, p. 11, destaque dos autores)²⁴. Os jogos podem ser então entendidos enquanto produtos na qual os jogadores estão submetidos a um conjunto de regras que delimitam ações possíveis dentro do seu espaço de interação.

Além disso, os jogos eletrônicos são compreendidos pelo filósofo e desenvolvedor de jogos Ian Bogost como objetos construídos a partir de argumentações que visam a persuasão do público Ou seja, da mesma forma que um livro tem as motivações pelo qual foi escrito e é apropriado de variadas formas pelos leitores, os jogos também possuem uma linguagem argumentativa, pensada por Bogost através do conceito de retórica procedimental, que é, em suma:

Retórica procedimental, então, é uma prática dos usos de processos de persuasão. Mais especificamente, retórica procedimental é a prática de persuasão através de processos em geral e processos computacionais em particular. Assim como a retórica verbal é útil para ambos, o orador e a audiência, e assim como a retórica escrita é útil para ambos, escritor e o leitor, a retórica procedimental também é útil para ambos, o programador e o usuário, o designer de jogos e para o jogador. A retórica procedimental é uma técnica para fazer argumentos com sistemas computacionais e para analisar argumentos computacionais que outros criaram (BOGOST, 2007, p.3)²⁵

Pensamos no conceito de Bogost se relacionando com o conceito de Representação de Roger Chartier. Para o historiador, o conceito de representação possibilita pensar como os diferentes grupos procuram construir uma visão que os identifique e os distinga dos demais não somente a partir de características socioprofissionais mas por meio de conjuntos mais diversificados como religioso, tradições educativas ou sexual por exemplo (CHARTIER, 2002, p. 69). Tais conjuntos identitários (ou relações comuns partilhadas por seus membros) são compartilhados com outros grupos de uma sociedade estando sujeitas a serem

²⁴ZIMMERMAN, Eric; SALEN, Katie. **Rules of Play: Game Design Fundamentals**. Cambridge: MIT Press, 2003

²⁵ BOGOST, Ian. **Persuasive Games: The Expressive Power of Videogames**. Cambridge, MA; London, England.: The MIT Press, 2007.



reinterpretadas. As diferentes construções sociais são inseridas em contexto de lutas de representações cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social. Deste modo

a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história cultural social falada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “ser-percebido” constitutivo de sua identidade (CHARTIER, 2002, p. 73).

Para nossa pesquisa, buscamos focar não nas intenções dos desenvolvedores, nem no impacto e nas leituras realizadas pelo público, mas sim no quanto do passado que nos é apresentado *Kingdom Come* tem de autenticidade com trabalhos historiográficos, pesquisas que podem ou não ter usado das mesmas fontes das que foram estudadas pelos desenvolvedores.

Para tal, realizamos uma análise comparativa do que é apresentado no jogo e nos artigos dos historiadores. Para compreendermos os elementos que compõem o jogo em questão utilizamos os conceitos trabalhados por Michael Nitsche em sua obra *Video Game Spaces: Image, Play, and Structure in 3D Worlds* (2008). O estudioso aborda tanto as estruturas narrativas e elementos textuais quanto a arquitetura do espaço construído em três dimensões como sendo fundamentais para o desenvolvimento de uma história. Por meio desta leitura, buscamos analisar o espaço, quando for possível, e a narrativa principal de *Kingdom Come* pelo fato de que todos os jogadores que jogarão o jogo terão este mesmo caminho comum se desejarem completar o jogo. Sua linha principal também é focada nas relações de poder em torno de uma disputa real, havendo representações em torno de figuras políticas e militares (cavaleiros) importantes neste recorte micro.

Uma vez que buscamos analisar a autenticidade histórica presente na fonte, colocamos seus elementos históricos ali presentes comparando com capítulos de dois grandes livros que abordam a Europa Central durante o recorte.

Resultados

Nossa hipótese é que essas distâncias entre a fonte e a historiografia se devem aos interesses e públicos distintos de cada uma destas produções. Embora existam jogos que vão



além do entretenimento, como os educativos, simuladores e jogos sérios, acreditamos que *Kingdom Come* seja uma narrativa que se utiliza desse passado e o autentifica a partir de sua narrativa e dos seus elementos de mecânica. Dentro da perspectiva teórico-metodológico por nós utilizada, podemos pensar a noção de lutas de representações, de um mesmo recorte, através de dois grupos sociais, dos jogadores e dos historiadores, se apropriando assim de resquícios do passado e os utilizando para finalidades distintas.

Referências

ALLMAND, Christopher. **The New Cambridge Medieval History**: Volume VII c. 1415- c. 1500. New York: Cambridge Univeesity Press, 2008.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A Cavalaria**: Da Germânia antiga à França do século XII. São Paulo: UNICAMP, 2010.

BELLO, Robson Scarassati. **Video Game como Representação Histórica**: Narrativa, espaço e jogabilidade, em *Assassin's Creed* (2007-2015). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016

BOGOST, Ian. **Persuasive Games**: The Expressive Power of Videogames. Cambridge, MA; London, England.: The MIT Press, 2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990. 239 p.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. 7. ed. Tradução: João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 2000.

JONES, Michael. **The New Cambridge Medieval History**: Volume VI c. 1300- c. 1415. New York: Cambridge Univeesity Press, 2008.

NITSCHKE, Michael. **Video Game Spaces**: Image, Play, and Structure in 3D Worlds. Massachussets: MIT Press, 2008.

URICCHIO, William. Simulation, History and Computer Games. In: RAESSENS, Joost; GOLDSTEIN, Jeffrey H. (Eds). **Handbook of Computer Game Studies**. Cambridge, MA: MIT PRESS, 2005.

ZIMMERMAN, Eric; SALEN, Katie. **Rules of Play**: Game Design Fundamentals. Cambridge: MIT Press, 2003.



Indígenas no século XXI no oeste catarinense: cultura e representações

Géssica Pinto Rodrigues

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Jaisson Teixeira Lino

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
lino@uffs.edu.br

O preconceito contra as populações indígenas, prática histórica que remete ao processo de colonização iniciado no século XVI, é frequentemente percebido na região oeste de Santa Catarina, seja na inferiorização das práticas culturais e dos modos de vida dos grupos indígenas, seja na definição da dicotomia trabalhador e preguiçoso, em que estes tem sua imagem associada ao ócio e ao atraso, enquanto os descendentes de europeus são retratados como indivíduos ligados ao labor e ao progresso. Essas concepções, em sua maioria, foram formuladas no seio das disputas entre indígenas e não indígenas da região, sobretudo nas referentes à demarcação de terras tradicionais.

Chamados de “improdutivos” e “aculturados” pelos regionais, os indígenas se veem desrespeitados e discriminados não apenas pela sociedade e governantes, mas também pela veiculação de notícias jornalísticas, que por vezes acirram ainda mais os ânimos em meio aos conflitos estabelecidos entre este grupo e os não indígenas. Diante disso e dos muitos efeitos negativos que o preconceito causa às populações indígenas do oeste catarinense, esta pesquisa propõe a análise das representações atribuídas a estes por meio do *Jornal Diário do Iguaçu*.

Ao refletir sobre as representações atribuídas aos grupos indígenas da região oeste de Santa Catarina, por meio de um jornal com ampla circulação nos municípios que a integram, faz-se necessário conhecer a trajetória e as especificidades culturais dos povos que já habitavam esta região antes da chegada dos colonizadores europeus, ou seja, grupos Kaingang e Guarani. É também fundamental compreender quais relações se estabelecem entre ambos os



grupos após esse contato e quais os conflitos resultantes dele.

O objetivo da pesquisa, portanto, é analisar as representações que o *Jornal Diário do Iguazu* atribui aos indígenas e como elas estão imbricadas às relações entre indígenas e não-indígenas na região. Do mesmo modo, aponta as contribuições dos periódicos enquanto fonte para a pesquisa histórica e como meio que possibilita a produção de uma história contemporânea dos grupos indígenas de uma região específica.

Ao utilizar o *Jornal Diário do Iguazu* como fonte, sob o recorte das notícias e charges veiculadas entre 2001 e 2017, são analisadas as publicações que tratam do grupo étnico supracitado, suas demandas, representações culturais, ações políticas e sociais. Busca-se, com isso, fomentar maior discussão e interesse acerca das problemáticas relacionadas ao conceito que se forma dessas populações nas publicações deste periódico.

A abordagem da fonte se dá por meio da História Cultural, visando tratar das contribuições dos periódicos enquanto fontes históricas e analisar criticamente as notícias veiculadas por este periódico específico, em que são abordadas temáticas relacionadas aos indígenas do oeste catarinense, no século XXI.

O tratamento das informações faz-se por meio de uma abordagem analítica e qualitativa: analítica devido à análise das representações atribuídas aos povos indígenas pela imprensa escrita na região oeste de Santa Catarina e qualitativa por abordar determinadas matérias que possuem relação com o grupo étnico supracitado, entretanto, sem a pretensão de analisar todas as publicações que tratam dos indígenas no recorte temporal pesquisado. Faz-se, portanto, uma pesquisa documental e aplicada, que utiliza uma fonte constituída por material já elaborado.

A pesquisa se fundamenta nos conceitos de cultura e representação propostos por Stuart Hall na obra *Cultura e representação* (2016), assim como segue a vertente antropológica do termo cultura, descrito por Roque de Barros Laraia em seu livro *Cultura: um conceito antropológico* (1986), como tudo que caracteriza o “modo de vida” de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social.

A partir da abordagem do jornal pesquisado são tratadas com detalhes as matérias que fazem referência a estes grupos étnicos na região oeste catarinense em assuntos como:



indígenas no espaço urbano, debates sobre demarcação de terras tradicionais e de reservas indígenas, venda de artesanato e processos judiciais que envolvem problemáticas e demandas destes grupos. A coleta das fontes ocorreu por amostra pré-definida, na qual foram selecionados alguns meses de cada ano, para tal pesquisou-se nos jornais do mês de abril de todos os anos, por causa da comemoração do Dia do Índio, sendo evitados, mas não eliminados, os jornais do mês de dezembro, devido às comemorações natalinas, que centravam as publicações comerciais e comemorativas desta festividade, também procurou-se não pesquisar os meses precedentes ao período eleitoral, fosse nas campanhas nacional ou municipal, pela ampla publicação sobre questões político-partidárias.

Ao analisar as representações que o *Jornal Diário do Iguazu* imputa aos indígenas, percebe-se que as publicações que tratam deste grupo étnico dizem respeito às comemorações do Dia do Índio, aos crimes que os envolvem, aos indígenas no espaço urbano, às crianças indígenas no espaço urbano, às reivindicações indígenas, à inclusão indígena, entretanto, a disputa por demarcação de terras indígenas é o assunto que mais se dentre todos os analisados.

Considerando que as charges e notícias publicadas por um periódico não são isentas de sentido, mas possuem nas próprias escolhas do que se evidenciar ou não uma direção estabelecida, a pesquisa demonstra que as representações que um periódico específico atribui às populações indígenas do oeste catarinense estão intimamente associadas às características de seu público leitor, no caso também cliente, que possui fortes heranças ligadas ao espírito colonizador, tão evidente na história e na memória da região oeste de Santa Catarina.

Outro fator importante que marca as representações de que os indígenas são violentos, ameaçadores e invasores de terras dos colonos é a intensa situação de conflitos entre indígenas e não indígenas nesta área. Neste sentido, quanto mais recuado no tempo e quanto mais se inserem no contexto de disputas, mais as representações são marcadas pela presença de estereótipos e preconceitos da sociedade regional em relação ao indígena. Uma mudança em relação às “vozes autorizadas” para representar os indígenas e a concessão de espaço no jornal para publicações que atendessem às suas demandas podem estar associadas à punição judicial recebida pelo jornal, na qual definiu-se o pagamento de indenização aos indígenas



devido às publicações consideradas de cunho discriminatório.

Referências

Fontes

Jornal Diário do Iguaçu. Chapecó. RedeComSC, 2001-2017.

Referências bibliográficas

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William de Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LINO, Jaisson Teixeira. O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2015. p. 92-108.

NACKE, Anelise. *et al.* **Os Kaingang no oeste catarinense**: tradição e atualidade. Chapecó: Argos, 2007.

PIOVEZZANA, Leonel; FACCO, Janete; ONGHERO, André Luiz. Indígenas em Chapecó: resistência centenária. In: CARBONERA, M. et al. (Orgs.). **Chapecó 100 anos**: histórias plurais. Chapecó, SC: Argos, 2017. p. 159-180.

RADIN, José Carlos; VICENZI, Renilda. A colonização em perspectiva no centenário de Chapecó. In: CARBONERA, M. et al. (Orgs.). **Chapecó 100 anos**: histórias plurais. Chapecó, SC: Argos, 2017. p. 59-106.

ROCHA, Douglas Sartirio. **“Tensão continua no oeste”**: história e representações da disputa de terra em Sede Trentin/Toldo Chimbangue nas páginas de O Estado (1982-1985). 227 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.



Província do Paraná e a região dos Campos de Palmas: atuação do poder público na defesa e povoamento do território (1853 – 1889)

Alesandro Luiz Serafini

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Chapecó

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
miguel.carvalho@uffs.edu.br

Introdução/Justificativa

No processo da chegada dos europeus nestas terras, em meados do século XVI, os portugueses ficaram mais concentrados no litoral brasileiro, enquanto que os espanhóis adentraram os sertões. Mas com a fundação da vila de São Paulo de Piratininga em 1554, houve uma expansão portuguesa para Oeste. A partir daí os povoadores da nova vila, os Paulistas, organizam expedições sertão adentro a fim de buscar riquezas e mão de obra indígena escrava, que era conseguida em grande número nas Reduções Jesuíticas na região do atual Rio Grande do Sul. No início do século XVII os Bandeirantes Paulistas puseram fim a essas Reduções Jesuíticas e aprisionaram milhares de indígenas que eram vendidos como escravos. Assim, ficou a erva-mate, o gado, as plantações, produtos que continuaram sendo disputados entre espanhóis, portugueses e indígenas, promovendo vários conflitos, mas também uma integração e uma miscigenação entre os povos.

O gado que era criado pelos Jesuítas, passa a ser conduzido do Sul para as feiras de São Paulo. Com isso, foram sendo abertos inúmeros caminhos dando origem a novos povoados e fazendas de criação de gado, bem como, o desenvolvimento agrícola e a consequente intervenção no meio ambiente. Durante todo esse processo, no decorrer do tempo



foram sendo fundadas várias vilas, como por exemplo, Iguatemi, Curitiba, Lages, além de inúmeras explorações feitas por estas terras, que foram constituindo e construindo esta região.

O ano de 1853 representa um marco para a história institucional do Paraná, pois é o ano do desmembramento da 5ª Comarca de São Paulo – Curitiba – e elevação desta a categoria de Província do Paraná, a qual ficou com os mesmos limites da antiga Comarca.

A Lei de 29 de Agosto de 1853, da Assembléa Geral Legislativa do Império destacou da Província de S. Paulo a comarca de Curityba, erigindo-a em Província com o nome de Paraná. Desde então Palmas e seu território ficaram sob a dependência do Governo Provincial do Paraná e a Província de Santa Catharina passou a reclamar do Paraná o território ao Sul do Iguacu e a Leste de S. Antônio e Pepiry-Guaçú, que antes reclamava de S. Paulo. (Supremo Tribunal Federal: Questão de Limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. 1906; pág. 742).

Na perspectiva paranaense, como herdeiros dos territórios antes pertencentes a São Paulo, consideravam que a região que hoje é o Oeste Catarinense constituía parte do Sudoeste de sua Província. Para os catarinenses, o seu sertão oestino havia sido usurpado pelos paulistas desde 1770 quando Antônio Correia Pinto, por ordem do governador de São Paulo, o Morgado de Mateus, fundou a Vila de Lages em cima da serra e, portanto, as pretensões paranaenses por esse espaço territorial seriam infundadas. O litígio entre as duas províncias se prolongou por toda a segunda metade do século XIX, acirrando-se no período republicano. O Acordo de 1916, intermediado pelo presidente Wenceslau Braz pôs fim a essa disputa e definiu os atuais limites territoriais entre os dois Estados. Os interesses governamentais por esta região estavam diretamente ligados a questões políticas, geográficas, de colonização, exploração e econômicas.

No período delimitado para esta pesquisa (1853/1889), a região que atualmente corresponde ao Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná, pertencia a Província do Paraná. Porém, cabe nos perguntar: o que esta Província realmente fez nesta região para garantir sua posse? De que maneira a Província do Paraná atuava na região dos Campos de Palmas, no período em que a referida região estava sob seu domínio? Existia um interesse estatal em criar um sentimento de pertencimento, uma identidade? Como se deu a exploração e o povoamento destas terras e conseqüentemente o desenvolvimento da agricultura e a alteração no meio



ambiente? Estes são alguns dos questionamentos que esta pesquisa pretende responder, contribuindo para futuras pesquisas nesta área, que certamente serão feitas, levando em consideração a região a qual nos referimos.

Este projeto analisará a atuação política administrativa da Província do Paraná, no processo de repovoamento da região dos Campos de Palmas, bem como, as estratégias e intenções de explorar, cultivar, colonizar/povoar, para garantir suas fronteiras e assegurar a posse dessas terras. Terá como fonte principal os Relatórios e Mensagens do Governo Provincial do Paraná no período de 1854 (1853, criação da Província) até 1889 (Proclamação da República). O recorte temporal escolhido para a pesquisa justifica-se pelo fato de que 1853 foi o ano da criação da Província do Paraná, que em 1854 já emite o seu primeiro Relatório expondo a situação da recém-criada Província. O período estabelecido para o término da pesquisa é o ano de 1889, por ocasião da Proclamação da República.

O Paraná herdou os antigos limites da Província de São Paulo, então provavelmente o governo já conhecia a região dos Campos de Palmas e, possivelmente, criou estratégias para garantir essas fronteiras. Num período em que as fronteiras eram praticamente indefinidas e imprecisas, era preciso mostrar a presença provincial para garantir o território. Neste sentido, é possível que a partir daí se pensasse num processo de recolonização e repovoamento para garantir a posse e o domínio territorial.

Essa conquista de território significava o aproveitamento das riquezas naturais existentes na região, como a erva-mate, a madeira, os campos, terras para a prática da agricultura, etc. Atividades estas que eram realizadas principalmente por caboclos, escravos negros africanos e indígenas. Essas ações políticas e administrativas deram suporte a apropriação das terras e suas riquezas.

Objetivo geral

Analisar as estratégias definidas pelo Governo paranaense para garantir suas fronteiras e manter o seu domínio sobre a região dos Campos de Palmas, a partir da atuação e percepção governamental sobre o meio natural.



Objetivos específicos

- Investigar e mapear as ações administrativas e investimentos em infraestrutura, efetuados pela Província do Paraná na região dos Campos de Palmas;
- Mapear possíveis ações de povoamento destas terras e consequente o desenvolvimento agrícola;
- Investigar as atitudes e percepções governamentais em relação ao meio natural (campos, florestas, solo, água, clima).

Metodologia

As fontes principais desta pesquisa – Relatórios de Governo – são velhas conhecidas dos historiadores. Constituíam-se como fontes por excelência da história tradicional, mas isso não quer dizer que elas não continuem sendo importantes para a análise histórica, pois, a renovação historiográfica não significou “negar tudo que se fazia antes, mas submeter o que se fazia a um novo olhar, a novos problemas, a novos instrumentos, a novos fins”. (REIS, 1983, pág. 66)

Esta investigação traz alguns ‘problemas’, pois estes Relatórios estão ligados a interesses pessoais, ideológicos e influências políticas que expressam uma concepção de Estado, cultura, natureza e sociedade naquele período. Além disso, estes documentos foram escritos por pessoas que faziam parte do governo, por isso teremos que tomar alguns cuidados ao interpretar as informações que eles trazem. Porém, tais ‘problemas’ não descartam a importância desses documentos para o estudo da história regional, desde que devidamente analisados. Estes documentos podem revelar novos aspectos históricos ligados à vida social, cultural, política e econômica da sociedade, o cotidiano, tradições, religiosidade, povoamento, práticas/técnicas e investimentos na agricultura, interação com o meio natural, utilização dos recursos naturais, valores financeiros movimentados pela Província, etc.

Além destas, serão analisadas também outras fontes como jornais, mapas e outros documentos da época que surgirem no decorrer da pesquisa. Além disso, analisaremos obras de vários autores que tratam sobre o assunto proposto neste projeto.



Resultados

Com a conclusão da pesquisa pretende-se perceber qual foi a atuação governamental sobre o meio ambiente nesta terra de fronteira, como se deu a exploração da natureza.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 4ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 4ª ed. Florianópolis. Editora Lunardelli, 1994. 506p.

CARDOSO, Fernando Henrique. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: HOLANDA. Sérgio Buarque. **O Brasil Monárquico**. 2. Dispersão e Unidade. 5ª ed. 1985.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. Vol. I

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: A formação e a atuação dos chefes caboclos (1912-1916). Campinas SP, Editora UNICAMP, 2004.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. Contestado Paraná x Santa Catarina. In: _____. História do Paraná. 7ª edição, Curitiba, Ed. Gráfica Vicentina Ltda, 1995.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina**: sua História. Florianópolis: Ed. UFSC; Lunardelli, 1983.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense. Ed.23, 1999.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REVEL, Jacques. **A Invenção da Sociedade. Memória e Sociedade**. DIFEL. Difusão Editorial Ltda. Lisboa, Bertrand Brasil, 1989.

SILVA, Augusto da; ZANELLA, Bruno. **Mensagens e Relatórios de Governo**: Uma Discussão Preliminar.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Questão de Limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, por Manoel Coelho Rodrigues**. Rio de Janeiro, 1906.



Agradecimentos

Agradeço, em especial, meu orientador Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, pelas dicas e sugestões.



Dinâmicas do transporte rodoviário de passageiros no norte do Rio Grande do Sul entre as décadas de 1940 e 1960²⁶

João Henrique Zöhler Lemos

Mestrando em Geografia na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
joao.zoehler@estudante.uffs.edu.br

Introdução

O entendimento dos fluxos ligados ao transporte rodoviário de passageiros, no caso brasileiro – uma nação que, dados os condicionantes político-econômicos hegemônicos, “escolheu” o modal rodoviário como principal de transporte –, permite a compreensão da mobilidade da população de maneira ampla. Com exceção às regiões onde a rede rodoviária e de estradas ainda hoje mostra-se incipiente, ressalta-se de antemão a capilaridade da atuação de empresas de transporte de passageiros por ônibus sobretudo no recorte aqui proposto.

Feita essa observação inicial, este trabalho pretende discutir alguns aspectos das operações do transporte rodoviário de passageiros no norte do estado do Rio Grande do Sul, com ênfase no período que vai da década de 1940 à década de 1960. Esse recorte espaciotemporal define-se principalmente por: a) compreender um amplo período de intensificação da urbanização no território brasileiro; b) ocorrência de emancipações municipais no estado gaúcho; c) emergência relativa de migrações do campo às cidades, embora nos anos finais do recorte; d) presença de diversas pequenas empresas operadoras e surgimento de outras diversas (entre elas, algumas deram origem à companhia analisada centralmente aqui).

Também, as estradas do norte gaúcho mostram, nessa delimitação, uma configuração territorial (cf. SANTOS, 2014) significativamente diferente do presente, sobretudo, nas áreas

²⁶ Parte dessas reflexões resultam da pesquisa vinculada ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação em Geografia do autor, desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Igor Catalão na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó.



lindeiras à calha do rio Uruguai, com uma quase inexistência de rodovias pavimentadas, além do binômio rede rodoviária x rede ferroviária ainda impactarem no transporte regional.

Este trabalho tem como propósito contribuir para as discussões referentes aos transportes, às redes de movimento rodoviário e de cidades; além da própria compreensão da formação geográfico-histórica do norte gaúcho. Além de informações mais gerais sobre o modal de transporte coletivo analisado, dados, materiais iconográficos da atual empresa Unesul de Transportes Ltda. foram utilizados como fonte para este estudo. Em conjunto, o acervo digitalizado da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional também mostrou-se fundamental para as reflexões e análises aqui construídas.

Colonização, cidades e transformações socioespaciais no norte gaúcho

Começamos pela discussão que conduzirá ao entendimento dos fluxos ligados ao transporte rodoviário de passageiros. Nosso panorama de análise delimita-se basicamente pela maior parte do território originalmente componente do município de Passo Fundo, conforme observamos em Rückert (1996). Foram criados inúmeros municípios nessa área, os quais passaram a receber, sobretudo a partir das décadas de 1910 e 1920, migrantes oriundos das chamadas “Colônias Velhas”, no mesmo estado – o Rio Grande do Sul (SAQUET, 2010).

A implantação da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, indo de Itararé à Santa Maria da Boca do Monte – hoje Santa Maria – reconfigurou subitamente o território do norte do estado, tendo sua plena inauguração em 1910. Na década de 1940, as áreas próximas ao rio Uruguai, no norte gaúcho, compunham-se basicamente pelos municípios de Palmeira das Missões, Iraí, Sarandi, José Bonifácio (hoje Erechim) e Lagoa Vermelha. Estes territórios continham, agora, de maneira sobreposta às suas territorialidades pretéritas uma forma de reocupação assentada em minifúndios.

Essa intensa redistribuição populacional no norte do estado expressou-se principalmente na produção de uma circulação ampliada de pessoas, informações, mercadorias e capital. Isso pode ser analisado nas coletâneas de Tedesco (2008) e Tedesco e Heinsfeld (2009), obras que reúnem importantes estudos sobre a reocupação e reapropriação do território do norte do Rio Grande do Sul. Esta dinâmica migratória entre o Rio Grande do



Sul (as “colônias velhas” e as “colônias novas”, como no norte do estado) favoreceu uma maior interação com o oeste do estado vizinho, Santa Catarina (RADIN, 2009).

Entre trilhos, rodovias e a constituição de empresas de ônibus

Todas essas movimentações populacionais foram acompanhadas e/ou favorecidas pelo deslocamento através do modal rodoviário de transporte, especificamente tendo nos caminhões adaptados para passageiros, as “jardineiras” e posteriormente os ônibus, como principal meio de locomoção (GÔMARA; LIMA, 2012). Nessas relações foram constituídas diversas empresas de transporte de passageiros, algumas existentes até hoje e outras diversas já extintas ou incorporadas por outros grupos empresariais.

As áreas próximas aos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande eram bem servidas pelo meio de transporte que ainda predominava na circulação das mercadorias produzidas na região: o trem. Não somente isso, o movimento de passageiros mostrava-se de significância, o que se expressaria mais tarde nas vilas e posteriores cidades, surgidas muito comumente ao redor das estações ferroviárias. Caron (2008) trata especificamente da chegada dos migrantes nas áreas próximas ao alto rio Uruguai, correspondendo atualmente aos municípios de Erechim, Aratiba, Marcelino Ramos etc.

Quando tratamos do tema deste trabalho a partir de um agente econômico e sua topologia de organização territorial, Unesul de Transportes Ltda., vemos em Unesul ([197-]) um pouco do contexto de sua fundação. Os empresários entrevistados ainda na década de 1970, mencionam as migrações internas no estado sul-rio-grandense como fator essencial da criação das linhas de ônibus. As operações dessa empresa, agente importante na concentração de ligações entre cidades através do modal rodoviário de transporte.

Ainda nesse diálogo, menciona-se que: “Antes de aparecerem os primeiros ônibus, todo o transporte pelo interior era feito por mulas ou por carroças e carros de boi. Foram eles que abriram as picadas [...], estradinhas de terra batida que permitiram a chegada das jardineiras e dos velhos caminhões” (UNESUL, [197-], p. 32), fazendo uma referência ao papel que este meio de transporte desempenhara para estas áreas do estado sul-rio-grandense.



Notou-se que as operações concentravam-se em áreas onde o trem não chegava, em muito localizadas nos entornos da estrada de ferro, além de localidades mais distantes.

As operações do transporte rodoviário de passageiros no norte

A localização, agora, passa a compor o norte gaúcho, correspondendo – conforme mencionado no início deste escrito – em grande parte do antigo território do município de Passo Fundo. Quando folheamos alguns periódicos das décadas de 1940, 1950 e 1960, existem por repetidas vezes anúncios veiculados nesses meios de comunicação voltados ao transporte de passageiros por ônibus No Rio Grande do Sul, os periódicos “Jornal do Dia” de Porto Alegre e “A Época” de Caxias do Sul, de amplas abrangências, costumeiramente possuíam propagandas dos horários, linhas e empresas operadoras. Os serviços, em grande parte, interligavam o norte do estado às regiões serrana e da capital daquele estado.

Mencionamos inicialmente o anúncio da “Empresa Generali & Baldi”, observado nas páginas do Correio Riograndense (1944, p. 2), nas quais se mostra o percurso do serviço regular entre Caxias do Sul e Marcelino Ramos, que tinha como roteiro: Caxias do Sul; Farroupilha; Bento Gonçalves; Alfredo Chaves (hoje Veranópolis); Prata (hoje Nova Prata); Lagoa Vermelha; Sananduva; Paim Filho; Sede Maximiliano de Almeida (hoje município); e por fim, Marcelino Ramos. O percurso realizado até Marcelino Ramos permitia aos passageiros embarcados ao longo do caminho – tanto em linhas originadas em Porto Alegre quanto em Caxias do Sul, já que se sobrepujam – a conexão (transbordo) para o “trem Paulista”, referência à composição que percorria a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (JORNAL DO DIA, 1949, p. 3).

A presença de diversas empresas marca o início das operações dos serviços por ônibus no estado, momentos em que as companhias normalmente possuíam, senão um, poucos veículos para as operações. É de 3 de novembro 1947 a fusão de diversas empresas do norte do estado para formar a “União Erechim de Transportes Ltda. – UNETRAL” (UNESUL, [197-]; GÔMARA; LIMA, 2012). Entre as empresas, na edição 657 do jornal “A Época”, datado de 16 de outubro de 1949 (A ÉPOCA, 1949), observamos a existência das seguintes: Empresa União Erechim de Transportes Ltda.; Empresa Eldorado de Transportes Ltda. e



Empresa Reunidas da Serra de Transporte Ltda., todas incorporadas posteriormente pela Unesul. Em comum elas tinham os destinos: de Porto Alegre, passando por Caxias do Sul, interligavam às cidades de Passo Fundo, Erechim e Marcelino Ramos.

Muitos desses municípios fragmentaram-se posteriormente, dando origem a outros tantos, tendo o ônibus como meio constante de integração territorial, mesmo de maneira precária. A condição precária é bastante reiterada nos discursos dos empresários que têm sua trajetória atrelada ao começo das operações do transporte rodoviário de passageiros no estado. Como visto em Unesul ([197-]), as condições de trafegabilidade entre as décadas de 1940 e 1960 foram evidenciadas em uma entrevista realizada ainda na década de 1970 com um dos sócio fundadores da empresa Unesul: “para cobrir os 42 quilômetros que separam Erechim de São Valentim [ambas cidades do Rio Grande do Sul], o velho Ford [19]39 da Leão da Serra [...] chegava a demorar quase um dia – nos períodos de chuva” (UNESUL, [197-], p. 32).

Considerações finais

Os elementos, aqui mencionados contribuem para o enriquecimento de uma lacuna ainda existente na ciência geográfica, independente do recorte espaciotemporal. O transporte rodoviário de passageiros pode ser uma dimensão de análise interessante quando pensamos nos movimentos migratórios e a produção do espaço geográfico, destacando a importância dos fluxos que o compõem. O território em sua constituição multidimensional (SAQUET, 2010) incorpora esses elementos – redes, fluxos, territórios do/em movimento – e se materializam de formas diversas, inclusive em ações/processos comuns do cotidiano, como é o transporte coletivo.

A compreensão geo-histórica está, portanto, atrelada à transposição de conceitos do presente para se elucidar as dinâmicas pretéritas do espaço geográfico. Para isso, a interpretação de fenômenos diversos, como é o transporte de passageiros por ônibus, constitui-se como elemento ímpar para esse desafio. Chegamos, pois, ao final das discussões referentes às dinâmicas do transporte rodoviário de passageiros no norte gaúcho, com diversas questões. Entre as quais, uma que se sobressai, diz respeito às relações entre empresariado e o Estado, assentada grandemente na narrativa vencedor, do pioneiro em meio às adversidades.



Não se questiona, pois, o contexto vivido, de dificuldades; questionam-se sim as possíveis relações que envolveram o poderio econômico e político destes. Essas relações ficarão para outro momento.

Fontes primárias

CORREIO RIOGRANDENSE. Garibaldi, ano 5, n. 37, 20 de setembro de 1944. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

JORNAL DO DIA. Porto Alegre, ano 3, n. 661, 5 de abril de 1949. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

UNESUL uma história de pioneiros. Rodonal, São Paulo, p. 30-37, [197-].

Referências bibliográficas

CARON, Márcia. Colonização privada em área de colonização oficial: considerações sobre a implantação das atividades da Empresa Colonizadora Luce, Rosa e Cia Ltda no Alto Uruguai gaúcho (1915-1920). In: TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar (Org.). **Colonos, colônias e colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Erechim: Habilis, 2009. p. 179-202.

GÔMARA, Antônio Rúbio de Barros; LIMA, Nélio. **Sonhos sobre rodas: a saga dos pioneiros do transporte rodoviário de passageiros no Brasil**. Brasília: ABRATI, 2012.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RÜCKERT, Aldomar. A construção do território no norte do Rio Grande do Sul - o caso do antigo município de Passo Fundo. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 21, p. 29-42, 1996.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Edusp, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. O(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração no Sul do Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina; SOUSA, Adriano Amaro de (Orgs.). **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 109-124.

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Colonos, colônias e colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil**. Passo Fundo: Ed. Clio, 2008.

TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar (Org.). **Colonos, colônias e colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Erechim: Habilis, 2009.



As alterações socioambientais na região do município de Xanxerê-SC a partir da segunda metade do Século XX

Tiago João Benetti

Mestre em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul
tjbenetti@hotmail.com

Introdução

Este instrumento de pesquisa é voltado para as transformações ocorridas na alteração da paisagem e manifestações acerca do uso da terra na região de Xanxerê – Santa Catarina, a partir da década de 1970, este trabalho pretende explorar as mudanças ocorridas na biodiversidade local após a instalação das comunidades de migrantes, que gradativamente impuseram aos ambientes significativas alterações em suas configurações sociais e ambientais, impulsionadas, principalmente, pela introdução em grande escala, de monoculturas e o expansionismo das grandes propriedades, contribuindo para o redesenho das características naturais da região.

Partindo deste pressuposto, estimasse que as transformações na paisagem e o uso de tecnologias agrícolas servem ao propósito de alterar o curso natural das plantas e das comunidades envolvidas, efetuando a produção em larga escala, promovendo as alterações nas interações dos grupos sociais envolvidos e a definitiva alteração na paisagem.

Tais ações acabaram beneficiando uma pequena parcela da população através destas inovações que ao mesmo tempo em que facilitaram o trabalho, e impulsionaram a produtividade, impossibilitam pequenos produtores a competir ou adequar-se às inovações e consequentemente, manter-se na zona rural.

A região escolhida para objeto deste estudo está localizada no Oeste Catarinense, mais precisamente na região da cidade de Xanxerê, abrangendo localidades próximas, devido ao recorte geográfico, tendo como base de dados, a sede do município acima citado.



Objetivo

O Objetivo deste trabalho está relacionado ao entendimento das motivações e agentes no gradativo avanço das fronteiras agrícolas do município em estudo e quais as consequências socioambientais de tais atividades.

Neste sentido, surge o questionamento: como é possível, em um espaço de tempo relativamente pequeno, em uma região com baixa densidade demográfica, as transformações econômicas e sociais possibilitaram a referida localidade tornar-se um celeiro de grãos e referência em produtividade monocultora, transformando a paisagem existente drasticamente?

Metodologia

Este trabalho foi realizado a partir de levantamento bibliográfico sobre a colonização do Oeste Catarinense e os impactos na paisagem e no modo de vida local decorrentes desse processo. Além disso, dados anuais de produção agrícola municipal (disponibilizados por órgãos governamentais), com intuito de observar uma linha evolutiva da produtividade agrícola x devastação da paisagem.

Resultados

A maneira como os espaços naturais eram explorados, mudam a identidade e a visão do uso date terra, alterando os meios de relacionamento com os espaços comunais, especialmente em função da chegada de novas levas de moradores, que viam os recursos naturais e

O acesso e uso em comum da terra, contudo, torna-se mais precário a medida que avançam as relações sócio-econômicas naqueles espaços, onde a apropriação privada das terras, o cercamento, a colonização e a exploração madeireira se fazem sentir, dando início a desagregação da prática do usufruto em comum da terra, o que passa a ocorrer com maior intensidade a partir das primeiras décadas do século XX. (BRANDT, 2007, p.05).

Ao tratarmos das transformações ocorridas a partir dos meados do século XX na região Oeste catarinense, é possível observar as gradativas rupturas e alternadas transformações da paisagem, onde o gradativo expansionismo agrícola e exploratório das



matas remanescentes da região proporcionaram diversas transformações do ambiente local, possibilitando o desenvolvimento de centros urbanos e diferentes culturas agrícolas e de extrativismo, sendo que

Na primeira metade do século XX, após o processo de colonização no Oeste de Santa Catarina, houve a intensificação do desmatamento em função das instalações das madeireiras e início das atividades agrícolas. A venda da madeira foi caracterizada como a atividade de maior importância em diferentes regiões do estado. A segunda metade do século XX trouxe a busca por novas atividades para a região, em função do declínio da extração e devido à falta de matéria-prima, com a escassez de árvores. (MORETTO. 2017, p. 107-108).

Os avanços agrícolas e o expansionismo da monocultura, que sofriam influência de tendências mundiais e ideias de outras partes do mundo, alguns eles de longa data, gradativamente exerceram influência sobre a paisagem natural. O que antes, embora explorada, mas com menor proporção destrutiva, visando o lucro e a melhoria contínua na produtividade e nos métodos de plantio e colheita, assim como o uso de diferentes componentes químicos e mecânicos com intenção de atender a demanda comercial de produtos selecionados, fazendo com que a paisagem destas localidades necessitasse a obrigatória adaptação aos propósitos científico e capitalista.

A necessidade de continua ampliação dos campos cultiváveis e a busca de maior produtividade com o menor custo (monetário, neste sentido, desconsiderando os reflexos ambientais) transformou as rotinas agrárias como a rotação de culturas e sistemas de descanso de solos inviáveis aos propósitos expansionistas e financeiros, alterando, em muitas maneiras o relacionamento com a terra e o modo exploratório agrícola, com diversas mudanças e instigando a implantação de uma nova concepção de plantio.

Embora a paisagem sofra transformações devido a ação humana, não se separa elementos humanos dos naturais, onde, “A biodiversidade pode ser, por isso, um patrimônio ambiental, tanto aquela de origem estritamente natural quanto a produzida por uma combinação da natureza com o cultivo humano.” (GERHARDT E NODARI, 2016, p. 08.).

O deslocamento desse contingente foi essencialmente por razão interna ao campesinato, sua reprodução social. As condições de aquisição de lotes nas áreas florestais



eram mais favoráveis do que no Rio Grande do Sul. Deslocar-se da “serra” (como nominavam os agricultores descendentes de alemães) era um imperativo para continuar na condição de pequeno agricultor.

O fator de pertencimento a terra, neste momento, conflitando ambas as partes, impuseram as colonizadoras o papel de efetuar a retirada dos moradores das novas glebas de terra adquiridas pelos colonos, muitas vezes com o auxílio ou mediação do Estado, utilizando, inclusive, o monopólio do uso da força por parte das autoridades oficiais. Nesse processo, podemos trazer a imagem do *Outsider* (marginal) e do estabelecido, que escreveu John Scotson e Norbert Elias, onde ficou de responsabilidade do caboclo, ou brasileiro a imagem do renegado ou o semblante daquele que não era bem vindo à nova organização social que engatinhava na região.

Embora houvesse escolha de etnias específicas para a venda dos terrenos, (priorizando as etnias italianas, alemães e poloneses, em um primeiro momento e em diferentes levas migratórias), as adversidades da região impuseram um grande preço aos novos moradores.

A exploração da mata local proporcionava diversos acordos entre as partes envolvidas, como podemos observar na citação acima, e possibilitava troca de interesses, uma hora que a empresa colonizadora garantia as melhores madeiras para a exploração e o colono conseguia “abrir” a mata para efetuar o plantio, além de garantir acessos (estradas) à sua propriedade, reduzindo o isolamento do campo.

As novas metodologias tecnológicas, o espírito capitalista imposto aos colonos, e a atuação de capital estrangeiro na região podem ser apontados como alguns dos pilares fundamentais que ditaram o ritmo e motivação da exploração desenfreada da biodiversidade local.

Os espaços que antes eram vistos como fartos, pelos posseiros, foram gradativamente reduzidos, inclusive, envolvendo nesse processo, espaços costumeiramente comunais, usufruídos, historicamente, em comunidade. Aos moradores seculares, restou a imobilidade social e a posse de alguns lotes em locais de difícil acesso e de baixa valorização comercial, alterando os modos de vida e a paisagem cabocla inseridas no local. Além dos atrativos naturais, o preço oferecido aos colonos possibilitava a compra de um espaço razoável de terra,



abaixo do preço do mercado.

Segundo Dean (1991, p. 216), “a introdução de espécies de interesse comercial deu impulso a colonização deu impulsos á colonização durante os longos séculos em que os invasores, desvairados, se perdiam numa busca por ouro e esmeraldas.”.

O relacionamento com a terra por parte dos imigrantes de origem europeia possui uma visão capitalizada do uso dos recursos naturais, impondo um padrão ou a escolha de espécies cultiváveis visando maior obtenção de produtividade em menores espaços físicos cultiváveis aliados a ideologia de “progresso” implantada pelos grandes produtores e industriais daquela região.

A reorganização da paisagem brasileira, e a domesticação de espécies com intuito de adquirir novos recursos agrícolas, foram, no século XVIII fomentadas pelo império, com a criação de herbários e jardins botânicos, em parcerias com sociedades científicas na busca de plantas melhores adaptadas para fornecer alternativas de plantio e colheitas de produtos para consumo local e exportação.

Com uma herança agrícola e exploratória, a inserção de novas espécies de fauna e flora no Brasil, assim como a retirada e disseminação de suas plantas endêmicas pelo mundo, nunca foi novidade, ou melhor, nunca houve um sério controle sobre o que era introduzido ou retirado dessas regiões, causando um sentimento de naturalidade nas tentativas de aclimação de novas espécies no território brasileiro.

O Oeste catarinense não fugiu da regra exploratória capitalista na questão agrária, onde as consequências principais estão relacionadas com as alterações da paisagem local e da reestruturação dos espaços comunais, assim como a relação coma terra porá parte de diferentes levas de grupos sociais que conviveram, ora em harmonia, ora em discordância com os avanços das fronteiras agrárias.

Aliados ao crescente expansionismo tecnológico agrícola, Tais ações possibilitam maiores produções em menores espaços de terra, porem, mesmo com todo avanço neste sentido, a ampliação dos campos não condiz com o expansionismo aplicado aos espaços agrários.



Referências

BRANDT, Marlon. Memórias e oralidade no acesso e uso da terra em comum no Planalto de Santa Catarina. In: IV Encontro Regional Sul de História Oral: Culturas, Memórias e Identidades, 2007, Florianópolis. **Anais**, 2007.

DEAN, Warren. **A Ferro e fogo: A história e a devastação da mata brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GERHARDT, Marcos e NODARI, Eunice Sueli. Patrimônio Ambiental, História e Biodiversidade. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science** 5 (3), 54-71.

MORETTO, Samira Peruchi. Meio ambiente e sociedade: as transformações na paisagem do Oeste Catarinense, na segunda metade do século XX. **História Revista**, 22(2), 107 - 120.

WORSTER, David. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambient. soc.** vol.5 no.2. Campinas, 2003.



Ser negro nos Campos de Lages: a trajetória dos ingênuos pela liberdade (1888-1918)

Jasmini Letícia Maurer

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista FAPESC/Capes

Isabel Rosa Gritti

Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
isabel.gritti@uffs.edu.br

Introdução/Justificativa

Em 1918, em meio à efervescência dos primeiros anos da República e os debates sobre cidadania na cidade de Lages/SC, surge pelas mãos e ideias de Joaquim Pinto de Oliveira, homem de cor e pedreiro, o Centro Cívico Cruz e Souza. Completando seus 100 anos em 2018²⁷, o clube exclusivo para negros, tinha como papel central o estímulo à socialização e diversão dos afrodescendentes, criando uma rede de associativismo²⁸, para afirmação de uma identidade dentro de um espaço no qual as relações sociais passavam pelo processo de racialização²⁹. Joaquim Pinto de Oliveira, junto com seus companheiros, orquestrou um espaço no qual os afrodescendentes pudessem circular, criar laços e construir uma identidade, em uma sociedade majoritariamente branca construída nas bases do sistema escravista, demonstra como a identidade negra nos Campos de Lages foi construída, com isso indagamos: Como formou-se a identidade negra nos Campos de Lages? E quais foram os papéis dos ingênuos dentro da construção desta identidade?

²⁷ Diversas atividades foram realizadas durante o ano de 2018 em comemoração ao centenário do Centro Cívico Cruz e Souza, realizados pela professora e mestre Nanci Alves da Rosa e demais membros. Disponível em: https://www.facebook.com/clubecruzesouzalages/?epa=SEARCH_BOX

²⁸ No ano de 2011, Petrônio Domingues publicou um artigo que apresenta um balanço acerca das produções acadêmicas relacionadas ao protagonismo negro. Para saber mais: DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: protagonismo negro no pós-abolição. Topoi, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p.118-139, 2011.

²⁹ Conceito apresentado pelos estudos de Wlamyra R. de Albuquerque em sua obra “O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil”, publicado em 2009. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009.



Ao pensar o fim da utilização de mão-de-obra escravizada no Brasil, as elites políticas estabeleceram a ideia de um processo lento e gradual, que não causasse uma grande ruptura. Usando como artifício o âmbito jurídico, começa-se a instituir leis, que visavam viabilizar a liberdade gradual dos negros escravizados. Uma destas leis é a nº 2.040 de 28 de setembro de 1871³⁰, conhecida como lei do ventre livre ou Lei Rio Branco³¹, que concedia a liberdade aos ventres escravizados, ou seja, a partir do final de 1871 não se nascia pessoas escravizadas no Brasil. Assim, a lei nº 2040 foi responsável por criar uma nova categoria social, configurando uma no matiz social, os ingênuos³², ainda ligada intimamente com o sistema escravocrata constituído nos Campos de Lages.

Localizado no caminho das tropas, os Campos de Lages, mais especificamente a Vila de Lages tem a sua fundação 1771, foi formada por portugueses, paulistas e pessoas oriundas da província rio-grandense. Sendo assim, a economia estabeleceu-se em seus primórdios, como agropastoril, isto é, diversas fazendas de criação se fixaram na vila com o objetivo de criar animais para o comércio, estas fazendas utilizavam-se de mão-de-obra escravizada de origem africana ou de descendentes de africanos (VICENZI, 2015, p. 29). Por tratar-se de uma economia de subsistência em um espaço distante do litoral, houve a manutenção das estruturas escravistas com mobilidade social restrita, porém com relações horizontais e verticais estabelecidas entre as categorias sociais presentes na localidade, entre eles estavam os ingênuos que ocupavam espaço entre a liberdade e a escravização.

Os ingênuos são personagens detentores de uma condição ambígua, permeando em um “limbo social”³³. Como expõe Moreira, às crianças ingênuas foram colocadas em um espaço de anonimato, com registros falhos realizados pelo órgão responsável, a Igreja Católica, a partir da década de 1880. Empreender acerca da trajetória dos ingênuos se torna relevante ao

³⁰ Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm

³¹ Nomeada assim em homenagem ao Visconde de Rio Branco, que coordenava o gabinete imperial durante a promulgação da Lei 2.040 (CARDOZO; MOREIRA, 2015, p. 81).

³² A palavra “ingênuo” vem do Direito Romano para pessoa nascida livre, contudo durante as discussões parlamentares para a construção da Lei nº 2040/1871, foi decidido que não seria essa a nomenclatura utilizada para definir as crianças. Isso, contudo não foi o bastante para que popularmente os filhos das escravas de ventres livres fossem assim chamados. (CHALHOUB, 2010)

³³ Cardozo e Moreira (2015, p. 13) definem como um “limbo social”, pois os mesmos não eram considerados totalmente livres até a idade de 21 anos, surgindo assim uma nova figura social, o *ingênuo*, que possuía junto a si um “fio de esperança” à liberdade.



compreender o anonimato que foi sofrido por estes, visto que, em trabalho anterior realizado foi verificado que o fenômeno da ‘sem informação’ ocorreu nos Campos de Lages, o que leva a não se ter conhecimento de quem estes ingênuos se tornaram (MOREIRA, 2013, p. 96). Assim, questionamentos permeia a pesquisa e precisam ser elucidados, são eles: Quais caminhos os ingênuos percorreram? Qual o estigma social e ser ingênuo na sociedade dos Campos de Lages? Qual foi a função social dos ingênuos? Como foi sua vida na liberdade? E que liberdade era está?

A justificativa para a pesquisa é apresentar a importância do negro para a sociedade que se formou no Sul do país. Esta região do Brasil tem sua História pautada no homem branco, nos imigrantes, *invisibilizando*³⁴ as pessoas de origem africana. Deve-se considerar que um dos papéis do historiador é recuperar a História dos povos esquecidos e problematizar esta falta. Perante isso, reforço esta premissa, trazendo a importância do resgate do papel do negro nesta sociedade, problematizando-o na sociedade em questão e seu esquecimento, por meio da História Social da escravidão, partindo da figura dos ingênuos e suas redes de sociabilidade, nos Campos de Lages, em Santa Catarina. Para além, nota-se a existência de lacunas nos estudos feitos na região acerca da escravidão nos Campos de Lages, não havendo pesquisas relacionadas aos *ingênuos*, a liberdade e suas trajetórias no pós-abolição.

Objetivo

Diante disso, os objetivos que permeiam a pesquisa, em termos parciais, estão relacionados à construção da identidade dos ingênuos dado o contexto em que estavam inseridos. Para isso, inquirir-se acerca da trajetória destes sujeitos para compreender como os ingênuos vislumbravam a liberdade e arquitetaram a sua identidade e a manutenção da cultura de matriz africana, em uma sociedade majoritariamente branca e racializada.

Metodologia

A presente pesquisa insere-se nas possibilidades investigativas abertas pela abordagem da História Social, que é constituída segundo Hebe Mattos (2008, p. 89-90) “enquanto forma

³⁴ Termo empregado por Ilka Boaventura Leite. Para saber mais: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 1996.



de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos — sociais — na explicação histórica”. Ou seja, trata-se de uma corrente historiográfica que adentra outras áreas do conhecimento, como a antropologia e a sociologia, porém, o sujeito é o agente de sua própria história, individualmente e de forma coletiva na sociedade.

Ao pensarmos os ingênuos como agentes de sua própria história empregam-se os conceitos trazidos pelos historiadores ligados à micro-história que pautam a ação social como resultante “de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”, utilizando-se das brechas apresentadas pelos sistemas nos quais governam os indivíduos (LEVI, 1992, p. 135), visto que sistema normativo nenhum é estruturado de maneira a anular as possibilidades de escolhas conscientes de seus atores. Ademais, ao pensarmos as escalas macro e micro, que podem ser utilizadas em qualquer objeto, espaço e temporalidade, pode-se compreender as nuances presentes em cada camada social e na trajetória dos sujeitos, isto é, pode-se observar de informações diferenciadas com diversas possibilidades de interpretação e ação (CERUTTI, 1998, p. 196 *apud* PERUSSATO, 2012).

Com isso, no presente projeto busca utilizar-se dos preceitos trazidos pela história social, micro-história, como análise dos aspectos sociais, e a história social da escravidão e do pós-abolição. Estas opções articulam-se no intento de compreender as experiências dos ingênuos e sua comunidade no que converge a formação da identidade e a manutenção cultural, atentando-se as suas ações individuais e coletivas e os sistemas que os rodeiam. Estas correntes teórico-metodológicas permitem adentrar em uma ‘história vista de baixo’. Verifica-se isso nos estudos do historiador inglês Edward Palmer Thompson, que articula a intervenção do sujeito em questões fixadas e nas relações do dominado e dominador – senhores e escravos – ou seja, as relações perpassavam as pessoas escravizadas como agentes de sua história, dotadas de particularidades cunhadas no seio das relações verticais e horizontais do sistema no qual estavam inseridos.



As fontes que serão utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa serão as mais diversas e estão localizadas em arquivos privados e públicos do Estado de Santa Catarina. Desta forma, como fontes quantitativas serão empregadas: os registros eclesiásticos de batismo, casamento e óbito de indivíduos escravizados e ingênuos; inventários *post-mortem*; matrícula de escravizados de 1872; lista de escravizados para o fundo de emancipação de 1875. Respetivamente as fontes podem ser encontradas: na *homepage familysearch.org.br*, no Museu do Judiciário Catarinense e no Museu Thiago de Castro em Lages. Ademais, como fontes qualitativas serão manuseadas: os pedidos de tutelas; processos crimes; inventários post-mortem; livros da junta de emancipação; os jornais oriundos da região. Estes materiais serão acessados: no cartório local de Lages, no Museu do Judiciário de Santa Catarina, no Museu Thiago de Castro e na Biblioteca do Estado de Santa Catarina.

Resultados

Por tratar-se de uma pesquisa ainda em andamento, nos seus momentos iniciais, ainda não há resultados pertinentes. Porém, de antemão pode-se levantar hipóteses acerca da construção de uma identidade pautada no associativismo, como clubes exclusivos de negros e quilombos localizados na região, que podem ou não ser resultados da trajetória dos ingênuos, ademais, a relação da identidade negra com a identidade cabocla é importante de ser refletida, visto que, faltam estudos que visem à compreensão relativa aos formadores de ambas às categorias sociais no Estado de Santa Catarina.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARDOZO, José Carlos da Silva; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Anjos marcados: o batismo dos filhos do ventre livre (Porto Alegre/RS - 1871-1888). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [s.l.], v. 7, n. 13, p.80-94, 28 set. 2015.

LEVI, Govanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de: Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

MATTOS, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo



(Org.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p.76-96.

PERUSSATTO, Melina. **Como se de ventre livre nascesse**: experiências de cativo, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860-c. 1888. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

VICENZI, Renilda. **Nos Campos de Cima da Serra**: ser preto, pardo e branco na vila de Lages, 1776-1850. Tese de doutorado (Mestrado em História). São Leopoldo, RS, 2015.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).



O veneno nosso de cada dia

Leticia Solivo

Graduanda do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
leticiasolivo@hotmail.com

Samira Peruchi Moretto

Doutora em História e professora Universidade Federal da Fronteira Sul -UFFS, campus
Chapecó, samira.moretto@uffs.edu.br

Introdução/Justificativa

O presente trabalho tem por objetivo analisar os debates sobre o uso de agrotóxicos, contidos nos jornais *Folha d' Oeste* e na revista *O Ceileiro* que circulavam no Oeste Catarinense, entre 1970 e 1980. Desta forma observamos como era debatido o uso desses produtos químicos, “também denominados de venenos, pesticidas, praguicidas, defensivos agrícolas ou de suas misturas” (BONATO; VEIGA, 2013, p. 9). A escolha do recorte temporal ocorreu devido ao fato de uma alteração do discurso sobre o uso do agrotóxico. E que seus efeitos são avaliados como prejudiciais para a saúde humana, para o meio ambiente, para os demais seres vivos que habitam o espaço e que acabam sendo intoxicados diretamente e indiretamente. A preocupação essencial desta pesquisa se coloca perante a problematização sobre o uso do agrotóxico, e para compreender o contexto que se insere o debate sobre o mesmo é preciso compreender que “as contaminações por agrotóxicos estão entre os principais problemas ambientais na atualidade, por agredirem a saúde humana e por degradarem e poluírem o meio ambiente”, (LOPES, 2010, p. 31).

Estudar o uso dos agrotóxicos significa avaliar a agressividade que os mesmos podem ocasionar, e pelo fato de seu uso ter se tornado uma dependência para as lavouras, eles estão cada vez mais inseridos na agricultura. O Oeste de Santa Catarina é um local onde há grande ocorrência de produtores familiares que são dependentes da agricultura como fonte econômica principal e o uso de agrotóxico em suas propriedades. Há necessidade de enaltecer este



assunto, pois nacionalmente é tão polêmico, principalmente pelo fato do Brasil é o maior consumidor mundial (CARVALHO; NODARI, 2017, p. 76).

Nota-se que:

O debate sobre o uso de agrotóxicos acirrou-se nos últimos meses em função do Projeto de Lei (PL) nº 6.299/02, aprovado em uma comissão da Câmara dos Deputados em junho. Apresentado em 2002 pelo atual ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, o projeto propõe alterar as regras para registro e uso de novos defensivos agrícolas (VASCONCELOS, 2018, p. 1)

A “organização Mundial da Saúde estima que, a cada ano, entre três e cinco milhões de pessoas são contaminadas por agrotóxicos em todo o mundo” (PERES; MOREIRA; DUBOIS, 2003, p. 30), e analisando os agrotóxicos, percebe-se que:

Os inseticidas da classe dos organoclorados têm como uma de suas principais características a capacidade de acumular-se nas células gordurosas no organismo humano e no dos animais (o que pode vir a determinar uma série de efeitos indesejados à saúde). Além disso, os organoclorados são muito estáveis e podem persistir nos organismos e no ambiente por até trinta anos. (PERES, MOREIRA E DUBOIS, 2003, p. 34)

As fontes utilizadas para desenvolver essa pesquisa, foram os periódicos *Folha D’ Oeste* e a revista *O Celeiro* que estão disponibilizadas no Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM), que se encontra na cidade de Chapecó, Santa Catarina. Onde seu acesso é público para os pesquisadores, possuindo acervos arqueológicos, documentais e bibliográficos, sejam eles, materiais e imateriais, com enfoque na região Oeste de Santa Catarina.

Para uma melhor compreensão de como o agrotóxico se inseriu na agricultura, inicialmente analisamos o contexto da colonização do Oeste Catarinense, que está muito inserido na ideia de conquistar as áreas inexploradas, vistas pelas colonizadoras como terras novas e um impulso na economia agrária e que graças à colonização ocorreu um o progresso e modernidade no estado, essa percepção segundo Radin (2008) se consolidou para os colonizadores entre o antes que era considerado puro mato e o depois que com a chegada dos migrantes teria ocorrido o progresso. Na visão dos governantes e da intelectualidade viam na



produção de trabalho agrícola uma forma de aumentar a população e além da introdução de migrantes para realizar tais tarefas como forma de aumentar o número de colonos, e a partir disso “entendia-se que era possível ‘civilizar’ esse espaço, condição para qualificar o estatuto étnico da população e modificar a imagem do Brasil na esfera nacional” (RADIN, 2008, p. 114).

Com o passar dos anos a população, em esfera mundial, ia crescendo, sendo cada vez mais necessário uma demanda maior de alimentos, o que então forçou o setor agrário se modificar profundamente. Na década de 1960, o Brasil passou a implementar um novo modelo para a agricultura, que modifica a produção que até então era apenas familiar, com a inserção de novas tecnologias voltadas para o setor agrário tendo “como práticas básicas a mecanização agrícola, a monocultura, a irrigação, a utilização dos adubos sintéticos, dos agrotóxicos e o uso de cultivares de alta resposta” (RADIN, 2003, p 62), ao que chamamos de Revolução Verde.

Os agrotóxicos eram parte do pacote tecnológico da modernização agrícola ou revolução verde e, portanto, sua percepção e sua utilização estavam totalmente conectadas com uma série de tecnologias agrícolas, como fertilizantes sintéticos, calcário, tratores, semente certificadas e demais implementos agrícolas. (CARVALHO; NODARI; NODARI, 2017 p,78)

Segundo Elisandra Forneck (2015, p.76), “A Revolução Verde fomentou a criação e difusão de novas sementes e práticas agrícolas, que acarretaram num grande aumento da produção agrícola em países menos desenvolvidos entre os anos de 1960 e 1970” a autora ainda destaca que a Revolução foi um momento de demonstração econômica e política, que buscava divulgar novas técnicas para o uso da terra e plantio, o que gerou na agricultura um grande impulso. Trazendo resultados positivos para a agricultura, porém muito caracterizada pelo uso em quantidade maior de recursos ambientais e naturais, como o solo e água, visando uma produtividade maior e não mais de qualidade.

E que tais substâncias quando espalhadas pelo cultivo, fixam-se no solo, onde habitam uma série de organismos vivos, “sem solo, as plantas terrestres, como nós as conhecemos, não poderiam medrar e crescer; e, sem plantas, nenhum animal conseguiria sobreviver” (CARSON, 1962, p. 63), por um longo tempo, envenenando o solo e água, pois tais



substâncias têm a capacidade de contaminar tanto rios, como correntezas subterrâneas, nesse quesito deve se analisar a poluição da água, sendo ela de todos os recursos naturais o mais precioso, analisando sua contaminação pelo uso de agrotóxicos sendo “compreendida no contexto, como fazendo parte do todo a qual pertence: a poluição do meio ambiente total da humanidade” (CARSON, 1962, p. 49). O ambiente foi, e é o que mais sofre transformações nocivas, pois ataca diretamente solo, água e seres vivos que compõem tal espaço, iniciando uma cadeia de envenenamento e por consequência a própria morte.

Os autores Peres, Moreira e Dubois em seu artigo, (2003, p. 36), destacam que “Um dos efeitos ambientais indesejáveis dos agrotóxicos é a contaminação de espécies que não interferem no processo de produção que se tenta controlar (espécies não-alvos), dentre as quais se inclui, conforme discutido no item anterior, a espécie humana”, tais espécies não representariam perigo a plantação, porém acabam sendo atingidos.

Metodologia

Em consonância com a preocupação que a História Ambiental que tende a investigar as consequências ecológicas e socioambientais, que o uso do agrotóxico pode ocasionar, a presente pesquisa se baseara nesse viés historiográfico, sendo ela, a História Ambiental, uma nova linha de pesquisa no Brasil que surge em meados da década de 1980, tendo por objetivo analisar mudanças e transformações da natureza e dos homens no decorrer do tempo, considerando o ser humano como parte integral do meio ambiente onde está inserido, sendo também uma corrente historiográfica que complementa outras vertentes que já estão consolidadas, havendo uma interdisciplinaridade que ajuda a compreender as mudanças no ecossistema. O historiador Donald Worster (1991, p.2) define História Ambiental como:

[...] parte de um esforço revisionista para tornar a disciplinada história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “super-natural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas.



Utilizando este conceito de história ambiental é importante analisar quem eram os indivíduos que lidavam com a natureza, compreendendo que seu entendimento parte de que os seres humanos foram, ao longo do tempo, modificados pelo seu ambiente natural, e, inversamente, como eles afetaram este ambiente e com que resultados.

Resultados

Através desta pesquisa busca-se mostrar que de forma geral a modernização agrícola no Brasil, levou a utilização elevada de insumos industriais, juntamente com a existência de recursos disponíveis para o financiamento da atividade agrícola. Ocorrendo assim, uma expansão neste ramo, criando uma oportunidade para as empresas líderes do mercado mundial de produção de agrotóxicos, investirem no país. Percebemos que a realidade da produção agrícola brasileira se baseia no uso abusivo de agrotóxicos, para suprir uma demanda desenfreada de produtividade. O uso do agrotóxico no Brasil, afeta e influencia vários campos, em especial no campo produtivo, afetando a agricultura. No campo acadêmico, observa-se diversas pesquisas mostrando a nocividade do uso deste produto químico. No campo político houve importantes mudanças a legislação, regulamentando o uso desses produtos. Por último no campo econômico, uma vez que o uso demasiado ou inadequado do agrotóxico causa danos no meio ambiente e na saúde humana, demandando assim uma quantidade significava de verbas públicas e privadas para o atendimento hospitalar e para tentativa de reverter os estragos ambientais.

Referências

BONATO, E. P.; VEIGA, M. da. **Agrotóxicos**: diagnóstico e procedimento de sua aplicação no Meio-Oeste Catarinense. Florianópolis: Epagri, 2013, 64p. (Epagri. Documentos, 245)

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos. 1962

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, jan.-mar. 2017, p.75-91.

DIONÍSIO, Ana Carolina; KLUG, João. Memórias intoxicadas: fumicultura e injustiça ambiental em Major Gercino (SC). *In*: NODARI, Eunice Sueli; LOPES, Alfredo Ricardo



Silva; ESPINDOLA, Marcos Aurélio (org.). **Desastres Socioambientais em Santa Catarina**. 01ed. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 272-298.

FORNECK, Elisandra. **Formar um novo sujeito**: educação técnica cooperativa na cooperalfa (1977-1996). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2015.

LOPES, Maria. **Agrotóxicos na imprensa**: análise de algumas revistas e jornais brasileiros. Piracicaba, SP, 2010.

LUCA, Tânia de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

PERES, Frederico; MOREIRA, Josino Costa; DUBOIS, Gaetan Serge. Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema. In: PERES, Frederico; MOREIRA, Josino Costa (org). **É veneno ou é remédio?** Agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 21-41.

VASCONCELOS, Yuri. Agrotóxicos na berlinda. **Revista Pesquisa FAPESP**, 2018.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n 8, 1991, p.198-215.



Mediação e ocupação: possibilidades de análise na Fazenda Anoni em Marmeleiro (1983)

Eleandro de Moraes Vieira

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

O Sudoeste do Paraná é um espaço em que o conflito pela terra pode ser observado em diversos momentos de sua história. A conhecida Revolta dos Posseiros culminada de 1957 e a própria fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são fatos que marcam um processo de lutas importantes na história agrária do Brasil (BATTISTI, 2006; PRANDO, 2010).

Considerando esse processo de luta no Sudoeste do Paraná, merece destaque a ocupação da Fazenda Anoni no município de Marmeleiro, divisa com Campo Êre no Estado de Santa Catarina, por 650 famílias em uma área de quatro mil hectares de terras. O processo de luta pela terra iniciado em 1983 resultou na desapropriação da área no ano 1998, dando origem ao Assentamento Eduardo Raduan (BATTISTI, 2006; CALLEGARI, 2015).

O processo de ocupação da Fazenda Anoni se deu em duas etapas e foi marcada pela violência dos jagunços que tinham por objetivo expulsar os ocupantes a mando dos supostos proprietários da terra. A primeira tentativa de ocupação ocorreu em 15 de julho de 1983 e foi interrompida por um violento ataque empreendido em 21 de julho de 1983, dia em que jagunços a mando dos donos da fazenda atacaram os ocupantes, destruindo barracos, casas e utensílios. Após a expulsão, eles reuniram-se na localidade de Bom Jesus, no município de Marmeleiro, e ali permaneceram angariando forças para no dia 22 de setembro de 1983 ocupar a fazenda pela segunda vez, tomando uma região central no interior da área para, posteriormente distribuir-se para as demais áreas para começar o trabalho e a produção (CALLEGARI, 2015).



É neste mesmo contexto de ocupação da Fazenda Anoni que surge o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES), com o engajamento junto a milhares de famílias sem terra da região que se veem desapropriadas de seu meio de subsistência pelo processo de industrialização e mecanização da agricultura. O MASTES surge com objetivos dos mais variados como, a promoção da organização dos trabalhadores na luta pela conquista e fixação a terra até a destruição do capitalismo e construção de uma nova ordem social (BATTISTI, 2006).

Conforme Battisti (2006), o MASTES realizava um trabalho de base com os agricultores, procurando sensibilizá-los sobre os problemas que enfrentavam, demonstrando a legitimidade e legalidade de seus interesses, informando sobre o direito e a disponibilidade da terra. Uma das ações que contribuiu muito para o trabalho de mobilização foram as reflexões religiosas com o uso de histórias da bíblia com a ajuda de autoridades religiosas e com a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (BATTISTI, 2006). De acordo com Danielli (2014), o papel do MASTES, juntamente com outras entidades como a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), era “mobilizar, organizar e formar os agricultores sem terra, alimentando o sonho, ou melhor, o direito de morar e trabalhar na terra” (DANIELLI, 2014, p. 92).

Uma unidade de análise que propomos nesta discussão para estudarmos a ação dos trabalhadores rurais sem terras no Sudoeste do Paraná e na ocupação e luta pela permanência na área da Fazenda Anoni em Marmeleiro é a mediação dos movimentos sociais, o que fazemos a partir dos conceitos e das ideias dos trabalhos de autoras como Delma Pessanha Neves e Regina Reyes Novaes em concomitância com informações de textos acadêmicos sobre o tema bem como a recorrência a fontes orais e jornalísticas, especialmente o jornal o “Alerta” produzido pelo MASTES no período.

Regina Reyes Novaes (1994, p. 178) esclarece que em todas as formas de mediação, “todos se propõe a ser ponte, estar entre, fazer meio de campo. Fazer mediação é traduzir, e/ou introduzir falas, linguagens [...]”. Neste sentido, partindo de Neves (2008), podemos considerar três elementos principais observados na mediação: a situação; a reciprocidade; e a



pedagogia. A situação refere-se a qualificação de espaços de abrangências contextuais, datados e situados e repletos de representações sociais dos mediadores e dos mediados, construídos e portados por eles. Já no que diz respeito a reciprocidade, podemos afirmar que ela é importante para relativizar a diferença entre os agentes na ação mediadora, isto é, por reunir atores com horizontes diferentes, criando um código comum e determinados consensos entre eles para que a verticalização das relações seja evitada, conferindo papel ativo tanto aos mediadores quanto aos mediados. A natureza pedagógica da mediação, por seu turno, se baseia na questão de que toda a mudança social necessita de um trabalho educativo, porém, ao mesmo tempo em que o mediador ensina, tem a oportunidade de verificar as contradições e mudar suas ações, acontecendo, deste modo, um processo mútuo de aprendizagem de mediados e mediadores (NEVES, 2008).

Um elemento imprescindível para se trabalhar com a mediação, como destacamos, é a reciprocidade, que pode ser mais bem avistado com a perspectiva de “circularidade cultural” a partir dos trabalhos de Carlo Ginzburg e Roger Chartier. Ginzburg, em sua obra “O queijo e os vermes”, suscita uma discussão entre a cultura das classes dominantes e a cultura das classes subalternas, salientando que Menocchio, um moleiro do século XVI do nordeste da Itália, reelaborava suas ideias indo além do que era preestabelecido e vigente no macro social, encontrando uma relação de influências recíprocas entre o que era estabelecido pela cultura dominante e o que ele lia, vivia e refletia, estabelecendo para isso o conceito de “circularidade”. Chartier (1990, p.134) também trabalha com a questão da “circularidade cultural” defendendo que “todos os materiais portadores das práticas e dos pensamentos da maioria são sempre mistos, combinando formas e motivos, invenção e tradições, cultura letrada e base folclórica”, defendendo a perda da pertinência da oposição entre o popular e o letrado, e reconhecendo a circularidade fluída, compartilhada e partilhada que atravessa os horizontes sociais dos sujeitos históricos. Essa perspectiva do uso compartilhado pode ser tomada como parâmetro da ação mediadora que pressupõe a reciprocidade de significações entre atores de horizontes culturais distintos e que participam do processo de luta dos movimentos sociais em um processo de interação e mixagem de símbolos e sentidos.



Na linha desse arcabouço teórico, procuramos fazer uma análise da mediação realizada por instituições e entidades que participaram da ocupação e acampamento da Fazenda Anoni em Marmeleiro em 1983. O “Alerta”, jornal produzido pelo MASTES, em várias edições trata da questão da Fazenda Anoni com assuntos variados: a morte de João de Paula no acampamento por meio da ação violenta dos jagunços enviados pelos donos da fazenda; a reocupação da fazenda depois do despejo na primeira tentativa; a produção na fazenda que se iniciou logo após a ocupação; o apoio do movimento com a decisão dos ocupantes; o relato das lutas, decisões e resistência dos ocupantes da Fazenda Anoni; propostas dos ocupantes a órgãos governamentais, como o INCRA; manifestos em apoio aos ocupantes; e benfeitorias realizadas na fazenda.

Estes boletins de o “Alerta” possibilitam a verificação de ações que podem ser analisadas sob o ângulo do conceito de mediação, em que há a reciprocidade dos agentes mediados e dos mediadores na questão da luta pela terra, da permanência na Fazenda, da legalização da situação por parte das autoridades governamentais, da produção para a subsistência, e da justiça de se ocupar, tudo isso em um processo de aprendizagem mútuo, onde não há uma imposição de uma determinada maneira de agir por parte do movimento, mas uma posição de mediar as ações, fazendo ficar visível a circularidade cultural que ocorre de posições mais elaboradas de movimentos ou instituições em contato com a posição dos ocupantes enquanto experienciadores mais diretos da ação, sem a supremacia de um ou de outro, já que as influências ocorrem tanto de cima para baixo como de baixo para cima, como observa-se no Alerta Nº 4, que descreve objetivos gerais do MASTES, em que aparece, “mobilizar os agricultores sem terra para a sua organização em torno de uma proposta da conquista da terra”. Neste objetivo do movimento identificamos alguns aspectos da mediação, como no conjunto da proposta, notando que não há uma imposição ou uma autoproclamação para que o movimento lute pela conquista da terra, mas há a intenção de mobilizar os agricultores para que isso ocorra, com ressignificações em um espaço de representações sociais que tem como fortificador a luta e conquista pela terra, tentando empreender um processo educativo entre o movimento e a ocupação, percebido quando lemos as palavras “mobilizar” e “organizar”. A mediação terá uma possibilidade maior de ser analisada quando



a utilização de fontes orais se fizer presente, momento em que os agentes que participaram ativamente do processo de ocupação, acampamento, e assentamento relatarão suas experiências.

Por fim, enfatizamos que a pesquisa está em seu início, e que esta foi uma breve introdução da possibilidade de análise de mediação sob a luz da circularidade cultural entre a ocupação da Fazenda Anoni em Marmeleiro em 1983 e o MASTES, levantando um debate que tem muito ainda para ser aprofundado, até mesmo na relação entre a ocupação e o próprio movimento e com outras entidades que participaram do processo como a CPT, a Assesoar e os sindicatos dos trabalhadores rurais.

Referências

CALLEGARI, Ricardo . **Entre Lutas, Valores e Pressões: Juventude Rural Sem Terra e a Organização Social do Trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan**. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

BATTISTI, E. **As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX**. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v., n.2, p. 65-91, 2006.

DANIELI, João Paulo. **Educação do Campo e Movimentos sociais no Sudoeste do Paraná: Lutas, Redes e alguns apontamentos históricos**. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Maringá, 2014.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NEVES, Delma Pessanha. *Mediação social e mediadores políticos*. In: NEVES, Delma Pessanha.

Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre: UFRGS, 2008b. p. 21-44.

FRACCARO, Gláucia. *Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo*. *Revista Brasileira de História*, v. 37, p. 73-90, 2017.

NOVAES, Regina Reyes. *A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização*. In:



MEDEIROS, Leonilde et al. (Org.). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 177-183.

MASTES. **O Alerta.** Francisco Beltrão, junho de 1983.

PRANDO, A. **A Ocupação do Espaço Rural do Sudoeste do Paraná a partir dos Movimentos Sociais e da Luta dos Trabalhadores Rurais.** GEOINGA: Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia, Maringá, 2010.



Memória da Resistência: O Movimento dos Atingidos por Barragens em Itapiranga SC

Rudinei José Cenci

Mestrando no Programa de Pós- Graduação em História da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Emerson Neves da Silva

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Introdução/ Justificativa

A história de resistência ao projeto da barragem de Itapiranga, usina projetada no Rio Uruguai, no município de Pinheirinho do Vale no estado do Rio Grande do Sul e Itapiranga em Santa Catarina, é destacada como ponto principal da organização e da consolidação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) nessa região entre das décadas de 1970 e 1980.

O interesse pelo Rio Uruguai, como fonte para a geração de energia parte dos anos de 1960, ocasião em que foram efetuados os primeiros estudos visando um inventário hidroenergético da região Sul pela então empresa estatal Eletrosul. Ao longo dos anos, o projeto de construção da barragem de Itapiranga tem sido pautado, mas sempre rejeitado pelos atingidos, entidades locais e regionais.

Obras grandes como essa são de extrema complexidade, pois geram muitos conflitos pelos grandes impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais que são causados. Através de conflito como esse que se consolidou o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB uma organização que representa os atingidos de todo país.

A questão energética tem sido nos últimos anos um debate central no plano de desenvolvimento dos países, é importante entender os interesses que estão envolvidos nesse processo e também buscar conhecer melhor as fontes produtoras de energia, dessa forma



podemos entender o conflito presente no processo de implantação da barragem de Itapiranga.

Academicamente a pesquisa pode trazer novos elementos que estão envolvidos nos estudos já realizados sobre a questão energética, principalmente nos conflitos ligados a implantação de hidrelétricas.

O desenvolvimento do setor energético brasileiro historicamente tem uma relação entre o Estado e o capital privado. A construção de barragens tem gerado grandes conflitos devido a atuação do Estado e as empresas nacionais e multinacionais, mas os projetos mesmo sendo de grande divergência ambiental e social em sua grande maioria foram executados. No caso do projeto de Itapiranga/SC, o processo de resistência tem dificultado a construção da barragem e mostra que os atingidos por mais de 30 anos enfrentam o governo e as empresas para que não seja construída a barragem.

Na implantação de barragens a região atingida passa a conviver com conflitos de interesses, de um lado aqueles que defendem a implantação e outro os contrários, no caso da barragem Itapiranga o que chama a atenção é que não existe forças envolvidas que defendem a construção da usina, o problema da pesquisa será identificar que fatores levam a todas as entidades a resistirem a construção da barragem.

O campo teórico desse trabalho estão balizadas em torno da História Social, pois como produto social de massa pode enquadrar o surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens no que se refere aos interesses de uma história de resistência, como afirma Benincá (2010, p.208), que postula a identidade de resistência como aquela que é constituída por atores em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação. A trincheira de resistência ou identidade defensiva dos “oprimidos” torna possível a manutenção, o resgate ou a conquista de direitos, o que, em última análise, significa a sobrevivência enquanto indivíduos e a afirmação da cidadania. A identidade de resistência, formada em meio aos conflitos, pode se transformar em identidade de projeto. No caso, os “atingidos” por barragens podem transmutar da condição passiva de “objetos” a que são muitas vezes relegados para a posição de sujeitos sociais.

Segundo Thompson (1987) a experiência humana expressa o que há de mais vivo na história. É a presença de homens e mulheres retornando como sujeitos construtores do devir e



do presente. Não são as estruturas que constroem a história, mas as pessoas carregadas de experiência. Essa experiência é trabalhada na cultura das pessoas e dos agrupamentos das mesmas de acordo com suas afinidades. A cultura é engendrada no âmago da experiência social, toma corpo, constrói uma coerência interna e passa a atuar, por sua vez, no embate de outras experiências³⁵. O conjunto dessas experiências orienta, dá os vetores e os caminhos das novas lutas. O grau de consciência social, conquistado na experiência e na cultura, determina os caminhos da história, que no processo é indeterminada. É o que os atingidos pela barragem de Itapiranga experimentaram, diferentes experiências, ligadas organização, a militância social, resistência, construção de identidade e conflitos de interesses.

De acordo com Thompson (1987) é importante conhecer e resgatar a formação de ações coletivas originária de movimentos sociais e populares. Desta forma a cultura popular é o elemento formador das ações coletivas e das estratégias de resistência. A luta de classes seria o elemento fundamental para a construção da autonomia e consciência classista. Para ele ainda a ação humana é a transformadora da sociedade.

Objetivo

O presente trabalho tem como objeto de estudo o MAB, focando no caso do projeto da barragem de Itapiranga, tendo como espaço temporal os anos 1960 aos dias atuais, período que surge um grande conflito e resistência contra a barragem. Neste caso, o estudo busca entender como foram os primeiros passos e como foi o processo de resistência que resultou na organização e consolidação desse movimento, que fatores levam a ter uma unidade regional contrária a construção da barragem e que ações foram realizadas durante esse período impedindo a efetivação da obra.

Metodologia

Uma das principais fontes de investigação serão entrevistas (fontes orais) realizadas com representantes de entidades que participaram do processo de organização e resistência contra a barragem de Itapiranga. Os entrevistados fazem parte do MAB, da Igreja Católica e

³⁵A cultura aqui é compreendida como valores, modos de vida, visões de mundo, sentimentos, aspirações, projetos, crenças, formas simbólicas de dominação e resistência, tradições, mitos, etc.



Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil - IECLB. Também para a efetivação desse trabalho será utilizado; livros, cartilhas, imagens, atas e jornais da época que possibilitou ter informações mais precisas desse período estudado.

Para Pinski (2008) o trabalho com a História oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade.

A partir disso, Gil (2010) afirma que, “a entrevista é portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. (GIL, 2010, p.109)

Resultados

A partir de pesquisa realizada no trabalho de conclusão de curso da graduação em História alguns resultados podem ser apresentados, mas durante a pesquisa que está em desenvolvimento poderão surgir outros elementos. É possível afirmar que os primeiros passos dessa organização foram através das contribuições das Igrejas Católica e Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil-IECLB. Os entrevistados relatam que o Bispo Dom José Gomes, da diocese de Chapecó teve um papel fundamental de fomentar em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra - CPT a organização dos atingidos, formar lideranças e criar grupos de reflexão. Dessa forma é que surgiram as comissões locais que fizeram um grande enfrentamento contrário ao projeto da barragem de Itapiranga.

Diante disso, é possível entender que as primeiras ações e posicionamentos dos atingidos que marcam a história de resistência são de caráter religioso, a colocação de cruzes nas comunidades ameaças são os símbolos da luta dos ameaçados pelo projeto.

Um fator importante a destacar é que diferente de outras regiões do país iniciou um processo de organização antes da barragem ser construída, isso contribuiu bastante para os atingidos se mobilizassem e lutassem contra a construção.

A luta de resistência ao projeto da barragem tinha como ponto principal a questão da terra, mas existia um grande enfrentamento ao setor energético destacando contradições existentes e problemas em barragens construídas nessa época.



A posição contrária é por entender que existe uma sobra de energia. Pelas contradições de outras barragens já construídas que piorou as condições de vidas das famílias, gerou perda da cultura, escolas e Igrejas, por não haver um projeto de reassentamento das famílias. Além de não concordar com o deslocamento e exploração dos trabalhadores rurais, das colonizadoras do norte do país, evitando choque de hábitos de vida, clima e outros. Pelo descaso com os índios, a destruição de sua cultura sem o menor respeito pela vida. Na questão ecológica primordial há continuidade da existência da vida, bem como da vegetação natural da região, dinamizando da agricultura e alta fertilidade do solo. Além disso, tinham claro que as barragens eram para gerar lucro para as multinacionais e concentração do controle energético.

Através da memória dos atingidos, a organização dos atingidos naquele período entre os anos 1970 e 1980 foi fundamental para construir um movimento de caráter regional. A Comissão Regional dos Atingidos por Barragens - CRAB, foi à entidade representativa dos atingidos das diferentes regiões da bacia do rio Uruguai. Essa organização potencializou a luta dos atingidos e serviu de ferramenta na defesa dos direitos. A luta contraria a barragem de Itapiranga e outras projetadas no rio Uruguai construiu uma identidade dos atingidos.

Percebe-se que a região de Itapiranga estava muito bem organizada, através dos registros de reuniões e ações realizadas. As comunidades tinham seus representantes escolhidos para integrar as comissões locais e estavam fazendo plantio de milho para organizar o financeiro do grupo. Esse processo de auto-sustentação econômica mostra a autonomia e independência dos ameaçados para realizarem suas atividades.

É notável o grande número de atividades que aconteceram naquele período, inúmeras reuniões nas comunidades, reuniões com representantes da ELETROSUL, realização de abaixo-assinado, arranque de marcos e atos promovidos para denunciar os problemas das barragens e o posicionamento contrário a construção. Esse processo todo de enfrentamento e resistência resultou na condição de sujeitos inseridos em uma classe social.

Outro fator importante a destacar, é sobre o conceito de atingido mesmo a barragem não sendo construída, através da pesquisa é possível concluir que desde que surge a notícia do projeto da barragem, a região vive de incertezas e a redução de investimentos pelo risco de



ficar em baixo d'água. Os entrevistados apresentam que muita gente deixou a suas comunidades para não vivenciar mais esse processo, muitas atividades econômicas deixaram de existir e muitas ações governamentais e municipais não aconteceram mais devido a ameaça da barragem. Frente a isso, não estão mais na condição de ameaçados, mas atingidos por um projeto que vem castigando a região ao longo dos mais de 30 anos.

Os conflitos e as diversas formas de violência, em virtude das construções de hidrelétricas, resultaram na organização dos atingidos em todo o Brasil com formas organizativas diferentes com apoio da Igreja e entidades sindicais. A resistência é um marco histórico para a consolidação de um movimento social.

Para finalizar, o processo de resistência do projeto da barragem de Itaipiranga foi importante para consolidar o Movimento dos Atingidos por Barragens- MAB. Movimento de caráter nacional que se consolida no final dos anos 1980, movimento popular, reivindicatório e político.

Referências bibliográficas

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: PUC, Livros grátis, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PINSKI, Carla, B (org). **Fontes Históricas**. 2 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

THOMPSON, E. P. Intervalo: **A Lógica Histórica**: In a Miséria da teoria: Ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Volume I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



Imperialismo e Raça no Contestado (1906 -1916)

Rafael Guindani Hunttmann

Discente do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal da Fronteira Sul.
Campus Chapecó – UFFS. Contato: ag.159.rafael@gmail.com.

Renilda Vicenzi

Professora do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus:
Chapecó.
renilda.vicenzi@uffs.edu.br.

Introdução

O respectivo trabalho propõe-se analisar a ofensiva imperialista e modernizadora sobre a região do Contestado, considerando o estigma da superioridade racial como método de dominação próprio da expansão do capital europeu e norte-americano sobre as partes não desenvolvidas do mundo e suas consequências para a guerra envolvendo as forças armadas e os sertanejos da região. A presença imperialista no Contestado iniciou-se com a construção do trecho entre os rios Iguaçu e Uruguai da Ferrovia São Paulo - Rio Grande pela empresa ferroviária norte-americana Brazil Railway Company e sua atuação, assim como de sua filial Lumber, introduzindo um grande processo de exclusão e marginalização da população tradicional incentivado e, por vezes, efetivado pelas classes dominantes locais beneficiadas pela presença da ferroviária e do capital investido através dela.

Para isso, analisamos como o imperialismo e o processo de exclusão através da superioridade racial se manifestam no Contestado com a presença da Brazil Railway Company e qual o seu impacto sobre a população local, posteriormente rebelada, para, em seguida, relacionar a atividade do exército brasileiro durante a guerra no processo de aniquilação do elemento pernicioso que impedia qualquer avanço da região em termo industrial e civilizatório.

Nesse contexto, a dominação imperialista no ocidente se dava de forma informal pela



dependência econômica de países já independentes politicamente pelo capital estrangeiro, sobrepondo um grupo “desenvolvido”, que triunfaria sobre a população degenerada pela sua formação ontológica. Dessa forma, cabe a esse trabalho cumprir um papel no entendimento da formação da sociedade brasileira e, também, de grande parte da civilização historicamente subjugada à dominação europeia e norte-americana, que ainda possuem em seu presente manifestações de seu passado ligado a imposição de um poder tido como ontologicamente superior. De todas as formas de domínio, aquela através das diferenças de cor requer atenção, pois garante uma superioridade através de uma característica inerente ao indivíduo, determinando-o, em uma escala de desenvolvimento, como espécime a ser superado.

Até o final de 1914 as tentativas do governo de extirpar o movimento insurgente no Contestado foram frustradas pela sua incapacidade de vencer os combatentes sertanejos, que, por serem conhecedores da região e terem sua própria maneira de lutar, obtiveram vantagens sobre às forças do Estado. Quando o General Fernando Setembrino de Carvalho (1861 - 1947), considerado o responsável pela derrota do movimento de fanáticos e pacificador do Contestado, assumiu o controle da 11ª Região Militar em 12 de setembro de 1914, por ordem do Ministro da Guerra Vespasiano de Albuquerque e do Presidente da República Hermes da Fonseca a pedido dos estados de Santa Catarina e Paraná, a situação encontrava-se em “deplorável anormalidade”; os sertanejos já haviam realizado diversos ataques ao que julgavam ser contra a sua existência e as forças militares estavam desmoralizadas para uma ação eficaz. Para Carvalho os “sertanejos, que vivem, por assim dizer, segregados dos centros de civilização, obedecendo quase somente aos impulsos naturais” (CARVALHO, 1950, p.134), eram antagônicos a modernização que claramente interessava às figuras políticas da região e à República. A marginalização dessas pessoas aos olhos do Governo é fortemente invocada por Carvalho, que, após o massacre e a dispersão do movimento sertanejo em 1915, julgou ser “facílima a operação de espírito, para quem conhece a índole, o temperamento, os costumes e hábitos de nossos sertanejos” (CARVALHO, 1950, p.134). Para os governos locais o projeto da BRC significava maior circulação e investimento de capitais, levando seus representantes a adotarem práticas corruptas em benefício da companhia (ESPIG, 2011). Contudo, para que pudessem desfrutar da modernização desejada, era necessário que o



impasse caboclo fosse extinto.

Levando em conta, portanto, a modernização oferecida pela presença do capital estrangeiro, necessário para o desenvolvimento da região, problematiza-se quais os fatores que levam às negociações entre os políticos nacionais, o exército e a empresa estrangeira sob a conivência da República à usurpação e exploração de terras já habitadas por legítimos brasileiros através de um preceito racial marginalizador.

Objetivos

Tem-se como objetivo a compreensão de como se articulam os diversos interesses que envolvem o capital imperialista, as figuras nacionais e, também, os políticos locais e, dessa forma, quais as medidas tomadas para a efetivação do plano modernizador em detrimento da população regional tida como incapaz, devido suas características culturais e sociais, a adaptar-se ao modelo econômico proposto e desejado pelas classes dominantes locais.

Metodologia

Para entender os papéis desempenhados pelos agentes históricos do contexto, analisou-se crítica e qualitativamente o papel desempenhado pelo General Fernando Setembrino de Carvalho, descrito em sua autobiografia (1950), utilizado como fonte para essa pesquisa, que permite compreender, em meio ao contexto, como o mesmo justifica as medidas tomadas para combater e derrotar os desordeiros do Contestado, possibilitando, assim, a efetivação do projeto colonizador da região com o rastro do sangue de milhares de mortos.

Resultados

O papel desempenhado por Setembrino de Carvalho, assim como sua posição em relação aos conflitos ocorrentes na região, apresenta, a seu ver, a população revoltosa como um impasse à ofensiva modernizadora sobre o Contestado. A sua atuação viria reproduzir, não apenas práticas de dominação e exclusão dos indivíduos marginalizados, mas, também, o seu extermínio quase completo em prol do modelo de capitalismo proposto pela BRC e desejado pelas classes dirigentes locais. O fator determinante para o conflito, nesse caso, é o



antagonismo gerado entre a população cabocla, que seria, pela sua essência, inadaptável ao sistema social trazido pela ofensiva imperialista da BRC, tornando-a, por isso, indesejada na região, e os interesses políticos que cercavam tal iniciativa pela aquisição de concessões e concentração de capital.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo:** Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Memórias:** dados para a História do Brasil. 1950. In: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/CARVALHOMarechalSetembrinode.pdf>>.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado:** os turmeiros da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908 – 1915). Pelotas: Editora Universitária/ UFPel, 2011.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo:** teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

HOBBSAWM, Eric J., **A Era dos Impérios.** São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **A Era das Revoluções.** São Paulo: Paz e Terra, 2018.

LOSURDO, Domenico. **A Luta de Classes:** Uma história política e filosófica. For: epub, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classes.** 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

MABEKO-TALI, Jean-Michel. Despotismo Colonial e a Gestão Centralizada da Violência no Império Colonial Francês. **Varia hist.** vol.29 no.51 Belo Horizonte Sept./Dec. 2013.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado:** a formação e atuação das chefias caboclas (1912 – 1916). São Paulo: UNICAMP, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, Colonialismo, imperialismo e Racismo.** Afro-Asia, 1983.



PRADO Jr., Caio. **A História Econômica do Brasil**. São Palo: Brasiliense, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Nárcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. **Nem Fanáticos, Nem Jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912 - 2012)**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

VALENTINI, Delmir José; RADIN, José Carlos. **A Guerra do Contestado e a Expansão da Colonização**. In: Simpósio Nacional do Centenário do Movimento do Contestado: História, memória, sociedade e cultura no Brasil Meridional. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2012. p. 51-76.

VALENTINI, Delmir José. **A Atividade da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906 – 1916)**. Tese Fac. De Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre, 2009.

WITTE, Gerson; MARQUES, Sônia Maria dos Santos. **Fotografia no contestado: nova interpretação da rendição da família cabocla**. História e Imprensa – v. 30, n. 47 Revista do CEOM: Chapecó – SC, (Dez/2017) – ISSN 2175-0173 DOI: <http://dx.doi.org/10.22562/2017.47.04>.



As influências das políticas governamentais na cooperativa Cooper Familiar no período de 1995 A 2010

Matheus do Nascimento Petter

Graduado em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul.

O presente trabalho busca fazer uma análise dos impactos das políticas governamentais sobre o cooperativismo, principalmente relacionado a pequenas cooperativas de agricultura familiar. Neste contexto em específico será estudado a Cooper Familiar, fundada no município de Chapecó, no ano de 1995, sendo administrada desde os princípios por pequenos agricultores, com objetivo de ser uma forma de renda digna para as famílias associadas.

Para compreendermos melhor os impactos das políticas governamentais na cooperativa Cooper Familiar, é necessário termos alguns conceitos básicos em mente sobre agricultura familiar, cooperativismo e economia solidária. Esses sem dúvida, são pontos de extrema importância para analisarmos a realidade de uma pequena cooperativa, de agricultores familiares, que visa fomentar a economia solidária. Neste sentido vamos trazer algumas definições agricultura familiar, cooperativismo e economia solidária.

Segundo a Lei nº 11.326/2006, podem ser considerados agricultor familiar e empreendedor familiar rural aqueles que praticam atividades no meio rural, possuem áreas de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, e sua renda familiar estando vinculada a propriedade. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

O cooperativismo surge com o objetivo de ser uma alternativa ao sistema capitalista, este modelo se espalhou pelo mundo, mostrando uma forma de organização que atua em várias frentes da economia, alguns princípios básicos são mantidos desde a primeira



cooperativa, estes estão relacionadas a forma de gestão, adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade (PEREIRA, 2012, p.79).

A economia solidária segundo Paul Singer pode ser definida como “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER: 2002, p.10). Essa forma de organização busca retirar da marginalização social, pessoas que o sistema econômico exclui por não conseguir se encaixar nos padrões de mercado. Podemos perceber o crescimento desse modo de organização principalmente em áreas de menor importância para o mercado. É possível citar como exemplo a reciclagem e a agricultura familiar.

Os primeiros passos da Cooper Familiar

Segundo a primeira ata da Cooper Familiar, no dia 17 de abril de 1995, no salão de festas da igreja matriz Santo Antônio em Chapecó, foi realizada a assembleia de fundação da cooperativa Cooper Familiar. Essa cooperativa foi criada devido ao amadurecimento do debate dentro do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sobre a necessidade e a importância de ter um instrumento que viabilizasse o trabalho de cooperação agrícola nas compras de produtos e insumos. É importante ressaltarmos que os fundadores dessa cooperativa eram todos pequenos agricultores da microrregião de Chapecó.

O primeiro ano da Cooperativa não foi muito fácil, e os principais empecilhos para o crescimento planejado foram as dificuldades financeiras da cooperativa: com pouco crédito era difícil fazer a compra de sementes e insumos, e para além disso a entrada do real como moeda oficial brasileira gerava insegurança aos envolvidos. Mas esse primeiro momento também teve diversas conquistas, principalmente as relacionadas à organização da cooperativa e a conscientização dos sócios da importância da mesma. Ainda no sentido da conscientização dos associados, a cooperativa buscou trazer para dentro das suas discussões a importância de uma “agricultura natural”, que nos dias atuais veio a ser conhecida como produção agroecológica.

Em 1997 um fator proporciona um novo impulso para a cooperativa: inicia-se uma



nova administração da prefeitura de Chapecó, com o primeiro governo de José Fritsch, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (1997 - 2000), que se propôs a pensar uma nova forma de fomentar a economia rural do município, dando uma maior atenção aos pequenos produtores. Também previa a abertura de diversas portarias municipais com a intenção de beneficiar esses agricultores. Essa mudança na maneira de gerir o município ajudou a movimentar a cooperativa que passou a incentivar e dar formação para que seus associados conseguissem formar grupos produtores de hortifruti, além de construir pequenas agroindústrias familiares, com a intenção de ter produtos de qualidade e competitivos para colocar nesse novo mercado.

O trabalho será voltado em primeiro plano em grupos como: hortifrutigranjeiros, gado de leite, piscicultura, pequenas fabricas ou industrias, microbacias ambientais [...] para agregar mais recursos para o produtor. (ATA 4, 1997)

Mesmo com essa possibilidade de crescimento um fator começa a preocupar os cooperados: os sucessivos aumentos de impostos nas negociações, tanto bancárias quanto de compra e vendas, de produtos, ações que acabavam por inviabilizar boa parte das atividades realizadas pela Cooper Familiar. E nesse sentido mais uma vez podemos ver a interferência de forma direta das políticas governamentais que impactam na cooperativa, nesse momento por parte do governo federal, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

A partir do ano de 2003 a Cooperativa teve um maior número de políticas sociais oriundas do governo federal, dessa vez através de programas como o Fome Zero e o PAA³⁶ que tinha como principal fornecedores os produtores da agricultura familiar.

Um comparativo entre os governos FHC e Lula

Para fazermos essa análise é importante levarmos alguns pontos em consideração. O primeiro ponto são os modelos econômicos adotados por ambos os governos: o governo FHC³⁷ tinha uma política neoliberal, que visava a venda das estatais, de uma menor interferência do estado na economia e com pouquíssimas políticas públicas inclusivas para a

³⁶ Programa de Aquisição de Alimentos

³⁷ Fernando Henrique Cardoso



população mais fragilizada. Já o governo Lula, por sua vez, foi marcado pela grande quantidade de políticas públicas voltadas para a classe dos menos privilegiados. Isso sem dúvida teve um grande reflexo sobre as pequenas cooperativas como a Cooper Familiar.

Fazendo uma comparação direta entre os governos FHC e Lula, em relação às políticas de incentivo a pequenas cooperativas, podemos perceber com total clareza que o governo Lula teve maior impacto e participação nesse processo. Os principais demonstrativos disso são os diversos programas que deram maior espaço à agricultura familiar, principalmente através de programas como o PAA, PNAE³⁸, fortalecimento da CONAB³⁹ e a maior facilidade para ter acesso ao crédito agrícola.

Dentro da Cooper Familiar podemos usar um exemplo que deixa bem evidente a diferença entre os dois governos, e isso pode ser visto no poder de compra dos pequenos produtores. No governo FHC, dificilmente conseguiam ampliar sua produção ou construir novas agroindústrias ou pequenas fábricas; os mesmos tiveram maior facilidade para conseguir financiamentos no governo Lula, também porque tinham uma maior renda advinda de projetos como a compra direta feita pela CONAB através do PAA ou do PNAE. Analisando especificamente a cooperativa pesquisada no trabalho, podemos perceber um grande crescimento da receita bruta e nas estruturas físicas para atender as demandas cada vez maiores.

Considerações finais

É interessante analisarmos que a Cooper Familiar hoje cumpre um papel muito importante dentro da sociedade, dando a possibilidade de pequenos produtores venderem seu produtos a preços dignos, além de fomentar ideias agroecológicas e uma política econômica solidária. Devemos ter conhecimento que muitos passos ainda precisam ser dados para que a cooperativa atinja todo seu potencial: o número de associados precisa de um aumento significativo e a estrutura física melhorada. Além disso é necessário um processo de conscientização maior por parte dos cooperados do verdadeiro significado do cooperativismo,

³⁸ Programa Nacional de Alimentação Escolar

³⁹ Companhia Nacional de Abastecimento



que vai muito além de conseguir um valor de mercado em suas mercadorias.

O cooperativismo, assim como está posto dentro da Cooper familiar, pode ser algo além de uma forma de agregar valor aos produtos, pode vir a ser uma forma de conscientizar os cooperados da exploração desenfreada que o atual sistema econômico propõe, podendo futuramente transformar essa cooperativa como uma das formas de oposição ao modelo econômico capitalista.

Os impactos dos programas governamentais como Fome Zero, PAA e o PNAE são evidentes em todos os aspectos analisados dentro da cooperativa. O primeiro impacto que podemos observar é o crescente aumento da renda dos associados. Mas não podemos limitar a isso: quando voltamos nosso olhar para as propriedades percebemos uma grande melhoria na qualidade dos produtos, melhores estruturas e a luta cada vez maior por uma produção que seja voltada para agroecologia, conquistas essas que os agricultores familiares dificilmente alcançariam sem programas que garantissem uma renda constante a essas famílias.

Podemos dizer que o recorte final dessa pesquisa (2010) mostra um dos períodos de maior estabilidade da Cooper Familiar, além da estabilidade que a cooperativa desfrutava devido às diversas políticas de inclusão voltadas aos pequenos agricultores, precisamos ressaltar um elemento muito importante para uma instituição gerida com intuito de maior justiça social. A democracia, essa que hoje (2018) corre sérios riscos, é fundamental para a sequência de um modelo de cooperação que visa maior igualdade entre os cooperados, e que luta por uma sociedade diferente, mais justa, mais saudável e com menor exploração sobre os agricultores familiares.

Referências

Fontes

Cooper Familiar. **Livro ata de assembleias gerais ordinarias e extraordinarias.** Chapecó, 1995 a 2010.

Cooper Familiar. **Livro ata do conselho administrativo.** Chapecó, 1995 a 2010.



Referencial bibliográfico

PEREIRA, Josei Fernandes. **Elos & Correntes: história do cooperativismo e do crédito no Rio Grande do Sul (1902-1930)**. Porto Alegre: Sescop/RS, 2012.

SCHNEIDER, João Elmo. **O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso Brasileiro**. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. **Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000200013>. Acesso em: 30 out. 2018.



A escrava Esperança e a esperança de liberdade

Maria Ivoneide Leal

Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

O presente trabalho tem uma temática voltada para o cotidiano das mulheres negras, que viveram na província do Piauí sob o regime da escravidão, é um tema que ainda busca sua reconstrução histórica. Partindo deste pressuposto, buscamos traçar a história de uma personagem pouco conhecida na historiografia piauiense: a escravizada Esperança Garcia, uma mulher negra que ousou escrever uma carta a Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, então governador daquela província, não apenas relatando os maus tratos físicos que sofria na fazenda onde se encontrava, mas também pedindo por sua liberdade.

As narrativas históricas falam em informações sobre a hostilidade cruel que foi dedicada aos negros na condição de escravos. A mulher, de uma forma geral, já era um ser menor perante a cultura patriarcal de então, uma negra e escrava tinha o seu valor resumido à mercadoria na compra e na venda da dimensão comercial de escravos. “De acordo com Soares (2004, p.54), tudo conspirava contra o sucesso de uma denúncia partida de um escravo contra os quem quer que seja em se tratando do enfrentamento entre negros e brancos.”

A partir deste caso específico, buscamos refletir sobre a condição do negro nos séculos de escravidão no Brasil, enfatizando a figura da mulher negra a partir das particularidades da personagem que se constitui em objeto deste estudo. A partir dessa temática de que, por muito tempo os negros no Brasil foram inferiorizados dentro do seu papel de agente construtor da historiografia brasileira, tem-se a necessidade de delinear seu lugar de fala, enquanto portavoza de um grupo. Nessa perspectiva, o tema em questão foi escolhido pelo anseio de aprofundar a reflexão acerca do papel da Esperança Garcia com símbolo de liberdade, verificando o nível de importância que a identidade negra tem na figura da Esperança Garcia.



Percebendo que a imagem da mesma proporciona um ideal de luta pelo reconhecimento identitário principalmente da mulher negra piauiense.

O método utilizado para elaboração desse trabalho foi através de uma revisão bibliográfica consiste em levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à figura da Esperança Garcia tomando a carta escrita pela mesma, onde relata sua trajetória de vida na região de Oeiras, na fazenda de Algodões, a mais ou menos 300 km de Teresina e também o Coletivo Cultural que leva o seu nome, contando ainda com os trabalhos anotados do pesquisador Luiz Mott, além das demais referências bibliográficas registradas oportunamente. Tendo como objetivos analisar o contexto histórico do Piauí escravocrata enfatizando a figura feminina nos aspectos cultural e social com ênfase para a escravizada Esperança Garcia. Interpretar os fatos históricos a partir da carta e das bibliografias escritas dos sobre as condições do negro na província do Piauí durante a metade do século XVII.

A necessidade pensar a figura de Esperança Garcia com sujeito social da construção de uma história que representa uma luta por direitos de um grupo. Por tanto, o trabalho abordou esse tema, porém não chegamos ao resultado final, ainda tem muitas questões a serem descobertas, muitas hipóteses surgiram e estamos em fases de análises para melhor responder.

Referências

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1981.

DANTAS, Paulo Roberto de Carvalho. Negra e Mulatas na Via Sexual da Família Piauiense no Século XIX. In: EUGÊNIO, João Kennedy. **Escravidão negra no Piauí e temas conexos**. Teresina: EDUFPI, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª edição. São Paulo: Global, 2003.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985. Republicado pela FUNDAC, Coleção Grandes Textos, 2010.

SOARES, Débora Layanny Cardoso. **Escravidão, justiça e violência: um olhar sobre os discursos acerca da escravidão no Piauí**. VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas na História, Ver, Sentir, Narrar. Teresina: UFPI, 2012.



COLETIVO CULTURAL ESPERANÇA GARCIA. **Um pouco de história dessa mulher guerreira “Esperança Garcia”**. Site de mulheres periféricas que atuam na região noroeste de São Paulo. Disponível em <<http://esperanca-garcia.blogspot.com.br/p/esperanca-garcia.html>>.

FORTES, José. **O trabalho da escrava Esperança Garcia**. Site Meio Norte, blog José Fortes.



Merenciana e a liberdade negra: gênero, raça e classe nos campos de Palmas (1800-1900)

Thalia Faller

Graduanda do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
thaliafallerr@gmail.com

Renilda Vicenzi

Professora do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
renildavicenzi@uffs.edu.br

Introdução/Justificativa

A pesquisa, que se encontra em andamento, parte da possibilidade de estudar e analisar a história da liberdade da população negra na região Sul do Brasil, por meio do acesso a vestígios documentais produzidos no final do século XIX e início do século XX, nos campos de Palmas/PR, como processos crimes e o cruzamento de informações com registros eclesiásticos. Especificamente nosso foco são processos crimes que envolveram Merenciana Prestes dos Santos, parda liberta, residente na vila de Palmas/PR, a fim de refletir sobre a precariedade da liberdade negra, na escravidão e no pós-abolição, por meio da interseccionalidade entre raça, gênero e classe.

A abordagem interseccional entre raça, gênero e classe, com o suporte da História Social da escravidão e pós-abolição, visibilizam experiências e trajetórias de vidas múltiplas que necessitaram enfrentar e agir frente às diferentes opressões na região de fronteira oeste do Sul do Brasil. Entende-se que a História do Brasil deve ser contada por distintos pontos de vistas, a fim de que seja possível compreender as diferentes guerras e violências sociais travadas nesse território. Sendo assim, estudar a precariedade da liberdade negra nos campos de Palmas, pelo viés interseccional, é evidenciar o problema do pós-abolição e dos novos desafios que foram elencados a população negra que não desapareceu após a escravidão. Pelo



contrário, precisou lutar pela sua cidadania e seus direitos de uma vida digna frente a uma sociedade racista, machista, misógina e elitista.

Objetivo

Analisar a precariedade estrutural da liberdade da mulher negra na sociedade escravista e no pós-abolição, na fronteira oeste do Sul do Brasil, através da trajetória da parda liberta Merenciana Prestes dos Santos.

Metodologia

Os vestígios que sobreviveram ao tempo de Merenciana Prestes de Santos, a saber os processos crimes arquivados no Fórum da comarca de Palmas/PR, dão início a esta pesquisa para compreender a liberdade da mulher negra nos campos de Palmas, em meados de 1880-1900, por meio da História Social da escravidão e pós-abolição analisada através da interseccionalidade entre raça, gênero e classe. Também se utiliza diferentes níveis de observação, ou jogos de escala, para compreender como a escravidão e o pós-abolição foram percebidos, vividos e manipulados no interior do Paraná.

Por meio da abordagem interseccional situa-se Merenciana como um ser que vivenciou diferentes experiências interseccionalizadas entre raça, gênero e classe. Portanto, de acordo com Akotirene (2018), essa opção metodológica colabora para uma interpretação histórica na qual leva em consideração que as opressões não acontecem de maneiras isoladas e suas intensidades variam de acordo com o lugar social dos indivíduos.

Para que essa abordagem interseccional colabore para analisar a liberdade da mulher negra na escravidão e pós-abolição, é necessário mudar os níveis de observação com a finalidade de notar, segundo Revel (2010), como comunidades que estão à parte teoricamente das grandes decisões que podem mudar a história, se relacionam e interpretam as diferentes mudanças não sendo meras receptoras, respondendo no limite de seus recursos e pequenas estratégias com o objetivo de, acima de tudo, sobreviver. Os jogos de escalas privilegiam olhares que uma visão macro não consegue captar e se torna relevante para entender a história



e os sujeitos para além de uma massa homogênea que segue passivamente o fluxo do processo histórico.

Resultados

Os resultados iniciais, que partem da análise do processo crime de 1886 no qual Merenciana Prestes dos Santos, parda liberta, denúncia Rozalina da Solidade da Rocha por agressão, mostram que ela vivia uma liberdade precária já que se encontrava debilitada fisicamente e possuía o prazo de dois anos para pagar a outrem a quantia emprestada para comprar sua alforria. Dessa forma, Merenciana de escravizada passou a estabelecer, como forra, um diferente contrato de dependência com outra pessoa. Contudo, isso demonstra sua autonomia e possibilidade para negociar e estabelecer relações no mundo dos livres. Esse último item surge também na forma como estrutura um discurso para tentar mobilizar o Ministério Público ao seu favor, utilizando das representações de gênero para colocar Rozalina como uma mulher que não se encontrava nos padrões aceitos de feminilidade para aquela sociedade e da crise da legitimação da escravidão, no qual argumenta que necessitava de ajuda para continuar com o processo, pois ainda se encontrava sobre o peso de ter sido escravizada.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CASTRO, Hebe. “História Social” In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 41-54.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia de bolso, 2011.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.



A primeira prefeita brasileira Alzira Soriano: o voto feminino e o poder político coronelístico, Lages/RN, 1928

Isabel Engler

Graduanda do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Renilda Vicenzi

Professora do Curso de Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul(UFFS)

Introdução/Justificativa

Era o ano de 1928, final da Primeira República e Alzira Soriano seria a primeira mulher prefeita do Brasil, na cidade de Lages, sertão do Rio Grande do Norte. Período em que o voto ainda não se estendia as mulheres, porém uma lei deste estado, lei n° 660, de 25 de outubro de 1927, concedeu as mulheres deste estado o direito de poder votar e serem votadas.

Desde metade do século XIX em vários países do ocidente, estavam os movimentos sufragistas, esses movimentos buscavam mais autonomia às mulheres principalmente no que diz respeito aos direitos políticos, no Brasil esse movimento cresce no século XX, tendo entre suas idealizadoras Bertha Lutz.

O feminismo de meados do século XX estava ligado a personalidades, alguma mulher que rompia com o excepcional e que lutava pelos direitos das mulheres. Não era questionado de forma explícita o poder o masculino sobre o feminino, mas sim inclusão das mulheres como cidadãs e com direitos políticos. Segundo Pinto

No Brasil, da mesma forma, a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos, mediante participação eleitoral, como candidatas e eleitoras. Esta luta esteve definitivamente associada ao nome de Bertha Lutz, que exerceu uma inegável liderança durante a década de 1920 e se manteve ligada às causas da mulher até sua morte em idade avançada em 1970 (PINTO, p 13, 2003).



No Brasil em 1922 foi fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como presidente Bertha Lutz, apesar de o movimento ser filiado ao movimento sufragista, aqui ele pertencia a uma elite intelectual econômica. O jornal *O Paiz* fundado em 1884, foi um dos jornais de maior circulação na República velha, neste jornal havia uma coluna da Federação Brasileira do Progresso Feminino que contribuiu na repercussão do debate da participação da mulher na política, visto que, a virada do século foi essencial, para a luta pelos direitos políticos das mulheres.

Com o estudo deste caso buscamos compreender a participação da mulher na política durante a Primeira República, inserida no contexto de estrutura política oligárquica, e como ocorreu e se noticiou a eleição de Alzira Soriano, na fonte aqui analisada que é jornal *O Paiz*.

Objetivo

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a participação da mulher na política durante a Primeira República através de caso Alzira Soriano, utilizando como fonte o jornal *O Paiz*⁴⁰, de 1920 a início de 1930, vinculando-se a partir do coronelismo a participação política de Alzira Soriano, mulher oriunda da elite agrária local.

Metodologia

Esta pesquisa ocorre no contexto político da Primeira República, Alzira era filha de um coronel e estava inserida dentro de uma elite agrária local, assim, a pesquisa tem como suporte teórico-metodológico o campo da Nova História Política, inaugurada após 1970. Conforme Cardoso “a história política tendeu a abandonar as ingenuidades do narrativíssimo tradicional em favor de posições mais de acordo com a moderna ciência política” (CARDOSO, 2012, p. 45). Este estudo é compreendido dentro da estrutura do coronelismo, que de acordo com Maria Efigênia Resende (2007), os coronéis constituem a base das relações da República oligárquica, ligando-se as relações do estado e país. Estas teias de relações inseridas dentro da Primeira República tem respaldo na configuração da constituição

⁴⁰Disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil, em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=alzira%20soriano>acesso em 26/09/2018.



de 1891. Assim, segundo Victor Nunes Leal (2012) para entender o processo político da Primeira República é vital entender o coronelismo. No jornal *O Paiz* do Rio de Janeiro, havia uma coluna da Federação Brasileira do Progresso Feminino (FBPB), dirigida pela presidente do partido Bertha Lutz, usada para defender a causa feminista e divulgação de notícias. Causa está baseada no direito de votar e ser votado, sem questionar o papel preponderante e oligárquico masculino. Para tratar sobre os jornais como fonte de pesquisa, nos aportamos em Tania Regina de Luca em seu texto '*A história dos, nos e por meio dos periódicos*' (2011) que aborda os jornais como importantes instrumentos de pesquisas, no qual nos permitem a pesquisa historiográfica, e em nossa pesquisa a ação dos discursos da imprensa - *O Paiz* no contexto da Primeira República.

Resultados

A partir da análise das fontes podemos expor nossos resultados iniciais, sendo que Alzira Soriano encontra-se inserida na estrutura coronelística de sua cidade, pois era oriunda de uma elite local e filha do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, e estavam alinhados com a oligarquia estadual do Rio Grande do Norte, os representantes desta oligarquia tinham como uma de suas bandeiras o voto feminino. A estrutura coronelística da Primeira República garantiu alianças que indicavam as estruturas de poder político em nível local e estadual. Ser a primeira mulher prefeita não alterou em nada a vida política de Lages – Rio Grande do Norte.

Referências

Fontes

FEMINISMO, **O paiz**. Rio de Janeiro. 2 de dezembro de 1927.

FEMINISMO, **O paiz**. Rio de Janeiro. 2 de outubro de 1928.

FEMINISMO, **O paiz**. Rio de Janeiro. 21 de outubro de 1928.

FEMINISMO, **O paiz**. Rio de Janeiro. 16 de dezembro de 1928.

FEMINISMO, **O paiz**. Rio de Janeiro. 30 de dezembro de 1928

Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pesq=alzira%20soriano&pasta=ano%20192 acesso em 04/05/19.



FEMINISMO, **O paiz**. Rio de Janeiro. 28 de abril de 1930. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_06&pesq=alzira%20soriano&pasta=ano%20193 acesso em 04 de maio 2019.

SOUZA, Heloísa Maria Galvão Pinheiro de. **Luísa Alzira Teixeira Soriano**: primeira mulher eleita prefeita na América do Sul. Natal: CCHLA,1993(biografia)

Referências bibliográficas

BRASIL, Bruno. **O paiz**. Artigos hemeroteca. 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/> acesso em 03 de dez. 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: **Novos domínios da história**, Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas(org)Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 39- 54.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **História do poder, história política**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXIII, n.1, p.123-141, junho, 1997.

HAHNER, June E. **Emancipação do Sexo Feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz: EDUNISC, 2003.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JANOTTI, Maria Lourdes Monaco. **O coronelismo: uma política de compromissos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras. 2012.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. In: PINSKY, Carla Bassanezi(org). **Fontes históricas**. São Paulo. Editora Contexto, 2011. P. 111- 154.

MENDONÇA, Sônia Regina de. FONTES, Virginia. História e teoria política. In: **Novos domínios da história**, Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas(org)Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.55-71 .

KARAWEJCZYK, Mônica. **Mulher deve votar?** O Código Eleitoral de 1932 e a conquista do sufrágio feminino através das páginas dos jornais *Correio da Manhã* e *A Noite*. São Paulo: Paco, 2019.

KARAWEJCZYK, Mônica. **Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltró**. Estudos Ibero-Americanos, v. 40, p. 64-84, 2014.



MONTEIRO, Denise Mattos. Coronéis e oligarcas: O Rio Grande do Norte no sistema de poder da Primeira República. In: **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora EDUFRN. 2007, p.119- 148.

RESENDE, Maria Efigênia L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. (org.) **O Brasil Republicano I: o tempo do liberalismo excludente da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 89-120.

SCOTT, Joan. História das mulheres in: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.



Agroecologia Comercial em Chapecó – SC e o protagonismo feminino

Janaí Jucéia de Oliveira Trindade

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Samira Peruchi Moretto

Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade da Fronteira Sul (UFFS)
samira.moretto@uffs.edu.br

Introdução/Justificativa

Um dos conceitos mais utilizados de sustentabilidade é a maneira de pensar estratégias para que as sociedades humanas se desenvolvam sem agravantes destruições aos recursos naturais existentes. Nesse sentido, o debate a respeito da produção agroecológica é algo que pode interferir na vida das pessoas, no trabalho, na relação com o território, com o meio ambiente e na relação interpessoal e intrapessoal. Por isso é tão importante dialogarmos a respeito da forma de produção de alimentos, compreendermos como o processo de desenvolvimento da agricultura se deu no Brasil, na região Sul e no Oeste de Santa Catarina, região da qual geograficamente/astronomicamente fazemos parte. Dessa forma se faz necessário compreender as causas que influenciaram para a emergência de um pensamento ecológico na sociedade e o que motivou os agricultores em Chapecó (SC) a optarem pela produção agroecológica.

Duas revoluções são significativas na história da Agricultura Mundial: a Revolução Industrial e a Revolução Verde. Ancoradas nas inovações tecnológicas ocorridas nos séculos XIX e XX, elas geraram uma nova organização que visava o aumento da produção e a conquista de mercados externos, respondendo à própria evolução do Capitalismo. Ambas descon sideraram as relações desse modelo de agricultura com o meio ambiente, do qual os seres hu-



manos são parte constitutiva, e as consequências dessas atividades a curto, médio e longo prazo.

Nesse sentido, é preciso considerar que quando se trata de Agroecologia ou de processos de Transição Agroecológica, estamos falando de processos complexos que também necessitam da tecnologia e da ciência como aliadas.

[...] não se trata simplesmente de uma questão de ambiente, de manejo correto dos recursos naturais e de questão biofísica, mas de um desafio socioambiental derivado de uma intrínseca e conflituosa relação entre sociedade e natureza, da qual o homem representa apenas uma parte. . (GOMES et al, 2013, p.166).

Considerando essa premissa, torna-se fundamental investigarmos mais de perto essas relações estabelecidas entre sociedade e natureza sob uma perspectiva de desenvolvimento sustentável por meio da Agroecologia, na esperança de reconhecermos espaços mais igualitários, democráticos e solidários, onde homens e mulheres de todas as idades são cidadãos conscientes de sua responsabilidade com a natureza e uns com os outros.

De igual forma, precisamos reconhecer quais ventos trouxeram a Agroecologia até nossas terras, as terras do Oeste Catarinense, mais especificamente às terras chapecoenses, como uma possibilidade de produzir alimentos com responsabilidade social e ambiental, segundo o conceito de SOBAL, desenvolvido pelas organizações vinculadas à Via Campesina, durante um fórum paralelo à Cúpula Mundial da Alimentação de Roma, em 1996, que considerou que cada povo tem o direito de definir formas de produção, distribuição e consumo de alimentos sustentáveis.

Quando abordamos a Agroecologia, estamos tratando de alimentação saudável, a respeito de soberania alimentar, nos dispomos a discutir sobre economia solidária, sobre o acesso a terra e a justiça ambiental, versando sobre relações geracionais e de gênero.

Considerar como se dão as relações de gênero, como se estabelecem numa reorganização das relações com a natureza e com o território, e como a mulher se percebe e é percebida nas etapas do modo agroecológico de produção, é essencial para abrir novas perspectivas e possibilidades de discussão para este tema.



Objetivo

Compreender os fatores que influenciaram agricultores de Chapecó-SC a optar pela produção agroecológica com destaque para a participação e o envolvimento das mulheres entre as diversas relações desde o processo produtivo, até a comercialização dos produtos alimentícios

Metodologia

Como procedimento metodológico para a pesquisa, segundo os objetivos, será do tipo explicativa, uma vez que pretende investigar os motivos que levaram as famílias de agricultores selecionados a optar pelo modelo agroecológico de produção, evidenciando os papéis na tomada de decisão. A pesquisa será bibliográfica, pois pretende construir referencial teórico sobre o tema de pesquisa, e qualitativa, uma vez que os dados serão coletados junto às famílias pertencentes à três propriedades selecionadas no município de Chapecó-SC. Será uma pesquisa de campo, considerando a observação do funcionamento da propriedade e da relação das famílias no cotidiano dessas propriedades.

Enquanto abordagem teórico-metodológica pretende-se utilizar a História Ambiental, corrente historiográfica que emerge na década de 1970, a partir dos crescentes conflitos ambientais em escala mundial, através da qual acredita-se ser possível repensar as relações sociais levando em conta o meio ambiente do qual as sociedades humanas são parte.

Pretende-se utilizar fontes documentais (arquivos do CEOM, jornais, teses e dissertações) e iconográficas (fotografias antigas de propriedades rurais, das famílias, das atividades realizadas). Também serão realizadas entrevistas (fontes orais) com as famílias (principalmente com as mulheres, em diferentes etapas e funções) em três propriedades produtoras e comercializadoras de produtos agroecológicos, e posteriormente transcritas para fins de registro e utilização do levantamento de informações para análise dos dados e elaboração dos resultados da pesquisa.

Resultados

A pesquisa está na sua fase inicial. Estamos na etapa de seleção de novas referências, leituras e ajustes necessários a partir da proposta do Pré-Projeto. Pretende-se concluir a pes-



quisa ao final do 1º semestre de 2021. Porém, pretende-se observar como as propriedades analisadas migraram para o modelo agroecológico comercial e como as mulheres participaram e participam das decisões tomadas em relação à administração da propriedade em todos os seus aspectos.

Referências

BONI, Valdete *et al.* (Orgs.). **Mulheres camponesas e agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017.

DRUMMOND, J. A. **A História Ambiental**: temas, fontes e linhas de pesquisa. Disponível em: <https://profmoraes.files.wordpress.com/2012/02/histc3b3ria-ambiental.pdf> Acesso em: 18, Abr. 2019.

GOMES, J. C. C *et al.* **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. Brasília: Embrapa, 2013.

ROCHA, C. H.; SOUZA, N. M.; WEIRICH NETO, P. H. (Orgs.). **Sustentabilidade: a transformação vem da agricultura familiar**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

UMAÑA, W. P. Los significados de la revolución. Semántica, temporalidad y narrativa de la Revolución Verde. **HALAC**, v. 3, n. 2 (2014). Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/halac/article/view/3455/2503> Acesso em: 18, Abr. 2019.

WORSTER, D. **Para fazer História Ambiental**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463> Acesso em: 18, Abr. 2019.



As mulheres sem-terra e a resignificação da produção e comercialização de alimentos

Raquel Forchesatto

Mestre em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
raquel_f@unochapeco.edu.br

Introdução/Justificativa

Este resumo expandido visa refletir sobre a organização de mulheres sem-terra e a resignificação da produção e comercialização de alimentos no oeste de Santa Catarina. Assim, a elaboração deste resumo se baseia nos resultados obtidos através de pesquisa desenvolvida para o Programa de Pós-graduação em História da UFFS, durante os anos de 2016 a 2018.

Assim contextualizando os caminhos percorridos para a elaboração deste estudo, indica-se que a pesquisa foi desenvolvida no município de Passos Maia⁴¹, localizado no meio oeste de Santa Catarina. Na organicidade do MST, o município *lócus* da pesquisa pertence à Regional Vale do Contestado⁴², composta por mais cinco municípios: Água Doce, Catanduvas, Ponte Serrada, Vargem Bonita e Vargeão.

É nesse território que se encontram as mulheres sujeitos de nossa pesquisa. Pode-se contextualizar que o surgimento do grupo de mulheres feirantes é um marco para a realidade dos assentamentos de Passos Maia. O grupo surgiu no ano de 2014, após muitos momentos de debates em cursos e formações promovidos por MST, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), universidades e outros movimentos sociais do campo. Assim surgiu a Feira da Reforma Agrária em diversos municípios do estado de Santa Catarina.

⁴¹ Segundo os dados do IBGE (2017), o município possui um território de 619,156km² e sua população é estimada de 4.243.

⁴² Esta denominação refere-se à organização interna do MST, sendo que no estado de Santa Catarina os municípios que possuem assentamentos da Reforma Agrária, passam a ser divididos por Regionais, tendo em vista um melhor desenvolvimento do trabalho na base do movimento.



A partir disso, dois projetos contribuíram para a organização dos trabalhos. Um deles é denominado “Kit Feira”, financiado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SC), tendo sido disponibilizados materiais como balança, barracas, placas, entre outros, visando à profissionalização da comercialização. O outro projeto é o “Apoio a realização de feiras de produtoras rurais assentadas como alternativa de geração de renda com vistas a ampliar o protagonismo das mulheres na economia rural no estado de Santa Catarina”, financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e que teve como foco realizar formações teóricas e práticas voltadas para a produção e comercialização de alimentos saudáveis.

Objetivo

A pesquisa que culminou na elaboração de dissertação e que serviu de base para a construção deste resumo, teve como objetivo geral analisar a concepção das mulheres que participam do grupo da Feira da Reforma Agrária no município de Passos Maia (SC) sobre o papel das mulheres na produção agroecológica. No que tange aos objetivos específicos, apresentam-se: compreender a organização do território em que surgiu a Feira da Reforma Agrária no município de Passos Maia (SC); perceber como ocorreu o surgimento da Feira da Reforma Agrária e quais os impactos, conflitos e tensões existentes, tendo em vista as relações estabelecidas pelas mulheres que participam do grupo; identificar as proximidades e as divergências entre as concepções sobre os temas relações de gênero, agroecologia e trabalho entre as mulheres que participam do grupo da Feira e nas esferas organizativas do MST.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se a abordagem teórico-metodológica denominada de História Vista de Baixo, a partir de Edward Palmer Thompson. Assim,

O princípio ontológico fundante na teoria thompsoniana assentava-se na razão do processo histórico, em outros termos, baseava-se na história real e concreta que é dinâmica, fluídica e impermanente. Isso significa que as metodologias históricas calçadas em modelos analíticos estáticos pouco ou nada contribuiriam para o avanço da pesquisa historiográfica. (MELO JÚNIOR, 2014, p. 397).



Foi realizada pesquisa bibliográfica, documental e campo, visando responder ao problema e objetivos elaborados no projeto. Os conceitos-chave que nortearam o estudo podem ser denominados de ‘relações de gênero’, ‘trabalho’ e ‘agroecologia’ e contribuíram para a compreensão da temática.

Resultados

Ao longo da elaboração deste estudo, buscou-se dialogar com diferentes autores que se vinculam a estes conceitos e ao trabalho desenvolvido a partir de Feiras e comercialização de alimentos. Neste contexto, indica-se que o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no qual as mulheres sem-terra estão inseridas, compõe a História da Fronteira Sul do Brasil. É neste campo de disputas, principalmente pelo acesso à terra, que o MST surge e se organiza através dos acampamentos e posterior, assentamentos. Assim, articular os diferentes grupos de camponeses pobres e o apoio de diversos lutadores sociais foi questão fundamental para o surgimento e a organização do MST na realidade brasileira. Ainda segundo Fernandes (2012, p. 496),

Seu processo de formação começou por meio de diferentes formas de luta pela terra, realizadas por grupos de camponeses em todo o país, com o apoio da *Comissão Pastoral da Terra* (CPT), no período de 1978 a 1983. Das lideranças que surgiram nesse processo, constituiu-se, então, um movimento nacional. Na região Centro-Sul do Brasil, a CPT apoiou as famílias camponesas que realizavam as ocupações de terras que deram origem ao MST. O I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aconteceu entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel (PR), e considera-se o dia 21 de janeiro como a data oficial de fundação do MST. Todavia, sua gênese teve um período de gestação que começou nos últimos anos da década de 1970, com lutas por terra nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Neste cenário, estas mulheres historicamente realizaram e realizam a produção de alimentos, sem o uso de produtos químicos, para a alimentação de suas famílias. No município de Passos Maia (SC), no ano de 2014, ocorreu a organização da Feira da Reforma Agrária e que se apresentou como responsável pelo desenvolvimento de cadeias agroalimentares curtas nos assentamentos do município. Esta Feira, que teve como período de funcionamento os anos



de 2014 a 2016, apresentou-se como uma estratégia de ressignificação da forma de produzir e comercializar alimentos naquele município.

Para isso, durante o desenvolvimento da pesquisa, pode-se compreender a Feira como algo fundamental para a vida destas mulheres e de suas famílias. A implementação de políticas públicas voltadas para estas práticas sustentáveis foram essenciais para o aprimoramento das ações desenvolvidas pelas mulheres sem-terra. Com o encerramento destas políticas, a Feira foi interrompida no ano de 2016, o que contribuiu para a desarticulação dos trabalhos realizados pelo grupo. Pondera-se ainda que as políticas públicas, bem como o fortalecimento das cadeias agroalimentares curtas na organicidade do MST, podem contribuir para uma maior participação e autonomia das mulheres sem-terra e para o desenvolvimento de um outro modo de produção, como a agroecologia. Nesse sentido, “A Agroecologia é pauta do MST, em geral, e dos assentamentos do Oeste Catarinense, em específico, pois ela é entendida e posicionada como parte estratégica do desenvolvimento político e econômico, da família, da comunidade da organização.” (HADICH; DE BASTIANI, 2017, p. 142).

O trabalho desenvolvido por estas mulheres tende a contribuir com o MST e com a sociedade de um modo geral. Por isso, ao desenvolver esta pesquisa de mestrado, pode-se identificar de forma positiva o papel das mulheres sem-terra na produção agroecológica e como essencial para transformações em nossa sociedade. É a partir de práticas sustentáveis, onde haja o respeito pelas pessoas, mas também pelos animais e pela natureza, que se poderá construir uma sociedade mais justa e equânime.

Referências

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: CALDART, Roseli Salete (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HADICH, Ceres Luisa Antunes; DE BASTIANI, Tânia Mara. As mulheres assentadas e a construção da agroecologia no oeste catarinense. In: BONI, Valdete (Org.). **Mulheres Camponesas e Agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em Síntese**. 2017. Disponível



em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/passos-maia/panorama>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

MELO JUNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A Noção de Experiência Histórica e Social em Edward Thompson: percursos iniciais. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, 393-413, jan.-jun. 2014.



Centro de Documentação e Laboratório de História Oral: a construção de um espaço de preservação da memória

Daiana Paula Varotto⁴³

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista Demanda Social CAPES
landovarotto@hotmail.com

Carla Barros

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Erechim, contato:
carla.b.agostini@gmail.com

Poliane Rosa

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Erechim, contato:
polirosa.historia@gmail.com

Introdução/Justificativa

O Centro de Documentação e Laboratório de História Oral da Universidade Federal da Fronteira Sul campus Erechim/RS é um espaço de guarda e preservação de documentos históricos, bem como realiza a formação e apoio aos pesquisadores interessados na utilização da história oral. O objetivo deste é reunir documentos e fomentar a pesquisa, o ensino e a extensão na região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, é um ambiente que promove debates e reflexões teórico-metodológicas acerca da memória e da utilização da história oral como fonte de produção de conhecimento histórico e como um potencial recurso pedagógico para ser utilizada em sala de aula.

A história oral é um valioso recurso de pesquisa que vem sendo utilizado não apenas por historiadores, mas por pesquisadores de diversas áreas como a sociologia, o jornalismo, etc. Possibilita o registro e a valorização da história e da memória, através dos relatos e do

⁴³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



processo da fala e da escuta dá voz e atenção aos testemunhos e as experiências, pois a história também é feita por pessoas e suas trajetórias. (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015). Para além de ser uma importante fonte para a constituição do conhecimento histórico, a história oral tem uma potencialidade enorme para ser usada como recurso pedagógico. De acordo com Santhiago e Magalhães (2015) apesar do constante crescimento e atenção ao registro e valorização da memória na sociedade, no que diz respeito à aplicação da história oral em sala de aula são necessários muitos avanços, a história oral na sala de aula é um recurso que carece de mais atenção devido as suas potencialidades de explorar a autonomia dos alunos, bem como a articulação da temporalidade, de um contexto sócio histórico e a experiência pessoal dos estudantes:

A história oral vai de encontro ao seu tempo. Como instrumento educativo relativamente novo, ela se alinha as muitas demandas e questionamentos de modernas teorias pedagógicas. Oferece um sopro de ar fresco em meio as discussões sobre as melhores formas de ensinar e de aprender, sobre os conteúdos ensinados em cada uma das disciplinas escolares, sobre a ênfase colocada no papel do professor ou as potencialidades do aluno, sobre as ferramentas alternativas de ensino a que se pode recorrer, sobre a necessidade de uma aproximação maior entre o conteúdo escolar e a vida do estudante. (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015, p. 9-10)

Os autores ainda destacam a necessidade de um bom planejamento ao envolver os alunos na utilização da história oral, ao inserir o aluno na produção de fontes de informação o mesmo passa a ser ativo e colaborativo no processo de aprender. Além de despertar maior interesse e envolvimento, é um meio de potencializar criticidade, habilidades e criatividade. É nesse sentido que o Laboratório de História Oral/Campus Erechim é atuante, tanto como um espaço de formação, estudo e debates, como um espaço de planejamento de ações e projetos que visa se aproximar da comunidade regional e escolar.

A guarda e preservação de documentos históricos e a realização de entrevistas por meio da técnica da história oral tem importância fundamental nas regiões distantes dos grandes centros, a fim de registrar a história local e regional. Tourtier Bonazzi, na obra Usos e Abusos da História Oral, nos lembra que além dos historiadores espaços como este devem servir a comunidade:



Resta colocar a disposição do público o material compilado (redação de fichários, inventários e conservá-lo adequadamente (locais apropriados, realização de cópias). Deve-se entender por público não só os historiadores cujas pesquisas devemos orientar e alimentar, mas também cada vez mais, uma grande variedade de pessoas atraídas pela cultura (BONAZZI, 2006, p.244)

Dentro deste propósito, além da disponibilização a comunidade do acervo são realizadas atividades de resgate da memória regional. Um exemplo disso é um projeto ativo realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Aratiba/ RS que visou trabalhar a História Oral com os alunos dos nonos anos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aratiba. Um dos objetivos foi produzir conhecimento a partir da experiência da utilização da metodologia da história oral em sala de aula, proporcionado formação (embasamento teórico e técnico) e autonomia aos estudantes para que eles se envolvessem de forma ativa e consciente na realização das entrevistas e do processo como um todo e colocando os alunos frente as questões do nosso tempo, da importância da valorização da memória e do registro da história local, os cuidados e usos. Foi uma maneira de aproximar os alunos as próprias questões e problemas que envolvem produzir conhecimento.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência de ensino, pesquisa e extensão realizado pelo Centro de Documentação e Laboratório de História Oral da Universidade Federal da Fronteira Sul campus Erechim/RS.

Metodologia

O espaço conta com uma equipe de sete voluntários entre estudantes de graduação e pós-graduação, um bolsista, dois professores coordenadores, uma técnica em arquivologia e um professor responsável por assessorar no manejo das plataformas digitais.

O Centro de Documentação realiza, de maneira concomitante, a formação continuada de acadêmicos de graduação e pós-graduação, a higienização, organização e catalogação de documentos doados. Além disso, o trabalho já propicia o empréstimo de entrevistas transcritas, suporte para pesquisadores usarem documentos e a metodologia da História Oral, e a



participação em projetos da universidade com a comunidade externa. Os encontros de formação têm como objetivo as discussões e leituras acerca da memória e da história oral, assim como também de princípios da arquivologia e oficinas de restauração e pequenos reparos em suporte papel. Atualmente o espaço desenvolve um projeto junto à Secretaria Municipal de Educação de Aratiba/ RS visando trabalhar a História Oral com os alunos dos nonos anos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aratiba.

A equipe realiza reuniões mensais de planejamento das atividades realizadas e estudo de textos que englobam a formação teórica e metodológica com relação a memória, história oral e acervos; a higienização e sistematização de documentos impressos doados pela comunidade além da prática da história oral no ensino e pesquisa em História.

Resultados

A equipe do centro realizou até o momento a higienização e catalogação de mais de 3900 documentos recebidos e disponibiliza, mediante abertura e atendimento diário do Centro de Documentação, cerca de 15 entrevistas oriundas de projetos de pesquisa, assim como cópias dos Trabalhos de Conclusão do Curso de História.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.
- LIMA, Eliseu dos Santos; LINK, Jocelaine Zanini Rubim; SCHÄFER, Murilo Billig. Apostila do **Curso Técnicas em Gestão Documental**. Programa de Capacitação de Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó, 2011.
- MIRANDA, Marcia Eckert. **Os Arquivos e o Ofício do Historiador**. Disponível em: <http://www.eeh2012.anpuhrs.org.br/resources/anais/18/1346099851_ARQUIVO_XIEncontroAnph_uRegional_HistoriadoresnosArquivos_MarciaEckertMiranda.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.



SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral na sala de aula.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Agradecimentos

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) por financiar esta pesquisa.



**A região Oeste de Santa Catarina e o desenvolvimentismo civil-militar
(1968-1979): considerações iniciais sobre a modernização agrícola e as
transformações na paisagem**

Marina Andrioli

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
marina.andrioli@uffs.edu.br

Marlon Brandt

Professor do curso de Geografia – Licenciatura, do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
marlon.brandt@uffs.edu.br

Observamos um profícuo debate sobre como se deu a modernização agrícola no Brasil, o consenso é de que este processo foi alavancado com as políticas da ditadura civil-militar, quando o setor ‘absorveu quantidades crescentes de crédito agrícola’ (PALMEIRA, 1989, p. 87), e integrou-se ao mercado interno e internacional, formando assim, um “complexo agroindustrial”. Nesse sentido a região Oeste de Santa Catarina, teve na década de 1970 importantes rupturas em relação a seu modo de produzir e inserção no mercado nacional e internacional.

Essa alteração não pode ser dissociada dos interesses das elites políticas e econômicas, na destinação de significativa parcela do território catarinense para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Os PND’s – Plano Nacional de Desenvolvimento I e II, durante os governos Médici e Geisel, desempenharam ímpar contribuição na viabilidade desta nova realidade. Na década de 1970, a tradicional e modesta produção familiar e seu relativo isolamento dos mercados consumidores recebeu um novo impulso: “é através da utilização dos modernos insumos, da mecanização do campo aliada a uma mudança de hábito por parte



dos agricultores que seria consolidada a ‘evolução’ tão desejada por parte das elites” (SILVA, 2002, p. 32). Sendo que, no ano de 1975:

O Estado de Santa Catarina ocupa, dentro do contexto nacional, posição de destaque, cultivando de forma permanente cerca de 1,6 milhões de hectares. E apesar de ocuparmos parcela mínima do território nacional, (1,13%), o Estado está entre os cinco maiores produtores de alimentos do país. (KONDER, 1975, p.24).

Ao analisarmos o Plano de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina na gestão de Adolfo Konder (1975-1979), o que se observa é um rigoroso guia aos preceitos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND’s) para a agricultura:

Da mesma forma, deverá ser criada empresa que se dedique à extensão rural a à assistência técnica ao setor, segundo a política do Governo da União (EMBRATER). Por outro lado, dar-se-à ênfase à produção cerealífera, à pecuária de corte e leiteira, à suinocultura e à avicultura, bem como, condicionando-se às possibilidades de comercialização, à horticultura e à fruticultura. (KONDER, 1975, p.29).

Esta estratégia de desenvolvimento foi elaborada em âmbito estadual e local durante a fase nacional conhecida como ‘milagre econômico’ – uma tentativa de executar reformas estruturais durante a ditadura civil-militar, por meio de planos desenvolvimentistas. O período entre 1968-1973 do ‘milagre’ econômico brasileiro, é analisado pelos economistas em função do crescimento das taxas do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de 11,1% ao ano. Desta forma, “uma característica notável do ‘milagre’ é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos” (VELOSO, VILLELA e GIAMBIAGI, 2008, p. 220).

Deste modo, trataremos das principais características econômicas, políticas e socioambientais que “modelaram” a região oeste catarinense como um espaço propício para a agricultura familiar de subsistência, e que, num segundo momento, tornou-se unidade produtora para a agroindústria. Destarte que, a cidade de Chapecó, ao longo deste processo ganhará papel de destaque, tornando-se polo econômico e político desta região.



Demonstrar quais os instrumentos e os ideais que promoveram estas transformações, assim como seus resultados em escala local/nacional, são os objetivos iniciais desta pesquisa em andamento que podem ser redimensionados durante a sua execução.

Referências

GOULARTI FILHO, Alcides. O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002. **Ensaio FEE**. Porto Alegre: FEE, v.26, n.1, p.627-660, jun. 2005.

KONDER, Antônio Carlos Reis; FONTANA, Atílio. **Plano de Governo 1975- 1979: governar é encurtar distância**. Florianópolis: 1975.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975)**. 1997. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 1997.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. 2. Ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico aos precatórios**. Campo Grande: UFMS, 1998.

OLINGER, Glauco. **Ascensão e Decadência da Extensão Rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

SANTA CATARINA. Lei Ordinária nº 3.285, de 8 de agosto de 1963. **Cria a Secretaria de Negócios do Oeste**. ALESC, 1963.

SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento estadual: a experiência do Plameg**. Florianópolis: UFSC, 1985.

SILVA, Claiton Marcio da Silva. **Saber, Sentir, Servir e Saúde: o processo de construção do novo jovem rural em Clubes 4-S em Santa Catarina (1970-1985)**. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2002.

VELOSO, Fernando; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. In: **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 62 n. 2, p. 221-246, abr./jun. 2008.



A “Favela do ‘Cabo Dito’”: uma Tentativa de Reconstrução da Memória do Cortiço

Rafael Baldin

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul Assistente em Administração na Universidade Tecnológica Federal do Paraná
rafaelutfpr@gmail.com

Introdução/Justificativa/Objetivo

Analisar os processos históricos de marginalização e exclusão (e seus respectivos segmentos sociais) é uma temática que, *postmodum*, se dá com a Escola dos Annales, em que novos atores e fazeres foram lançados no palco da História. Houve a ampliação e o aprofundamento do domínio da história com o triplo alcance de novos problemas, novas abordagens, novos objetos. Emergiram os sujeitos cuja relevância econômica, cultural e política foram por muito tempo desconsiderados – tanto pela academia, quanto pelo poder hegemônico. Entre tais se encontram as mulheres, os criminosos, os loucos e, no caso em tela, os **pobres**. E aqui, os pobres da cidade. Nosso olhar se volta para a favela.

A favela é um fenômeno urbano, nascida da necessidade de moradia nas cidades bipartidas pelo dissenso capital/trabalho. Caracterizada como um espaço de ausência (miséria, falta de infraestrutura, de condições sanitárias, com alta densidade populacional e com residências disformes), pensamos em superar essa leitura. Intentamos **problematizar** as experiências de moradores de um cortiço, reconstruindo seu passado, numa representação que tem como recorte temporal o período que o mesmo funcionou, de 1968 a 2010, ou seja, do período que coincide, diametralmente, no plano mundial, com a luta por direitos políticos, civis e sociais. Há um arranjo de sentidos que depreendemos da memória desses sujeitos. Essa memória é ressignificada no presente, tendo em conta suas vivências coletivas de estranhamento e/ou pertencimento, formado no caldo dos contatos de sociabilidade, em contextos espaciais e temporais socialmente compartilhados entre si e com o entorno (e vice-



versa) na dinâmica da cidade, como aponta Reisdörfer (2013, p. 314-315).

Este estudo visa a conhecer a dinâmica histórica da “favela do ‘Cabo Dito’”, em Pato Branco, Paraná, como era conhecida uma área alagável (o lote nº 10 da quadra nº 829), de pouco mais de mil metros quadrados no bairro Vila Esperança. Nesse local, chegaram a viver vinte e sete famílias!

O enfoque do estudo ainda em fase inicial está em explorar os processos de exclusão, marginalização, estigmatização e gentrificação. Construir uma problemática sobre a questão da favela nessa fase do capitalismo que adentra o Sudoeste do Paraná e expulsa *outsiders* para ainda mais longe... A fronteira não é só física, é simbólica. Porém, o morador da favela produz cultura, tem suas maneiras próprias de pensar, sentir, agir e, sobretudo, trabalhar. Há construção de identidades, formas de inserção e resistência, nesse arremedo de cidade.

Metodologia

A metodologia que utilizaremos na pesquisa proposta é da dimensão da História Social, com abordagem da História Oral e no domínio da História do Marginal e da História Urbana. Aqui envolve dois processos, primeiramente a seleção de um sistema de tratamento das fontes documentais, acompanhado da revisão teórica de literatura conexa; e segundo, o uso de um sistema teórico para interpretação delas, a fim de produzir respostas às perguntas formuladas pelo problema (DE LUNA, 2013, p.17).

A História é o estudo das dinâmicas das sociedades humanas no tempo (CARDOSO, 1986, p. 83). *Plus ultra*: “A função da História [...] é fornecer à sociedade uma explicação sobre ela mesma” (BORGES, 2013, p. 49). Nosso trabalho diletante será o de coletar e questionar as fontes – nosso *corpus* documental –, de verificar as hipóteses aventadas e engendrar uma tessitura narrativa do devir histórico. Por fim, compor uma síntese na forma de dissertação.

Creemos que o problema da pesquisa em tela é relevante social e cientificamente, posto que o historiador vive e age no presente, e ajuda a explicar o social nesse mesmo presente. Há ampliação na generalidade do conhecimento, pelo seu potencial crítico e reflexivo. É viável, pois as fontes primárias (entrevistas) e secundárias (fotografias, matérias de jornais, processo



judicial) estão disponíveis. É original, pois contribui para analisar um local novo e que ainda não dispõe de pesquisas históricas. É, particularmente, de interesse pessoal, pois trata de questões sociais que este historiador experienciou (ouviu) e vivenciou (sentiu) em seus tantos anos naquela cidade e que lhe são tão caros.

Resultados

Como a pesquisa está em fase inicial, são incipientes os resultados.

Devemos pensar a favela de modo crítico, com uma chave de leitura mais ampla, seus conceitos, suas representações, a contrapelo dos "paradigmas que sustentam leituras hegemônicas sobre o fenômeno" (SOUZA E SILVA, 2009, p. 10).

A pesquisa é incipiente e parte em analisar e tentar compreender algumas hipóteses como a produção da realidade material dos sujeitos históricos, as maneiras de pensar, sentir, agir e, mormente, a questão do trabalho, sem refutar, no entanto, temas candentes como discriminação e exclusão social. O piparote inicial foi dado e os resultados ainda são parcos, mas já espriamos um cenário de marginalização, estigmatização e gentrificação, analisando criticamente as fontes da pesquisa. E como disse certa feita Edward Luttwak em 1994: "O motor gira, moendo vidas e relações humanas estabelecidas, mesmo quando o carro está parado". Ainda, o problema central de nossos dias, disse ele é "a insegurança econômica pessoal completamente sem precedentes da gente que trabalha" (*apud* SAMPSON, 1996, p. 361).

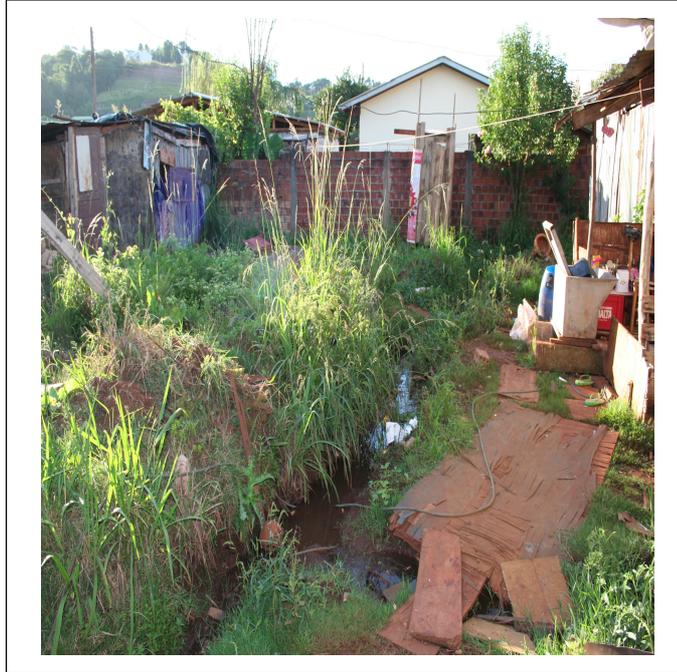


Figura 1: “favela do ‘Cabo Dito’”, Pato Branco/PR, 2008

Fonte: acervo PMPB

Referências

BARROS, José D’Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 10. ed. Petrópolis, Vozes, 2015.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos).

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Uma introdução à História**. 6. ed. São Paulo, 1986. (Coleção Primeiros Voos).

DE LUNA, Sergio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2013.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.



IBGE. **Censo Demográfico 2010, primeiros resultados: aglomerados subnormais**. Rio de Janeiro, 2011.

MEIHY, José Carlos; HOLANDA, Fabíola. **História oral – como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2010.

RAMINELLI, Ronald. *História Urbana*. In: Cardoso, Ciro e Vainfas, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REISDÖRFER, Thiago. **Universitários na Cidade: experiências estudantis em Marechal Cândido Rondon, 2000-2010**. Revista Tempos Históricos, v. 17, 2º semestre 2013, p. 314-343. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/9891/7208>>. Acesso em: 4 out. 2019.

REISDÖRFER, Thiago. **Universidade vivenciada na cidade: estudantes da Unioeste em Marechal Cândido Rondon/PR (1994-2009)**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/1790>>. Acesso em: 4 out. 2019.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Repensando a Geografia)

SAMPSON, Anthony. **O homem da companhia: uma história dos executivos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHMITT, J. C. *História dos marginais*. In: LE GOFF, J. (Org.) **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 261-290.

SILVA, Gilvan Ventura da. **Desvio social, exclusão e estigmatização: notas para o estudo da “História dos marginais”**. Dimensões – Revista de História da UFES, Vitória, v. 22, 2009, p. 13-29. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2493/1989>>. Acesso em: 4 out. 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA E SILVA, Jailson de (org.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**.



Rio de Janeiro, Editora FGTI, 2005.

Agradecimentos

A Antonio Marcos Myskiw, orientador dessa pesquisa, pela confiança em mim depositada.

A Thiago Reisdörfer, pelos diálogos que serviram de germe e estímulo ao projeto.



Fontes orais e sistemas de informação geográfica na pesquisa com benzedeiros e curandeiras em Chapecó/SC

Alex Junior Rapczynski

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
alexrapczynski@gmail.com

Introdução/Justificativa

O presente trabalho consiste em parte da escrita da dissertação que encontra-se em andamento dentro do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul. O tema da pesquisa possui forte tom emotivo-volitivo, pois reporta a história de vida do próprio mestrando, que cresceu em um espaço rodeado por mulheres benzedoras que ali praticavam suas práticas de cura se estabelecendo em elo com as práticas de cura oferecidas pelo Estado ditas como “oficiais”.

A observação destas mulheres que re-existem nestes espaços, despertou a curiosidade do acadêmico, se configurando uma pesquisa. Porém com tal ideia em mente passamos a nos perguntar de que forma seria possível realizar um trabalho que contribua na compreensão destes saberes-fazer populares e nas suas formas de re-existir. Assim nos debruçamos na História Oral e na utilização dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para a realização desta pesquisa.

Dentro da área da História, conforme Rebelatto e Freitas (2012) existem escassez de trabalhos que utilizam de Sistemas de Informação Geográfica; do mesmo modo as fontes orais, são muitas vezes temidas de serem utilizadas na área da História devido as burocracias existentes na utilização destas fontes e devido ao tempo requerido pelas mesmas⁴⁴.

Porém ambos se mostram caminhos profícuos para estudos dentro da área da História,

⁴⁴ ALEGRO, Regina Célia. Considerações acerca da experiência de elaboração e aplicação de manual para coleta e tratamento de relatos orais no ensino básico. In: CERRI, Luis Fernando (org.). **Ensino de História e Educação: olhares em convergência**. Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 11-26.



sobretudo dentro da História Cultural. Assim, neste trabalho buscamos apresentar possibilidades e as oportunidades na utilização destas ferramentas e metodologias em estudos históricos, utilizando como exemplo a pesquisa que vêm sendo desenvolvida no mestrado da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Objetivo

O Objetivo deste trabalho é apresentar as possibilidades existentes, decorrentes da utilização dos Sistemas de Informação Geográfica e da utilização das fontes orais em pesquisas da área da História, onde utilizamos como exemplo de sua utilização na pesquisa com benzedoras e curandeiras dentro da História Ambiental e Cultural.

Metodologia

Oralidade

O uso de fontes orais dentro da pesquisa com curandeiras e benzedoras em Chapecó e região, se mostrou sendo de suma importância, pois por mais que buscássemos bibliografias que utilizem de fontes orais em pesquisas na região, a utilização destas, geralmente é feita no sentido de resgate de um patrimônio histórico cultural imaterial,⁴⁵ ou na historiografia destes conhecimentos tradicional⁴⁶.

Assim, buscamos novas abordagens com as curandeiras e benzedoras, e para isso, tivemos que obter a aprovação da Comissão de Ética em Pesquisa, uma etapa burocrática que demanda tempo, porém ela abriu os olhos do pesquisador, mostrando os riscos que uma entrevista possui e os cuidados que devemos ter com o entrevistado.

Para a coleta das entrevistas, faz-se necessário reflexão sobre o roteiro de perguntas a ser seguido para a pesquisa. Existem diversas formas de entrevistas científicas: história de

⁴⁵ BEN, Fernanda. No quintal da casa de madeira: saberes, fazeres e dizeres dos benzedores e benzedoras do oeste de Santa Catarina. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2015, Florianópolis. Anais do XXVIII Encontro Nacional de História, 2015.

MOREIRA, Neiva Marinho; WOLFF, Juçara Nair. Entre águas, galhos e rosários: práticas e experiências das mulheres benzedoras em Xaxim. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, n. 13, p. 157-182, 2001

⁴⁶ MARQUETTI, D.; SILVA, J. B. L. **Religiosidade e religião no oeste de Santa Catarina**: a crença no monge João Maria e a instituição do Catolicismo. *Mneme*, v. 12, p. 555-571, 2011.



vida, entrevista com grupos focais, estruturadas, semiestruturadas, abertas,⁴⁷ etc. O pesquisador deve se atentar ao tipo de pesquisa que pretende fazer e qual roteiro lhe será mais útil. Na atual pesquisa, realizamos uma entrevista semiestruturada com perguntas que estimulassem o entrevistado a dialogar mais com o pesquisador sobre o tema em questão.

Com a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética, buscamos localizar onde estão as benzedeiras e curandeiras de Chapecó, com a ajuda da Secretaria Municipal de Saúde e dos agentes de saúde. Localizamos e coletamos as fontes em diversos locais da cidade. Porém buscamos nos atentar a estas fontes como afirma Verena Alberti (2005), no cuidado ao interpretá-las, como qualquer outra fonte, sem considerá-la a verdade nua e crua. Devemos analisar investigar e contextualizar tais fontes com forte senso crítico, principalmente pelo fato de ser uma fonte criada pelo pesquisador, produzida intencionalmente.

Porém as fontes orais resultantes possuem uma riqueza ímpar, pois são autênticos, sem ter nenhum outro igual, permitindo ao pesquisador a oportunidade de ter um novo olhar sobre o tema que ele está pesquisando, seja na área que for. Na História Cultural sobretudo em estudos sobre o cotidiano, a fonte oral tem destaque, permitindo compreender os símbolos e seus significados para os grupos e indivíduos estudados. Na História Ambiental ela também permite compreender os significados das transformações ambientais, decorrentes de desastres, ou transformações ecológicas ou tecnológicas no ambiente e seus significados para os grupos.

Abordando grupos e seus relatos, a história oral permite dialogar com grupos historicamente “marginalizados”, porém conforme Alberti, devemos cuidar para “evitarmos a polaridade simplificadora entre “memória oficial” e “memória dominada”” pois as relações sociais entre os grupos vão além desta. A fonte oral na presente pesquisa, por exemplo, trouxe relatos que mostram proximidades entre os sistemas de saúde legitimados pelo Estado e as benzedeiras e curandeiras em Chapecó onde, por algumas vezes médicos indicam seus pacientes a visitarem curandeiras e benzedeiras para lhes auxiliarem.

⁴⁷ BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1 (3), janeiro-julho, 2005, p. 68-80.



A fronteira entre o oficial e o popular é dinâmica, nunca imóvel, e quem permite que tal flexibilização ocorra são os indivíduos que vivem ali. E as fontes orais nos permitem analisar todo esse processo.

Sistemas de Informação Geográfica

Os sistemas de Informação Geográfica (SIG) ainda são pouco utilizados na área da História, seja devido ao fator tempo, como também familiaridade, pois são ferramentas consideravelmente novas, com forte utilização nas áreas das engenharias e na geografia. Quando passamos a conhecer tal ferramenta, ficamos fascinados com as possibilidades que ela abre ao pesquisador na criação de trabalhos cada vez mais interdisciplinares.

Muito se fala dentro no meio acadêmico em interdisciplinaridade. No projeto em desenvolvimento no mestrado, a interdisciplinaridade foi extremamente necessária para compor uma pesquisa de qualidade. Diálogos com antropologia, história social, ambiental, cultural, etnobotânica e geografia já eram realizados, mas foi com o contato com os SIG que observamos novas abordagens interdisciplinares.

Conforme Rebelatto e Freitas “ Os SIG permitem integrar dados de diversas fontes e ao criar bancos de dados que se conectam através da característica espacial (país, estado, cidade, bairro, rua, CEP, entre outros) ” (2012), alguns sistemas que permitem tal funcionalidade são: ArcGIS, Google Earth, AutoCad Map. Na pesquisa que estamos desenvolvendo optamos na utilização do Google Earth devido a praticidade das ferramentas que este oferece. Observamos a figura abaixo:

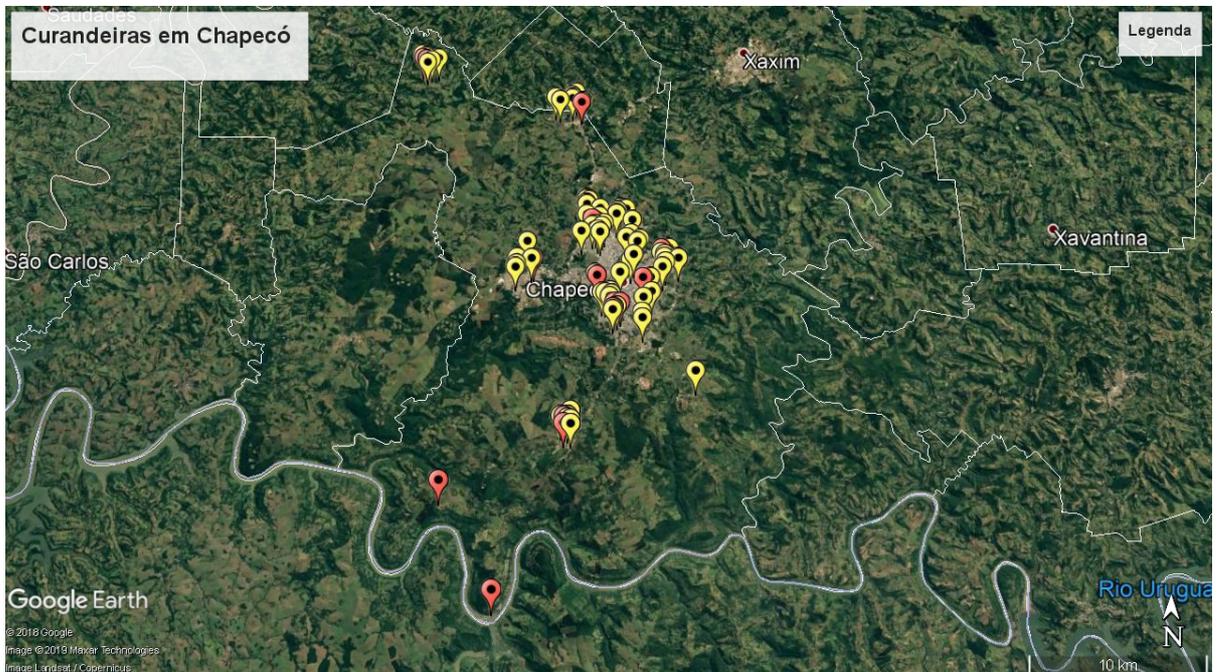


Figura 1: Curandeiras em Chapecó

Elaborado pelo autor em 17/09/2019

Os SIG nos estudos de História, assim como neste caso, permitem comparar, relacionar e analisar os espaços e investigar suas transformações, (pois estas ferramentas também permitem ver o espaço em diferentes períodos de tempo) e suas relações com outros espaços, que é o que pretendemos realizar neste trabalho. Onde mapeadas as curandeiras e benzedeiros de Chapecó, passamos a analisar seus locais e sua relação com outros espaços, em especial as áreas verdes, local de onde estas conseguem adquirir suas plantas utilizadas.

Porém, sua utilização, também permite analisar áreas devastadas, a influência de fábricas e indústrias em seus arredores, técnicas de preservação e análises no cultivo de plantas e agrotóxicos. Suas possibilidades são imensas, e não apenas como algo ilustrativo, mas como fonte de pesquisa, dependendo apenas da criatividade do pesquisador.

Resultados

Concluindo, observamos que tais fontes, se mostram possibilidades e oportunidades para futuros estudos dentro do campo da História, desde que utilizados de forma ética e crítica.



ca, não sendo apenas ilustrações para a pesquisa. Buscamos no fim, apresentar dentro do presente estudo com curandeiras e benzedadeiras como tais fontes podem ser utilizados, e fornecemos ideias de utilização em outros estudos na área da História.

Com a finalização da presente pesquisa e com tais dados transcritos, com a conclusão do mestrado, pretendemos formar um banco de dados com as entrevistas para que estas também sirvam para outros estudos, não apenas na área da História, mas em outros campos de estudos e pesquisa.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005

REBELATTO, Martha; FREITAS, Frederico. Desafios e possibilidades ao uso de Sistemas de Informação Geográfica na história. In: **5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, UFRGS, Porto Alegre, 2012.



***Perceval* e a narrativa do mito do Graal nos séculos XII e XIII**

Wesley Bruno Andretta

Graduando do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
wesley.andretta@estudante.uffs.edu.br

Renato Viana Boy

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
renato.boy@uffs.edu.br

Introdução

O Graal é percebido na atualidade em vários formatos, por exemplo, em filmes, como em *Indiana Jones e a Última Cruzada* (1989), em séries de TV (*Merlin*, 2008-2012), em livros (*O Código da Vinci*, 2003), em demasiadas formas de expressões artísticas. A característica principal deste objeto é a sua misticidade. Ele foi descrito, no decorrer da história, com vários formatos, ora um cálice, ora uma bandeja, como uma espécie de recipiente que é a comida é acrescentada de forma gradual. O Graal é um elemento que foi construído pela cultura oral dos povos Celtas, em um certo período de tempo, por volta do início da Era Cristã. A sua aparição na literatura na França é tida como um marco dos romances de cavalaria. É a partir desses relatos literários que é possível compreender historicamente o que é o Graal.

Todavia, as narrativas literárias contam histórias, estas por sua vez não estão preocupadas por descrever o passado de forma fidedigna com a verdade. Tal concepção de história é atribuída ao século XIX. Entretanto, isso não significa que as informações expressas nestas narrativas devam ser deixadas de lado, é necessário considerar o conceito de verossimilhança a literatura. Deste modo, é possível identificar preceitos culturais e históricos a partir de histórias literárias ficcionais, aquelas que possuem verossimilhança, ou seja, a realidade como referência, mesmo que seja uma realidade expressa e desenvolvida pelo autor (PESAVENTO, 2003, p.37). Conquanto, tais informações não necessariamente condizem com



a época a qual se passam as histórias. A grande maioria dos contos Arturianos por exemplo, foram escritos séculos após a possível existência do rei Artur⁴⁸, ou seja, há uma diferença considerável de tempo com os escritos do século XII. Assim, os elementos expressos podem não condizer com a cultura ou as relações políticas e sociais do período citado, dentro desta perspectiva de distanciamento temporal.

Tais romances, além da temática relacionada ao rei Artur, tem em seu cerne a matéria da cavalaria. Tais contos detinham uma função além da produção artística, a atribuição de incrementar o ideário cavaleiresco de cada época, dentro do recorte temporal em que existiu a cavalaria. Segundo Dominique Barthélemy, existiram no decorrer da história Medieval, diversas formas de cavalaria e em diferentes níveis (BARTHÉLEMY, 2017, p.16). A ideia de que essas cavalarias deveriam atender a certas expectativas, são oriundas de um enobrecimento da cavalaria e a sua associação com a aristocracia laica, os senhores feudais. Essa aproximação chama a atenção da Igreja, pois ela necessitava de proteção. Tal fato também é percebido na literatura, visto que o Graal é relacionado com essa literatura cortesã, que compreende uma mistura de elementos cristãos e pagãos, postos como questões culturais diferentes e associado com as cavalarias e com a Igreja, pode-se entendê-lo como um objeto oriundo de elementos sincréticos.

Para compreender a inserção do Graal na literatura e os elementos culturais que ele carrega, será utilizado a primeira narrativa literária que faz alusão ao mesmo. Esse romance é denominado *Perceval*, também intitulado de *O Conto do Graal*. Esse texto foi escrito na segunda metade do século XII por Chrétien de Troyes, clérigo francês nascido por volta do ano de 1130, provavelmente na cidade de Troyes, hoje corresponde a uma comuna francesa situada no departamento de Aube, na região de Grande Leste (ANACKER, 1995, p. 298).

Objetivo

Um dos objetivos da pesquisa é compreender a inserção do elemento do Graal nas novelas de cavalaria, a partir do relato de Chrétien de Troyes. A partir da compreensão que tal objeto tem uma finalidade dentro da narrativa, não disposto como um simples recurso

⁴⁸ É descrito na obra *Analles cabriae* que um cavaleiro (não um rei) com o nome de Artur havia perecido na batalha do Monte Calmam, aproximadamente nos anos de 537 – 539 d.C. (KOCH, 2006, p.68.).



literário. Ademais, entender a cristianização realizada pelo autor e posteriormente pelos leitores, bem como, compreender o conceito de sincretismo aplicado na criação do mito do Graal na literatura cortesã. Ainda, compreendê-lo como um objeto ou elemento oriundo de uma mescla de culturas, fruto de várias discussões sobre a sua própria essência, isto é, compreender o que outras pessoas, no passado, falaram sobre ele e quais as discussões em torno do Graal. Por fim, entender a aproximação entre a cavalaria e a Igreja expressa no conto, especialmente em relação ao objeto do Graal.

Metodologia

Em relação produção da obra, vale ressaltar que, mesmo com o aumento da instrução da população no séc. XII, o seu direcionamento não é para toda a população, nem mesmo para a nobreza em si. A leitura é um privilégio de certos grupos, mas a prática da leitura com a disposição de tempo e recursos é mais restrita ainda (BLOCH, 2009, p. 308.). Assim, *Perceval* não chega a ser lido pela cavalaria, pelo menos não na sua totalidade, esse grupo não dispõe de tempo para tal, seus deveres são direcionados a guerra. Sobretudo, o tema central da obra é a cavalaria e um dos objetivos é a incrementação do ideário cavaleiresco.

Deste modo, para possibilitar o entendimento de como essa obra tem efeito sobre a cavalaria, será recorrido a concepção sobre a influência cultural entre diferentes grupos sociais proposto por Carlo Ginzburg: "Entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo." (GINZBURG, 2006, p.10). Conquanto, esse conceito proposto por Ginzburg é referente a classes dominantes e subalternas de um determinado tempo e espaço, aqui propomos tomá-lo para discutir a influência cultural entre a nobreza. Todavia, a aplicação do conceito é válida a partir do entendimento que esta nobreza não é homogênea, existem diversos níveis, cada um com demasiadas e diferentes atribuições (DUBY, 1889 p.14.). Cada indivíduo, ou grupo, carregava seu próprio nível de enobrecimento, a diferença entre a nobreza é algo característico de algumas regiões da França como na parte Noroeste, nas regiões litorâneas, no Norte e da região da Mancha.



Ainda no século XII, nessa região, muitos cavaleiros viviam, com efeito, de uma prebenda, em condição doméstica, no castelo de seu senhor; e a aplicação precoce do direito de primogenitura impelia freqüentemente a aventura os filhos caçulas que, celibatários, obrigados a fazer fortuna por si mesmos, iam agregar-se às companhias militares de vassalos, constituídas na "casa" dos poderosos (DUBY, 1889 p.14.).

A análise da obra será pautada na compreensão da aproximação entre a Igreja e a cavalaria, bem como, sobre o espaço de poder ocupado por ambas as partes. Além disso, há a busca ao elemento⁴⁹ sincrético pertencente a obra que auxiliam o entendimento sobre a aproximação, uma vez que, este processo estava em um “período avançado” no final do século XII. Isto posto, as obras historiográficas que possibilitam tal discussão são: George Duby *A sociedade cavaleiresca* (1977) e *A Cavalaria: Da Germânia Antiga à França do século XII* (2007) de Dominique Barthélemy. Além de artigos de outros historiadores como o *Mito Arturiano: do Guerreiro Gododdin ao Santo Graal*, de Ademir Luiz da Silva.

Resultados

Com a pesquisa ainda em desenvolvimento, acreditamos que será possível compreender as motivações da aproximação entre as cavalarias da região da França do século XII com a Igreja. A partir do o aparecimento de elementos oriundos desta aproximação na produção literária, direcionada a elite aristocrática.

Ainda, em relação a esses elementos, é esperado que se compreenda a inserção do Graal como elemento místico e não inicialmente cristão. Isto posto, perceber como a sua cristianização acontece com base nas possibilidades de interpretação dos textos e nas continuações do conto original.

Pensamos que é possível compreender a representatividade desse conto nos anos seguintes a publicação e entender como o Graal de Chrétien de Troyes dá início a demanda do Santo Graal.

⁴⁹ O Graal.



Referências

- ANACKER, Robert. *Chrétien de Troyes. The french review*, American association of teachers of french, v. 8, n. 4, p. 293-300, abr./abr. 1995. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/379519>>. Acesso em: 17 set. 2018.
- BARTHÉLEMY, Dominique. *A Cavalaria. Da Germânia antiga à França do século XII*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.
- BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1998. 512 p.
- DUBY, Georges. *Sociedade cavaleiresca*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 164 p.
- FLORI, Jean. *A Cavalaria: A origem dos nobres guerreiros da Idade Média*. São Paulo: Madras, 2005.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 260. 255 p.
- KOCH, John T. *Celtic Encyclopeia Culture a Historical*. 1. ed. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2006. p. 4-2041. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Celtic_Culture_A_Celti.html?id=f899xH_quaMC&redir_esc=y. Acesso em: 20 ago. 2019.
- LOPES, Marcos Antônio. *Explorando um gênero literário: os romances de cavalaria*. Tempo [online]. 2011, vol.16, n.30, pp.147-165. ISSN 1413-7704. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042011000100007>> acesso em: 07 mai. 2019.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação*, Pelotas, v. 7, n. 14, p. 31-45, jul/dez. /2003. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30220/pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2019.
- SILVA, Ademir Luiz da. *Mito Arturiano: do Guerreiro Gododdin ao Santo Graal*. In: NETO, Dirceu Marchini & NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. *A Idade Média: entre a história e a historiografia*. Goiânia: ed. Da PUC Goiás, 2012.
- SPINA, Segismundo. *A Cultura Literária Medieval: uma introdução*. 3ª ed. Cotia, São Paulo: Ateliê editorial, 2007.
- TROYES, Chrétien De. *Perceval ou O Romance do Graal*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 262 p.



A migração para o Bairro Vila Real: migrar para um espaço em descompasso

Vanderlei Antonio Kuhn

Graduado em Licenciatura em História – UNIVILLE e especialista em Metodologia do Ensino em História, Faculdade São Luis. Bacharel em Teologia – PUCPR. Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

Marlon Brandt

Professor do curso de Geografia – Licenciatura, do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul
marlon.brandt@uffs.edu.br

Introdução

O texto tem como objetivo trazer algumas considerações iniciais da pesquisa a respeito do processo de ocupação do bairro Vila Real. O loteamento, criado em 1979, está situado na região nordeste de Chapecó, recebendo, no ano de 1982, as primeiras casas construídas com financiamento do BNH (Banco Nacional de Habitação). Em seu início o loteamento sofreu com a falta de infraestrutura básica e acesso precário ao transporte público. Tais ausências, somadas à distância da área central e das agroindústrias do município foram os principais problemas enfrentados pela população.

1. A migração para Chapecó: o Bairro Vila Real

Embora tenha sido criado em 1917, o município de Chapecó, só teve a atual organização do núcleo urbano definida em 1931, quando a então Vila Passo dos Índios se transformou em sede do município. No município, os anos de 1960 e 1970 marcam um acelerado crescimento populacional, advindos da consolidação do setor agroindustrial e do êxodo rural (NASCIMENTO, 2015), conforme nos atesta Wagner (2005): “[...], de uma população de 50.117 habitantes, em 1970, o município passou para 83.864 habitantes em 80”. Já na década seguinte a população duplica e na entrada do século XXI, atinge a cifra de 150



mil habitantes.

Em Chapecó, com a criação de novos loteamentos e bairros na década de 70, a expansão territorial urbana dos espaços da cidade avança, dando origem a diversos loteamentos, como era o caso do Vila Real. Localizado na região nordeste, seu início está relacionado com a compra de um terreno da família de Gregório Meneghini, pela imobiliária Katedral em 1979. Esse espaço não era considerado urbano e seguia o prolongamento da rua John Kennedy, por uma estrada não pavimentada.

2. Bairro Vila Real: um espaço em descompasso

Os primeiros moradores desse conjunto de casas eram provenientes de diversos bairros da cidade em busca da casa própria, moradores de outros municípios e ex-agricultores que deixavam o campo em busca de melhores condições de vida. Paul Singer (2012, p. 40) nos atesta que: “os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam”. Muitas pessoas vêm à Chapecó, por oferecer trabalho na agroindústria, porém poucas pessoas se interessam em adquirir terreno no loteamento Vila Real, pela localização distante do centro da cidade, estar no lado oposto das agroindústrias (Oeste de Chapecó) e por não ter infraestrutura mínima. Conforme Altair Vieira: “No local não tinha farmácias, posto de saúde e comércio, asfalto transporte e outros serviços básicos de infraestrutura.” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, Chapecó, 2010).

No entanto, os preços baixos dos lotes e das casas foram fatores de atração para o loteamento. Conforme Bianca Fredrigo: “Eu morava de aluguel no bairro Passo dos Fortes. Nós mudamos para o bairro Vila Real, porque meu pai conseguiu comprar um terreno muito barato e construiu uma casa.” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, Chapecó, 2010).

Percebe-se que teve população pobre se deslocando de bairro por diversas situações. Conforme Caroline Rogig: “Nós morávamos no bairro Eldorado, e viemos morar na Vila Real, porque onde nós morávamos tinha um riozinho e fomos relocados. Com o dinheiro do terreno deu para comprar um lote na Vila [...]” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA



REAL, Chapecó, 2010).

Conforme Altair Vieira: “Meu pais vieram para o bairro, [...]. Antes moravam em Cordilheira Alta. Eles vieram para cá, porque queriam ficar mais perto dos parentes e para sair da roça, [...], e não tinha trabalho.” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, Chapecó, 2010).

Nesse sentido se percebe a questão do êxodo rural e a notícia de trabalho atrai seguidores. “A notícia de sucesso de migrantes ‘pioneiros’ provoca novas atrações, para outra categoria de migrantes chamada de ‘seguidores’” (SOUZA, 1980, p. 37). Inúmeras pessoas migraram para Chapecó como seguidores e mais especificamente para o bairro Vila Real, por terem ouvido falar dos seus parentes, amigos e conhecidos, que na cidade havia emprego e que estavam bem em Chapecó, com casa, lote e outros bens. Vale salientar que um grupo significativo de moradores, vieram de outros municípios e Estados, não conheciam a cidade, o local também conhecido por “Céu Azul”, como espaço de prostituição. Em muitos casos, a compra de lotes e casas ou locações, eram feitas sem conhecer propriamente o local. A população que formou o bairro é de relocação dentro da cidade, de outros municípios e estados, sobretudo o Paraná e Rio Grande do Sul. O que confirma o modelo tríade de migração: “A interestadual; a intermunicipal; a migração entre situações de domicílio (rural-urbano, urbano-rural etc).” (CUNHA, 2005, p. 5).

Estes moradores na sua maioria trabalhava no setor de serviços domésticos (centro) e na agroindústria (oeste). No princípio, só tinha transporte público até a região do “Curtume Imperial” (atualmente bairro Santa Paulina), e em 1984 a população reivindicou, por meio de um protesto, e passou a ter três vezes ao dia: de manhã, ao meio dia e à tardinha.

A localização do bairro que se caracteriza desde seus primórdios, como um espaço geográfico urbano, localizada em meio rural. Como salientam Bernardy, Piekas e Dalatto (2018, p. 365) “[...] a urbanização descontínua é causa [...]: do vazio urbano, pela retenção fundiária, pela especulação imobiliária e liberação do solo de forma descontínua pelo poder municipal, causando assimetrias espaciais urbanas”.

O loteamento Vila Real se tornou, portanto, um local de atração de pessoas pobres, por ser um local com lotes a preços muito módicos. Como ressalta Santos (2009, p. 10) “o novo



perfil industrial tem muito a ver com o resultado. Por isso a grande cidade [...], e o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre”.

É possível perceber que a divisão dos espaços geográficos em Chapecó é bastante acentuada, por meio de uma hierarquização dos bairros: temos bairros de classe baixa, média e alta. No caso da região da Efapi, onde estão concentradas as instalações agroindustriais e em outros bairros, entre eles o Vila Real, existe uma diferenciação social muito grande. Faltam melhorias e ampliações na infraestrutura básica, como asfalto, calçadas, esgoto etc. No Vila Real por exemplo, isso só acontece a partir da década de 1990, quando o local passou a ser bairro denominando de Bairro Vila Real, passando a receber pavimentação e asfalto em algumas ruas, além de um posto de saúde e centro de educação infantil.

A valorização imobiliária se diferencia e em geral os terrenos, casas e apartamentos são da classe popular, para população de renda baixa e a preços bastante módicos. Assim em Chapecó: “Longe de formar um espaço homogêneo, há a formação de um espaço, como dizemos, hierarquizado, porém diversificado com certa divisão social do trabalho capaz de atender às necessidades da região.” (ALBA, 2008, p. 175).

Por estar cercado de áreas rurais, a confrontação do bairro se dá com plantações de grãos: soja, milho e trigo. Também existe na proximidade a produção de animais, com aviários, chiqueirões e pastagens com vacas leiteiras. O bairro também tem na circunvizinhança, muitas hortas de caráter familiar, com produções de hortaliças, onde moradores do bairro trabalham nesses espaços acima mencionados. Ou seja, a presença do rural não é marcada exclusivamente, pelo fato da população ter migrado da área rural para o bairro ou de suas relações de trabalho nas agroindústrias.

Em contraste, há no bairro, condomínios, como o Real Class Ville e o Vale das Hortênsias, que somam 460 apartamentos, além de outros. Percebemos claramente o descompasso no bairro, que também é característico no espaço geográfico de Chapecó.

Considerações finais

O bairro Vila Real está localizado entre áreas rurais e urbanas, com edificações de casas populares, contrastando com alguns condomínios; localizado geograficamente no lado



oposta das grandes Indústrias da cidade de Chapecó. A população que migrou ou se deslocou para o bairro Vila Real possui renda baixa, com algumas exceções. O processo de habitação do bairro está marcado por uma migração causada pelo êxodo rural da região sul do Brasil e de realocação interna da cidade de Chapecó.

Referências

ALBA, R. S. (Org.). **Estudos de geografia agrária do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

_____. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2013.

BERNARDY, R. J; PIEKAS, A. A. S; DALOTTO, R. A. S. Dinamismo socioeconômico e espacial na cidade de Chapecó: A gênese até a atualidade. (ORG) CARBONEIRA, M; ONGHERO, A. L; RENK, A. SALINI, A. M. **Chapecó, 100 anos de histórias plurais**. Chapecó, SC: Argos, 2018.

CUNHA, J. M. P. Migrações e urbanização no Brasil: Alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**. v. 19, nº 4, São Paulo, 2005.

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL. **Projeto: Minha família no bairro**. Chapecó, 2010.

NASCIMENTO, Ederson. Chapecó: evolução urbana e desigualdades socioespaciais. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson (orgs). **Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem**. São Carlos: Pedro e João Editores; Chapecó: UFFS, 2015.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: USP, 2009.

SBEGHEN, M; MOTTA, R; SANTIN, R. **Histórico sócio-cultural e econômico do bairro Vila Real**. Escola Básica Municipal Vila Real. Chapecó, 2001.

SINGER, P. **A economia política da urbanização**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, I. de. **Migrações internas no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

WAGNER, A. E... **Chapecó levantou vôo**. Florianópolis: De Letra, 2005.



“Entre Nacionais e Estrangeiros, preto Jeronymo e russo Carlos Romback”: O pós-abolição em Palmas/PR⁵⁰.

Carlos Eduardo Cardoso

Graduando da 9ª fase do curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
carloosedoardo@gmail.com

Renilda Vicenzi

Orientadora. Professora do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFFS) renilda.vicenzi@uffs.edu.br

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a organização social nos campos de Palmas-PR, tendo como recorte temporal os anos finais do século XIX e primeira década do XX. Partindo da análise de um processo crime envolvendo o preto velho Jeronymo e o russo⁵¹ Carlos Romback datado de 1903. Os anos que seguiram a abolição foram conflituosos para a população negra de todo o Brasil, o inquérito envolvendo o preto velho Jeronymo é apenas um caso, outros, se quer chegaram a virar processo.

O desenvolvimento dessa pesquisa pretende contribuir para uma melhor compreensão sobre o período do pós-abolição. Os estudos sobre a escravidão e pós-abolição voltada para Palmas ainda são escassas e o presente trabalho vem ao encontro a isso para contribuir na visibilidade de homens e mulheres negras desse período.

No decorrer do processo encontram-se palavras remetendo ao século XIX que ligam Jeronymo ao cativo, mesmo já vivendo no estado republicano, o passado escravista é rememorado. É comum referirem-se a Jeronymo como preto velho, pobre preto, preto desgraçado. A análise do processo crime nos proporcionara uma amostra de como os Campos de Palmas-PR se organizou no período de 1870 a 1910. Para isso será necessário identificar as

⁵⁰ A pesquisa está inserida no projeto Guarda-Chuva “Experiências e trajetórias na escravidão e no pós-abolição no Sul do Brasil”, institucionalizado na UFFS. Este projeto é desenvolvido no NEABI-Campus Chapecó.

⁵¹ Carlos Romback se autodenomina russo em depoimento no processo crime, e ao longo de todo o processo seu nome aparece ligado ao russo. Entretanto no registro de casamento encontrado no Livro nº 5 de casamento da Cúria Diocesana de Palmas ele é descrito como Brasileiro.



testemunhas que aparecem neste processo, a sua relação com o caso. Algumas testemunhas tiveram acesso a informações pelo próprio Carlos Romback, sendo que as mesmas consideram que ele não tenha envolvimento com a morte do preto velho Jeronymo. A partir dessas informações tentamos compreender as inter-relações que envolvem o acusado e o agredido no contexto da Primeira República.

Na elaboração da presente pesquisa, partiu-se de um levantamento de várias fontes, algumas disponíveis online no Arquivo Público do Paraná. Outras disponíveis no arquivo do Instituto Federal do Paraná, em Palmas/PR na Cúria Diocesana de Palmas como os livros de batismo, casamento e óbito, os quais nos deram maiores informações a respeito das pessoas que aparecem ao longo do processo, além de fontes do Fórum da Comarca de Palmas como processo crime, fonte principal nesta pesquisa. Também foram consultadas algumas informações no site da Prefeitura da cidade de Campo Erê. Também utilizamos os Relatórios dos Presidentes de Província, os quais possibilitou a identificação da vinda de imigrantes para Palmas/PR. Nos livros de registros de casamento localizados na Cúria Diocesana de Palmas há o registro de casamento de Carlos Romback, o qual nos possibilitou conhecer melhor sobre ele com informações além das que continha o processo crime.

Sobre os campos de Palmas e sua formação histórica e econômica, foram constituídas pequenas e médias escravarias, sendo pequenas (01 à 05 escravos, as mais comuns) e médias, sendo 21 indivíduos o maior número de cativos registrados em Palmas (de uma mesma escravaria) (MARTINS, 2015, p. 29), Jeronymo por ser descrito como preto velho, possivelmente possa estar ligado a uma dessas escravarias. O que pode dificultar o desenvolver da pesquisa é o fato de que ao longo do processo do Jeronymo não aparecer nenhuma referência ao seu sobrenome, que nos possibilitaria pesquisar mais a fundo suas origens.

O fato de mesmo no pós-abolição haver registros de negros que sofreram agressões físicas, e no caso do Jeronymo o levou a morte, chamam a atenção. Segundo relatos dos autos sete meses após o desaparecimento do preto velho, é encontrado um esqueleto cerca de duas léguas de distância da cidade de Palmas, onde ele desapareceu. Com a exumação cadavérica fica comprovado que a referida ossada pertencia a um homem cuja idade era avançada. Junto



com o esqueleto também foram encontrados alguns pedaços de roupa, que segundo as testemunhas da exumação, seriam iguais as que Jeronymo utilizava na noite que foi açoitado e desapareceu.

A forma com que o preto velho Jeronymo é citado no processo nos proporcionará uma visão de como essa sociedade tratava desses indivíduos. Para compreender sobre o contexto em que Jeronymo está inserido é preciso conhecer a formação dos Campos de Palmas no Paraná. Esta se inicia por volta de 1839 com a “fundação da Vila de Palmas, com habitantes vindos de Guarapuava e União da Vitória” (MACHADO, 2008, p.298).

Paulo Pinheiro Machado e Adelar Heinsfeld trabalham a formação dessa região fronteira, além da disputa territorial entre Brasil e Argentina. Debatendo os tratados firmados entre os dois países a respeito dos limites dessa região. A Argentina reivindicava o território que “compreendia entre os rios Peperi-guaçu, Santo Antônio, Chapecó e Chopim, pertencentes ao Brasil (HEINSFELD, 2007, p.78)”. A criação da região de Palmas tem início no ano de 1830 com a criação de Palmas e mais tarde de Bela Vista ou Boa Vista de Palmas, que atualmente corresponde ao município de Clevelândia. Paulo Pinheiro Machado destaca que o território que estava em disputa totalizava “uma área de aproximadamente 40.000 km²” (MACHADO, 2008 p. 296), e o que estava em jogo não era apenas a fronteira, mas também a livre navegação nos rios do Prata, além de interesses de comerciantes e proprietários brasileiros.

Levando em consideração que o acusado pelo crime, Carlos Romback, em depoimento declarou ser russo, é necessário compreender sobre a vinda de imigrantes para a região dos Campos de Palmas nos anos finais do Século XIX e iniciais do século XX. Para isso a tese do professor Delcio Marquetti auxiliará para a compreensão do processo de imigração. Para Marquetti, “com a implantação do regime republicano a imigração foi ainda mais estimulada”. Quando se trata do Paraná, a vinda de imigrantes surge como uma forma para preencher os vazios demográficos. Devido à diversidade étnica havia uma distinção nos imigrantes que aqui chegavam: *polacos* austríacos, os poloneses, e *polacos* russos, os ucranianos (MARQUETTI, 2015, p. 60-61). Essa informação coloca em questão a real nacionalidade de Carlos Romback, que se autodenomina russo, mas que não necessariamente



tenha vindo da Rússia. Carlos pode ter mudado seu nome ou sua nacionalidade com intuito de não ser encontrado, o que era muito comum na época.

Nesta pesquisa por meio da História Social busca fazer uma análise qualitativa analisamos o caso do Jeronymo no contexto do pós-abolição, para compreender a forma com que os negros foram tratados após o fim da escravidão em Palmas no Paraná. Os conceitos utilizados são, portanto, escravidão, pós-abolição, rivalidade étnica, crime e cidadania. Para tal, recorreu-se a autores como Keila Grinberg, a qual trabalha a construção do Código Civil em meados do século XIX e século XX. Nesta obra Grinberg aborda o conceito de cidadania e quem era o cidadão. No período da escravidão os escravos eram tratados como objetos e não como pessoas, não só o escravo era coisa e pessoa ao mesmo tempo, mas era também uma coisa que podia virar pessoa, caso conseguisse a liberdade, e uma pessoa que podia voltar a ser coisa, caso não cumprisse com as obrigações de todo o liberto. Também o registro civil passa a existir somente com a Proclamação da República, sendo assim como não havia Registro Civil, a única forma de comprovação de nascimento eram os registros eclesiásticos os chamados assentos de batismo (GRINBERG, 2008, p. 50-52). A escrita desse Código Civil somente foi possível com o fim da escravidão. A definição de quem é cidadão também é abordada por Grinberg e no Código Civil aparece apenas homens como cidadão.

Sidney Chalhoub em sua obra intitulada *Trabalho, Lar e Botequim* trata do conceito de rivalidades étnicas e nacionais e conflitos entre brasileiros e imigrantes nos primeiros anos da República. De acordo com Chalhoub, havia uma divisão nacional e racial que estaria arraigada na mentalidade da população (CHALHOUB, 2001, p. 60). E essa mentalidade racial é ainda mais reelaborada no contexto do pós-abolição, ao longo de sua obra, Chalhoub dialoga com outros autores como Bóris Fausto, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, os quais debatem a vinda de ex escravos para cidades no pós-abolição.

Outra autora que nos auxiliará no desenvolvimento desta pesquisa é Hebe Mattos para compreendermos os conceitos de escravidão e pós-abolição. Para isso, utilizaremos dois textos “*História e Movimentos Sociais*” e “*O pós-abolição como problema histórico*”, os referidos textos nos auxiliarão para entender o contexto do processo na História Social. Neste último, a autora Hebe Mattos juntamente com Ana Maria Rios aborda o pós-abolição como



um problema histórico, destacando o aumento no número de registros civis nos primeiros anos da República com o intuito de regulamentar as situações familiares. Com a Constituição Republicana de 1891, passa a ser obrigatório o registro civil, com isso inúmeras famílias, não apenas negras passam a “legalizar” sua situação familiar, tal fato passa despercebido pelo preto velho Jeronymo, que, mesmo em 1903, ainda não possuía um sobrenome.

No Brasil, entretanto, é especialmente acentuada, não apenas pela inexistência de práticas legais, baseadas em distinções de cor e raça ou pela presença demograficamente expressiva, e mesmo majoritária, de negros e mestiços livres, antes da abolição, mas pelo desaparecimento, que se faz notar desde meados do século XIX, de se discriminar a cor dos homens livres nos registros históricos disponíveis. Processos cíveis e criminais, registros paroquiais de batismo, casamentos e óbitos, na maioria dos casos, não fazem menção a cor mesmo nos registros civis, instituídos em 1888, onde citar a cor era legalmente obrigatório em muitos casos ela se faz ausente. (RIOS; MATTOS, 2004, p. 176)

Além de nos auxiliar para compreender o conceito de pós-abolição o texto supracitado nos dará o suporte compreendermos o fato de o Jeronymo não possuir sobrenome. Já o texto “*História e Movimentos Sociais*” nos dará suporte para compreender mais sobre a História Social, vinculada a movimentos sociais e a construção de uma identidade coletiva. A História Social formulou classicamente como problema central de análise a interação de atores históricos coletivos - as classes, os grupos sociais, as categorias socioprofissionais- na conformação de estruturas sociais (MATTOS, 2012, p. 95). Baseando-se em alguns sociólogos, Mattos busca fazer um debate do conceito de História Social nas mais diferentes áreas, voltando-se também para a área da história social da escravidão, abordando novas historiografias que surgem com a virada do Século XXI que nos possibilita uma maior compreensão desses sujeitos escravizados ou libertos.

Este trabalho de conclusão de curso está dividido em duas partes: Na primeira fase desta pesquisa descrevemos a configuração dos campos de Palmas, o processo de escravidão e pós-abolição, e a primeira parte do processo, onde é aberto o inquérito a respeito do desaparecimento do preto velho Jeronymo. Já na segunda fase da pesquisa utilizamos os Relatórios do Presidente de Província para identificar a vinda de imigrantes para a região dos campos de Palmas, além da segunda parte do processo, analisando os depoimentos das



testemunhas além dos autos de exumação cadavérica.

Referências

Fontes

Fórum da Comarca de Palmas

- Processo 1903, Juiz de Direito da Comarca de Palmas, A Justiça, Carlos Romback, Autuação.

Arquivo Público do Estado do Paraná (<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>)

(<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>)

- Recenseamento da população do Brasil- 1890: Comarca de Palmas

Relatórios de Presidentes da Província do Paraná 1853-1888.

Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas

Livro de Registros Paroquiais de Casamento n. 5, 1893-1897.

Referências bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. **Os processos Criminais como fonte para estudos históricos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1981.

_____. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Trabalho, Lar e Botequim**. 2. ed. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2001.

GRINBERG, Keila. **Código Civil e Cidadania**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 86 p.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina: A Questão de Palmas** (de Alexandre Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Colonização e Conflitos no Sul do Brasil: estudos sobre os Campos de Palmas. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Mendes; OLIVEIRA, Oséias de (orgs). **História Agrária: Propriedade e Conflito**. Paraná: Editora Unicentro, 2008.

MARTINS, Maria Claudia de Oliveira. **Os filhos do ventre livre: Palmas/ PR, 1871-1910**. 2015. 79 f. TCC (Graduação) Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015.

_____. **Fronteiras fluidas: Escravidão e Liberdade na Comarca de Palmas/PR (1860-1900)**.



2017. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

MARQUETTI, Délcio. “**Matem que eu respondo!**”: Militares e Imigrantes Poloneses na Zona Estratégica do Paraná (virada do século XIX para o XX). 2015. 290 f. Tese (Doutorado)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo 2015.

RIOS, Ana; MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**. v. 5, n. 8, jan-jun. 2004, pp. 170-198. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/números_anteriores/Topoi08/topoi8a5.pdf Acesso em 13 de Ago. de 2018.



Normatização do Espaço Urbano: um estudo da Avenida Getúlio Vargas, Chapecó – 1937-1945

Janaina Mallmann Peres

Graduanda do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Introdução/Justificativa

Seres humanos possuem uma relação com o espaço em que vivem/circulam desde tempos remotos, seja em função da alimentação (caça, coletas, agricultura), seja nas relações de convívio social. Quando do surgimento das cidades, esta relação com outros seres humanos fica mais evidente e permeada de conflitos, assim como o espaço em que se estabelecem sofre alterações. No desenvolver deste trabalho, as relações que envolvem humanos e espaço urbano são apresentadas como um meio de sociabilidade, assim como, de manutenção de estruturas de poder.

O olhar sobre as cidades têm ganhado uma perspectiva diversificada, apontando as especificidades desses espaços, bem como as possibilidades de estudos acerca do tema. Nesse sentido, as pesquisas que englobam as relações entre o urbano, modernidade e progresso estão imbricados de maneira a se relacionarem, envolvendo outras áreas do conhecimento, como Arquitetura, Geografia, Engenharia, num trabalho interdisciplinar muito rico, conforme as pesquisas avançam.

Assim insere-se o objeto deste trabalho, pois ele tem por objetivo desenvolver as ideias que envolvem as ressonâncias de um campo de pesquisa amplo, como este. Utilizar ruas, vias, avenidas como objeto de uma pesquisa, torna-se algo desafiador e de retomada de valores pensados pelos seus executores. Chapecó, cidade em que se situa tal objeto, nasce da necessidade de um movimento nacional de políticas públicas para “preenchimento do território”, assim como o sentimento de transformação visando o progresso e a modernidade. Mais que uma necessidade proveniente de mandos nacionais, as elites locais também moldam



com ênfase as alterações que o espaço urbano chapecoense passa. Ao decidir por tal temática, pensou-se em analisar como fora realizado o planejamento da cidade, através de um projeto que antecedeu a própria cidade, pensado e posteriormente executado pelo poder local, nesse sentido, problematizar as transformações ocorridas durante o Estado Novo.

É também objetivo desta pesquisa analisar em que medida o ideal de normatização do espaço urbano se intensifica, respaldado num “sentimento” que envolve nacionalidade, civismo, progresso e modernidade, identificado com os discursos nacionais apropriados pela elite chapecoense na construção das relações de poder presente na cidade de Chapecó. Também compreender de que forma a imprensa escrita foi utilizada no contexto de construção de uma avenida moderna para Chapecó, como suporte do poderio local. É objetivo deste trabalho, também, analisar as alterações no espaço geográfico onde se localiza o município, através das cartografias e iconografias, visando perceber o ideal de modernidade e progresso presente na época de análise.

Analisar a cidade a partir de um ponto específico, como o caso desta pesquisa, onde o objeto principal é a Avenida Getúlio Vargas, faz pensar a existência de possibilidades diversas aguardando por um estudo mais detalhado, com maior comprometimento em compreender as especificidades dentro de uma pesquisa histórica. Outro fator que se faz necessário pensar, quando falamos em cidade, refere-se às relações de poder existentes dentro do espaço citadino. Perceber os impactos e sentidos destas relações é de vital importância para compreender as ressonâncias construídas na história da urbanização de Chapecó.

Objetivo

Busca-se compreender o processo de modernidade ocorrido em Chapecó, tendo como objeto de análise a Avenida Getúlio Vargas, assim como a percepção de progresso que era entendida nos anos de estudo (1937-1945), período que compreende o Estado Novo sob o governo de Getúlio Vargas. A busca de um sentimento de nacionalidade, instalado pelo governo de Getúlio Vargas, procurou homogeneizar a política através de um sentido de ética, civilidade e disciplina, conseguido através do trabalho.

Esta política nacional acabou intensificando as relações de poder em Chapecó, através



de medidas que buscaram nortear o comportamento dos habitantes, normatizando as práticas e fomentando um ideal de futuro, associado ao sentimento de civilidade e progresso.

Neste contexto, Chapecó surge como “um desejo de cidade”, buscando uma modernidade em conjunto com os anseios nacionais de uma nação próspera, civilizada e que caminha para o progresso. O discurso nacional de uma integração entre o centro do país e o Oeste esteve presente durante todo o primeiro governo de Getúlio Vargas, visto como uma necessidade de controle. Aliado a isto, as empresas colonizadoras obtiveram incentivos para iniciar seus empreendimentos, em conjunto com os desejos nacionais. Observamos, então, a ascensão de elites que pensarão o oeste de uma forma distinta do contexto nacional, onde seus interesses permanecem em primeiro plano.

Metodologia

Para a realização deste trabalho foram utilizadas três tipos de fontes, sendo elas: fotografias, jornais e fontes cartográficas. Ao se tratar do acesso das mesmas, se encontram disponíveis no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), que possui em seus arquivos os materiais utilizados nesta pesquisa. Opto por discutir a cidade por meio deste conjunto de fontes, por entender que as relações subjetivas que envolvem as cidades precisam ser analisadas por diferentes perspectivas.

Ao discutir a importância da fotografia, Walter Benjamin, nos relata que há uma sucinta diferença entre o que a câmera capta e o que os olhos viram. Para ele, “a fotografia revela esse inconsciente ótico, como só a psicanálise revela o inconsciente pulsional” (BENJAMIN, 1994. p. 94). As relações que envolvem a fotografia vão além da imagem estática, impressa. Faz-se necessário compreender qual o sentido da mesma, qual seu objetivo, para qual fim fora destinada, ao mesmo tempo entender que as iconografias nos abrem um campo vasto de interpretação, redimensionando a história escrita.

Com relação aos periódicos, de maneira especial o jornal “A Voz de Chapecó”, sendo utilizadas para análise as edições da primeira fase do periódico (1939 – 1941), buscando analisar quais as ligações entre o periódico e as relações políticas estabelecidas entre o governo nacional com as elites locais. Os discursos apresentados nos jornais são de crucial



importância quando pensamos no tipo de cidade que se desejava, pois é a partir deles que as relações de poder da elite urbana se constituem como normatizadoras de condutas e posturas.

Com relação às fontes cartográficas precisa-se compreender que os mapas formam uma estrutura de poder, pois questionar estas cartografias é um exercício demasiado complicado, pela credibilidade a elas empregada. Para J. B. Harley,

El mapa publicado tiene también una imagen bien tejida y nuestras lecturas tienen que ir más allá de la evaluación de la precisión geométrica, más allá de la ubicación de los sitios y más allá del reconocimiento de patrones y geografías topográficas. Esta interpretación comienza en la premisa de que el texto del mapa puede contener “contradicciones imperceptibles o conflictos de duplicidad” que deterioran la parte superficial de la objetividad estándar. Los mapas son como clientes que se pueden ir. (HARLEY, 2005, p. 11)

A análise aos mapas deve ser feita pensando, além do que se vê, das suas linhas, escalas e dimensões geográficas, no que deixa de mostrar, redefinindo sua importância histórica na busca de significados alternativos. Assim como perceber que os discursos de poder e autoridade se legitimam em função dos mapas, em alguns casos, já que, um mapa não representa uma realidade sólida, também contribui para criar uma realidade distinta.

Resultados

Entendemos que as relações que moldaram o processo de modernização chapecoense ocorreram por meio de dois fatores importantes: o primeiro com relação à política nacional e o segundo sobre as elites locais. O primeiro fator se refere ao projeto de nação proposto por Vargas, em integrar as regiões sertanejas aos centros urbanos, quase sempre litorâneos.

O segundo fator, com relação às elites locais, é de maior complexidade. O desejo de urbanização de Chapecó estava aliado ao desejo nacional de tornar o Brasil uma nação moderna, com cidades planejadas e bem desenvolvidas, com o intuito de auxiliar este progresso nacional.

Compreendemos as relações que envolveram o desejo de modernidade em Chapecó como relações de poder, tanto um poder superior, com a política nacional de “ocupação de vazios demográficos” quanto um oportunismo das empresas colonizadoras, que se aproveitaram desse momento para fornecer à região as vontades de grandeza, de progresso,



compradas (com as terras adquiridas) esse ideal de civilidade e desenvolvimento pelos colonos que migraram para a região.

Referências

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. Chapecó: Argos, 2002.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo. Brasiliense, 1994;

HASS, Mônica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local – 1945-1965**. Chapecó: Argos, 2000.

HARLEY, J. B. **La nueva naturaleza de los mapas**. Ensayos sobre la historia de la cartografía. México: FCE, 2005;

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas – São Paulo: Papyrus, 1986.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Um “desejo de cidade”, um “desejo de modernidade”**. (Chapecó – 1931 – 1945). Florianópolis, 2008; Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.



A tecnificação da agricultura na imprensa do Oeste de Santa Catarina na década de 1970⁵²

Mirair Augustino Kempfer

Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul

Marlon Brandt

Professor do curso de Geografia – Licenciatura, do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul

marlon.brandt@uffs.edu.br

Introdução

A partir da metade do século XX, com a consolidação da inserção dos pacotes tecnológicos da chamada Revolução Verde o cenário produtivo rural brasileiro passou a ser reconfigurado com a utilização de novas máquinas e implementos agrícolas (LOHN, 1999). Com isso, o uso de máquinas utilizadas nos processos produtivos aumentou gradativamente. Nessa perspectiva, tornou-se necessário destacar a forma de como ocorreu o processo de tecnificação da agricultura do Oeste de Santa Catarina na imprensa local, analisando o caso da comercialização e do uso de tratores.

Objetivo

Analisar as reportagens e discursos relacionados a tecnificação da agricultura por meio da disseminação de máquinas, principalmente os tratores.

Metodologia

Foram realizadas pesquisas em jornais e imagens no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) de Chapecó.

⁵² O texto se trata de uma versão modificada de trabalho final apresentado na disciplina de Geografia Histórica, ministrada pelo prof. Marlon Brandt no mês de julho de 2019.



Resultados

A partir da análise das reportagens veiculadas na imprensa local verificou-se tanto em anúncios quanto em reportagens que a imprensa local reverberava localmente o discurso nacional agrícola de que difusão de máquinas agrícolas contribuiriam para melhorar o processo produtivo e dar praticidade no trabalho desde o preparo da terra ao plantio até a colheita visando o aumento da produtividade.

Um desses exemplos pode ser observado na reportagem do jornal *Safra* de 1973, sobre os irmãos Cella, de Chapecó. Na Figura 1 que ilustra a reportagem encontra-se, além do destaque dado ao componente étnico do colono, reproduzindo o discurso comum na região do colono como símbolo do trabalho e da superação das adversidades na região, destaca-se na imagem o maquinário na colheita da soja e na legenda a seguinte informação: “onde tudo era mato, os Irmãos Cella erguem uma moderna empresa rural, com muito carinho, muita técnica e uma vontade enorme de provocar mudanças, pelo exemplo de lucros no trabalho ordenado com a terra e a máquina”.



Figura 1: Reportagem do jornal Safra, de 1973.

Fonte: acervo do CEOM



Nesse contexto, torna-se importante destacar que em Chapecó e na região Oeste estava ocorrendo um forte discurso regional de que era necessário ocorrer mudanças no espaço rural para atender as novas demandas do mercado. Empresas como a Aurora, Cooperalfa, Sadia e outras cooperativas instaladas em Chapecó na década de 70 aceleraram a produção de grãos para produção de ração nas fábricas visando atender a demanda da criação animal. Para que isso de fato pudesse acontecer, o discurso dos comerciantes e do sistema das empresas cooperativistas estava pautado na ideia de que os tratores e implementos agrícolas iriam contribuir no processo produtivo, desde o preparo da terra, (na qual podemos destacar o desmatamento para aumentar a extensão das áreas de terras produtivas) e principalmente otimizar o tempo de trabalho desde o plantio até a colheita.

Além disso, uma parte do texto fornece uma informação muito importante ao destacar que Chapecó foi o primeiro lugar da região Oeste de Santa Catarina que foi utilizado pela primeira vez um trator de pneus para desmatar as matas locais como vemos a seguir: “[...] o trator de esteiras da Cooperchapecó, desmatou uns 200 hectares das terras dos Irmãos Cella, sendo que os demais foram desmatados de forma pioneira (a primeira desmatação feita no Oeste com trator de pneus e guincho)”. (SAFRA, 1973). Esta concepção se fez presente no forte discurso constituído pelas empresas chapecoenses do ramo agrícola de que associava a conversão das florestas em áreas agrícolas como sinônimo do progresso.

No geral, as propagandas das empresas de venda de máquinas agrícolas extraídas nos jornais possuem um forte discurso (de certa forma competitivo entre as empresas) em suas manchetes que instigavam e acabavam contribuindo para aquisição de máquinas pelos agricultores e com a modernização do campo. A propaganda dos tratores Massey Ferguson da revendedora Máquinas Agrícolas Sperandio Ltda. de Chapecó, publicado em um exemplar do jornal Safra (1972) enfatiza a facilidade de obtenção de crédito, para facilitar a aquisição de máquinas:

Meses atrás Você ouviu, Você viu, Você leu esta frase: Plante que o Governo Garante.
E o resultado foi uma safra excepcional, que Você plantou e o Governo garantiu.
Safra excepcional para a qual contribuimos com mais da metade das máquinas agrícolas que o Brasil utilizou!



Já há um novo Brasil industrial, um novo Brasil exportador, um novo Brasil à sua volta.

O novo Brasil agrícola, com supersafra 72/73, depende de Você, depende do Governo, depende também de nós.

A garantia do Governo está no crédito rural, na comercialização assegurada e nos preços mínimos compensadores.

A nossa garantia está no fornecimento de tratores de rodas e de esteiras, implementos e colhedeiças automotrizes, nas quantidades que Você quiser, que o Brasil precisar.

Garantimos. (SAFRA, 1972, s. pg.).

Outro exemplo de divulgação dessas máquinas por meio de propagandas e outros meios para convidar o produtor a conhecer os equipamentos encontra-se no jornal Folha d'Oeste (1977, p. 06). Nesse número, a empresa Comércio de Máquinas Agrícolas Baldissera Ltda. apresentou a realização de um curso gratuito promovido **em** conjunto com a empresa Valmet do Brasil S/A. O texto destaca que naquela oportunidade 68 pessoas de Chapecó e região realizaram o curso com a temática: Conservação do Solo. Ainda segundo o jornal, o curso foi bastante divulgado na imprensa pela empresa Comércio de Máquinas Agrícolas Baldissera Ltda. - COMABA, tanto nos jornais quanto nos rádios e por meio de cartazes e da divulgação do evento pelos técnicos.

No curso, os engenheiros agrônomos davam aulas teóricas de capacitação para os agricultores sobre a “[...] conservação do solo, utilização de herbicidas e controle de ervas daninhas, sementes, adubação, utilização de inseticidas e controle de pragas e outros”. (FOLHA D’OESTE, 1977, 06). Nas aulas práticas, “[...] 6 tratores foram utilizados para aulas demonstrativas, sendo 3 da COMABA e 3 da VALMET do Brasil S.A”. (FOLHA D’OESTE, 1977, p. 06). A parte final da manchete revela que o curso proporcionou aos agricultores “[...] maiores conhecimentos na lide da terra e na parte mecânica de tratores e implementos”. (FOLHA D’OESTE, 1977, p. 06).

A partir da análise dessas e de outras reportagens e propagandas veiculadas na imprensa local foi possível compreender como os agricultores da região na década de 70 foram alvo de propagandas e cursos voltados a adotar novas tecnologias nos processos de produção agrícola nas suas propriedades. A utilização de tratores, por exemplo, proporcionaria aos agricultores a garantia do melhoramento do uso da terra e possibilitariam o aumento na produção,



junto a uma maior rentabilidade, contribuindo assim para o crescimento econômico e o desenvolvimento agrícola da região Oeste de Santa Catarina.

Referências

Folha d'Oeste, Chapecó, 01 de outubro de 1977. Acervo do Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM).

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana. (org.) **História de Santa Catarina – Estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

Safra, Chapecó, novembro de 1972. Acervo do Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM), 2019.

_____, Chapecó, 04 de agosto de 1973. Acervo do Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM).



Desmatamento e transformação da paisagem no Oeste catarinense

Michely Cristina Ribeiro

Graduanda do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista do CNPq

Samira Peruchi Moretto

Doutora em História. Professora do PPGH/UFFS

Introdução/Justificativa

O território que atualmente compreende o oeste catarinense foi disputado por um longo período, ora internacionalmente entre Brasil e Argentina através da chamada Questão de Palmas ou Misiones, ora nacionalmente, quando em disputa pelos estados do Paraná e Santa Catarina. Em 1917, com a criação do município de Chapecó, a imigração para o local passou a ser incentivada pelo governo como forma de garantir a legitimidade de posse da região.

Na primeira metade do século XX, houve o processo de colonização da região Oeste de Santa Catarina, proporcionado pelas empresas colonizadoras, com aval do Estado. O processo ocasionou uma intensificação no desmatamento devido à instalação de serrarias e madeireiras. A cobertura vegetal da região era composta por duas fitofisionomias do Bioma da Mata Atlântica: a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e a Floresta Estacional Decidual (FED). Ambas sofreram uma grande redução após o início da colonização, ou seja, a devastação observada na Floresta Ombrófila Mista e na Floresta Estacional Decidual possui estreita ligação com o aumento da antropização da paisagem a partir da colonização. Após desmatar as áreas, outras formas de transformação da paisagem podem ser observadas na região a partir da segunda metade do século XX.

Antes do início da atuação de companhias colonizadoras no Oeste catarinense, o local era ocupado principalmente por indígenas e caboclos⁵³. Os colonos que chegaram à região

⁵³ O termo caboclo é empregado aqui de acordo com a definição proposta por Brandt e Nodari, correspondendo



possuíam descendência alemã e italiana, e grande parte desses imigrantes vieram do Rio Grande do Sul (NODARI, 2009). A relação desses diferentes grupos sociais com a terra não ocorria do mesmo modo, e as divergências nos seus estilos de vida provocaram tensões em diversos momentos (RENK, 2006).

As potencialidades que a região oferecia no que diz respeito à natureza eram ressaltadas pelas companhias colonizadoras para incentivar a venda dos lotes, mencionando a fertilidade das terras, existência de fontes de água que permitiam a instalação de moinhos, entre outras características. No período da colonização, a extração madeireira ocorreu para dar espaço para as atividades agropecuárias, possibilitando que o espaço até então ocupado pelas árvores pudesse ser utilizado para os cultivos e criação de animais. A extração desses vegetais dependia do contrato estabelecido, pois poderia ser feita pelas próprias companhias colonizadoras ou pelos colonos que compravam os lotes.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo relacionar as transformações na paisagem observadas no Oeste catarinense ao longo da segunda metade do século XX, com a intensificação do desmatamento ocorrido na região.

Metodologia

O desenvolvimento desta pesquisa foi feito pelo viés da História Ambiental, a qual “rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “super-natural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas” (WORSTER, 1991, p. 199). De acordo com Donald Worster (1991), as questões que a História Ambiental se dedica a investigar podem ser analisadas em três grupos: o entendimento da natureza propriamente dita, o domínio sócio-econômico e as estruturas de significação estabelecidas em relação à natureza. Ainda para o autor, tais questões podem ou não estar envolvidas em

aos “homens pobres que se dedicavam a agricultura, criação ou extrativismo, vivendo como sitiantes independentes nos interstícios das grandes fazendas pastoris, na maioria das vezes sendo posseiros, ou agregados ou peões” (2011, p. 81).



uma mesma pesquisa.

Desta forma, buscamos compreender as relações que homens e mulheres construíram historicamente com o meio natural na região Oeste de Santa Catarina, tendo em vista que “a cultura humana age sobre o meio físico-material, propiciando significados e usos complexos dos seus elementos” (DRUMMOND, 1991, p. 181). Portanto, a análise engloba aspectos culturais, ambientais, sociais e econômicos que possam ter contribuído para as alterações que ocorreram no ambiente da região durante o recorte estudado.

Como fontes, foram utilizados periódicos regionais, nos quais encontramos notícias e anúncios relacionados com o cenário ambiental da região. Os periódicos encontram-se disponíveis no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), em Chapecó.

Resultados

No período do processo de colonização, a venda de madeiras era importante para a movimentação da economia, e a abundância dos recursos naturais favoreceu a instalação da indústria madeireira no oeste catarinense. Além disso, a inserção de novas tecnologias, como a motosserra, também foi um dos fatores que possibilitou a intensificação na extração vegetal (NODARI, 2012). A partir da segunda metade do século XX, o destaque econômico da região passou a ser composto pelas atividades ligadas ao setor agroindustrial. Apesar disso, a relevância econômica da extração vegetal ainda era grande na década de 1960. Os lucros do setor madeireiro representavam, em 1969, “38,2% do valor da produção oestina, somente perdendo para as indústrias de produtos alimentícios (frigoríficos, etc) que representam 56,1%”⁵⁴.

A intensidade da exploração madeireira levou a debates sobre o esgotamento das florestas. Em 15 de setembro de 1965, foi promulgado o Código Florestal por meio da Lei nº 4.771. Ainda na década de 1960, a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) substituiu o antigo Instituto Nacional do Pinho (INP). Com a promulgação no novo Código Florestal, o reflorestamento passou a receber incentivo fiscal. Entretanto, como não estava previsto na lei quais as espécies deveriam ser utilizadas, o reflorestamento

⁵⁴ BRDE prova que a economia do Oeste está na suinocultura e na extração de madeiras. **Folha d'Oeste**. Diretores Homero Franco e Gabriel Dezen. Chapecó, 16 de novembro de 1968, ano V, n. 174, p. 1 e 8.



foi feito em grande medida com espécies exóticas, considerando que estas cresciam mais rápido que as nativas (MORETTO, 2010). Ainda assim, o reflorestamento não ocorria na mesma proporção em que as matas nativas eram derrubadas.

Moretto e Brandt (2019) relacionam esse fato com o crescimento da suinocultura e da agroindústria na região Oeste de Santa Catarina. Não apenas a criação de animais é feita em áreas que foram desmatadas, como também é possível observar o aumento de áreas dedicadas às lavouras, principalmente de milho e, posteriormente, da soja. Além da comercialização destes cultivos, eles também eram utilizados na fabricação das rações para os animais. Dessa forma, para que houvesse maior produção animal de modo a atender às demandas da agroindústria, era necessário ainda fornecer mais produtos para a ração animal.

Por meio da pesquisa, foi possível observar como desmatamento na região Oeste catarinense está conectado com outras formas de transformação da paisagem. A urbanização, o reflorestamento com espécies exóticas e o crescimento das plantações e de criação de animais que possibilitaram a ascensão da agroindústria na região são fatores que se desenvolvem no mesmo cenário que anteriormente abrigava áreas de floresta, com grande biodiversidade de fauna e flora. Atualmente, os remanescentes florestais no local encontram-se, em geral, bastante fragmentados e ocorrem em áreas pequenas, o que alerta para o debate acerca de medidas efetivas de preservação e conservação ambiental.

Referências

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 177-197.

MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta**: A implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na região de Lages (1960-1990). Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2010.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229 - 254, jan./abr. 2019.



NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades Renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

_____. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (orgs). **História Ambiental e Migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012. P. 35-53.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 2006.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 198-215.

Agradecimentos

Este trabalho apresenta parte dos resultados do projeto: “As medidas de preservação e conservação no Oeste de Santa Catarina, nas décadas de 1970 e 1980”. Bolsa PIBIC/CNPq.



Imprensa e modernização da suinocultura em Chapecó entre 1920 e 1970⁵⁵

Clóvis Alceu Cassaro

Graduando do Curso de Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, bolsista de iniciação científica e membro do Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS.

Marlon Brandt

Professor do curso de Geografia – Licenciatura, do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul
marlon.brandt@uffs.edu.br

Introdução/Justificativa

Desde a criação de porcos alçados⁵⁶, praticada pelos caboclos que ocupavam as terras devolutas da região, a suinocultura no Oeste Catarinense passou por extensas transformações, principalmente no que tange aos modelos e padrões de produção, as quais foram intensificadas após a chegada da agroindústria na região e a consequente criação de uma nova demanda de mercado que introduziu e exigiu novas técnicas e a modernização dos tratamentos aos animais.

Os processos de modernização foram acompanhados por um eloquente discurso que defendia o progresso da região Oeste pela agroindústria, como explorado por Silva e Hass (2017), o qual era expresso, também, pelos veículos de mídia.

Com isso, buscamos aqui analisar como a imprensa foi fator imprescindível para legitimar o discurso da modernização da suinocultura, não somente por levar este discurso da modernização às outras regiões do estado, mas também por servir como um canal de comunicação com os produtores, introduzindo-os às novas e emergentes técnicas e padrões.

⁵⁵ Pesquisa contemplada com auxílio financeiro e bolsa pelo Edital 1010/GR/UFFS/2018.

⁵⁶ Animais criados em meio a mata que alimentavam-se basicamente do que esta lhes provinha, principalmente pinhão, frutas e raízes (CORRÊA, 1970).



Objetivo

Analisar os discursos da imprensa de Chapecó e região sobre a modernização da suinocultura na área em questão durante as décadas de 1920 e 1970.

Metodologia

A metodologia utilizada baseou-se na confluência entre o método do corte-transversal, que busca compreender o espaço e as espacialidades em dado momento ou recorte de tempo (ERTHAL, 2003), e a História Ambiental, buscando compreender quais eram e como ocorriam as relações entre os ocupantes do território e o meio físico-natural, e como estas foram alteradas a partir das inovações registradas e compartilhadas pela imprensa.

Foram utilizados como fontes os periódicos locais, manuais técnicos e revistas agropecuárias disponíveis no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), bem como entrevistas já recolhidas com antigos moradores da região.

Resultados

A partir da análise das imagens foi possível perceber que a imprensa foi utilizada como um canal de comunicação entre os produtores e as novas técnicas e padrões, como é retratado na Figura 1, que traz as proporções de gordura e carne ideais para o emergente “porco tipo carne”, levando ao seu público os novos padrões e tendências do mercado.

O local e os tipos ideais de produção também eram retratados nas revistas agropecuárias, como é o caso da Figura 2, que traz a planta do setor de suinocultura da Granja Saic. Reportagens como essa fortaleciam o discurso de progresso baseado na modernização e crescimento da agroindústria e, embora não seja possível afirmar antes da conclusão da presente pesquisa, poderia ser replicado pelos produtores.

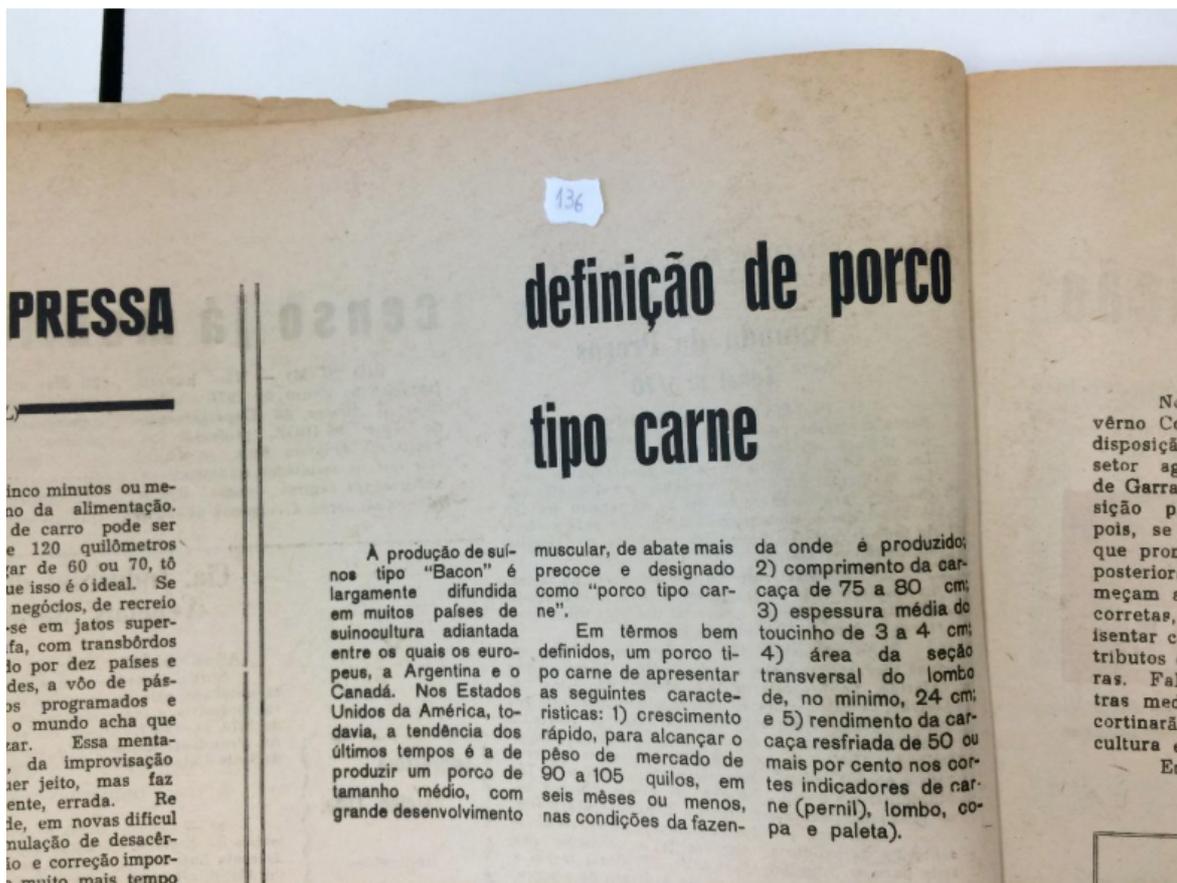


Figura 1: Definição de porco tipo carne

Fonte: **Folha D'Oeste**. Chapecó, ano VI, n. 230, p. 6, 10 de janeiro de 1970. Disponível em: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

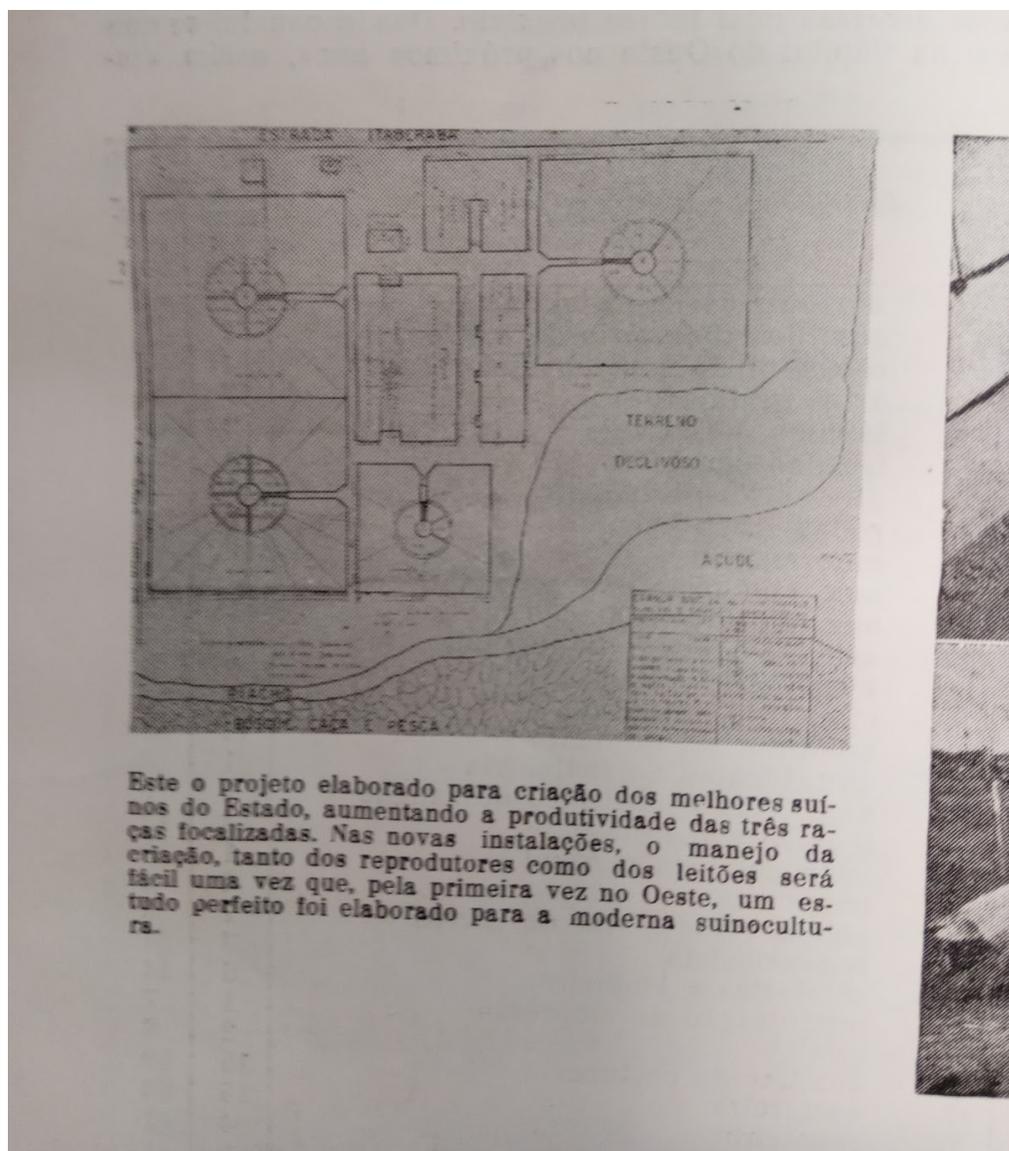


Figura 2: Planta da Granja Saic

Fonte: **Celeiro Catarinense**. Chapecó, n. 9, p. 27, outubro de 1972. Disponível em: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

Referências

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, p. 87-98, jan/mar. 1970.

ERTHAL, Rui. Geografia Histórica - Considerações. **GEOgraphia**, v.5, n.9, p. 29-39, 2003.



SILVA, Claiton Marcio da; HASS, Monica. “O Oeste Catarinense não pode parar aqui”. Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 338 - 374. maio/ago. 2017.



Futebol e paisagem na colonização do Oeste de Santa Catarina

Jean Deivid Flores

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul

Marlon Brandt

Professor do curso de Geografia – Licenciatura, do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul
marlon.brandt@uffs.edu.br

Introdução

Presente nos mais diversos espaços rurais e urbanos do país, o futebol, enquanto elemento central na cultura brasileira, gera objetos marcantes na paisagem, tanto fixos, como os estádios nos centros urbanos, quanto efêmeros, como as festividades nos títulos ou o movimento nos entornos dos estádios. Sua presença, no entanto, também é verificada nas periferias com simples campos abertos em meio a terrenos desocupados ou mesmo nos espaços rurais, com campos, que em muitos casos se encontram próximos aos principais lugares de sociabilidade da população local, como a igreja e o salão de festas.

Objetivo

Analisar a presença do futebol na paisagem dos espaços rurais do Oeste de Santa Catarina ao longo dos primeiros anos do processo de colonização, entre as décadas de 1920 a 1950.

Metodologia

O futebol vem despontando nos últimos anos como um importante objeto de estudo dentro da geografia, sobretudo no campo cultural, relacionando-o como um “vigoroso agente produtor de paisagens, tradições e identidades” (MASCARENHAS, 2005, p. 61). Na história, foram realizadas pesquisas levantando estudos como Sevcenko (1994), Rosa (2011, 2012),



Bellani (2007) e Cecchin (2014). Além dessas obras analisou-se o processo de colonização do Oeste a partir de leituras de Nodari (2009) e as atividades de lazer desenvolvidas nos espaços rurais (RISSO, 2018) A partir desse levantamento bibliográfico, partiu-se para a busca e análise de fontes que remetesse a prática de futebol nos espaços rurais do Oeste catarinense. A partir de entrevistas e do levantamento de imagens no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, o CEOM foram obtidas diversas imagens que remetem ao futebol e sua prática durante a colonização da região.

Resultados

Entendendo a paisagem como sendo a materialização das ações humanas no espaço geográfico, essa também se manifesta também a partir da prática do esporte, como ressalta Mascarenhas (1999, p. 04):

Assim, percebe-se a produção de paisagens a partir dos esportes. Esse fato não pode ser desconsiderado, pois, além de despertar o interesse em diferentes grupos sociais, a partir do interesse nos esportes são geradas diferentes transformações na paisagem para atender aos interesses ligados a prática esportiva, que podem ser no entretenimento gerado pelo esporte ou nas atividades econômicas relacionadas à atividade esportiva, pode-se destacar a construção de quadras esportivas, a construção de estádios ou ginásios privados. [...] “São estádios, ginásios, pistas diversas, enfim, um amplo conjunto de equipamentos fixos na paisagem e geralmente de grande porte físico, o que resulta em maior capacidade de permanência

Embora em menor proporção, por ser uma região, na época com pequenos núcleos populacionais dispersos formados pelas companhias colonizadoras, registros apontam que o esporte começa a se difundir logo após o primeiro aporte de colonos na região. O primeiro clube de futebol seria formado pouco tempo após a fundação do município de Chapecó, em 1919, quando foi criado Club Passo Bormann Fott Ball, (BELLANI, 2007). Com o crescimento populacional promovido a partir da colonização, outros clubes passam a ser formados nas áreas interioranas, formados a partir de moradores locais em torno da linha ou sede da colônia.. Entre 1940 e 1950, por exemplo são criados clubes em Nova Itaberaba, Coronel Freitas, Palmitos e São Carlos, por exemplo. Um desses clubes pode ser visualizado na Figura 1, onde os jogadores estão postados para a fotografia em cima do gramado, em

Palmitos, no ano de 1941.



Figura 1: Jogadores de futebol em Palmitos, 1941.

Fonte: acervo do CEOM

As partidas envolviam as comunidades vizinhas, como ressalta Rossi (2018, p. 77):

os times deslocavam-se para outras comunidades para disputar a partida de futebol acompanhados de suas torcidas e famílias que também dedicavam e divertiam-se ao acompanhar o esporte [...] a plateia era constituída por jovens, homens e mulheres que faziam a torcida. Os times visitantes também traziam torcidas. (ROSSI, 2018, p.77).

Como forma de entretenimento e presença na paisagem local, onde o campo era um dos principais pontos de sociabilidade local, sendo sempre bem cuidado pela comunidade, como aponta Rizzo (2018, p.81): “a comunidade ou os locais de jogos poderiam ser rodeados de vegetação, sem muitas moradias entorno, mas o espaço para o campo de jogo do futebol era sempre reservado e bem cuidado. Os jogadores faziam questão de retratar o seu time bem uniformizado dentro do campo. O gosto pelo esporte era incentivado e presente na vida das crianças, geralmente filhos ou com algum parentesco próximo de quem já era jogador.” Inclusive a origem desses jogadores era variada, incluindo nos clubes moradores de origem

italiana, alemã e cabocla (RISSO, 2018) A presença do gramado bem cuidado, bem como do uniforme pode ser observado na figura 2, com os jogadores do time de futebol da Linha Bento, de Cordilheira Alta, na década de 1950.



Figura 2: Jogadores de futebol da Linha Bento, Cordilheira Alta, na década de 1950.

Fonte: acervo do CEOM

Referências

BELLANI, Eli Maria. **O Futebol e a ocupação do espaço social em Chapecó (1919 – 1973)**. Chapecó: Argos, 2007

CECCHIN, Cristiane. O “fenômeno” verde e brando: poder, mercado e subjetividade na ascensão da Chapecoense à elite do futebol brasileiro. In: VAZ, Alexandre Fernandes; DALLABRIDA, Norberto (Orgs.). **O futebol em Santa Catarina: histórias de clubes (1910 – 2014)**. Florianópolis: Insular, 2014, p. 77-116.

MASCARENHAS, Gilmar. Considerações teórico-metodológicas sobre a difusão espacial do futebol. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 73-82, 2001.

_____. A Mutante Dimensão Espacial do Futebol: Forma Simbólica e Identidade. **Espaço e Cultura**. UERJ, RJ, nº. 19-20, p. 61-70. 2005.



ROSA, André Luiz .**Operários de bola**: um estudo sobre a relação dos trabalhadores com o futebol na cidade de Itajaí (SC) entre as décadas de 1920 a 1950 - Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFFS), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

_____. **O Football na Ilha e a fundação do Avahy Foot-Ball Clube**: uma análise sobre o início do futebol em Florianópolis e a trajetória do Avaí na década de 1920. 2012. 205p. Rio de Janeiro: Clube De Autores .

RISSO, Cláudia. **Entre Trabalho e Lazer**: As memórias dos Moradores de Irati, Jardinópolis, União do Oeste e Sul Brasil (1920-1980). 2018. 1 – 119. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Chapecó,SC. 2018.

SEVCENKO, Nicolau. Futebol, Metrôpoles e Desatinos. 1994. Universidade de São Paulo - **Revista USP** (Dossiê Futebol), São Paulo, edição nº .22 .



Futebol e lazer na paisagem das serrarias do município de Palmas, PR

Janete Chaves Carlin

Mestre em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul
janetec16@gmail.com

Marlon Brandt

Professor do curso de Geografia – Licenciatura, do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul
marlon.brandt@uffs.edu.br

Introdução

O futebol está presente nos mais diversos espaços rurais e urbanos do país, gerando objetos marcantes na paisagem. Desde imponentes estádios nos grandes centros urbanos aos mais humildes campos em terrenos baldios na periferia, o esporte, também como um importante movimento cultural gera manifestações efêmeras na paisagem, como os campeonatos, suas festividades nos títulos. Sua presença, no entanto, também é verificada nos espaços de trabalho, como nas vilas operárias das serrarias, ou nas associações recreativas onde os campos, e os campeonatos destacavam-se como elemento de lazer e sociabilidade entre os trabalhadores e as famílias.

O futebol vem assumindo um maior destaque como um importante objeto de estudo dentro da história, sobretudo no campo cultural. Sua presença, no entanto, também está relacionada ao espaço, sendo um “vigoroso agente produtor de paisagens, tradições e identidades” (MASCARENHAS, 2005, p. 61). Na história, foram realizadas pesquisas levantando estudos como Sevcenko (1994) e Rosa (2011, 2012). Além dessas obras analisou-se o esporte enquanto prática de lazer (RISSO, 2018) e o processo de formação das indústrias madeireiras no município de Palmas. A partir desse levantamento bibliográfico, partiu-se para a busca e análise de fontes que remetessem a prática de futebol nas serrarias, onde encontraram-se sobretudo imagens que remetem ao esporte enquanto elemento de



sociabilidade e lazer nas serrarias do município.

Esporte e paisagem

Entendendo a paisagem como sendo a materialização das ações humanas no espaço geográfico, esta é construída não somente com as relações com o trabalho, mas também com práticas culturais, dentre elas as de lazer e esportivas. Mascarenhas (1999, p. 04) destaca essa importância da seguinte maneira:

Assim, percebe-se a produção de paisagens a partir dos esportes. Esse fato não pode ser desconsiderado, pois, além de despertar o interesse em diferentes grupos sociais, a partir do interesse nos esportes são geradas diferentes transformações na paisagem para atender aos interesses ligados a prática esportiva, que podem ser no entretenimento gerado pelo esporte ou nas atividades econômicas relacionadas à atividade esportiva, pode-se destacar a construção de quadras esportivas, a construção de estádios ou ginásios privados. [...] “São estádios, ginásios, pistas diversas, enfim, um amplo conjunto de equipamentos fixos na paisagem e geralmente de grande porte físico, o que resulta em maior capacidade de permanência

Serrarias e campos de futebol na paisagem

Em Palmas as serrarias começam a atuar com maior presença na década de 1950, incentivadas pela abundância de espécies encontradas na Floresta Ombrófila Mista (FOM) e nos Campos, notadamente a araucária (*Araucaria angustifolia*). Melhorias e aberturas de novas estradas, facilitando o escoamento da produção junto a maior tecnificação das serrarias, no beneficiamento, com amplo emprego de máquinas movidas a eletricidade e da foram fundamentais para a instalação de diversas empresas no interior e na área urbana de Palmas.

A paisagem característica das serrarias era constituída pelo próprio parque de produção, com amplos barracões, a chaminé, as pilhas de serragem e o pátio com a madeira serrada. E próxima, ou ao lado, as casas dos trabalhadores, em muitos caso de propriedade da empresa. Em consonância a existência desse cenário, a serraria traz consigo uma nova forma de viver em conviver. Se a serraria era um espaço de trabalho para os adultos, para as crianças, por exemplo, era um espaço de brincadeiras e diversão. Nas pilhas de serragem executavam saltos, rolavam ou faziam bolos de serragem, modelados com potes de margarina.



Com as sobras de madeira montavam casinhas e usavam prego e martelo para confeccionar carrinhos. Também aconteciam brincadeiras como o esconde-esconde em meio às máquinas e as corridas entremeando as pilhas de madeira, que, na visão infantil, possuíam uma altura absurda.

Nessa paisagem, dividida entre o trabalho e a vida cotidiana, outro elemento assumia uma importância especial nos momentos de folga: o futebol. Com estrutura e gramado ou apenas uma área relativamente plana, de chão batido e traves de madeira, o campo era um dos principais pontos de sociabilidade dos trabalhadores. Eram disputadas tanto partidas recreativas entre os trabalhadores quanto disputas em torneios e campeonatos, internos da empresa ou externos competindo também com empresas madeireiras da região. Nessas partidas, que assumiam papel de verdadeiras festas, com torcida, foguetes e demais festejos, os jogadores apresentavam-se uniformizados, e contavam com apoio técnico de um companheiro de trabalho. O treinamento ocorria depois do horário de trabalho, quando ainda suportavam o cansaço, ou, principalmente nos finais de semana. As imagens das Figuras 1 e 2 apresentam dois times de futebol de serrarias locais nos anos de 1970 e 1980.



Figura 1: Jogadores do Atlético Dissenha Club Futebol.

Fonte: Grupo do Facebook: Palmas: Histórias que Vivi



Figura 2: Jogadores do Real Tomazi

Fonte: Grupo do Facebook: Palmas: Histórias que Vivi



Considerações finais

O futebol, portanto, além de elemento de entretenimento, de identificação e mesmo de integração entre famílias que acompanhavam os jogadores em partidas que poderiam ocorrer em municípios vizinhos, destaca-se também pelas transformações na paisagem para atender aos interesses ligados a essa prática. Essas poderiam ser vistas em elementos de curta duração, como um campeonato, uma partida ou uma comemoração, com carreatas e buzinas, ou fixos, como o campo no pátio da empresa ou nas associações recreativas, onde também poderiam estar a mostra os troféus e as fotografias equipes vencedoras das empresas.

Referências

CARVALHO, M. M. X. De; NODARI, S.. A origem da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de Araucária no Médio Vale Iguaçu (1884-1920). **Cadernos do Ceom**, ano 21, n. 22, Bens culturais e ambientais. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/329>>. Acesso em: 12 set. 2018.

MASCARENHAS, Gilmar. Considerações teórico-metodológicas sobre a difusão espacial do futebol. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 73-82, 2001.

_____. A Mutante Dimensão Espacial do Futebol: Forma Simbólica e Identidade. **Espaço e Cultura**. UERJ, RJ, nº. 19-20, p. 61-70. 2005.

ROSA, André Luiz .**Operários de bola**: um estudo sobre a relação dos trabalhadores com o futebol na cidade de Itajaí (SC) entre as décadas de 1920 a 1950 - Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFFS), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

_____. **O Football na Ilha e a fundação do Avahy Foot-Ball Clube**: uma análise sobre o início do futebol em Florianópolis e a trajetória do Avaí na década de 1920. 2012. 205p. Rio de Janeiro: Clube De Autores .

RISSO, Cláudia. **Entre Trabalho e Lazer**: As memórias dos Moradores de Irati, Jardinópolis, União do Oeste e Sul Brasil (1920-1980). 2018. 1 – 119. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Chapecó,SC. 2018.

SEVCENKO, Nicolau. Futebol, Metrôpoles e Desatinos. 1994. Universidade de São Paulo - **Revista USP** (Dossiê Futebol), São Paulo, edição nº .22 .



A atuação da Companhia Territorial Sul Brasil nas florestas do Oeste catarinense (1925-1978).

Adriano Vanderlei Michelotti Rodrigues

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Samira Peruchi Moretto

Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
samira.moretto@uffs.edu.br

Introdução/Justificativa

A região Oeste de Santa Catarina é uma das mais desmatadas de todo o estado, restam atualmente, poucos fragmentos das vastas florestas que dominavam a paisagem até as primeiras décadas do século XX. Artur Ferreira da Costa, chefe de polícia do estado de Santa Catarina, que no ano de 1929 acompanhou a comitiva do presidente do estado Adolpho Konder, primeiro chefe de governo estadual a visitar a região que incorporada ao estado em 1917, assim descrevia a floresta da região:

A floresta é maravilhosa. Pinheiros de grossura e altura estonteantes. Vimos exemplares de mais de um metro de diâmetro. Ervais que irrompem na pequena roçada feita para a picada, árvores de inúmeras qualidades especialmente o cedro. Desse caminho estreito e cheio de empecilho, raramente se lombriga um pedaço de céu. As árvores são tão altas e tão emaranhadas em suas comas pelos liames das sarmentaceas e trepadeiras que vedam a visão do firmamento (COSTA, 1929 p.29).

Uma imagem que rapidamente sucumbiria. A floresta havia se mantido em sua grande parte preservada, até as primeiras décadas do século XX, e estava envolta em uma disputa judicial, entre Santa Catarina e Paraná pelo pertencimento da área. No ano de 1916 houve a resolução da disputa jurisdicional – dada também após o fim da Guerra do Contestado (1912-1916)⁵⁷ -, definindo os limites entre os dois estados. Assim o que viria a ser o Oeste

⁵⁷ Para compreender melhor a Guerra do Contestado ver obras de Paulo Pinheiro Machado e Delmir Valentini.



continua perda de cobertura florestal em toda sua área entre 1925 a 1970. Em um momento que voltamos os olhos para o desmatamento e as queimadas na Amazônia, as florestas do Oeste catarinense servem de alerta a rápida destruição de um ambiente, a perda da biodiversidade e o desequilíbrio de ecossistemas inteiros. Estimativas recentes do Inventário Florístico de Santa Catarina (2015) apontam que restam aproximadamente 16% de remanescentes florestais da FED, enquanto a FOM 24 %, considerando remanescentes florestais de até 3 hectares, a maior parte está em sucessão secundária (VIBRANS, *et al*, 2015).

Objetivo

A presente pesquisa busca identificar o processo histórico que levou vastas florestas maduras a apenas fragmentos, através da atuação de uma das maiores companhias de colonização que atuaram na região Oeste catarinense. Na pesquisa procuramos nos aproximar ao máximo do ambiente natural e culturalizado do passado, além de identificar como foi possível em poucas décadas desmatar uma área tão grande, levando em conta os processos de extração, transporte, beneficiamento e comercialização. Investigamos a companhia e as relações com seus parceiros comerciais, as técnicas e estratégias empregadas na compra e venda de terras e madeiras, as mudanças e permanências de atuação no desmatamento ao longo dos anos.

Metodologia

Para trabalhar com o tema consideramos fundamental a perspectiva da História Ambiental, que inclui o ambiente não apenas como cenário da história, mas como objeto de pesquisa, sendo que a humanidade em maior ou menor grau ocasionam mudanças, e nesse processo o homem afeta e, ao mesmo tempo é afetado pelo ambiente natural (WORSTER,1991).

A História Ambiental oferece o aporte teórico para a presente pesquisa, na qual busca compreender o processo de desmatamento na região Oeste Catarinense, na área de atuação da Companhia Territorial Sul Brasil, no período em que ela existiu e atuou na região até o seu declínio. Warren Dean, em seu livro “A ferro e fogo: a história e a devastação da mata



atlântica brasileira (1996)”, nos fornece uma base de como trabalhar sobre vários aspectos o desmatamento, pois em sua obra investiga a devastação da mata atlântica brasileira, tratando das florestas e de vários períodos e de relação humana com a floresta, com auxílio interdisciplinar de outras áreas do conhecimento, com riqueza de fontes, dados, e análise.

Sabemos que todas as sociedades humanas têm recorrido ao mundo natural para suprir suas necessidades físicas, biológicas e sociais ao longo do tempo (MARTINEZ, 2006), com isso, modificam seu ambiente. Levamos em conta que o processo de colonização e a exploração comercial dos recursos naturais proporcionaram uma acelerada transformação, a partir do início do século XX, que não teve precedentes anteriores, pois assim integrava a região a economia nacional, e implantava “um propósito almejado pelo Estado, de levar a ‘Ordem’, a ‘civilização’, e o ‘progresso’ a essa região” (RADIN, 2009, p.13).

Além disso, almejamos dar uma pequena contribuição com a história da colonização por um viés ambiental, na investigação da relação do homem com a floresta, levando em conta que muito já foi escrito a respeito da colonização, bem como, sobre a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil, como os trabalhos de Alceu Werlang (2006), Marcio Luiz Rodrigues (2016), Luiz Fernando Ferrari (2015), entre outros.

As fontes utilizadas neste trabalho são variadas, as principais e mais volumosas são diversos documentos do acervo da Companhia Territorial Sul Brasil, salvaguardado no Museu Pe. Fernando Nagel de Maravilha-SC, separadas em pastas temáticas. Os principais documentos analisados são as correspondências entre os escritórios da empresa, notas fiscais, relatórios, escrituras, recibos, mapas, mas buscamos também outras fontes para complementar as primeiras como livros de memórias, excursionistas e entrevistas já realizadas, jornais e fotografias, com o devido trato documental e rigor na crítica as fontes.

Resultados

A pesquisa está em andamento e tem como resultados parciais o mapeamento do avanço do desmatamento nas terras da companhia, combinado, ao mesmo tempo, com a ocupação da área por colonos migrantes. Essa grande região já encontrava algumas alterações com a presença de indígenas e caboclos, mas a velocidade e o avanço do desmatamento promovido por colonos trazidos pela companhia e pelo mercado madeireiro que se



estabeleceu juntamente com as colonizações.

Identificamos diversas estratégias utilizada pela companhia para explorar os recursos florestais, como a reserva de madeira em terras vendidas aos colonos, o expediente de primeiro explorar a madeira em uma área sozinho ou em parceria com alguma serraria, a valorização das araucárias, a exploração perto dos rios utilizando-os para escoamento, o transporte para as regiões compradoras através de balsas feitas com as toras. A inexistência de uma consciência sobre a preservação da floresta, da biodiversidade.

Referências

COSTA, Arthur Ferreira da. **O Oeste Catharinense**: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia. 1929.

FERRARI, Luís Fernando. **Intrusão e Desintrusão nas terras da companhia Territorial Sul Brasil**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015

MATINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil**: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RODRIGUES, Márcio Luiz. **Colônias e colonizadoras no Oeste de Santa Catarina**: a atuação da Companhia Territorial na Seção Anta Gorda (1930-1960). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016

VIBRANS, Alexandre...[et al] (Orgs). **O que você deve saber sobre as florestas de Santa Catarina**. Blumenau: FURB. 2015.

WERLAND, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**: A atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006

WORSTER, Donald. "Para fazer história ambiental". **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV, 4 (8), 1991. p.198-215.